



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**  
**DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

**JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS**

**DIÁLOGO DE SABERES E CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO  
PARTICIPATIVO DAS PAISAGENS COM COMUNIDADES INDÍGENAS DO  
TERRITÓRIO MENDONÇA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR, BRASIL**

***FORTALEZA***

***2022***

JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS

DIÁLOGO DE SABERES E CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO  
DAS PAISAGENS COM COMUNIDADES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO MENDONÇA  
NO SEMIÁRIDO POTIGUAR, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Professor Dr. Edson Vicente da Silva.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M343d Martins, Jacqueline Cunha de Vasconcelos.

Diálogo de saberes e contribuições ao planejamento participativo das paisagens com comunidades indígenas do Território Mendonça no semiárido potiguar, Brasil / Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins. – 2022.

287 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva.

1. Políticas socioambientais. 2. Sustentabilidade. 3. Autoidentificação indígena. 4. Territorialidade. 5. Mapas sociais. I. Título.

CDD 333.7

---

JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS

DIÁLOGO DE SABERES E CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO  
DAS PAISAGENS COM COMUNIDADES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO MENDONÇA  
NO SEMIÁRIDO POTIGUAR, BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 08/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Jeovah de Andrade Meireles (Examinador interno)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Narciso Ferreira Mota (Examinador externo)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Rodrigo Theophilo Folhes (Examinador externo)  
Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do  
Maranhão (AGERP-MA)

---

Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda (Examinador externo)  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Aos indígenas Mendonça Potiguara  
A Maria Vasconcelos Cunha e Pedro da Cunha Neto,  
minha mãe e meu pai – em memória  
A Alan Pedro e Clara Jade, meus filhos  
A Alan, meu companheiro

DEDICO

## AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo e por tudo. Pelas superações, livramentos, oportunidades e lições!

Ao meu companheiro, parceiro e amigo de todos os momentos, Alan Martins, por todo incentivo e apoio imprescindíveis e aos nossos amores Pedro e Clara, pela compreensão, carinho e torcida. Por minha família, presente especial de Deus na minha vida, gratidão eterna!

Ao meu querido orientador, professor Cacau, Dr. Edson Vicente da Silva, meu respeito e gratidão mais que especiais pelo acolhimento, ensinamentos, compreensão e amizade. Sempre estará presente em nossos corações, meu e da minha família.

Ao povo indígena potiguara do território Mendonça, em especial às lideranças da comunidade Mendonça do Amarelão, por meio das quais agradeço aos participantes das oficinas pela receptividade, vivências e saberes compartilhados. Gratidão pelo aprendizado e que nossa parceria e amizade sejam duradouras e frutifiquem. Agradeço também a Marialdo Santana da Techne por mediar o contato com representantes das comunidades indígenas.

Aos professores doutores da banca examinadora, Jeovah Meireles, Rodrigo Folhes, Lúcio Miranda e Narciso Mota, pela gentil disponibilidade e enriquecedoras contribuições no aprimoramento deste estudo.

Aos professores do PRODEMA pela socialização dos conhecimentos e a coordenação e secretaria pelo suporte burocrático. Também aos colegas Aline Maciel, Aquiles Caetano e Laldiane Pinheiro da nossa pequena turma (DDMA-UFC, 2018-2022), pelas vivências e partilhas – meu carinho e incentivo.

Aos autores citados, por divulgarem seus estudos, fontes de referência para a fundamentação teórico-metodológica e discussão dos resultados.

Pela assessoria em geoprocessamento, a Hiályson Fidélis pela gentil e zelosa atenção e a Davy Rabelo pelas valiosas sugestões e primeiras imagens. Também a Nátane Costa, pelo aprendizado em seu campo de pesquisa.

Aos colegas da Ufersa, professor Paulo César Moura pelo apoio e suporte na etapa inicial; ao professor Almir Mariano pela gentileza em disponibilizar o drone do seu projeto e a assessoria dos bolsistas Elton Silva e Nélio Silva, aos quais também agradeço; e a bolsista de Pibic, Íngride Pamilly, pelo apoio na marcação dos pontos em campo.

À Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, pela liberação para capacitação e aos colegas de equipe Thadeu Brandão (em memória) e Ângelo Magalhães, pelo fundamental apoio inicial.

Aos familiares e amigos, presentes e em outro plano com Deus, pelas orações, energias e torcida.

Este [tem sido] um aprendizado longo, que implicou uma caminhada, nem toda vez fácil, quase sempre sofrida, até que me convencesse de que, ainda quando minha tese, minha proposta, fossem certas e em torno delas eu não tivesse dúvida, era imperioso, primeiro, saber se elas coincidiam com a leitura de mundo dos grupos [...] a quem falava.

[...] Se impunha a mim estar mais ou menos a par, familiarizado, com sua leitura de mundo, pois que, somente a partir do saber nela contido ou nela implícito me seria possível discutir a minha leitura de mundo, que igualmente guarda e se funda num outro tipo de saber.

[...] Os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo passado.

PAULO FREIRE (1992, p.24)

*Pedagogia da esperança: um reencontro  
com a pedagogia do oprimido*

## RESUMO

Os povos originários das Américas, submetidos à escravização e genocídio desde as invasões europeias, perderam grande parte de seus territórios e da diversidade de culturas e epistemologias. No Estado do Rio Grande do Norte, ainda não há Terra Indígena demarcada, mesmo com o crescente fortalecimento do movimento indígena reivindicando seus direitos amplamente previstos em convenções internacionais e na legislação brasileira. O estudo das paisagens possibilita a percepção da interação complexa sociedade-natureza, com efeito, por meio do planejamento e da gestão das paisagens é possível mitigar os impactos antrópicos ao ambiente e propor o uso sustentável dos serviços ambientais. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é contribuir com o planejamento participativo das paisagens por meio do diálogo entre saberes científicos e locais, para a sustentabilidade e o fortalecimento territorial e cultural do território indígena Mendonça potiguara, com ênfase à comunidade Mendonça do Amarelão, no Município de João Câmara-RN. Na perspectiva sistêmica da geocologia das paisagens, a investigação segue adaptação do roteiro de planejamento e gestão sustentável das paisagens, proposto por Rodriguez e Silva (2016), que inclui as etapas de análise da estrutura paisagística, diagnóstico das percepções e usos das paisagens, mapeamento e projeção de cenários e conflui com o que prevê a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (BRASIL, 2012) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Esta pesquisa contribui para a construção do conhecimento interdisciplinar pelo diálogo de saberes e para a sustentabilidade local por ser um instrumento que poderá subsidiar políticas públicas; é classificada como qualitativa, participativa e aplicada; e nas ferramentas com viés anticolonial constam oficinas e observação participante, caminhada guiada, registro fotográfico, entrevistas e elaboração dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade. Respeitando a toponímia local, nos resultados são tratados aspectos da estrutura paisagística e das percepções socioambientais e culturais locais evidenciadas nas oficinas participativas de diagnóstico e de mapeamento social, conforme sintetizados na elaboração dos mapas temáticos, no semáforo socioambiental e cultural, nos mapas sociais e carta-imagem. As principais potencialidades que contribuem para o fortalecimento etnocultural e territorial compreendem: a associação comunitária e suas conquistas, o papel das lideranças indígenas, a trilha etnoturística, o resgate cultural do toré e ensino do tupi e a festa da castanha. O principal problema é a não demarcação de suas terras que reflete em outros de ordem socioambiental econômica, cultural e política e impactam na

sustentabilidade, como acontece em muitas comunidades indígenas. Nos indicadores de sustentabilidade há ênfase positiva à organização sociopolítica e à educação; todavia, apresentam níveis de frágeis a críticos para saúde, trabalho e renda, acesso à terra, infraestrutura comunitária e qualidade ambiental. A sistematização da etapa de projeção de cenários se configura em instrumento dinâmico baseado nas demandas locais e aponta possibilidades para a sustentabilidade local como: parcerias institucionais; zoneamento das áreas relevantes; fortalecimento do etnoturismo; apropriação das etapas da cadeia produtiva da castanha de caju via cooperativismo; e melhoria da infraestrutura comunitária como acesso à água, saneamento e diversificação da geração de renda. Contudo, para o alcance, é imprescindível o envolvimento do poder público com políticas específicas e diferenciadas que priorizem as demandas apresentadas pelo movimento indígena.

**Palavras-chave:** políticas socioambientais; sustentabilidade; autoidentificação indígena; territorialidade; mapas sociais.

## ABSTRACT

Native peoples of the Americas, subjected to slavery and genocide since European invasions, lost great part of their territories and diversity of cultures and epistemologies. In Rio Grande do Norte, a Brazilian state, there is no demarcated Indigenous Land yet, even with the strengthening of the indigenous movement claiming their rights, widely stipulated by international conventions and Brazilian legislation. The study of the landscapes makes it possible to perceive the complex society-nature interaction, and through planning and landscape management it is possible to mitigate the anthropic impacts on the environment and to propose a sustainable use of the environmental services. Thus, the general objective of this research is to contribute to the participative planning of landscapes through the dialogue between scientific and local knowledges, to sustainability and territorial and cultural strengthening of *Mendonça potiguara* indigenous territory, with an emphasis to the community of *Mendonça do Amareirão*, in *João Câmara, Rio Grande do Norte*. On the systemic perspective of landscapes geocology, this investigation follows the adaptation of the planning and sustainable landscapes management script, proposed by Rodriguez and Silva (2016), which includes analysis of landscape structure, perceptions diagnosis and landscapes' uses, mapping and scenario forecasting, and converge to what is determined by the National Policy for Territorial and Environmental Management in Indigenous Lands (Brasil, 2012) and the Sustainable Development Goals (ONU, 2015). This study contributes to the construction of interdisciplinary knowledge through the dialogue between knowledges and to the local sustainability, since it is an instrument that may subsidize public policies; it is a qualitative, participative and applied research; and in the instruments, with an anticolonial bias, there are workshops and participant observation, guided walk, photographic register, interviews and the elaboration of the Sustainability Qualitative Indexes. Respecting the local toponymy, in the results section, aspects of the landscape structure and the socioenvironmental and cultural local perceptions emphasized in the diagnostic participative workshops and social mapping are addressed, in accordance to what is summarized in the construction of the thematic maps, in the socioenvironmental and cultural indicator, in the social maps and in the image-letter. Among the main potentialities that contribute to the ethocultural and territorial strengthening, it is possible to cite: the community's association and its accomplishments, the role of indigenous leaders, the ethnotouristic trail, the cultural revival of *toré* and the teaching of *tupi*, as well as the chestnut party. The main problem is the lack of demarcation of their lands, what leads to other socioenvironmental, economic, cultural, and political problems, and impact on sustainability, what happens in many indigenous communities. Through the sustainability indicators, it is possible to notice that there is a positive emphasis on the sociopolitical organization

and education; however, they present health, work and income, land access, community infrastructure and environmental quality levels that go from fragile to critical. The systematization of the scenario forecast stage is a dynamic instrument based on the local demands and indicates possibilities to local sustainability such as: institutional partnerships; zoning of the relevant areas, strengthening of the ethnotourism; appropriation of the stages of the cashew nut production chain through cooperativism; the improvement of the community infrastructure with water, basic sanitation, and the diversification of income generation. However, in order to achieve what was previously presented, it is crucial that public authorities get involved with specific and special policies that prioritize the demands presented by the indigenous movement.

**Key words:** socioenvironmental policies; sustainability; indigenous self-identification; territoriality; social maps.

## RESUMEN

Los pueblos originarios de las Américas, sometidos a la esclavitud y genocidio desde las invasiones europeas, perdieron gran parte de sus territorios e la diversidad de culturas y epistemologías. En el Estado do Rio Grande do Norte, todavía no hay tierra indígena demarcada, mismo con el creciente fortalecimiento del movimiento indígena reclamando sus derechos ampliamente previstos em convenciones internacionales y em la legislación brasileña. El estudio de los paisajes posibilita la percepción de la interacción compleja sociedad-naturaleza, con efecto, por medio del planeamiento y de la gestión de los paisajes es posible mitigar los impactos antrópicos al ambiente y proponer el uso sustentable de los servicios ambientales. Así, el objetivo general de esta pesquisa es contribuir con el planeamiento participativo de los paisajes por médio del diálogo entre conocimientos científicos y locales, para la sustentabilidad y el fortalecimiento territorial y cultural del território indígena Mendonça Potiguara, con énfasis a la comunidad Mendonça do Amarelão, en el município de João Câmara-RN. Em la perspectiva sistémica de la geocología de los paisajes, la investigación sigue adaptación del guión de planeamiento y gestión sustentable de los paisajes, propuesto por Rodriguez e Silva (2016), que incluye las etapas de análisis de la estructura paisajística, diagnóstico de las percepciones y usos de ls paisajes, mapeo y proyecçipin de escenarios y confluye con el que prevé la Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (Brasil, 2012) y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ONU, 2015). Esta pesquisa contribuye para la construcción del conocimiento interdisciplinar por el diálogo de saberes y para la sustentabilidad local, por tratarse de un instrumento que podrá subvencionar políticas públicas; es clasificada como cualitativa, participativa y aplicada; y en las herramientas con sesgo anticolonial presentan talleres y observación participante, caminada guiada, registro fotográfico, entrevistas y elaboración de los Indicadores Cualitativos de Sustentabilidad. Respetando la toponimia local, en los resultados son tratados aspectos de la estructura paisajística y de las percepciones socioambientales y culturales locales evidenciadas en los talleres participativos de diagnóstico y de mapeo social, según sintetizados en la elaboración de los mapas temáticos, en el semáforo socioambiental y cultural, en los mapas sociales y mapa de carta imagen. Las principales potencialidades que contribuyen para o fortalecimiento etnocultural y territorial comprenden: la asociación comunitaria y sus conquistas, el papel de las lideranzas indígenas, el sendero etnoturístico, el rescate cultural del toré y el enseño del tupi y la fiesta de la castaña. El principal problema es la no demarcación de sus tierras, que reflejan en otros de orden socioambiental económica, cultural y política y impactan en la sustentabilidad, como ocurre en muchas comunidades indígenas. En los indicadores de sustentabilidade hay énfasis positiva en la organização sociopolítica y la educación; pero, todavía,

presentan niveles frágiles a críticos para la salud, trabajo y renta, acceso a la tierra, infraestructura comunitaria y cualidade ambiental. La sistematización de la etapa de proyección de escenarios se configura en instrumento dinámico, basado en las demandas locales y apunta posibilidades para la sustentabilidad local, como parcerias institucionales; zonificación de las áreas relevantes; fortalecimiento del etnoturismo; apropiación de las etapas de la cadena productiva de la castaña de anacardo, por medio del cooperativismo; y mejoría de la infraestructura de la comunidad, como acceso a el agua, saneamiento y diversificación de la generación de renta. Pero, para el alcance, es imprescindible el desarrollo del poder público con políticas específicas y diferenciadas que prioricen las demandas presentadas por el movimiento indígena.

**Palabras-clave:** políticas socioambientales; sustentabilidad; autoidentificación indígena; territorialidade; mapas sociales.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Fluxograma: Ciências ambientais, interdisciplinaridade e subsídios às políticas públicas .....	46
Figura 2 –	Pinturas rupestres no Lajedo de Soledade em Apodi-RN .....	68
Figura 3 –	Aulas de campo com graduandos da UFERSA nas comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Eleotérios do Catu (João Câmara-RN; Canguaretama/Goianinha-RN) .....	109
Figura 4 –	Planejamento das paisagens com comunidades indígenas: roteiro, resultados, produtos cartográficos e possibilidades .....	117
Figura 5 –	Visita do orientador da pesquisa/tese à comunidade (João Câmara-RN) e momento de orientação no Lageplan-UFC (Fortaleza-CE) .....	120
Figura 6 –	Matriz FOFA: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças .....	120
Figura 7 –	Cartazes das oficinas participativas de diagnóstico e mapeamento das paisagens .....	121
Figura 8 –	Entrega dos certificados do I ciclo de oficinas sociais .....	121
Figura 9 –	Reunião virtual com lideranças indígenas do território Mendonça: Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamentos Santa Terezinha e Marajó .....	126
Figura 10 –	Esclarecimentos sobre a metodologia das oficinas e dinâmicas de integração .....	127
Figura 11 –	Momentos das oficinas de diagnóstico social com representantes indígenas das comunidades do território Mendonça .....	128
Figura 12 –	Oficinas de mapeamento social com representantes indígenas das comunidades do território Mendonça .....	130
Figura 13 –	Croquis e legendas elaborados pelos representantes indígenas das comunidades do território Mendonça .....	131
Figura 14 –	Desenho com percepções sobre a localização geográfica da comunidade .....	131
Figura 15 –	Vista aérea panorâmica do açude do Amarelão na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN .....	131
Figura 16 –	Semáforo socioambiental e cultural .....	132
Figura 17 –	Percepções sobre aspectos do semáforo socioambiental e cultural .....	132

Figura 18 –	Momentos do almoço comunitário durante as oficinas .....	133
Figura 19 –	7ª Festa da Castanha 2019: lideranças indígenas, pesquisadores e bolsistas da UFERSA .....	133
Figura 20 –	Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS .....	136
Figura 21 –	Abalos sísmicos em João Câmara-RN em 1986: matéria jornalística com repercussão nacional .....	149
Figura 22 –	Vista aérea panorâmica da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	170
Figura 23 –	Açude do Amarelão na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	175
Figura 24 –	Placa indicativa na BR 406 e estrada principal de acesso à Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	176
Figura 25 –	Estrada principal de acesso à comunidade Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	176
Figura 26 –	Logotipo e sede da ACA, biblioteca e cozinha comunitária .....	179
Figura 27 –	Preparativos para a feira semanal no pátio da ACA .....	180
Figura 28 –	Fluxograma das etapas do beneficiamento artesanal da castanha de caju nas comunidades indígenas do território Mendonça .....	184
Figura 29 –	Fluxograma atual da cadeia produtiva da castanha de caju nas comunidades indígenas do território Mendonça .....	185
Figura 30 –	Unidades familiares de beneficiamento artesanal da castanha de caju e processo de secagem. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	187
Figura 31 –	Imagens aéreas da 7ª Festa da Castanha de 2019, na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	189
Figura 32 –	Aspectos culturais locais: vista aérea da apresentação da dança do Toré na Festa da Castanha 2019. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão .....	190
Figura 33 –	Exposição fotográfica sobre aspectos socioculturais na 7ª Festa da Castanha 2019. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão .....	191
Figura 34 –	Exposição do artesanato local para grupos de visitantes .....	192
Figura 35 –	Cartazes da Festa da Castanha na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, edições 2018 e 2019 .....	192

Figura 36 – Caminhos da trilha etnoturística no território indígena Mendonça Potiguara (João Câmara-RN) .....	195
Figura 37 – Museu da Cultura Mendonça Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	196
Figura 38 – Trechos da linha férrea desativada: na divisa das comunidades Mendonça do Amarelão e Assentamento Santa Terezinha e na zona urbana de João Câmara-RN .....	199
Figura 39 – Casa de taipa antiga preservada na comunidade indígena Mendonça do Amarelão .....	199
Figura 40 – Construção da escola indígena na comunidade Mendonça do Amarelão....	200
Figura 41 – Vista aérea da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento e do setor Associação. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN .....	201
Figura 42 – Usina solar da escola Indígena na comunidade Mendonça do Amarelão....	203
Figura 43 – Cisternas na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	205
Figura 44 – Posto de Saúde da Família – PSF da Comunidade Mendonça do Amarelão .....	207
Figura 45 – Campo de futebol na comunidade indígena Mendonça do Amarelão .....	215
Figura 46 – Vista aérea panorâmica do setor gameleira na comunidade indígena Mendonça do Amarelão com parque eólico às margens da BR-406 (João Câmara-RN) .....	216
Figura 47 – Fumaça da queima da castanha na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	219
Figura 48 – Animais soltos nas vias públicas da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	220
Figura 49 – Vias públicas internas em período chuvoso Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	221
Figura 50 – Fluxograma propositivo da cadeia produtiva da castanha de caju na comunidade indígena Mendonça do Amarelão .....	238

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população indígena no Brasil (1500-2010) .....	80
Gráfico 2 – Distribuição de Terras Indígenas regularizadas por região administrativa .....	81

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Localização dos povos indígenas por município no Estado do Rio Grande do Norte .....	93
Mapa 2 –	Localização da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN) .....	106
Mapa 3 –	Território do Mato Grande, Rio Grande do Norte, Brasil .....	139
Mapa 4 –	Localização das comunidades indígenas do território Mendonça (João Câmara-RN e Jardim de Angicos-RN) .....	142
Mapa 5 –	Migrações indígenas da família extensa Mendonça do Amarelão .....	145
Mapa 6 –	Geologia da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	148
Mapa 7 –	Relevo da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	151
Mapa 8 –	Solos da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	153
Mapa 9 –	Hidrografia da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	156
Mapa 10 –	Vegetação da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	159
Mapa 11 –	Altitude da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	164
Mapa 12 –	Uso e ocupação do solo da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	166
Mapa 13 –	Mapa Social Diagnóstico: aspectos comunitários, culturais e de infraestrutura da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	172
Mapa 14 –	Mapa Social Diagnóstico: infraestrutura hídrica e fundiária da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN) .....	174
Mapa 15 –	Carta-imagem da trilha etnoturística no território indígena Mendonça ....	196

Mapa 16– Principais impactos socioambientais no entorno das comunidades indígenas .....	216
---	-----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Terras Indígenas reivindicadas e em estudo no Rio Grande do Norte.	94
Quadro 2 –	Calendário cultural das comunidades indígenas do RN .....	99
Quadro 3 –	Visitas e atividades com a comunidade Mendonça do Amarelão (2018-2021) .....	118
Quadro 4 –	Representatividade dos participantes nos ciclos de oficinas por setores familiares do Amarelão e das outras comunidades do território indígena Mendonça .....	122
Quadro 5 –	Gênero e faixa etária dos participantes das oficinas sociais (%) .....	122
Quadro 6 –	Identificação e papéis sociais dos participantes das oficinas sociais.	123
Quadro 7 –	Infraestrutura e recursos utilizados nas oficinas sociais com representantes indígenas do território Mendonça .....	125
Quadro 8 –	Critérios e escores para formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS .....	136
Quadro 9 –	Dimensões para formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade .....	137
Quadro 10 –	Formação geológica na área da comunidade Mendonça do Amarelão e entorno .....	146
Quadro 11 –	Principais famílias botânicas e respectivas espécies lenhosas existentes na zona rural de João Câmara-RN .....	160
Quadro 12 –	Levantamento oral de espécies botânicas do território Mendonça .....	161
Quadro 13 –	Espécies animais encontradas na comunidade Mendonça do Amarelão e entorno (toponímia local e nome científico) .....	162
Quadro 14 –	Semáforo socioambiental e cultural: síntese do diagnóstico participativo .....	178
Quadro 15 –	Associações comunitárias do território Mendonça .....	181
Quadro 16 –	Indicador Educação – IE: critérios e escores para formação dos IQS.	223
Quadro 17 –	Indicador Saúde – IS: critérios e escores para formação dos IQS .....	224
Quadro 18 –	Indicador Trabalho e Renda – ITR: critérios e escores para formação dos IQS .....	226

Quadro 19 –	Indicador Acesso à Terra – IAT: critérios e escores para formação dos IQS .....	228
Quadro 20 –	Indicador Infraestrutura Comunitária – IIC: critérios e escores para formação dos IQS .....	228
Quadro 21 –	Indicador Organização Sociopolítica – IOSP: critérios e escores para formação dos IQS .....	229
Quadro 22 –	Indicador Qualidade Ambiental – IQA: critérios e escores para formação dos IQS .....	230
Quadro 23 –	Formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade .....	231
Quadro 24 –	Parcerias atuais e possibilidades futuras .....	235
Quadro 25 –	Proposições sobre os aspectos de sustentabilidade ambiental e territorial .....	237
Quadro 26 –	Proposições sobre os aspectos de sustentabilidade socioeconômica..	242
Quadro 27 –	Proposições sobre os equipamentos sociais e infraestrutura comunitária .....	243

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	População indígena no Brasil (1500-2010) .....	80
Tabela 2 –	População indígena, não indígena e não declarada no Brasil .....	81
Tabela 3 –	Distribuição da população autodeclarada indígena por regiões e estados brasileiros .....	82
Tabela 4 –	População indígena do Rio Grande do Norte .....	91
Tabela 5 –	Dimensões das áreas das comunidades indígenas que integram o Território Mendonça .....	143
Tabela 6 –	Padrões das unidades de relevo presentes na comunidade Mendonça do Amarelão e entorno, João Câmara-RN .....	149
Tabela 7 –	Classes de cobertura vegetal das comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Serrote de São Bento .....	158
Tabela 8 –	Quantificação das classes de uso e ocupação do solo nas comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Serrote de São Bento .....	165
Tabela 9 –	Culturas agrícolas: percentual das pessoas que produzem na comunidade Mendonça do Amarelão .....	167
Tabela 10 –	Produção pecuária: percentual das pessoas que produzem na comunidade Mendonça do Amarelão .....	167
Tabela 11 –	Dados populacionais da comunidade indígena Mendonça do Amarelão..	173

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo
AAEP	Assessoria de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
ACA	Associação Comunitária do Amarelão
AIM	Assembleia Indígena Mendonça
ANAÍ	Associação Nacional dos Povos Indigenistas
APA	Área de Proteção Ambiental
APIB	Associação dos Povos Indígenas do Brasil
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
AST	Assentamento Santa Terezinha
ATL	Acampamento Terra Livre
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAM	Coordenadoria de Políticas para as Mulheres
CEPIN/RN	Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Rio Grande do Norte
CeT	Ciência e Tecnologia
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CODEN	Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias
COEDHUCI	Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDISI	Conselho Distrital de Saúde Indígena Potiguará
CONSEA	Conselho Estadual de Segurança Alimentar
CTL	Coordenação Técnica Local
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DPT	Departamento de Proteção Territorial
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
FLIRN	Fórum de Lideranças Indígenas do Rio Grande do Norte
FLM	Fórum de Lideranças Mendonça
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GT	Grupo Técnico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IQS	Índice Qualitativo de Sustentabilidade
LAGEPLAN	Laboratório de Geoecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental
LOM	Lei Orgânica do Município
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra
NDVI	<i>Normalized Difference Vegetation Index</i>
NUCA	Núcleo de Direitos do Adolescente
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PRODEMA	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos Compra Direta
PDMJC	Plano Diretor do Município de João Câmara

PEP-I	Plano Estadual de Políticas para os Povos Indígenas
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra Duas Águas
PL	Projeto de Lei
PMJC	Prefeitura Municipal de João Câmara
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
QGIS	<i>Quantum Geographic Information System</i>
RCID	Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena
RN	Rio Grande do Norte
3Rs	Reduzir, Reutilizar e Reciclar
SAR	Serviço de Assistência Rural da Arquidiocese de Natal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEL-RN	Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAGAS	Sistema de Informações de Águas Subterrâneas
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGs	Sistemas de Informação Geográfica
SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TECHNE	Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar
TI	Terra Indígena
TSH	Tecnologia Social Hídrica
UECE	Universidade do Estado do Ceará

UFC	Universidade Federal do Ceará
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	30
<b>2</b>	<b>EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	39
<b>2.1</b>	<b>Ciências ambientais e Interdisciplinaridade</b> .....	39
<b>2.2</b>	<b>Diálogo de saberes: etnoconhecimentos e sustentabilidade</b> .....	41
<b>2.3</b>	<b>Território, paisagem e a perspectiva geossistêmica</b> .....	53
<b>2.4</b>	<b>Planejamento das paisagens: possibilidades metodológicas</b> .....	59
<b>2.4.1</b>	<i>Etapas e ferramentas do planejamento das paisagens</i> .....	60
<b>3</b>	<b>POVOS ORIGINÁRIOS: panorâmica sobre o Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte</b> .....	67
<b>3.1</b>	<b>Direitos, políticas e territórios indígenas</b> .....	75
<b>3.2</b>	<b>Etapas do processo de demarcação de Terras Indígenas</b> .....	83
<b>4</b>	<b>INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE CONTEMPORÂNEO</b> .....	87
<b>4.1</b>	<b>Identidade, cultura e cidadania em movimento</b> .....	87
<b>4.2</b>	<b>Indígenas potiguares na agenda pública: entre formalidades e efetivação</b> .....	99
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA: caminhos da pesquisa</b> .....	103
<b>5.1</b>	<b>Classificação da pesquisa</b> .....	103
<b>5.2</b>	<b>Universo e atores sociais incluídos na pesquisa</b> .....	104
<b>5.3</b>	<b>Percurso e alguns desafios da pesquisa</b> .....	107
<b>5.4</b>	<b>Etapas e instrumentos de pesquisa</b> .....	117
<b>5.4.1</b>	<i>Oficinas de diagnóstico e de mapeamento social</i> .....	126
<b>5.4.2</b>	<i>Mapas temáticos: socioculturais e da estrutura paisagística natural</i> .....	134
<b>5.4.3</b>	<i>Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade: critérios</i> .....	135
<b>5.4.4</b>	<i>Projeção de cenários</i> .....	138
<b>6</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO DAS PAISAGENS COM COMUNIDADES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO MENDONÇA POTIGUARA</b> .....	139
<b>6.1</b>	<b>Caracterização e contextualização: a área em estudo e seu entorno</b> .....	139
<b>6.2</b>	<b>Comunidades e migrações da família extensa Mendonça do Amarelão</b> .....	141
<b>6.3</b>	<b>Estrutura paisagística: mapas temáticos das paisagens naturais da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno</b> .....	146

6.3.1	<i>Unidades Geológicas</i> .....	146
6.3.2	<i>Unidades de Relevô</i> .....	149
6.3.3	<i>Classes de Pedologia</i> .....	152
6.3.4	<i>Hidrografia e Recursos Hídricos</i> .....	155
6.3.5	<i>Classes de Cobertura Vegetal</i> .....	157
6.3.6	<i>Altitude e Curvas de Nível</i> .....	163
6.3.7	<i>Uso e ocupação do solo</i> .....	165
6.4	<b>Diálogos e percepções socioambientais e culturais indígenas: diagnóstico e mapeamento social</b> .....	169
6.4.1	<i>Mapas temáticos das paisagens socioculturais</i> .....	170
6.4.2	<i>Semáforo socioambiental e cultural: principais potencialidades, limitações e problemas</i> .....	177
6.4.3	<i>Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS</i> .....	222
6.5	<b>Projeção de cenários: possibilidades ao planejamento e gestão das paisagens</b>	233
7	<b>CONCLUSÕES</b> .....	244
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	252
	<b>APÊNDICE A – MODELO DE TCLE (DADOS PESSOAIS OCULTADOS)</b>	272
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS</b> .....	274
	<b>APÊNDICE C – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CTL NATAL (OUT/2018).</b>	277
	<b>APÊNDICE D – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CR II (ABR/2020)</b> .....	278
	<b>APÊNDICE E – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CTL NATAL (MAI/2021) E RESPOSTA POR E-MAIL</b> .....	280
	<b>APÊNDICE F – OFÍCIO ENVIADO AO INCRA (ABR/2021)</b> .....	282
	<b>ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA ACA (OUT/2018)</b> .....	283
	<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-UFC- PLATAFORMA BRASIL (JUL/2020)</b> .....	284
	<b>ANEXO C – OFÍCIO ENVIADO PELA APOINME (MAI/2018)</b> .....	288
	<b>ANEXO D – OFÍCIO ENVIADO PELO FLM (NOV/2021)</b> .....	289

## 1 INTRODUÇÃO

Os colonizadores europeus encontraram no continente americano uma forma de direcionar seus esforços na exploração da natureza, submetendo os povos originários à escravização e genocídios. Desta forma, causaram significativa erosão da grande diversidade de culturas e epistemologias, perdas territoriais e até mesmo a suposta extinção desses povos em algumas regiões. Esse processo de silenciamento e invisibilidade por discriminação e preconceito inclui a narrativa equivocada de que o povoamento e as culturas das Américas são recentes, conforme tradicional classificação de “velho mundo” e “novo mundo”, tão contestada em vários estudos como os registros arqueológicos.

Todavia, à medida que povos indígenas têm buscado o resgate da sua identidade etnocultural, uma nova realidade tem se configurado. É o caso de vários países da América Latina entre eles o Brasil, sobretudo nas regiões Norte e mais recentemente Nordeste. No Estado do Rio Grande do Norte ainda não se observa o registro de Terra Indígena – TI – demarcada, mesmo sendo crescente o fortalecimento do movimento indígena com a participação de comunidades autoidentificadas, reivindicando a partir do reconhecimento étnico direitos amplamente previstos em convenções internacionais e na legislação brasileira.

Oliveira (2016, p.8) chama à atenção para a importância de refletir e rever interpretações para além dos estereótipos feitas por historiadores, antropólogos e geógrafos entre outros, de modo a “recolocar os indígenas como agentes efetivos na construção do Brasil”. Burd (2014, p.71) acrescenta que “é necessário entender os indígenas como indivíduos capazes de agir na história e que souberam lutar e resistir, ou se adaptar da melhor forma possível a processos que alteravam seu modo de ser. Negar esse protagonismo pode ser apagar a história dessas populações”.

O direito à livre determinação, autodeterminação ou autoidentidade está previsto respectivamente no Art. 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988a), no Art. 3º da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007) e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011) considerada um instrumento para a inclusão social de milhões de pessoas. Neste acordo, estabelece como instrumento fundamental a autoidentidade

indígena<sup>1</sup>, ao enfatizar que nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena que se reconheça.

As diferenças culturais e políticas do colonialismo e do capitalismo refletiram também na ciência, impactando diretamente na classificação dos conhecimentos. Todavia, na perspectiva de teóricos pós-colonialistas tem sido destacada uma nova racionalidade, ou seja, o saber ambiental, que coloca em evidência os conhecimentos locais. Daí a proposta de diálogo entre saberes, isto é, de pesquisas acadêmicas juntamente “com” as comunidades.

Em abordagem sobre a classificação social decorrente da colonialidade do poder, Quijano (2010) enfatiza que, para além da estrutura de dominação/exploração do colonialismo, a colonialidade enquanto regime cultural e civilizacional permanece nas formas de poder e de saber, subjugando os conhecimentos locais. Santos e Meneses (2010) afirmam que o paradigma colonial e epistemológico imposto globalmente, empobrece a grande diversidade de culturas e epistemologias não adequadas aos objetivos da dominação colonial e capitalista. Por isso, é necessário dar preferência aos conhecimentos que garantam maior envolvimento dos grupos sociais, além de reconhecer a pluralidade epistemológica com seus diferenciados critérios de validade.

Nessa ótica, Leff (2012) aponta o saber ambiental como uma nova racionalidade com novas estratégias de poder no saber que orientam a apropriação da natureza, isto é, propõe o diálogo de saberes com diferentes conhecimentos aprendendo a conviver. Para Muñoz (2003, p.282) a erosão da cultura indígena e do conhecimento milenar sobre o meio ambiente é um desafio. Assim, “recuperar os saberes indígenas é uma das preocupações prioritárias. O saber indígena implica a memória e uma série sucessiva de atos de sentido comunitário”.

Estudos críticos contemporâneos destacam que o “desaparecimento” de indígenas no Rio Grande do Norte foi reforçado na historiografia clássica (MACEDO, 2011) e também nos dados censitários oficiais criticados por Monteiro (2015), contribuindo, desse modo, para institucionalizar o processo histórico de silenciamento e invisibilidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população indígena neste Estado passou de 394 em 1991 para 3.168 em 2000 e decresceu em 2010 para 2.597, conforme último censo realizado. Porém, como ilustração de que o censo oficial subestima essa população, a

---

<sup>1</sup> Em referência às comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, “autoidentificação” é o termo preferencialmente adotado neste estudo. No entanto, como há uma variedade de conceitos correlatos a esse processo, foi mantida a expressão utilizada por cada fonte/autor: “autoidentificação” ou “autoidentidade” (OIT, 2011; FUNAI, 2019; MACEDO, 2011; VIEIRA e KÓS, 2017; FILGUEIRA, 2019;); “autoafirmação” (LOMJC, 2015; CAVIGNAC, 2011; CAMPOS, 2014); “autodeclaração” (BRASIL, 2010; MPF, 2013); “autodeterminação” ou “livre determinação” (BRASIL, 1988a; ONU, 2007; BRASIL, 2012a; GRUPIONI, 2017; RESENDE, 2014; CALEFFI, 2015); “autorreconhecimento” (BOCCARA, 2005; GUERRA, 2017; FREITAS, 2018).

Associação Comunitária do Amarelão – ACA (2018) realizou censo local no qual 966 pessoas se afirmaram indígenas, enquanto nos dados do último censo do IBGE (2010) há registro de apenas 324 autodeclarados nesta comunidade. Certamente, nesse intervalo de tempo dois principais fatores influenciaram na disparidade entre os dados, isto é, a maior adesão de pessoas da comunidade ao processo de mobilização e luta indígena, bem como a “falha metodológica” dos recenseadores do IBGE, apontada por Martins et al. (2021). De todo modo, os dados subestimados impactam diretamente no alcance das políticas públicas para essas populações.

O fortalecimento da afirmação étnica e a mobilização política do crescente movimento indígena no Estado têm como marco o ano de 2005, quando em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado três comunidades formalizaram a autoidentificação como povo indígena de etnia Potiguara<sup>2</sup>: Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN), Caboclos do Assu (Assu-RN) e Eleotérios do Catu, na divisa entre os municípios de Goianinha e Canguaretama-RN. A partir desse marco, outras comunidades passaram a integrar o referido movimento. No ano de 2015, devido aos constantes conflitos fundiários e por recomendação do Ministério Público e da Advocacia Geral da União, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – instituiu um Grupo Técnico – GT de identificação e delimitação do território de Sagi Trabanda, também de etnia Potiguara, localizada no município de Baía Formosa-RN (SILVA, 2007; CAMPOS, 2014; OLIVEIRA, 2014; PEREIRA, 2015; GUERRA, 2017; VIEIRA e KÓS, 2017; FREITAS, 2018; APIRN, 2021).

Além das pesquisas históricas e antropológicas desenvolvidas nas universidades públicas regionais, a presença indígena no Estado é confirmada e acompanhada por organizações indígenas e indigenistas como a Associação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME (2020), a Associação Nacional dos Povos Indigenistas – ANAÍ (2016), o Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2011), além da própria FUNAI (2020).

Partindo do entendimento de que a ciência deve cumprir seu papel social de forma solidária e comprometida, a academia deve reconhecer e reforçar a autonomia e a luta das comunidades. Por isso a relevância das pesquisas na área de Ciências Ambientais, pois ajudam a combater desigualdades e promover inserção social ao apontar elementos para políticas públicas que, por sua vez, contemplam a sociobiodiversidade, reconhecem os saberes de povos

---

<sup>2</sup> Quem nasce no RN é potiguar ou norte-rio-grandense. De origem tupi, “potiguar” significa “comedor de camarão” e designava os potiguaras, habitantes originários da região (MONTEIRO, 2015).

tradicionais e indígenas e subsidiam a defesa dos seus territórios, na perspectiva da sustentabilidade.

A área de ciências ambientais é a convergência das ciências da natureza, humanas e sociais que, por seu viés transdisciplinar, busca conhecimentos das áreas de ecologia, geografia, história, antropologia, economia, sociologia entre outras, possibilitando uma leitura interdisciplinar da realidade. Por isso, ao abranger a sociobiodiversidade com seus aspectos físicos, biológicos e sociais, as ciências ambientais têm relevante papel nas políticas públicas. Leff (2012, p.20) afirma que as ciências ambientais “guiadas por um método interdisciplinar, estavam convocadas à missão de alcançar uma nova reunificação do conhecimento”, em oposição à fragmentação do conhecimento.

Cada vez mais o planejamento e a gestão das paisagens têm sido enfatizados nas pesquisas científicas como forma de mitigar os impactos antrópicos ao ambiente e de propor o uso sustentável dos serviços ambientais. Para Rodriguez e Silva (2002, 2016), a paisagem possibilita a percepção da interação complexa entre sociedade e natureza; é a manifestação formal do território e se configura em categoria transdisciplinar<sup>3</sup> de análise pois integra diferentes visões disciplinares, articula objetividade e subjetividade, além da possibilidade de identificar, caracterizar, classificar e cartografar o meio e o território. Desse modo, os autores apresentam possibilidades teóricas e metodológicas ao planejamento das paisagens e suas conexões com a política e a gestão ambiental.

A proposta dos autores está em harmonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da ONU. Com metas a serem alcançadas até o ano 2030, visam equilibrar as três dimensões fundamentais, econômica, social e ambiental. Dentre os objetivos e metas que citam especificamente os povos indígenas merecem destaque: o ODS-2, sobre segurança alimentar, incluindo o acesso seguro e igual à terra; o ODS-4, sobre educação inclusiva e equitativa de qualidade; e o ODS-10, sobre redução das desigualdades; embora, pela transversalidade do tema praticamente todos os ODS tenham relação com os indígenas. O documento evidencia também a importância das parcerias, tanto globais como multisetoriais, especialmente nos países em desenvolvimento (ONU, 2015).

No Brasil, tais proposições confluem com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI (BRASIL, 2012b), que especifica como ferramentas o etnomapeamento e o etnozoneamento, considerados respectivamente o

---

<sup>3</sup> É a transgressão das fronteiras preestabelecidas das ciências tradicionais. A pesquisa transdisciplinar necessita de conhecimentos simultâneos de duas ou mais disciplinas, “cuja explicativa não se enquadra completamente em nenhuma das disciplinas tradicionais sozinha” (LIMA-E-SILVA et al., 2002, p.233).

mapeamento participativo das áreas de relevante interesse dos povos indígenas com base nos seus saberes e o instrumento de planejamento participativo para classificação dessas áreas de relevância social, ambiental e produtiva.

É fundamental compreender como as comunidades locais percebem seus ambientes na perspectiva da sustentabilidade e sob o enfoque das metodologias anticoloniais, a exemplo dos mapeamentos participativos que se configuram em instrumentos de poder e fortalecimento territorial e também do movimento de luta indígena. Acselrad (2013, p.158) destaca os mapas como forma de territorialização das lutas sociais e de representação de suas territorialidades. Para ele, a construção dos mapas sociais se justifica em áreas de conflitos ou mesmo para realizar um planejamento e gestão territorial, levando em consideração a sustentabilidade social e dos recursos naturais. O autor afirma que “os mapas deixaram de ser instrumentos reservados principalmente aos doutos, aos sábios e aos poderosos”. No projeto etnomapeamento dos potiguara da Paraíba, Cardoso e Guimarães (2012) explicam que o planejamento e a gestão das paisagens são realizados por um conjunto de técnicas e ferramentas que possibilitam a reflexão da comunidade sobre seu contexto e a expressão desta por meio da cartografia.

Nesse sentido, o mapeamento social, como instrumento ou tecnologia social utilizada para construir mapas coletivamente, contempla aspectos socioambientais, econômicos, culturais, políticos, religiosos entre outros, e, segundo Almeida (2013), o mapeamento é um processo de capacitação que desperta a consciência socioambiental e seus efeitos sobre a representação cartográfica que as comunidades produzem acerca de suas próprias territorialidades.

Estas argumentações somadas às percepções e inquietações decorrentes da interação direta desde 2016 com algumas das comunidades indígenas potiguares, por intermédio das atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, surgiu a necessidade pelo aprofundamento sobre o contexto da realidade indígena potiguar, instigando a formulação do seguinte problema de pesquisa: como o planejamento participativo das paisagens, por meio do diálogo entre saberes científicos e locais, pode contribuir para a sustentabilidade e para o fortalecimento territorial e cultural de comunidades autoidentificadas indígenas no Município de João Câmara-RN, com ênfase à comunidade Mendonça do Amarelão?

Ao problematizar, isto é, ao contextualizar a temática proposta o problema social adquire caráter de objeto científico quando busca romper e desconstruir ideias preconcebidas (MINAYO, 2016), assim, diante do problema proposto surgem outros questionamentos. Qual

o atual contexto sociopolítico das comunidades autoidentificadas indígenas no RN? Quais políticas públicas atendem a essas comunidades? Quais os atuais usos e percepções sobre as paisagens locais? Quais as principais fragilidades e potencialidades socioambientais e culturais locais? Quais as principais demandas e aspirações para o uso sustentável do território e da biodiversidade poderão subsidiar políticas públicas? Quais possibilidades ou diretrizes na perspectiva da sustentabilidade local podem ser pensadas coletivamente com base no diagnóstico e projeção de cenários da comunidade Mendonça do Amarelão e seu entorno?

Diante dos questionamentos e em harmonia com os ODS (ONU, 2015), o objetivo geral desta pesquisa<sup>4</sup> é contribuir com o planejamento participativo das paisagens por meio do diálogo entre saberes científicos e locais, para a sustentabilidade e o fortalecimento territorial e cultural do território indígena Mendonça potiguara, com ênfase à comunidade Mendonça do Amarelão, no Município de João Câmara-RN.

Para o seu alcance foram delimitados os seguintes objetivos específicos<sup>5</sup>: identificar as paisagens naturais e socioculturais locais e seu entorno, considerando aspectos socioambientais, geocológicos, econômicos, históricos e políticos; descrever as percepções e os usos das paisagens mediante o diagnóstico e mapeamento participativos, evidenciando as potencialidades e limitações socioambientais e culturais locais; propor coletivamente possíveis cenários e diretrizes de gestão participativa das paisagens na perspectiva de políticas públicas sustentáveis em defesa do território, com ênfase à valorização dos conhecimentos locais.

A paisagem, enquanto categoria de análise, integra os aspectos objetivos da paisagem natural e os subjetivos e simbólicos da paisagem cultural, além de propor a visão geossistêmica da paisagem por seu caráter totalizador das interações entre sociedade e natureza. Para tanto, o método de análise adotado é o da geocologia das paisagens, enquanto visão sistêmica, totalizadora (RODRIGUEZ e SILVA, 2016; RODRIGUEZ, SILVA e CAVALCANTI, 2013). Assim, de acordo com as percepções das comunidades indígenas, serão estabelecidas relações entre as seguintes variáveis qualitativas: as paisagens naturais e os seus usos, as paisagens socioculturais e a noção de territorialidade, que abrange aspectos políticos e históricos.

---

<sup>4</sup> Pesquisa aprovada pelo CEP/UFC/Plataforma Brasil, conforme Parecer Consubstanciado N° 4.147.790.

<sup>5</sup> Recomenda-se que os objetivos específicos sejam respectivamente exploratório, descritivo e, se necessário, explicativo. “Essa deve ser a lógica da pesquisa científica” (RICHARDSON et al. 2014, p.63).

Gil (2008) afirma que as hipóteses<sup>6</sup> estabelecem relações entre as variáveis e estas, por sua vez, podem ser classificadas em categorias. A categoria principal de análise neste estudo é a paisagem, enquanto manifestação formal do território. Serão desenvolvidas as seguintes ideias básicas ou hipóteses de pesquisa: as percepções sobre as paisagens locais e seus usos, evidenciadas no diagnóstico e no mapeamento social, possibilitam maior fortalecimento territorial e cultural; a construção coletiva dos mapas, respeitando a toponímia local, se configura em instrumento de empoderamento e maior autonomia; a proposição de cenários e diretrizes de gestão, conforme demandas locais, poderão subsidiar políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade. As hipóteses são analisadas em discussão com estudos sobre as paisagens em realidades com características semelhantes.

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA<sup>7</sup> se propõe a contribuir com o desenvolvimento sustentável local. Desse modo a contribuição teórica deste estudo consiste na construção do conhecimento interdisciplinar inerente à área de ciências ambientais, ao pensar possibilidades ao planejamento das paisagens a partir dos saberes locais. A relevância científica e social consiste na sua contribuição para a sustentabilidade local por se configurar em subsídio para políticas públicas socioambientais, além de se constituir em ferramenta de empoderamento e fortalecimento da luta indígena, aprofundando o conhecimento local sobre as paisagens e instrumentalizando as comunidades com mapas para justificar a defesa territorial. Os mapas são também mecanismos de união dos saberes acadêmicos e populares e poderão ainda dar suporte à fundamentação do relatório da FUNAI que antecede as etapas do processo administrativo de demarcação.

Convém reforçar que a abordagem com ênfase ao “diálogo de saberes” para a realização do planejamento participativo das paisagens locais é um convite à superação da classificação dos diferentes conhecimentos. Portanto, se fundamenta no entendimento de saberes não hierarquizados (LEFF, 2012) e de que mesmo a ciência constitui conhecimento etnociência (MASOLO, 2010). Daí a ênfase em variados olhares e não somente da ciência.

Assim, a estrutura do trabalho inicia com o embasamento teórico-metodológico que direciona a compreensão aqui adotada sobre paisagem e território, sustentabilidade e diálogo de saberes com destaque respectivamente para a importância das pesquisas juntamente às

---

<sup>6</sup> Geralmente, nos estudos que objetivam descrever um fenômeno ou caracterizar um grupo, as hipóteses não são enunciadas formalmente, mas frequentemente indicadas nos objetivos. Nas ciências sociais, as hipóteses “apenas indicam a existência de algum tipo de relação entre as variáveis” (GIL, 2008, p.44).

<sup>7</sup> Programa com oferta de curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA em rede, formado pela parceria entre as universidades públicas: UFPI, UFC, UFRN, UFERSA (esta desde 2020), UFPB, UFPE, UFS e UESC.

comunidades e a valorização dos conhecimentos locais. Também são enfatizadas possibilidades ao planejamento e gestão sustentável das paisagens, conforme roteiro proposto por Rodriguez e Silva (2016).

No segundo capítulo é feita uma panorâmica sobre os povos originários do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte com destaque para aspectos arqueológicos, históricos e antropológicos, além de evidenciar aspectos da política indigenista. No terceiro capítulo é destacado o atual processo de “etnogênese” no Estado do Rio Grande do Norte, as tradições culturais e mobilizações políticas dos povos indígenas Potiguara, Tapuias e Paiacus, com base em pesquisas acadêmicas regionais e em dados públicos.

O quarto capítulo detalha os caminhos percorridos para a realização da pesquisa, isto é, a metodologia adotada: classificação; universo e atores sociais incluídos na pesquisa; também sobre o percurso e construção da relação com as comunidades, além de alguns desafios enfrentados; e, ainda, as etapas e instrumentos utilizados. Na perspectiva sistêmica da geoecologia das paisagens, a investigação segue adaptação do roteiro de planejamento e gestão sustentável das paisagens, proposto por Rodriguez e Silva (2016) que inclui as etapas de análise da estrutura paisagística, diagnóstico das percepções e usos das paisagens, mapeamento e projeção de cenários. As pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas por utilizarem variados procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Portanto, esta pesquisa é classificada como qualitativa, participativa e aplicada (GIL, 2008; MINAYO, 2016, RICHARDSON, 2014). Quanto às ferramentas (CARDOSO e GUIMARÃES, 2012; ALMEIDA, 2013; GORAYEB, MEIRELES e SILVA, 2015) com viés anticolonial constam oficinas participativas, observação participante, caminhada guiada, entrevistas e registro fotográfico de imagens em solo e aéreas com o uso de drone. A metodologia aqui adotada está em sintonia com a PNGATI e os instrumentos para gestão ambiental e territorial em TI (BRASIL, 2012b) e com os ODS (ONU,2015).

As contribuições práticas da pesquisa estão contempladas no capítulo cinco que expõe os resultados alcançados e a discussão à luz do embasamento teórico-metodológico e de estudos sobre experiências indígenas. Feita a contextualização e caracterização da área em estudo, são tratados aspectos da estrutura paisagística e das percepções socioambientais e culturais das comunidades evidenciadas nas oficinas participativas de diagnóstico e de mapeamento social, com ênfase à realidade da comunidade Mendonça do Amarelão. Os dados estão sintetizados na construção dos mapas temáticos de caracterização da área e seu entorno e nos mapas sociais, bem como no semáforo socioambiental e cultural e de carta-imagem.

Em decorrência dos impactos impostos pela pandemia por Covid-19 (decretada desde março/2020, seus desdobramentos e o surgimento das novas variantes) que ainda não cessou, foi necessário redimensionar a metodologia. Desse modo, foram realizadas entrevistas no formato remoto, fundamentais para complementar as informações obtidas nas oficinas participativas e para a elaboração dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade. Além disso, mediante as prioridades e interesses internos das comunidades, a etapa de projeção de cenários, conforme indicado pelo orientador desta pesquisa, adquiriu o formato técnico-científico tendo como ponto de partida as percepções e demandas locais apontadas pelos participantes da pesquisa.

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

As ciências – e as metodologias que lhes são inerentes – surgiram, historicamente, como fruto da necessidade de sobrevivência em ambientes particulares (*Ecosistêmica* – BRANCO, 2014, p.41).

No universo dos vários saberes, a ciência é uma forma de busca do conhecimento que não é exclusivo, nem conclusivo e nem definitivo, mas segundo Minayo (2016), na sociedade ocidental a ciência assume a forma hegemônica de construção da realidade. Assim, no horizonte da desconstrução desse entendimento, os conceitos que direcionam a percepção e compreensão crítica da realidade social aqui estudada refletem a ênfase dada a importância do diálogo de saberes, a adoção do viés interdisciplinar e a preferência por metodologias anticoloniais, na perspectiva da necessária visão sistêmica da relação entre sociedade e natureza e dos humanos entre si, com realce aos povos indígenas.

### 2.1 Ciências Ambientais e Interdisciplinaridade

Enrique Leff (2000, p.261), sociólogo e ambientalista mexicano, afirma que a problemática ambiental “é o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza”. Para o autor, a interdisciplinaridade é necessária para sobrepor a fragmentação do conhecimento, característica do logocentrismo da ciência moderna que em grande medida é responsável pela degradação do ambiente, associado à racionalidade tecnológica e ao livre mercado.

Nessa linha, Philippi Junior et al. (2016, p.30) entendem que o “reconhecimento da relação de interdependência entre sociedade e natureza” e a busca por soluções da problemática socioambiental requerem pesquisas que “demandam uma visão sistêmica da realidade e ações e métodos de caráter interdisciplinar”. Conforme os autores, a prática da interdisciplinaridade coloca-se como necessidade emergente, mais do que em qualquer outra época.

No Brasil, a institucionalização das áreas de pesquisa em Interdisciplinaridade e, em Ciências Ambientais<sup>8</sup> a partir de 2011, acontece através do Sistema Nacional de Pós-

---

<sup>8</sup> Ciência ambiental é o estudo interdisciplinar que utiliza conhecimentos das ciências físicas (como biologia, geologia e química) e das ciências humanas e sociais (como geografia, antropologia, sociologia, economia, política e ética) para saber como a natureza funciona, como a sociedade interage com o meio ambiente e como pode lidar com os problemas ambientais (*Ecologia e sustentabilidade*. Miller e Spoolman, 2013). Desse modo, o Cientista ambiental, embasado nestes conhecimentos, busca propor soluções para os problemas ambientais (*Ciência ambiental*. Miller Junior, 2012), isto é, socioambientais.

graduação *stricto sensu* com a oferta de cursos de doutorado e de mestrados acadêmico e profissional. Assim, a interdisciplinaridade passa a ser incorporada nas práticas de professores e pesquisadores “como concepção, processo e forma de produzir conhecimentos, impulsionada pela necessidade de interligar saberes” (PHILIPPI JUNIOR et al., 2016, p.38).

Cada disciplina tem forma e método próprios de conhecimento que devem ser respeitados e valorizados nos estudos com áreas convergentes, “possibilitando a concepção de metodologia integrada” ao incorporar “elementos considerados positivos de cada disciplina”. Todavia, “quem adentra a interdisciplinaridade tem que estar aberto a revisar seus paradigmas e implica em deixar o conforto disciplinar de sua atuação”. Os autores acrescentam que “na pesquisa em ciências ambientais, tomando como perspectiva a interdisciplinaridade, esse conforto é colocado à prova, inclusive porque a posição disciplinar consolidada continua sendo altamente respeitada, mas possivelmente demande relativizações” (PHILIPPI JUNIOR et al., 2016, p.40-41).

A Carta da Transdisciplinaridade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (1999), elaborada no primeiro congresso mundial de Interdisciplinaridade e que tem no comitê de redação o antropólogo, sociólogo e filósofo francês, Edgar Morin, afirma nos artigos 2º, 3º e 4º:

o reconhecimento da existência de diferentes níveis de realidade, regidos por lógicas diferentes é inerente à atitude transdisciplinar (...). A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma visão da natureza e da realidade (...). O ponto de sustentação da transdisciplinaridade reside na unificação semântica e operativa das acepções através e além das disciplinas. Ela pressupõe uma racionalidade aberta por um novo olhar, sobre a relatividade das noções de definição e objetividade (FREITAS, MORIN e NICOLESCU, 1999).

Em comunidades indígenas, sobretudo, as prioridades precisam ser evidenciadas pelos atores sociais locais. Desse modo, a etnoecologia, enquanto possibilidade de pesquisa transdisciplinar, foca na interação humanos-ecossistemas e tem por base os conhecimentos locais. Além de valorizar o empoderamento dos conhecimentos tradicionais na interpretação dos fenômenos naturais, se interessa pelas condições nas quais estão inseridos os processos de aquisição e transformação do conhecimento (POSEY, 2003; MEDEIROS e ALBUQUERQUE, 2012; PRADO e MURIETA, 2015).

Assim, dado o desafio interdisciplinar e a relevância do diálogo entre saberes no planejamento e gestão das paisagens, com ênfase aos etnoconhecimentos, nesta pesquisa são considerados relevantes os conceitos de paisagem, que possibilita uma visão das interações

entre humanos e natureza na sua totalidade; de território e territorialidade, tanto na perspectiva da geografia quanto da antropologia; de autoidentificação e empoderamento, que visam a autonomia dos povos; e de sustentabilidade com ênfase ao local.

## **2.2 Diálogo de saberes: etnoconhecimentos e sustentabilidade**

Alcançar o potencial humano e do desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades (Agenda 2030, ONU, 2015).

Diante da atual crise socioambiental de proporções planetárias, considerada por vários intelectuais também como crise do conhecimento, a fragmentação do conhecimento passa a ser criticada com ênfase ao papel ético da ciência na intervenção do ambiente natural e no retorno social. Assim, em meados do século XX começam a surgir questionamentos sobre o sentido e os limites da ciência.

Uma leitura esclarecedora acerca dos paradigmas eurocêntricos predominantes na ciência moderna evidencia que suas pretensões de superioridade aprofundaram desigualdades inclusive no interior da própria ciência, gerando uma classificação do conhecimento, que acarreta em visões preconceituosas de áreas não objetivas, a exemplo das ciências humanas.

Nas palavras de Porto-Gonçalves (2004, p.9), geógrafo brasileiro, “o humano [a humanidade] é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza”.

Edgar Morin (2003, p.26), em crítica ao que chama de “cegueiras do conhecimento”, fala sobre o “grande paradigma do Ocidente, formulado por Descartes e imposto pelo desdobramento da história europeia a partir do século XVII”:

O paradigma cartesiano separa o sujeito e o objeto, cada qual na esfera própria: a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva do outro. Essa dissociação atravessa o universo de um extremo a outro: sujeito/objeto; (...) qualidade/quantidade; (...) sentimento/razão.

O pensador afirma que “este paradigma determina dupla visão do mundo (...): de um lado, o mundo dos objetos submetidos a observações, experimentações, manipulações; de outro, o mundo de sujeitos que se questionam sobre problemas de existência, de comunicação, de consciência, de destino” (MORIN, 2003, p.27).

Assim, acerca das incertezas e possibilidades do conhecimento Morin (2003, p.31,32) diz que “devemos compreender que existem condições bioantropológicas (as aptidões do cérebro/mente humana), condições socioculturais (a cultura aberta, que permite diálogos e troca de ideias)” e que necessitamos “de um paradigma que permita o conhecimento complexo”.

Leff (2012) enfatiza que a ciência moderna em busca de objetividade fracionou o conhecimento e que relacionar a crise socioambiental à crise do conhecimento abriu uma nova perspectiva epistemológica, onde o ambiente passa a ser pensado como espaço de articulação entre sociedade e natureza, entre ciências sociais e ciências naturais, buscando reintegrar a distinção entre objeto real e objeto do conhecimento.

Especialmente a partir do movimento Iluminista foram consolidadas, juntamente com a ideia de colonialidade/modernidade, concepções de humanidade que diferenciam as populações entre inferiores/superiores, primitivos/civilizados, tradicionais/modernos. Assim, foram sendo classificadas novas identidades como índios e negros, além das geoculturais do colonialismo como África e América (QUIJANO, 2010).

Assim, o contexto da ciência moderna enquanto epistemologia dominante com pretensão de universalidade, está fundamentado em duas diferenças, a cultural do mundo moderno cristão ocidental e a política do colonialismo e capitalismo, que representa as distribuições desiguais do poder. Essa dupla intervenção resultou em “epistemicídio”, ou seja, reduziu a diversidade epistemológica, cultural e política ao desperdiçar a variedade de experiências sociais com a supressão ou mesmo extinção dos conhecimentos locais dos povos colonizados. Destes, os que sobreviveram foram reduzidos a utilizáveis como “matéria-prima para o avanço do conhecimento científico”, conforme destacam Santos e Meneses (2010, p.16-17).

Anibal Quijano (2010), sociólogo e pensador humanista peruano, esclarece que a partir da constituição da América Latina o poder capitalista emergente se torna mundial, eurocentrado e passa a ter como eixos principais colonialidade e modernidade. Por isso, ao desenvolver o conceito de “colonialidade do poder”, afirma que o eurocentrismo tem caráter etnocêntrico para além da perspectiva cognitiva dos europeus, atingindo também aos intelectuais que tiveram formação sob sua hegemonia. Explica a distinção entre os termos colonialismo e colonialidade. O primeiro está relacionado estritamente a uma estrutura de dominação/exploração, enquanto colonialidade é um elemento específico do padrão mundial do poder capitalista, impondo uma classificação racial/étnica que opera nas dimensões materiais e subjetivas.

O autor menciona que enquanto regime cultural e civilizacional e sua capacidade de resiliência, para além do colonialismo político, a dimensão polifacetada do capitalismo global, ainda permanece na forma de colonialidade de poder e de saber, visto que no pensamento eurocêntrico, o sujeito considerado racional é europeu e o não-europeu é o objeto de conhecimento. “Como corresponde, a ciência que estudará os europeus chamar-se-á ‘sociologia’. A que estudará os não-europeus chamar-se-á etnografia” (QUIJANO, 2010, p.112).

De forma crítica, Quijano (2010, p.112) enfatiza ainda que diferente do que previa a teoria eurocêntrica do capitalismo, a visão evolucionista das classes e das sociedades era insuficiente para compreender a passagem do “pré-capitalismo” ao “capitalismo” em relação às experiências do “Terceiro Mundo”, onde as relações de poder são complexas e heterogêneas.

Nessa linha, Leff (2010, p.85-86) acrescenta que “a partir das conquistas, da colonização, da instauração de uma racionalidade modernizadora hegemônica (...), o processo de racionalização social, constrói uma ‘jaula de ferro’” (...). De tal modo, “hierarquizando e dando o mais alto valor à ciência que as outras formas de pensar e de sentir, subjugando os saberes culturais, os saberes pessoais”. Para o autor, “chegamos a essa crise de insustentabilidade regida por eixos de racionalização da vida; o eixo da racionalidade teórica, da racionalidade tecnológica, da própria ideia de racionalidade como uma condução das ações de algum modo predeterminadas e conduzidas para fins já definidos”.

Segundo Leff (2010, p.86), dessa crise de racionalidade surge o “pensamento ambiental e sua energia descolonizadora”, para além da “desconstrução do logocentrismo na ciência”. O autor destaca o movimento sobre a descolonização do pensamento tão evidente na América Latina. Justifica seu posicionamento ao afirmar que os povos indígenas da América Latina dentre outros, sofreram, além das conquistas dos seus territórios pela apropriação dos recursos naturais, “a colonização das mentes, de suas cosmovisões, dos pensamentos próprios (...) que surgiram de seu modo de interagir com a natureza”. É importante salientar que é fundamentada nesse entendimento a preferência por autores, conceitos e ideias destacados ao longo deste estudo.

O saber ambiental surge como uma mudança de paradigma que, para além da visão sistêmica proposta por vários teóricos, conduz, segundo Leff (2012, p.25), “a uma nova racionalidade e a novas estratégias de poder no saber que orientam a apropriação subjetiva, social e cultural da natureza”. A epistemologia ambiental “dá um salto” ao pensar o saber ambiental na perspectiva política da diversidade e da diferença, dando lugar a saberes

subjugados e propõe a construção de novos conceitos que incluam as significações culturais atribuídas à natureza, na relação entre o real e o simbólico. Pelo diálogo de saberes a reinvenção das identidades e a ética da outridade abrem um futuro sustentável.

A epistemologia ambiental é um saber para a vida ao estabelecer as bases para a articulação teórica das ciências e abrir o conhecimento para um “diálogo de saberes”. É um percurso para conhecer o que é o ambiente, onde: “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza, através das relações de poder inscritas nas formas dominantes do conhecimento” (LEFF, 2012, p.30-31).

O saber ambiental propõe a questão da diversidade cultural no conhecimento da realidade, mas também o problema da apropriação de conhecimentos e saberes dentro de diferentes racionalidades culturais e identidades étnicas. O saber ambiental (...) gera um conhecimento científico mais complexo e objetivo; também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos.

Leff (2012, p.51, 56) acrescenta que “a configuração do saber ambiental emergente une-se aos processos de revalorização e reinvenção de identidades culturais (...), isto é, “reconhece as identidades dos povos, suas cosmologias e seus saberes tradicionais” e, ainda, “impulsiona novas estratégias conceituais para construir uma nova racionalidade social”. De maneira enfática, Leff diz que “o saber ambiental procura saber o que as ciências ignoram porque na lógica da descoberta científica seus paradigmas teóricos lançam sombras sobre o real, desconhecem outros campos científicos e avançam subjugando saberes”.

Em sentido análogo, a ecologia de saberes proposta por Boaventura Santos (2010, p.66), sociólogo português e defensor da justiça cognitiva global, se refere ao “conhecimento com” em vez da prática tradicional de fazer ciência sob a lógica de “conhecimento sobre”. Isto é, a valorização dos saberes que resistiram. Para ele, existem diferentes critérios de validade para os conhecimentos de acordo a pluralidade epistemológica. Por isso, adverte que “a ecologia de saberes capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para que aquilo que não sabemos é ignorância nossa, não ignorância em geral”. A proposta de Santos se assemelha também às ideias de Paulo Freire.

A ecologia de saberes se operacionaliza pela formação de redes de saberes interculturais, com uma ofensiva metodológica que problematize a realidade cotidiana e que estabeleça um diálogo entre todos. Santos cita o exemplo dos movimentos pela terra no Brasil, de camponeses, quilombolas e indígenas, que “têm diferentes concepções de terra, trabalham a

partir de diferentes temporalidades”. Para indígenas e quilombolas a luta pela terra é também pelo território, como parte de sua identidade e não apenas como fonte de matéria prima. Nessa perspectiva, o autor propõe que as universidades formem “rebeldes competentes” em vez de “conformistas” que “ratificam o presente injusto” (SANTOS, 2018, p.85-86).

Nessa linha crítica, o físico brasileiro com formação também nas ciências sociais, Márcio D’Oliveira Campos (2019), já havia proposto em 1991 o termo “SULear” em oposição a “NORTEar”, tanto para contrariar a lógica eurocêntrica dominante como para dar visibilidade às perspectivas do sul do planeta. Campos faz crítica à convenção imposta dos pontos cardeais como referencial de localização na perspectiva do europeu – na parte “de cima” do planeta. Ele faz ainda interessante observação sobre o sol nascente, do lado do oriente – referencial em qualquer local, permite a “ORIENTação”.

Corroborando com esta proposta, o renomado educador brasileiro Paulo Freire (2009, p.24), na sua obra “Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido”. Ao esclarecer uma das suas experiências, evidencia a conotação ideológica contida nos termos e chama a atenção para a importância do debate junto “com os participantes:

Foi repetindo o caminho tradicional do discurso *sobre*, feito aos ouvintes, que passei ao debate, à discussão, ao diálogo em torno do tema *com* os participantes. (...) apesar de alguns anos de experiência como educador, com trabalhadores urbanos e rurais, eu ainda quase sempre partia do meu mundo, sem mais explicação, como se ele devesse ser o “sul” que os orientasse. Era como se minha palavra, meu tema, minha leitura do mundo, em si mesmas, tivessem o poder de “suleá-los”.

Em abordagem sobre o conhecimento indígena, Masolo (2010) reforça que a dicotomia entre tradição e modernidade desqualificou os saberes não-ocidentais como conhecimentos tradicionais, residuais do passado. Paradoxalmente esses saberes que resistiram são considerados modernidades alternativas e é nessa perspectiva, segundo Masolo, que se fundamenta a aproximação entre ciências naturais e sociais, que valorizam o conhecimento endógeno e o indígena enquanto sujeito. Para ele, a qualificação “etnos” atribuída ao termo conhecimento, e no plural, é no sentido de que mesmo os conhecimentos classificados como científicos são etnocientíficos, visto que as pesquisas sempre partem dos conhecimentos locais.

Com o processo de descolonização teóricos pós-colonialistas têm reivindicado a “descolonização da mente”. Passou-se a ter consciência da importância de considerar os conhecimentos locais nos processos de desenvolvimento, bem como nas pesquisas acadêmicas (MASOLO, 2010).

Com base na explanação dos autores supracitados, a Figura 1 representa a percepção sobre a importância das ciências ambientais na promoção da religação dos saberes, através do método interdisciplinar e na busca por soluções para a problemática socioambiental, ao subsidiar políticas públicas sustentáveis – conforme se propõe neste estudo –, contribuindo ainda para reforçar a necessária conexão entre universidade e sociedade.

**Figura 1** – Fluxograma: Ciências ambientais, interdisciplinaridade e subsídios às políticas públicas



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Desse modo, “abre-se assim um diálogo de saberes e uma hibridação entre ciências, tecnologias e saberes populares que atravessam o discurso e as políticas do desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2012, p.64)

O termo desenvolvimento sustentável surge com o despertar humano sobre a finitude dos recursos naturais (PHILIPPI JUNIOR et al. 2016). De acordo com o conceito clássico esboçado no Relatório Brundtland (CMMAD, 1991, p. 09), que resultou da primeira conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano em Estocolmo-Suécia em 1972, Desenvolvimento sustentável<sup>9</sup> é aquele: “que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, de modo a assegurar que o progresso humano seja sustentável para as próximas gerações em seu processo de desenvolvimento. O conceito enfatiza as variáveis ambiental, social e econômica.

Conforme Leff (2010, p.32), “os desafios da sustentabilidade, da sobrevivência e da convivência humana no planeta levam-nos a questionar a realidade que foi construída com base em uma racionalidade antiecológica como realidade imutável”. Por isso, afirma que “a

<sup>9</sup> Na PNPCT (BRASIL, 2007) é definido como: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável traz desafios como a busca por novos padrões de desenvolvimento que inclui questões como a preservação dos recursos naturais, fontes alternativas de energia, políticas públicas para o ambiente e o “reencantamento” com a natureza (GIANSANTI, 1998).

sustentabilidade é uma maneira de abrir o curso da história, um devir que se forja recriando as condições da vida no planeta e os sentidos da existência humana”.

Para o autor “o campo discursivo da sustentabilidade não emerge do desenvolvimento do conhecimento, mas como efeito do limite do crescimento econômico: da racionalidade econômica, científica e instrumental que objetiva o mundo e domina a natureza”. E acrescenta que “das margens da racionalidade dominante, surge o ambiente como a falta de conhecimento (...) que impulsiona as posições diferenciadas pela apropriação da natureza (...) no campo conflituoso do desenvolvimento sustentável” (LEFF 2012, p.63).

Na compreensão do economista brasileiro Clóvis Cavalcanti (2012): “o desenvolvimento sustentável é aquele que dura. Quem o sustenta em primeiro lugar é a natureza, o ecossistema, do qual dependemos para tudo”. Os limites ambientais, tecnológicos e econômicos impõem buscar de forma consciente a sustentabilidade, buscar um futuro seguro, “sem ameaças de colapso”. Cavalcanti diz que o que é possível é construir uma escala de sustentabilidade, comparando diferentes situações reais. Por exemplo, afirma que as “sociedades indígenas no Brasil que tinham 12.000 anos de existência quando os portugueses chegaram”, foram sustentáveis em contraposição com sociedades dos colonizadores.

O ecoteólogo brasileiro, Leonardo Boff (2012, p.45), reconhecido internacionalmente no meio científico por sua participação na elaboração da Carta da Terra entre outros documentos em defesa das questões socioambientais, evidencia a contradição entre os termos desenvolvimento e sustentabilidade. Afirma que o primeiro é linear, deve ser crescente, gera riqueza pela exploração da natureza, mas gera também pobreza aprofundando as desigualdades sociais. Ao contrário, a categoria sustentabilidade, que provém da biologia e da ecologia, tem uma lógica circular e de inclusão: “representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos”.

Assim, Boff (2012) propõe um conceito ampliado de sustentabilidade que seja “o mais incluyente possível”, numa visão holística mais integradora e compreensiva e que “pretende ser sistêmica (cada parte afeta o todo e vice-versa), ecocêntrica e biocêntrica”. Para ele, a sustentabilidade é medida pela capacidade de conservação do capital natural, permitindo que se recupere, através da inteligência humana.

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural

seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p.107).

Boff esclarece os termos que utiliza. Sustentar “todos os seres” que são parte do universo, se refere a superação radical do antropocentrismo. Sustentar “a Terra viva” base para todas as outras formas de sustentabilidade, se refere aos direitos da Mãe Terra – Gaia – e aos nossos deveres com esta. Sobre sustentar a “comunidade de vida”, afirma que “interexistimos”, pois todos portamos o mesmo “alfabeto genético”. Sustentar a “vida humana”, se refere ao ser mais complexo, portador de qualidades supremas como consciência, inteligência, sensibilidade e amor. Atender as “necessidades humanas”, deve ser através do “uso sábio, medido e suficiente dos bens e serviços”; e as “necessidades das gerações” pela distribuição equitativa dos bens e serviços, numa relação de cooperação com a Terra. Sustentar a “comunidade de vida” na qual vivem e convivem os humanos, também micro-organismos, fauna, flora e as paisagens “e tudo que forma o mundo humano” (BOFF, 2012).

Para Leff (2012, p.63), os sentidos diferenciados de apropriação da natureza são formulados em diferentes “contextos ecológicos, geográficos, culturais, econômicos e políticos específicos”. Desse modo:

as leis-limite da natureza e da cultura, as categorias de território, de hábitat, de autonomia, estabelecem o vínculo entre o real e o simbólico na reinvenção das identidades coletivas e a constituição de novos atores sociais que configuram estratégias diferenciadas de apropriação da natureza e construção de mundos de vida.

Portanto, o caminho da sustentabilidade deve partir do local, respeitando os ecossistemas com suas diversas formas de vida, viabilizando o desenvolvimento e priorizando o ser humano em detrimento do capital, visto que a sustentabilidade não acontece de cima para baixo, mas no local (BOFF, 2012).

Na proposta aqui adotada de diálogo entre saberes não hierarquizados, convém trazer percepções que corroboram com o conhecimento científico. Nessa mesma perspectiva teórica, Francisco (2015), primeiro Papa latino-americano, que tem visão e vivência do Sul do planeta, também chama a atenção na sua Carta Encíclica “*Laudato si'*: sobre o cuidado da casa comum”. É enfático quando diz que o planeta Terra está adoecido. Considerada importante marco documental, a carta aponta elementos centrais da crise socioambiental e do papel político das nações. Francisco chama de “fraqueza de reações” a submissão política internacional às “finanças”, ou seja, ao capital e à “tecnologia”, que podem ser interpretados como acesso tecnológico dos ricos em detrimento da pobreza da maioria.

Perante a problemática socioambiental e a necessária busca pela sustentabilidade foram elaborados alguns documentos internacionais aqui destacados. A Declaração do Milênio da ONU de 2000, fruto da parceria global para reduzir a pobreza extrema, estabeleceu metas para serem alcançadas até 2015. Neste ano, representantes de 193 países adotaram a Agenda 2030, a nova agenda mundial formada pelos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS com metas para equilibrar a prosperidade humana com a proteção do planeta e que devem ser implementadas por todos os países do mundo até o ano 2030 (ONU, 2015). Segundo Chavarro et al. (2017), praticamente todos os 17 ODS têm relação direta ou indireta com os povos indígenas, uma vez que se referem às dimensões sociais, econômicas e ambientais e tratam da gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento e o fortalecimento dos mais diversos grupos humanos, notadamente os menos assistidos.

A proposta dessa nova agenda mundial é criar “junto” um caminho para o Desenvolvimento Sustentável. Portanto, cada Estado exerce livremente “sua soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica”. Na agenda é reafirmada a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de outros instrumentos internacionais sobre direitos humanos e direito internacional, com destaque para a efetivação da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.

A importância sobre o empoderamento é enfatizada no documento (ONU, 2015, p.8) que diz: “as pessoas que estão vulneráveis devem ser empoderadas”. E ressalta que na categoria de vulneráveis estão incluídos os povos indígenas: “todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (...), pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e migrantes”. Com base nesse entendimento, os representantes decidiram por medidas e ações mais eficazes, “em conformidade com o direito internacional”, para reforçar o apoio e atender às necessidades especiais.

Alguns dos 17 ODS explicitam relação direta com as questões dos povos indígenas. No ODS-2 que trata sobre “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, uma das metas é “dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores”. Nesta meta está previsto o “acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola” (ONU, 2015, p.20).

O ODS-4 visa “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”. Uma das metas é garantir a igualdade de acesso em todos os níveis de educação e formação profissional e eliminar as disparidades de gênero, especialmente incluindo os mais vulneráveis. Como já enfatizado, nessa categoria estão incluídas “pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade” (ONU, 2015, p.23).

O ODS-10 objetiva “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. Uma das metas é “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”.

Em relação às questões sistêmicas da Agenda 2030 é reforçada a importância da parceria global, que deve ser complementada por parcerias multissetoriais em especial nos países em desenvolvimento. A respeito dos “dados, monitoramento e prestação de contas” um destaque é “reforçar o apoio à capacitação (...) para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais” (ONU, 2015, p.39).

Os povos indígenas são salientados também nas formas de “acompanhamento e avaliação” para a implementação da agenda, que “devem ser regulares e inclusivas, conforme as circunstâncias, políticas e prioridades de cada país” e com base em dados acessíveis e confiáveis. “Tais avaliações devem recorrer a contribuições dos povos indígenas”, sociedade civil, setor privado e parlamentos nacionais; outras instituições também podem apoiar esse processo (ONU, 2015, p.46-47).

Os ODS apontam também sobre a importância de assegurar uma educação inclusiva e a redução das desigualdades, além do empoderamento de populações vulneráveis, nas quais se incluem os povos indígenas. Embora cada país tenha desafios específicos na busca pelo Desenvolvimento Sustentável, representantes mundiais se comprometem em buscar alcançar todos os povos e nações com melhorias na qualidade de vida das pessoas e do planeta, utilizando diferentes formas para atingir as metas dos 17 ODS.

Com o agravamento dos problemas socioambientais, em 2018 a ONU divulgou um relatório especial sobre as mudanças climáticas, o *Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*, com estimativas científicas apontando que as atividades humanas têm causado cerca de 1,0°C de aquecimento global, superior aos níveis pré-industriais (1850-1900) e com uma

variação em torno de 0,8°C a 1,2°C. Desse modo, há grande probabilidade de que a temperatura do planeta chegue a 1,5°C entre o período de 2030 e 2052, caso continue no ritmo atual (ONU, 2018).

Em outro importante relatório que trata sobre o desenvolvimento humano e que traz como tema central as desigualdades, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (ONU, 2019) sinaliza sobre o contexto mundial. Intitulado "Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI", o documento apresenta o Brasil em destaque. Mesmo considerando o aumento progressivo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH brasileiro nos últimos anos, o relatório constata que 10% das famílias brasileiras mais ricas dispõem de 55% da riqueza total. No atual cenário político, acentuado com os impactos da pandemia da Covid-19, verifica-se o agravamento dessa desigualdade.

O Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2020 que trata sobre os reflexos da Covid-19 para o futuro do Desenvolvimento Sustentável, é uma ferramenta não oficial complementar aos esforços oficiais para monitorar os ODS. Entre outros aspectos destaca lacunas no desempenho dos ODS nos países do G20, que tem a participação do Brasil e é o principal fórum da ONU para cooperação econômica internacional. Neste, são discutidas questões financeiras, sociais e econômicas e são apresentadas as principais limitações e perfis dos países. Abrange ainda indicadores dos ODS e debate sobre o futuro dos objetivos em relação à pandemia (SACHS et al., 2020). Quatro ODS são considerados vitais para a recuperação sustentável no período pós pandemia do Covid-19: ação contra a mudança global do clima; vida terrestre; vida na água; consumo e produção responsáveis.

No enfrentamento da problemática socioambiental, a educação ambiental é apontada como medida mitigadora, pois tem por objetivo inserir nos processos educativos temas que discutam e promovam a melhoria do ambiente e da qualidade de vida. (LOUREIRO, LAYRARGUES e CASTRO, 2006). Consideradas prioritárias as relações econômicas e culturais entre humanos e natureza e dos humanos entre si, a educação ambiental torna-se imprescindível e deve ser entendida como educação política, visto que prepara os cidadãos para exigirem justiça social, cidadania local, nacional e planetária, ética e autogestão nas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 2001). A educação ambiental possibilita além da reflexão crítica, a revisão de atitudes, isto é, estimula mudanças de valores e de comportamentos.

Leff (2011, p.214) compreende que na era da crise ambiental a educação deve ser para além da qualidade de vida, deve incluir no debate a felicidade, pois “a felicidade se

entrelaça nas formas de ser do mundo”. Além disso, é uma das possíveis ferramentas de sensibilização da população em geral sobre os problemas ambientais. Boff (2013) vai além ao associar a felicidade humana à saúde do planeta:

Homem vem de *húmus*, terra fecunda, terra fértil. Então, se nós estamos doentes, adoecemos a terra. Se a terra está doente hoje pela excessiva agressão industrialista, pelo desflorestamento, pelo mau trato que fazemos das águas e dos solos, isso se reflete em nós, na perda de equilíbrio e no mal-estar generalizado da cultura. Então, felicidade, saúde do planeta e saúde humana vão juntas. Nós não podemos ser felizes com um planeta infeliz. Nós somos aquela parte do planeta, que sente, que pensa, que ama, que cuida. Nós somos o planeta.

Por isso, visando passar de um modelo econômico predatório de “crescimento” para um estado de economia constante (SACHS, 2012), as comunidades devem participar ativamente do desenvolvimento sustentável, a exemplo das propostas dos Objetivos do Bem Viver em escala global (KAIN, 2018).

As populações tradicionais têm categorias próprias de nomear e classificar o ambiente. Por conviverem com a biodiversidade não enxergam como um recurso natural, mas como seres vivos que têm também valor simbólico e não apenas de uso (SILVA et al, 2016). Capra (2006, p.13) afirma que “podemos aprender com as sociedades que se sustentaram durante séculos. Podemos também moldar sociedades humanas de acordo com os ecossistemas naturais”.

Por isso, um conceito relevante nesta pesquisa é etnoconhecimento, segundo Alves e Albuquerque (2005) citados por Medeiros e Albuquerque (2012, p.33-34) “basicamente, trata-se do saber do ‘outro’ ou do pesquisado”. Os autores acrescentam que o termo tem sido frequentemente usado “na literatura especializada em substituição ao *conhecimento local*, saber local, ou *conhecimento tradicional*”.

Conforme explicam Medeiros e Albuquerque (2012), a etnoecologia é o campo da pesquisa científica transdisciplinar que estuda os pensamentos, sentimentos e comportamentos que servem de intermédio para as interações entre as populações humanas que os possuem e os demais elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais decorrentes dessas relações. Segundo Posey et al. (1984), a etnoecologia, que é a interseção entre as ciências naturais e humanas, compreende como indissociáveis as relações planta-animal-humano e considera os conhecimentos e experiências dos povos tradicionais na interpretação dos fenômenos naturais.

A pesquisa etnoecológica se ocupa principalmente das condições nas quais os processos de aquisição e de transformação do conhecimento estão inseridos (PRADO e

MURRIETA, 2015). Deste modo, a etnoecologia contribui para a elaboração de instrumentos de gestão da biodiversidade, a exemplo do etnomapeamento desenvolvido através de processos participativos de diagnóstico e planejamento para uso sustentável do território e da biodiversidade (SOUZA, BASSI e KUBO, 2011). A etnoconservação, enquanto especialidade da etnociência, valoriza os conhecimentos tradicionais como uma alternativa na conservação de áreas naturais (PEREIRA e DIEGUES, 2010).

Almeida (2015) esclarece que o empoderamento, outro conceito importante na perspectiva interdisciplinar desta pesquisa, considera os conhecimentos tradicionais no fortalecimento e autonomia das comunidades e, por isso, é tão relevante nas ciências sociais. Empoderamento se refere a capacidade das próprias comunidades realizarem as mudanças e ações que contribuem para a sua evolução e fortalecimento, conforme perspectiva freireana apontada por Baquero (2012).

São exemplos de empoderamento em comunidades com base nos seus conhecimentos etnoecológicos, a luta pela patente do guaraná pelos Sateré-Mawé da Amazônia brasileira. Primeiro povo indígena a utilizar e comercializar o guaraná como produto próprio, tem destaque em movimentos colaborativos nacionais e internacionais e é uma importante referência de sustentabilidade (FIGUEROA, 2016). Também na comunidade indígena Boruca, na Costa Rica, as máscaras coloridas de festas tradicionais, símbolo da luta contra os colonizadores espanhóis, passaram a ser produzidas pelas mulheres como uma fonte de renda (STALLAERT, 2016).

A etnoecologia é fundamental para a sustentabilidade, uma vez que contempla vários aspectos, como o social, o ambiental e o econômico, valorizando o empoderamento dos conhecimentos tradicionais de comunidades indígenas.

### **2.3 Território, paisagem e a perspectiva geossistêmica**

[O humano] é, pois, tal como todo ser vivo, parte de um *sistema ambiental*, cuja evolução – no caso, *evolução cultural* – é determinada a partir das modificações do meio ambiente. (Ecosistêmica, BRANCO, 2014, p.214).

A geógrafa brasileira Dirce Suertegaray (2017) afirma que a compreensão do espaço geográfico, que é dinâmico, evidencia a articulação entre natureza e sociedade. Ela afirma que a natureza possuída pelo humano “transfigura-se”, possibilitando diferentes leituras que podem ser feitas através de conceitos, onde cada um dá ênfase a uma dimensão da

complexidade. Por exemplo, o conceito de paisagem, envolve o aspecto econômico-cultural; o de território, questões políticas; o de lugar, envolve a existência objetiva e subjetiva; e, o de ambiente, a transfiguração da natureza. Sendo que cada uma dessas dimensões está contida nas demais. Portanto, a natureza adquire uma outra dimensão quando possuída pelo humano. Desse modo, o espaço geográfico pode ser pensado aberto a conexões que se expressam em diferentes conceitos que enfatizam uma dimensão da complexidade organizacional desse espaço. Com base na autora, os conceitos-chave da Geografia estão intrinsecamente relacionados, possibilitando uma visão interdisciplinar das relações sociedade e natureza.

Território<sup>10</sup>, na Biologia, se refere a área utilizada como espaço de vida, seja de animais ou plantas. Na Geografia Humana é um conceito associado a questão de dominação e disputa por posse de uma área por grupos ou nação. Já territorialidade, na ecologia, é a situação na qual os sujeitos defendem seus territórios próprios ou espaços exclusivos.

Haesbaert (2015), na perspectiva da geografia, evidencia a noção de território no sentido funcional, isto é, de seu papel enquanto recurso natural; e de territorialidade no sentido simbólico, pois incorpora as dimensões política, econômica e cultural.

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais e os objetos técnicos e culturais estabelecidos historicamente, onde adquirem significado real através das ações humanas. “Quando quisermos definir qualquer pedaço de território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.247).

Santos (2001, p.3) enfatiza, em leitura contextualizada referente aos impactos da globalização, que aspectos sobre a territorialização e a consequente exclusão social de grupos oprimidos, considerados cidadãos apenas formalmente, devem ser priorizados na possibilidade de uma cultura emancipatória. Ele afirma que o movimento indígena iniciado nas décadas de 1980-1990 é um exemplo de grande manifestação da reterritorialização, pela estreita identidade desses povos com seus territórios: “o movimento indígena é uma grande afirmação de que há relações sociais que são escritas em territórios e que só fazem sentido enquanto parte deles”. O autor chama a atenção para identidade com seus territórios e que, dentre outras consequências, o processo de globalização neoliberal tem promovido a desterritorialização desses grupos.

Na perspectiva antropológica, Oliveira (2016, p. 205) esclarece a diferença entre as noções de “territorialidade” e de “territorialização”. A primeira diz respeito a qualidade ou

---

<sup>10</sup> LIMA-E-SILVA et al. (2002), Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais.

estado próprio de cada cultura. Enquanto a segunda se refere a um processo ou ato político que envolve indivíduos, grupos e limites geográficos determinados, “exteriores a população considerada e resultante das relações de forças entre os diferentes grupos que integram o Estado”. Afirma ainda que o “processo de territorialização”:

é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola, as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil, as “comunidades indígenas” – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso).

Ainda sobre o processo de territorialização, Almeida (2008, p. 118) diz claramente que “é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado”.

No processo de territorialização, as relações comunitárias também estão em transformação e o que se chama de “comunidade tradicional” se constitui na passagem “de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização”. A “expressão identitária” dos diferentes processos de territorialização é “traduzida por extensões territoriais de pertencimento” (ALMEIDA, 2008, p.118).

Portanto, “a construção política de uma identidade coletiva, coaduna com a percepção dos agentes sociais” e resulta “numa territorialidade específica que é produto das reivindicações e lutas”. Esta territorialidade específica, por sua vez, “consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado” (ALMEIDA, 2008, p.119).

De acordo com Oliveira (2016) as atuais populações indígenas do Nordeste derivam das culturas autóctones envolvidas em processos distintos de territorialização. O primeiro, relacionado às missões religiosas que atraíam nativos de diferentes línguas e culturas para os aldeamentos, ocasionando uma “primeira *mistura*” interétnica, na segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII. Um outro, acontece no final do século XIX e primeira década do século XX, transformado em política indigenista direcionada para a expansão da fronteira econômica. Nesse indigenismo tutelar, passaram a ser administradas pelo Estado tanto as terras ocupadas por indígenas, como foi promovida a pacificação entre os indígenas e os regionais, resultando em uma “indianidade genérica” reconhecida pelos próprios sujeitos. Porém, antes, essas populações tinham relativa autonomia política e padrões culturais que divergiam dos regionais não indígenas.

Nas décadas de 1970-1980 acontece ainda outro movimento de territorialização. Oliveira (2016, p.212-213) se refere à mobilização política dos que passam a ser chamados de “índios emergentes” ou “novas etnias”, em decorrência do conhecimento público das reivindicações dos “que não eram reconhecidos pelo órgão indigenista”; fazendo surgir termos como “etnogênese”, “emergência étnica” e “novas etnicidades”. É o caso, por exemplo, das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte evidenciadas neste estudo.

Oliveira esclarece que a etnicidade supõe tanto uma trajetória histórica e determinada por fatores múltiplos, como uma origem, “que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas”. É próprio das identidades étnicas que a “atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem”, mas reforça. “É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade” (OLIVEIRA, 2016, p.215).

São compreendidos como “territórios tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, conforme disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, instituída pelo Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007). A PNPCT define Povos e Comunidades Tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A diversidade cultural é um dos mais preciosos tesouros, nas palavras de Morin (2003, p.57), as culturas “são aparentemente fechadas em si mesmas para salvaguardar sua identidade singular. Mas, na realidade, são também abertas (...)”. Ele afirma que as assimilações de uma cultura a outra podem ser enriquecedoras. Ao contrário, a “desintegração de uma cultura sob o efeito destruidor da dominação técnico-civilizacional é uma perda para a humanidade.

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se produz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social (MORIN, 2003, p.56)

As culturas são dinâmicas e influenciam-se mutuamente. Logo, as mudanças não significam perda de identidade. Porém, ainda há uma visão equivocada no senso comum dos brasileiros sobre as culturas nativas, reforçada pela mídia preconceituosa e por teóricos com formação europeizada, ao entenderem que para serem reconhecidas deveriam permanecer semelhantes ao período das colonizações. Isso vale especialmente em relação aos modos de viver dos indígenas que habitam próximo à costa brasileira onde as imposições socioculturais, políticas e econômicas desde a colonização europeia foram mais impactantes.

Já o conceito de paisagem<sup>11</sup>, sempre esteve permeado pelo dilema do confronto entre objetividade e subjetividade, enfatizados respectivamente pela paisagem natural e paisagem cultural, conforme verificado em levantamento teórico feito por Haesbaert (2015). O autor destaca que a paisagem cultural tem o aspecto objetivo, ao enfatizar as formas construídas pelos humanos e o aspecto da percepção, definida pela escala dos sentidos de cada indivíduo.

Em estudo sobre a paisagem como possibilidade metodológica na geografia física, Bertrand (2004) diz que a paisagem é, em uma porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, por isso instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reagem dialeticamente, formando um conjunto indissociável e único em permanente evolução. A paisagem total integra todos os reflexos das ações antrópicas. Por isso, Bertrand afirma que mesmo as paisagens denominadas “físicas” frequentemente são alteradas pela ação antrópica.

Para Santos (2010b, p.152-153), o espaço formado por objetos, é ele próprio um objeto de observação, que “pode ser recortado e analisado sob diversos ângulos”, por exemplo a partir da escala do olhar do indivíduo, visto que a paisagem, como forma visível, é a que “mais se aproxima da realidade do indivíduo em todos seus aspectos cognitivos sensoriais”. E enfatiza: “a imagem da paisagem surge no momento em que uma fração de espaço passa a ser apreendido e representado”, que pode ser através de representações cartográficas ou simbólicas, resultando em mapas por exemplo.

Amorim e Silva (2016, p.55-56) também afirmam que a “a paisagem constitui, por essência, uma categoria de análise da geografia, permitindo uma visão sistêmica da relação sociedade-natureza. (...) A sociedade cria laços com o lugar através da apropriação e identidade”, sendo a paisagem importante referência dessa relação de pertencimento. Os autores destacam dentre múltiplas finalidades da leitura e compreensão da paisagem na escala do lugar, a gestão ambiental do território.

---

<sup>11</sup> Porção que se abrange com a visão, de um terreno ou cenário (LIMA-e-SILVA et al., 2002).

Nessa linha, os geógrafos Mateo Rodriguez e Edson Vicente (RODRIGUEZ e SILVA, 2002, 2016), este brasileiro e aquele cubano, esclarecem que a paisagem é a manifestação formal do território, é a interpretação do espaço e se configura em categoria transdisciplinar de análise, articulando objetividade e subjetividade. Assim, propõem a concepção das paisagens a partir da visão geossistêmica, por ser uma visão totalizadora das interações entre sociedade e natureza. De acordo com os autores, com base na visão sistêmico-dialética, o meio ambiente considerado o entorno natural e social, abrange três totalidades dinâmicas, isto é, em constante mudança, que são os sistemas humano, natural e social. Nesse entendimento, sugerem que as paisagens sejam classificadas a partir de uma visão geossistêmica.

Ao afirmarem ainda que “a paisagem permite visualizar a complexa interação entre sociedade e natureza”, Rodriguez e Silva (2016, p.338) enfatizam que a geoecologia das paisagens como visão sistêmica da análise ambiental, considera a natureza uma organização formada por esta interação, além dos sistemas humanos e sua capacidade de transformação dos sistemas naturais. Para os autores, a interação sociedade e natureza tem caráter dialético e complexo, contraditório, múltiplo e histórico. Por isso, mesmo transformada pela ação antrópica, a paisagem continua subordinada às leis naturais, embora menos estável que a paisagem original, uma vez que tem seu mecanismo natural de autorregulação alterado.

O geossistema<sup>12</sup>, por sua vez, corresponde a dados ecológicos relativamente estáveis e resulta da combinação de fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos. É um complexo essencialmente dinâmico e é formado por paisagens diferentes na maior parte do tempo, conforme esclarece Bertand (2004). O autor sugere que a maneira mais simples para definir o geossistema é pela vegetação correspondente que representa a melhor síntese do meio. Porém, afirma que nem sempre o tapete vegetal é o elemento característico ou dominante, a exemplo de regiões áridas.

Enquanto paradigma conceitual, a visão sistêmica possibilita a compreensão do todo e suas conexões, ou seja, “as relações de interdependência que caracterizam a *natureza* como um todo” (BRANCO, 2014, p.29). Para o físico austríaco Fritjof Capra (2001, 2006) a compreensão sistêmica da vida, cada vez mais presente na ciência, tem por base o entendimento de três fenômenos essenciais: o padrão da organização da vida se dá em rede; o ciclo de vida

---

<sup>12</sup> Geossistema designa uma entidade mais abrangente que o ecossistema ao considerar o todo, sem hierarquia entre os componentes. Enquanto o ecossistema é um sistema natural (bio-sistema), aberto, que inclui fatores físicos (abióticos) e biológicos (comunidade biótica) e suas interações. A ecologia, por sua vez, é a ciência que estuda a dinâmica dos ecossistemas (LIMA-e-SILVA et al., 2002, p. 89, 90, 124).

da matéria; e os ciclos ecológicos sustentados pelo fluxo constante de energia solar. Ele afirma que por meio da experiência ecológica na natureza, tem sido crescente a conscientização humana de que faz parte da teia da vida, proporcionando um senso de lugar ao qual pertence. Por isso, afirma que a sobrevivência humana depende da capacidade de entendimento correto dos princípios da ecologia e da vida, considerando a totalidade e suas conexões na leitura da realidade.

Também Leff (2010) afirma que a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social e não estritamente ecológica e que implica em mudança de paradigma. E ainda, que a problemática ambiental “é o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza”, daí a importância da abordagem holística.

Dentre as contribuições da abordagem sistêmica na geografia, Vicente e Perez Filho (2003) destacam o aprimoramento dos conceitos de planejamento e gestão (diagnose/prognose) numa perspectiva ambiental, onde são priorizadas as relações sociedade-natureza na sua dinâmica temporal e organização espacial prioritariamente acerca das suas particularidades.

Assim, a paisagem é a manifestação visível da natureza, enquanto o mapa é o retrato da paisagem (SUERTEGARAY, 2017). Segundo Bertand (2004), para cartografar as paisagens, é necessário escolher uma linha mestra fornecida pelo tapete vegetal. Ele indica que o essencial do trabalho se efetua no terreno, por meio de levantamentos geomorfológicos, pedológicos e fitogeográficos, do exame das águas artificiais, de observações meteorológicas, sobre o sistema de valorização econômica etc.

## **2.4 Planejamento das paisagens: possibilidades metodológicas**

O planejamento ambiental é a identificação de objetivos sociais e econômicos adequados ao ambiente físico, além da criação de procedimentos para alcançar os objetivos propostos. Enquanto a gestão ambiental diz respeito às formas como são gerenciadas as atividades em relação ao ambiente, ao uso dos recursos naturais seja por organizações ou pelo governo, através de instrumentos de regulamentação e leis (LIMA-e-SILVA et al., 2002).

A Lei 6.938/1981 (BRASIL, 1981) estabelece o zoneamento ambiental como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA e o Decreto 4.297/2002 (BRASIL, 2002) estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE. Desse modo, como o zoneamento ecológico dá suporte para o zoneamento econômico, o ZEE deve levar em conta a importância ecológica, limitações e fragilidades dos ecossistemas.

Na obra “Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica”, Rodriguez e Silva (2016) apresentam possibilidades teóricas e metodológicas do planejamento e de suas conexões com a política e a gestão ambiental. Com base em diversos estudos, os autores enfatizam que essa política deve ser transversal ao incorporar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento. Desse modo o planejamento deve incluir as categorias socioeconômica, territorial e ambiental; e enfatizam ainda que a gestão ambiental é a continuidade do processo de planejamento.

Para os autores, “de todas as abordagens teórico-metodológicas utilizadas no planejamento ambiental, o mais integrador e sintetizador é o planejamento da paisagem”, visto que considera a paisagem como unidade de análise dialética e complexa de uma totalidade, nas suas dimensões naturais, culturais e antropogênicas. Desse modo, o desenho das paisagens deve ser interpretado com base na noção de geossistema, enquanto ponte para a abordagem sistêmica do planejamento e gestão (RODRIGUEZ e SILVA 2016, p.313).

Por isso, afirmam que é fundamental incorporar a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, uma vez que o objetivo principal do planejamento da paisagem é o uso racional e sustentável da natureza. Rodriguez e Silva (2016, p.315) fazem referência ao russo Antipov (2006) que define planejamento da paisagem como “o conjunto de métodos e procedimentos utilizados para instituir uma organização espacial das atividades humanas, em particular das paisagens”.

#### ***2.4.1 Etapas e ferramentas do planejamento das paisagens***

O planejamento das unidades de paisagem é importante para orientar adequadamente as formas de uso e ocupação de solo e ajudar na preservação cultural. Além disso, incorpora a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, ao considerar a paisagem natural o ponto de partida e buscar alternativas de uso da natureza, se configurando em principal método nos procedimentos de zoneamento, planejamento e gestão ambiental (MEIRELES, 2011; RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

Rodriguez e Silva (2016) propõem o roteiro de planejamento das paisagens com objetivos definidos para cada fase, que incluem as etapas adaptadas para esta pesquisa conforme descritas a seguir.

A etapa de Organização e Inventário tem por objetivos identificar, caracterizar e cartografar as unidades socioespaciais. São definidos os objetivos da pesquisa, a área de estudo

e a elaboração do projeto de pesquisa propriamente, que inclui levantamentos bibliográfico e documental. Depois é feito o inventário preliminar das condições naturais e socioeconômicas, ou seja, dos componentes naturais, contexto sociopolítico e paisagens socioculturais.

O objetivo da etapa de Análise da Estrutura Paisagística é estudar as propriedades das paisagens na perspectiva sistêmica. Nesta, é realizado levantamento de campo preliminar para análise e caracterização do território, sua dinâmica funcional, impactos socioambientais e paisagens culturais, com destaque para as variáveis qualitativas: ambientais (hidrografia, clima, geologia, relevo, tipos de solo, vegetação e fauna) e socioculturais (ocupação espacial, demografia e infraestrutura).

A etapa de Diagnóstico é considerada por Rodriguez e Silva (2016) uma fase obrigatória do planejamento ambiental, pois tem por objetivo esclarecer o estado dos sistemas ambientais em decorrência da utilização e exploração dos recursos e serviços ambientais. Assim, devem ser feitos os diagnósticos geocológicos para verificar a distribuição espacial dos recursos e serviços ambientais, bem como identificar impactos; e o diagnóstico de usos do território dos recursos e serviços ambientais, considerando a socioeconomia do entorno e os conflitos territoriais. Os autores propõem também a análise da relação qualidade de vida e qualidade ambiental.

A etapa de Projeção de Cenários, que objetiva planejar o uso e ocupação racional e sustentável do território e da biodiversidade na perspectiva de políticas públicas sustentáveis, se configura no desenho de um modelo geral de ordenamento, onde é elaborado o zoneamento socioambiental e cultural propositivo; além da elaboração de propostas de diretrizes para um plano de gestão (RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

A pesquisa ambiental utiliza uma metodologia que foca no estudo das características e arranjo sistêmico dos seus componentes, buscando compreender globalmente o objeto de estudo. A análise ambiental integrada, por sua vez, se dá por meio do diagnóstico físico-biótico que considera algumas variáveis ambientais imprescindíveis como geologia, relevo, solo, clima, hidrografia, vegetação e fauna; e do diagnóstico socioeconômico. O planejamento da paisagem subsidia o planejamento territorial. Além de realizar o levantamento das potencialidades naturais, o planejamento territorial tem por objetivo organizar as formas de intervenção no meio físico (RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

Assim, nesta pesquisa é dada ênfase às percepções e usos das paisagens socioambientais e culturais locais. Primeiramente, é feito um levantamento da estrutura paisagística, com a elaboração de mapas temáticos sobre as condições geoambientais: geologia,

relevo, solos, hidrografia e recursos hídricos, cobertura vegetal, de altitude e curvas de nível; além do mapa de uso e ocupação do solo. Por meio do diagnóstico participativo são destacadas as percepções locais sobre as potencialidades, limitações e problemas, que incluem aspectos do contexto econômico, histórico, político e cultural. E, através do mapeamento social do território, é dado destaque a distribuição espacial dos recursos e serviços ambientais e equipamentos sociais. As etapas incluem ainda o zoneamento propositivo, isto é, a projeção participativa das paisagens, conforme demandas e anseios da comunidade.

No Brasil, as proposições de Rodriguez e Silva (2016) confluem com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI, instituída pelo Decreto Nº 7.747/2012. Conforme disposto no Artigo 1º, a política objetiva garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas; assegurando integridade do patrimônio, melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das gerações atuais e futuras, respeitando a autonomia sociocultural desses povos (BRASIL, 2012b).

No Artigo 2º a PNGATI estabelece o etnomapeamento e o etnozoneamento como ferramentas para a gestão territorial e ambiental. Onde, na etapa de etnomapeamento deve ser realizado o “mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva [...] com base nos conhecimentos e saberes indígenas”; enquanto a etapa de etnozoneamento, desenvolvida com base no etnomapeamento, “visa à categorização de áreas de relevância” já citadas (BRASIL, 2012b).

Dentre as diretrizes da PNGATI merecem destaque: o reconhecimento e respeito às especificidades de cada povo indígena; o protagonismo e autonomia; a proteção e fortalecimento dos saberes e práticas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais; direito aos serviços ambientais; proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida; além do direito à livre consulta, prevista na Convenção 169 da OIT e de parcerias governamentais para compatibilizar políticas públicas direcionadas (BRASIL, 2012b).

A FUNAI (2019), com base na PNGATI, destaca os instrumentos para gestão ambiental e territorial em terras indígenas: etnomapeamento, diagnóstico participativo, etnozonemaneto e o Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PGTA, sendo este último considerado importante ferramenta de implementação da PNGATI que visa à sustentabilidade. Nos princípios dos PGTA, por sua vez, estão previstos o protagonismo indígena, a legalidade conforme normas vigentes, a sustentabilidade sociocultural, econômica, política e ambiental, além de parcerias governamentais.

No etnomapeamento são elaboradas cartas cartográficas com os locais importantes do território, de uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, os impactos etc. No diagnóstico participativo, verifica-se o contexto histórico, político, sociocultural, econômico e ambiental. No etnozoneamento, realizado com base no etnomapeamento, são classificadas as áreas de acordo com a “importância ambiental e étnica”, com destaque para as áreas de uso potencial e as fragilidades ambientais (FUNAI, 2019). Esta etapa se assemelha à etapa de projeção de cenários (RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

Cardoso e Guimarães (2012, p.10) evidenciam os etnomapeamentos como parte do diagnóstico etnoambiental. Para os autores:

Nos espaços de discussão criados pelos mapeamentos participativos, momentos históricos sobre a construção dos lugares e das paisagens são recordados, toponímias e significados são inseridos e revistos, conflitos territoriais e ambientais são debatidos, histórias são contadas e conhecimentos transmitidos, e é pelo ato de escutar ao outro, valorizar seus conhecimentos e se expressar com respeito, que o diálogo vai sendo construído.

Utilizando diversas terminologias, desde os anos 1990 houve a disseminação mundial de iniciativas de mapeamento social, que incluem as populações locais nos processos de produção de mapas e têm envolvido instituições diversas como organizações indígenas, ONGs, universidades, entre outras (ACSELRAD 2008).

Conforme Acselrad e Viégas (2013, p. 15), "apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão".

Na literatura se vê o uso das expressões cartografia social, etnomapeamento, autcartografia e mapeamento social em referência a processos similares. O mapeamento social é um instrumento ou tecnologia social utilizado para construir mapas sociais. Além de aspectos técnicos, contém os aspectos socioambientais, econômicos, culturais, políticos e religiosos ou místicos.

Na perspectiva da geografia, Araújo, Anjos e Rocha-Filho (2017, p. 129) esclarecem:

Nos estudos cartográficos, tem-se um ramo aplicado para o mapeamento com foco social, estabelecendo uma ponte entre as técnicas de construção do geógrafo e as pessoas que fazem parte da área a ser estudada, caracterizando assim o mapeamento participativo. Essa cartografia social tem um foco metodológico aprimorado na análise de representação dos fenômenos sociais através de mapas que reinscrevem e estruturam uma pluralidade de perspectivas na área de estudo.

O antropólogo Alfredo Wagner (ALMEIDA, 2013, p.33), coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA, afirma que “os mapas (...) tem se transformado num instrumento de luta e de publicização de direitos territoriais e étnicos”. Ele acrescenta:

Quem define a elaboração do mapa, quem participa de sua construção, quando e como, selecionando o que é relevante para nele ser inserido, são os participantes da própria oficina realizada na comunidade. O mapa consiste, nesta ordem, num produto desta atividade coletiva que é autônoma” (ALMEIDA, 2013, p.30).

Em artigo sobre a importância social e política dos mapas, Mascarello, Santos e Barbosa (2018) enfatizam as relações de poder na elaboração de mapas. São instrumentos de delimitação territorial e controle social, construídos primeiramente pelos militares e depois pelo Estado e empresas privadas. Por isso, os mapeamentos participativos são instrumentos de empoderamento para as comunidades na luta por seus territórios.

Conforme Almeida (2013), a construção dos mapas sociais se justifica em comunidades onde os esforços mobilizatórios são necessários. Por exemplo, em áreas de conflitos ou quando se pretende realizar um planejamento e gestão territorial racional, levando em consideração a sustentabilidade social e dos recursos naturais.

O PNCSA é um caso concreto de que a cartografia resultou em conquistas significativas para as comunidades, possibilitando a criação de políticas sociais e ambientais direcionadas às comunidades tradicionais. Através da cartografia, o referido projeto promove conhecimento dos processos de ocupação da região e tem sido um instrumento para o fortalecimento local e das lutas em prol da gestão territorial, contra a devastação da floresta e extermínio das culturas tradicionais (ALMEIDA, 2014).

Segundo os geógrafos Gorayeb, Meireles e Silva (2015), a cartografia social é uma técnica presente na ciência cartográfica que enfatiza o conhecimento popular, simbólico e cultural como meio de produzir o mapeamento de territórios tradicionais. Entre outras coisas busca a conservação e o reconhecimento de suas culturas de forma sustentável. Por isso, tem se configurado em importante instrumento de empoderamento. Os mapas sociais são representações vivas de territórios comunitários e possibilitam a troca de experiências entre os saberes tradicionais e a inserção de novas tecnologias da geoinformação.

Cabe enfatizar que o aspecto que diferencia a cartografia social da construção convencional de mapas é por ser baseada nas percepções ambientais dos atores sociais sobre os aspectos ecológicos, sociais e simbólicos locais, isto é, pelas pessoas que vivem na comunidade

e conhecem a realidade local. Por seu aspecto interdisciplinar, a cartografia social utiliza fundamentos de diversas ciências (GORAYEB, MEIRELES e SILVA, 2015), tornando este viés fundamental na produção do conhecimento devido ao caráter dialético da realidade social (FRIGOTTO, 2008).

Dadas as implicações políticas inerentes aos mapas, uma vez que são eles próprios objetos de ação política, na realidade indígena potiguar é imprescindível a construção dos mapas sociais com a participação ativa das comunidades, que definem os elementos considerados identitários.

Carvalho, Marques e Fialho (2020) sistematizaram a cartografia social realizada com os indígenas Tapuias Tarairiús da comunidade Lagoa de Tapará (Macaíba-RN). A metodologia constou de três oficinas temáticas sobre cultura, meio ambiente e origens e uma quarta oficina para produção de três mapas sociais. Os resultados estão dispostos em um fascículo contemplando os conflitos, os potenciais locais e os passos a serem seguidos.

Em pesquisa sobre planejamento participativo visando a preservação ambiental em comunidades indígenas na Austrália, Heiner et al. (2019) afirmam que o viés das avaliações de impactos normalmente se concentra nas questões ambientais com ênfase à manutenção da biodiversidade, deixando em segundo plano os aspectos sociais. Por isso, propõem uma abordagem integrativa, visto que os valores culturais dos povos indígenas estão intimamente ligados aos aspectos naturais.

Barabas (2014) identificou aspectos de apropriação simbólica dos territórios históricos pelas culturas dos povos indígenas de Oaxaca e outras regiões do México. Para a autora, não apenas no México, mas em todo continente americano os diferentes etnoterritórios dos povos indígenas são em si evidências de sua temporalidade profunda e complexidade cultural. O conhecimento etnológico pode contribuir para o reconhecimento e legalização de etnoterritórios, tanto para a retroalimentação sistematizada de seus próprios conhecimentos, como para implementação de políticas públicas em torno dos valores multiculturais.

Em ampla pesquisa realizada por Muller, Hemming e Rigney (2019), sobre a afirmação da soberania indígena como resistência ao colonialismo, foi dado enfoque na maneira como a gestão ambiental pode servir como instrumento do colonialismo, ao privilegiar a ciência, as instituições e os procedimentos legais e administrativos com forte influência ocidental. Os autores verificaram, por meio dos estudos de caso realizados em Aotearoa na Nova Zelândia, em Ngarrindjeri na Austrália e em Wisconsin nos Estados Unidos, que as

formas indígenas de ser e as visões de mundo são baseadas na conexão, reciprocidade e relacionamentos éticos.

Ao fazer uma desconstrução crítica dos 17 ODS, Hidalgo-Capitán et al. (2019), pontuam inconsistências quanto ao propósito de melhorar o bem-estar das populações humanas. Mencionam que os ODS apresentam um modelo de desenvolvimento que não é sustentável de fato, por ser baseado em princípios de colonialidade, patriarcalidade, heteronormalidade do saber e do poder, capitalismo e antropocentrismo. Por isso, apresentam como alternativa aos ODS os Objetivos do Bem Viver – OBV em escala global, pautados em três eixos, denominados “três harmonias”: com todos os seres da natureza, com todos os seres humanos e consigo mesmo, ou seja, sustentabilidade, equidade e satisfação pessoal. Para cada eixo são estabelecidos objetivos específicos, respectivamente nas temáticas: relação com os ecossistemas; economia sustentável e soberania alimentar; uso dos recursos naturais; mudanças climáticas; direitos da natureza e economia circular com resíduo zero; e cuidado com os habitats humanos.

Considerando os aspectos pontuais destacados, na Agenda 2030 não foram incorporados elementos centrais das normas internacionais sobre os direitos desses povos e não contempla suficientemente as diferentes visões indígenas sobre o desenvolvimento. Como aponta Kain (2018) sobre essas limitações, os ODS parecem ter sido construídos com a lacuna da perspectiva intercultural, notadamente no que se refere aos indígenas.

### 3 POVOS ORIGINÁRIOS: panorâmica sobre o Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte

A Paraíba, Alagoas, o Rio Grande do Norte, Sergipe, menos oprimidos pelo que se chamou de “passado aristocrático” – tão intenso e brilhante em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, de senhores menos parecidos com os da capital baiana do que com os de Pernambuco – reagem com maior vantagem contra a decadência a que a monocultura latifundiária e escravocrata do açúcar reduziu tão grande parte do Nordeste.

Gilberto Freyre, *Nordeste* (2004, p.90-91)

Diversos estudos desenvolvidos por arqueólogos, historiadores e antropólogos, dentre outros, buscam reconstruir a história dos povos originários das Américas, a princípio chamados de índios numa referência errônea às Índias.

Inicialmente, têm destaque comprovações arqueológicas da presença dos povos originários nas Américas. Um registro considerado dos mais antigos, enfatizado por Ardelean; Becerra-Valdivia e Pedersen (2020), é sobre as primeiras populações mexicanas no período do pleistoceno superior e do holoceno inferior. Os autores descrevem os resultados de escavações recentes na caverna de *Chiquihuite* que confirmam arqueologicamente evidências culturais que datam do último máximo glacial (26.500-19.000 anos atrás). A dispersão humana para aquela região possivelmente deve ter ocorrido há 33.000-31.000 anos.

As análises foram feitas com base em achados de aproximadamente 1.900 artefatos de pedra em uma sequência estratificada de 3 metros de profundidade. Os resultados fornecem evidências para a antiguidade dos humanos nas Américas, inclusive reforçam a diversidade cultural destes primeiros grupos de dispersão, abrindo novas possibilidades de pesquisas. Ardelean, Becerra-Valdivia e Pedersen (2020) são enfáticos sobre esta descoberta apontar para um período que antecede ao da “cultura Clovis”, que foi mencionado por Sanchez et al. (2014) como o mais antigo e conhecido de caçadores-coletores, que viveram há 13.390 anos no sudoeste da América do Norte e haviam migrado do Ártico para o continente. Todavia, este impasse ainda não está devidamente esclarecido.

No Brasil, a arqueóloga Niède Guidon (1992) defende há décadas uma hipótese também não consensual sobre o povoamento das Américas. A cientista ficou mundialmente conhecida pela luta em prol da preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no Estado do Piauí, Região Nordeste. Para ela, diversos grupos humanos migraram para as Américas em mais de uma rota e por diferentes vias de acesso tanto marítimas quanto terrestres, contrariando novamente a hipótese de que o povoamento se deu exclusivamente pelo Estreito

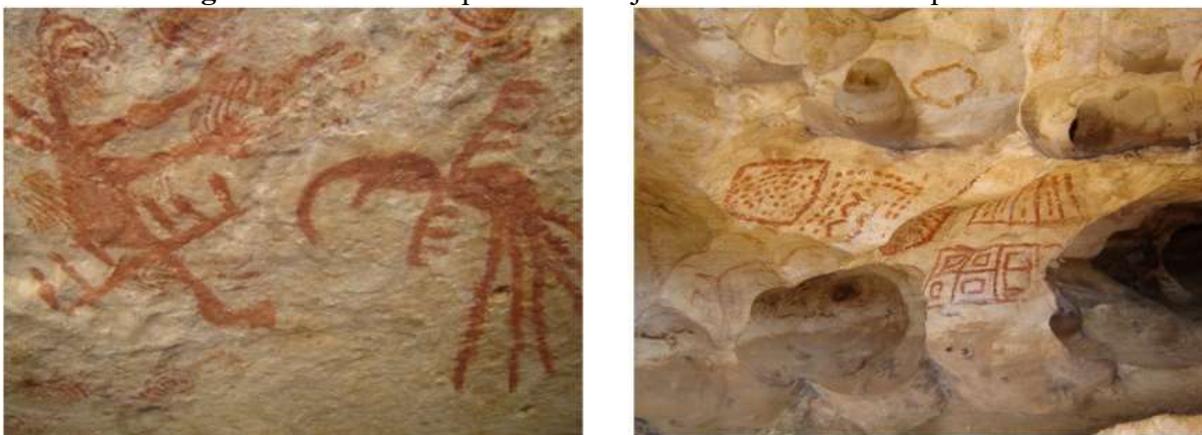
de Bering. Guidon sugere que os primeiros grupos chegaram ao continente há pelo menos 70 mil anos. Referindo-se especificamente aos seus estudos na Serra da Capivara, estima que a presença humana no sudeste do Estado do Piauí ocorreu há cerca de 60 mil anos. Aponta também outros relatos arqueológicos que estimam que o Sul de Minas Gerais foi povoado há 30 mil anos e a Região Sul do Brasil por volta de 15 mil anos (GUIDON, 1992).

No Rio Grande do Norte, segundo Porpino, Santos Júnior e Santos (2007), apesar de estudos ainda insuficientes para avaliar o período exato dos diversos registros os povos originários, tem destaque o Lajedo de Soledade no município de Apodi-RN. O sítio arqueológico com área de aproximadamente 3 km<sup>2</sup> se destaca pela expressiva presença de três tipos de vestígios arqueológicos: fragmentos cerâmicos, material lítico da fase da pedra polida e registros de pinturas rupestres. Segundo os autores:

Em termos cronológicos não foi possível ainda implementar qualquer método de datação direta ou indireta que permitisse inferir a antiguidade das pinturas do Lajedo. As pinturas tiveram como matéria prima produtos inorgânicos comuns na região (óxido de ferro), dificultando assim a utilização de métodos de datação direta atualmente utilizados. A comparação em termos de semelhanças temáticas e de técnicas de execução com outros sítios arqueológicos nordestinos detentores de tradições de pinturas rupestres já estudadas cientificamente, visando correlacionar de forma indireta sua antiguidade é inviável e não oferece suportes cronológicos confiáveis (PORPINO; SANTOS JÚNIOR e SANTOS, 2007, p.407).

O Lajedo de Soledade é um importante e reconhecido sítio arqueológico que comprova a presença humana no Rio Grande do Norte e, assim como tantos outros sítios espalhados pelo Nordeste, remonta a um passado muito distante (FIGURA 2).

**Figura 2** – Pinturas rupestres no Lajedo de Soledade em Apodi-RN



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2015, acervo pessoal).

Bagnoli (1994), um dos primeiros geólogos que pesquisou sobre o Lajedo menciona que a área é caracterizada por um vasto afloramento calcário da Formação Jandaíra do Período Cretáceo, com idade geológica estimada em 90 milhões de anos. Tendo como referência os materiais encontrados nas escavações, na análise realizada dos petróglifos e na pesquisa de âmbito regional, aponta para a identificação de um grupo coletor/agricultor que teria habitado as vizinhanças do Lajedo de Soledade por volta de 5000 anos atrás. Porém, ressalta que não se verifica na literatura estudos mais precisos sobre a idade real das pinturas rupestres daquele sítio.

Existem outros exemplos de pinturas rupestres, igualmente pouco estudadas, como a Furna do Messias em Carnaúba dos Dantas, no Seridó potiguar (MARTIN e MEDEIROS, 2008). Até mesmo na própria comunidade indígena Mendonça do Amarelão no município de João Câmara-RN, existe a “Pedra das Letras” que é um ponto de memória social e um atrativo etnoturístico, conforme destacado por Martins et al. (2020).

No Rio Grande do Norte, existem diversas outras ocorrências que asseguram que a região era amplamente povoada, muito antes da invasão portuguesa, com destaque para o Seridó. Além dos registros em Carnaúba dos Dantas, também são verificados sítios nos municípios de Santana do Matos, Currais Novos, Jucurutu e Parelhas. Na Região Oeste, além do Lajedo de Soledade mencionado, tem os grafismos encontrados em Upanema e em Felipe Guerra, dentre outros (RIOS e SANTOS JÚNIOR, 2014).

Uma ressalva necessária é quanto à versão clássica da história contada nos livros de que o nome do continente é uma referência ao italiano Américo Vespúcio. Embora tenha sido quem divulgou se tratar de um continente “novo”, não foi o primeiro navegador a chegar ao continente. O intelectual indígena brasileiro Ailton Krenak (2015) diz que o mérito de Vespúcio parece estar ligado à política e a sua teoria de que o continente era isolado e não pertencente à Ásia (Índia), posteriormente comprovada. Krenak apresenta uma versão que possui uma sutil, porém relevante diferença. Para ele, a origem do nome América é contestada por alguns povos originários mexicanos e afirma que de acordo com a tradição oral parte do território do que passou a ser a América Central era chamado de *Nérika*. Assim, os invasores se apropriaram e fizeram uma pequena alteração semântica para América. A coincidência na pronúncia facilitou a absorção do “novo” nome, estendido para todo o continente.

Nessa linha, o antropólogo brasileiro Pacheco de Oliveira (2016, p.16) diz em relação à presença indígena no Brasil contemporâneo que “o investigador atual precisa remontar

[...] ao passado, buscando compreender o surgimento das estruturas de geração de riqueza, desigualdade e expansão territorial daquilo que identificamos como o Brasil real”.

As grandes navegações comandadas por europeus ocorridas entre os séculos XV e XVI encontraram povos em cada “novo” lugar “descoberto”. Uma reflexão necessária sobre o povoamento das Américas é acerca da divisão na ótica eurocêntrica entre “velho mundo”, compreendido a Europa, a África e a Ásia e “novo mundo”, formado pelas Américas, incluindo o novíssimo mundo, o continente australiano. A ideia de velho e novo é uma representação histórica da dominação tecnológica e bélica dos invasores-colonizadores em detrimento dos povos originários.

Um fragmento de carta evidencia as primeiras impressões dos “descobridores” sobre os povos “descobertos”, chamados de índios:

(...) E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas (...). Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! (...) Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro (...). Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. (...) e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram (...). PERO VAZ DE CAMINHA (1500)

Segundo o antropólogo Mércio Gomes (2018), no ano de 1500 havia no território brasileiro aproximadamente 5 milhões de pessoas. O etnocídio não foi algo restrito ao início da colonização e perpassou todas as fases pós invasão: colônia, monarquia, república, ditadura ou democracia que tiveram como resultado uma redução drástica destes povos.

É necessário compreender que a invasão europeia, chamada de descobrimento na definição do próprio externo, foi um processo com o propósito de ampliar a dominação territorial, econômica e bélica dos países dominadores por meio da exploração dos recursos naturais, da geração de divisas comerciais e da escravização e etnocídio dos povos originários. Estes, por sua vez, já estavam no continente há séculos com uma profunda cultura, com grande variedade linguística e de configuração social e mística.

A guerra aos indígenas na costa atlântica foi condição para o estabelecimento da colônia chamada Brasil. A superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, as violências e epidemias explicam a “extinção” dos indígenas em algumas regiões, criando com esse processo de subalternização identidades sociais com direitos diferenciados. Todavia, antes da chegada dos portugueses os indígenas possuíam com exclusividade os recursos naturais do território brasileiro (OLIVEIRA, 2016).

Os povos nativos do Brasil com sua ampla diversidade cultural, tradições, línguas e crenças, passaram a ser denominados genericamente de “índios” pelos agentes externos, os invasores. Durante o processo de colonização, vários fatores como morticínios, aculturação e outras imposições, territorial, social e econômica sobre as populações etnicamente diferenciadas, impactaram nas evidentes mudanças socioculturais dessas populações indígenas, sobretudo na região Nordeste e em toda extensão do litoral brasileiro (MARTINS et al., 2021, p.14).

Gomes (2018) ressalta que no Nordeste diversos povos indígenas sobreviveram em áreas muito próximas a cidades e vilas ou até mesmo dentro das próprias cidades. Esse fator amplia dramaticamente a erosão cultural e linguística, o preconceito e a subordinação. A manutenção da condição de indígena, nesses casos está associada aos laços de solidariedade social entre as famílias que conseguiram manter parcialmente rituais próprios da tradição indígena, mas com influência das circunstâncias da vida urbanizada e integrada.

Em abordagem sobre as formas de integração das populações indígenas no Brasil, o antropólogo brasileiro reconhecido internacionalmente Darcy Ribeiro (2017), na sétima edição da publicação do original de 1968, destaca o que chama de “fronteiras da civilização” da sua época que eram a Amazônia extrativista, a expansão agrícola na mata Atlântica e a expansão pastoril na região Nordeste. Especificamente no Nordeste. Ribeiro também afirma que o problema indígena envolve a posse do território como condição essencial à sobrevivência.

O “desaparecimento” de indígenas nos Estados do Rio Grande do Norte e Piauí, reforçado na historiografia clássica e nos dados oficiais, tem destaque em estudos críticos (MACEDO, 2011) e também nos próprios dados censitários oficiais, nos quais em 1844 haviam 6.795 indígenas no Estado e no levantamento de 1872 já “não constavam mais”, conforme enfatiza a historiadora Denise Monteiro (2015).

Certamente o estigma do desaparecimento tem forte influência do historiador potiguar de grande destaque, Luís da Câmara Cascudo, que entre outros estudos se dedicou a pesquisar sobre as tribos preexistentes no Rio Grande do Norte. O autor era enfático ao declarar a extinção dos indígenas locais. Em uma de suas mais importantes obras ele até apresenta os eventuais motivos que levaram à suposta dizimação destas etnias.

Em três séculos toda essa gente desapareceu. Nenhum centro resistiu na paz às tentações d’aguardente, às moléstias contagiosas, as brutalidades rapinantes do conquistador. Reduzidos foram sumindo misteriosamente, como que sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na própria terra” (CÂMARA CASCUDO, 1955, p. 38).

Outro relevante historiador brasileiro, Afonso Taunay (1935), também referência nos estudos sobre o período colonial, segue a mesma linha. Na obra “a guerra dos bárbaros” se

dedica à versão dos colonizadores sobre as diversas batalhas contra os nativos chamados de bárbaros, ocorridas nos séculos XVII e XVIII e que foram travadas após a expulsão dos holandeses do território potiguar. Sem o empecilho dos holandeses, os portugueses retomaram o projeto de avançar à ocupação do interior do Nordeste, sobretudo para a exploração de gado.

Taunay ressalta que os colonos contavam também com a aliança feita com os tupis potiguara que habitavam o litoral e que tinha conflitos com as etnias do interior e destaca um trecho de uma carta escrita por Dom Frei Manuel da Ressurreição, membro do Conselho do Santo Ofício da Inquisição, quando se referia ao regimento dos bandeirantes de São Paulo que vieram se somar aos colonos locais e tupis contra os indígenas Cariris. "Espero em Nosso Senhor por este modo tenham a última destruição dos bárbaros e logrem esses moradores o descanso que lhes desejo" (TAUNAY, 1935, p. 93).

Sobre os Cariris chamados Monxorós, que viviam como nômades às margens do hoje denominado rio Apodi-Mossoró, o historiador Maia (2019) afirma que durante a guerra dos bárbaros os poucos sobreviventes foram integrados e levados para aldeamentos restritos próximos à capital Natal. Maia afirma que esta etnia certamente foi dizimada, pois pela sua cultura nômade os poucos sobreviventes não se adaptaram às regras do formato de aldeamentos impostas pelos colonizadores em ambientes desconhecidos por eles.

Helder Macedo (2011) também faz um resgate de estudos sobre a história indígena potiguar, desde a invasão portuguesa passando pelo período colonial e o reflexo nos tempos atuais. O historiador reforça que ao final das guerras que tomaram os sertões do Rio Grande do Norte houve o extermínio de parte considerável da população indígena. Porém, não mataram a totalidade daqueles que se revoltaram contra o alastramento da pecuária. Os sobreviventes foram os poupados para serem escravos, como era legalizado na época e também os que juraram lealdade ao Papa e ao Império em aldeamentos sob a tutela de missionários religiosos.

Em referência àqueles que fugiram para “serras e lugares mais recônditos, até que a fronteira desse mundo colonial em construção, gradativamente, conseguisse atingi-los”, o autor destaca os sobreviventes que são os precursores de grande parte das atuais comunidades autoidentificadas indígenas (MACEDO, 2011, p. 215).

Também a antropóloga Julie A. Cavignac (2011, p.196), em referência a outros autores, relata:

No Nordeste, e ainda mais no Rio Grande do Norte a história foi primeiramente escrita externamente aos contextos acadêmicos e, essencialmente, pelas elites locais que tentaram apagar, a todo custo, as especificidades étnicas ao longo dos séculos.

Precisamos, então, desconfiar da versão proposta pela historiografia tradicional que, ao escrever os fatos, ocultou aspectos pouco gloriosos da história.

Sobre o processo de etnogênese e resistência indígena no Nordeste, a autora destaca que no século XIX essa população foi considerada extinta, mas no século XX gradativamente as comunidades estão se autoafirmando indígenas, pelo reconhecimento da tradição oral, linguística e cultural dos seus antepassados (CAVIGNAC, 2011).

Conforme este levantamento histórico, restava aos indígenas sobreviventes que não lutassem bravamente pela defesa de seu povo e de seus territórios serem escravizados ou “amansados”, ou seja, “integrados à civilização”, catequizados, negando suas tradições e história, além de serem expulsos de suas terras originárias. O extermínio de parte das etnias, sobretudo do interior nordestino é fato. Contudo, mesmo tendo seus territórios consideravelmente reduzidos, uma parcela sobreviveu. Por isso, os indígenas contemporâneos compreendem que a maior luta é pela reconquista de suas terras originárias, pelo menos parte delas, das quais seus antepassados foram expulsos ou mesmo assassinados.

Um esclarecimento importante sobre a expressão genérica “índio” dada aos primeiros habitantes, nativos do continente americano, segundo o indígena e antropólogo brasileiro Gersem Baniwa (LUCIANO, 2006, p. 29), foi sendo gradativamente modificada para indígena que “significa nativo, natural de um lugar”. Portanto, não existe um povo índio embora essa expressão seja usada, mas sim vários povos das etnias originárias, os povos indígenas.

Ribeiro (2017) enfatiza que o “problema indígena” só passou a existir quando houve o contato dos indígenas com os não indígenas. O problema é na verdade de interação entre as etnias tribais e a sociedade não indígena que compreende os povos originários como um problema a resolver. O autor menciona que o indigenismo brasileiro da sua época se aproximava de uma atitude romântica, que por um lado assegurava por meio de leis e estatutos alguns princípios de respeitabilidade, por outro os colocava à margem da sociedade. Supondo assim que resguardavam os indígenas da extinção. Contudo, o desafio era assegurar os direitos em igualdade com a sociedade envolvente, respeitando as especificidades da diversidade de povos indígenas.

Ribeiro (2017) diz que os indígenas “integrados” passaram por um evidente processo de aculturação ao longo dos séculos de invasão, porém permanecem indígenas. As identidades étnicas são muito mais resistentes do que se supõe, embora existam condições mínimas para sua perpetuação ainda resistem, mesmo com as profundas alterações em suas línguas, costumes e crenças.

As atitudes radicais citadas por Ribeiro (2017) eram diluídas na sociedade por força da pressão e luta dos movimentos ligados aos povos originários e às instituições. Porém, o discurso apoiado em tais atitudes frequentemente se fez presente entre os próprios defensores dos direitos indígenas, ainda que inconscientemente.

Contudo esta reedição de Ribeiro (2017) mantém a perspectiva do texto original que apresenta o conceito de “integração” e que remonta a um contexto diferente da luta indígena contemporânea. Mesmo se tratando de um indigenista renomado, é necessário atualizar o debate da integração como sinônimo da assimilação cultural, o que se caracteriza como distorção. Entretanto, foi evidenciado aqui como resgate dos equívocos da política indigenista, visto que a integração/assimilação cultural ofuscava as reais intenções de facilitar a liberação de terras indígenas para o mercado agropecuário e madeireiro da época.

Além das perdas de extensos territórios, de numerosa população e de grande parte da diversidade cultural, as populações indígenas continuam a ser oprimidas em seus direitos políticos, sociais e culturais e ainda permanecem condicionadas às políticas indigenistas (GOMES, 2010), afetando o exercício pleno da cidadania previsto constitucionalmente (BRASIL, 1988a).

A APOINME (2020, p.2) enfatiza que o processo de resistência no Nordeste vai de encontro a um impacto negativo muito forte de ocupação de suas terras, exploração da força de trabalho, a apropriação e degradação dos recursos naturais.

O Nordeste, primeira região a sofrer os impactos da ação colonial iniciada no século XVI, ainda conta com uma forte e expressiva presença de Povos Indígenas. A história desses Povos é marcada por um intenso processo de resistência contra o avanço do capitalismo, fundado e mantido essencialmente na exploração do trabalho das populações originárias e negras, e na usurpação da terra e seus recursos naturais.

Gomes (2018, p.194) ressalta que parte desses povos garantiu sua sobrevivência pela manutenção de pelo menos uma porção do seu território originário. Especificamente sobre o povo potiguara, esclarece: “Os potiguares, que sob a liderança de Felipe Camarão, lutaram lado a lado com os colonos portugueses e com os negros livres pela expulsão dos holandeses do Nordeste, receberam títulos de terras que se localizavam nos arredores da famosa Baía da Traição”. Embora o império tenha demarcado lotes para esse povo no início do século XX, boa parte foi vendida ou mesmo tomada por empresas agrícolas, com destaque às de beneficiamento de algodão. Não obstante, o processo de disputa está longe de ser concluído.

### 3.1. Direitos, políticas e territórios indígenas

Cordeiro (1999) afirma que em muitos aspectos o Brasil é mais indígena do que as pessoas reconhecem, mesmo considerando o que chama de descaracterização cultural, pela interação de mais de cinco séculos com outros povos como os europeus, africanos e asiáticos. O autor cita que há um grande grau de marginalização econômica e política das populações indígenas ao referir-se aos países das américas como México, Peru, Guatemala, Bolívia, Equador, Chile, Colômbia, Venezuela, Argentina Canadá e Estados Unidos. Embora as políticas indigenistas tenham suas especificidades, via de regra, se observa o mesmo fenômeno no que se refere às reivindicações territoriais não atendidas, precariedade na questão sanitária e deficiência do sistema oficial de proteção.

Todavia, povos indígenas de vários países vêm ocupando espaços em organismos internacionais como a ONU e têm buscado o resgate da sua identidade etnocultural. A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais N° 169, tratado internacional multilateral adotado pela Conferência Internacional do Trabalho da OIT em 1989, constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos desses povos (OIT, 2011). O documento prevê que os Estados ratificantes devem adotar leis e políticas, além de instituições ou programas “para tratar dos direitos e bem-estar dos povos indígenas e tribais em todo o mundo” (ONU, 2020).

No Brasil, a Convenção 169 da OIT foi promulgada por meio do Decreto nº 5.051/2004, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto nº 10.088/2019 (BRASIL, 2019). Dentre as principais inovações o antropólogo Grupioni (2017, p.83) destaca o direito à consulta prévia, livre e informada, que emergiu dos debates sobre a efetivação do direito à autodeterminação. Todavia, o autor afirma que mesmo passando a vigorar com força de lei, “não rompeu com a velha e conhecida tendência, em nosso país, de reconhecimento de direitos formais que não se efetivam na prática”, e acrescenta: “a adesão voluntária do Brasil a acordos e compromissos internacionais de direitos humanos fica suplantada pelo fortalecimento da velha concepção de que populações tradicionais e meio ambiente são como que entraves para o progresso”.

A autodeterminação, é o “direito de todos os povos de controlarem seu destino em condições de igualdade, isso significa que os povos têm direito de participar com igualdade na constituição e desenvolvimento da ordem institucional governante sob a qual vivem. No caso específico dos povos indígenas, esse direito tem um caráter essencialmente reparador” (RESENDE, 2014, p.25).

A autodeterminação é fundamental, pois visa afirmar os grupos indígenas enquanto sujeitos capazes de traçarem estratégias de defesa dos seus direitos, negociando a melhor forma para viverem de acordo com suas pautas culturais. Portanto, enquadram-se na categoria indígena diferentes grupos étnicos tanto entre si como das sociedades nacionais, os quais reivindicam direitos baseados no princípio dos Direitos Originários (CALEFFI, 2015).

Outro marco internacional fundamental é a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada após longos 22 anos. Embora não tenha poder de lei vinculante<sup>13</sup>, define os direitos individuais e coletivos e trata de princípios relacionados a propriedade cultural, expressão cerimonial, identidade, espiritualidade, língua, saúde e educação. É um documento que orienta as nações sobre princípios de sobrevivência, dignidade e bem-estar dos povos indígenas no mundo. Inclusive, em seu primeiro artigo declara que os indígenas se incluem na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948 (ONU, 2007).

Cornell (2015) estudou a autonomia dos povos indígenas do Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, democracias de origem colonial inglesa e que compartilham histórias de extermínio das populações indígenas por meio da violência ou da assimilação. Para além das perdas humanas, os povos remanescentes tiveram também redução de suas terras e suas culturas e línguas ameaçadas, com efeitos socioeconômicos catastróficos. Todavia, os povos estão engajados em esforços organizados para reivindicar o autogoverno.

Na América Latina, o caso da Bolívia é emblemático, pois é um país onde 60% da população é indígena. Mesmo assim, semelhante aos outros países do continente, constituem um estrato social discriminado e desprovido de direitos que efetivamente lhes garantam a possibilidade de conviver em estado de igualdade com a população não indígena (ZAGO, 2009).

Evo Morales, indígena da etnia Uru-aimará, foi presidente do país por três mandatos (2006-2019), período em que foi elaborada a nova constituição do país. O texto prevê a redução de desigualdades, reconhece a diversidade cultural ao afirmar que a Bolívia é um Estado Plurinacional e dá a garantia de um ordenamento jurídico diferenciado aos indígenas, dotando esses povos de autonomia, autogoverno, território, cultura e instituições próprias. A crítica de uma minoria não indígena é de que existe contradição entre tratar a todos de maneira igual ou

---

<sup>13</sup> No Brasil, após provada por dois terços do STF adquire força de lei e torna-se obrigatória. Dicionário Técnico Jurídico (GUIMARÃES, 2014).

tratar aos diferentes de forma específica, gerando o descontentamento daqueles que já se encontravam satisfeitos com sua própria situação (ZAGO, 2009).

Na Argentina, a política indigenista tem formato bem diferente da realidade boliviana. Existe uma espécie de convicção majoritária de que os argentinos “vêm de navios”, bem como sobre o massacre dos povos originários e sobre o processo de miscigenação ou assimilação dos remanescentes. Somente após o retorno da democracia na década de 1980 e no calor de uma intensa demanda pela ampliação dos direitos humanos, o Congresso Nacional aprovou a Lei de “Política Indígena e Apoio às Comunidades Aborígenes” em resposta à pressão tanto da jurisprudência internacional quanto da mobilização indígena. Porém, tal Lei é considerada superada em seus conceitos, quando comparada por exemplo aos princípios da Convenção 169 da OIT, visto que na política indigenista da Argentina o Estado é o concesso de benefícios numa relação unilateral (LENTON, 2010).

Franco (2012) analisa a organização indígena na Amazônia Caribenha na tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela, região que circunda o Monte Roraima. Para ele, os indígenas lutam pela materialização do que está previsto nas respectivas constituições de seus países e nos compromissos assumidos perante os organismos internacionais de direitos humanos. O autor apresenta diferentes episódios de confronto político com os governos em busca de respostas reais de ação pública local e internacional para conter agressões e ameaças aos direitos conquistados nesses países.

No Brasil, os direitos de reconhecimento como indígena e às terras tradicionalmente ocupadas estão previstos no Artigo 231 da Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988a), além de outras políticas relativas a esses povos. No Capítulo VIII intitulado “Dos índios”, estabelece: no artigo 231, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”; e no Art. 232, que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

É importante ressaltar que em 1982 o Estado do Rio de Janeiro elegeu o Cacique Juruna, de etnia Xavante, como o primeiro deputado indígena que também participou da formulação da proposta da constituição cidadã (GOMES, 2010). Em 1986, embora não tenha sido reeleito deputado, exerceu importante atuação nacional na divulgação das lutas dos povos originários, abrindo caminho para o protagonismo que o movimento indígena teria durante a

Assembleia Nacional Constituinte, conforme consta no portal da constituição cidadã (BRASIL, 1988b).

Assim, sem representantes indígenas no Congresso Nacional, o papel de reivindicar os direitos dos povos indígenas durante à Constituinte coube à União das Nações Indígenas – UNI, que tinha à frente Ailton Alves Lacerda Krenak, de etnia Crenaque. O indígena realizou um dos mais importantes discursos daquela assembleia, oportunidade na qual entregou uma emenda constitucional com mais de 30 mil assinaturas. Foi um momento simbólico, pois ao mesmo tempo em que discursava, pintava o rosto com tinta de jenipapo diante dos deputados constituintes, das galerias lotadas e da imprensa nacional e internacional (KRENAK, 2019).

O texto proposto pelo movimento indígena, com apoio de diversas entidades, intelectuais e movimentos sociais, previa alterações significativas no capítulo sobre populações indígenas, visto que no texto original continha dois artigos que trariam profundos prejuízos: o primeiro, previa a retirada dos direitos dos índios em "elevado estado de aculturação", sem deixar claro o que essa expressão significava e o segundo, que considerava os indígenas como incapazes. Ambas as propostas eram defendidas pela FUNAI, presidida por Romero Jucá na época (KRENAK, 2019).

Para Almeida (2018), os dispositivos constitucionais rompem com a lógica integracionista e de tutela indígena. Portanto, o Estado deve assegurar aos povos indígenas o direito de participar, discutir e organizar-se politicamente, sem que para isso precisem de autorização de governantes.

Nessa linha, as políticas indigenistas poderiam promover a reparação histórica decorrente da expansão do sistema colonialista/capitalista, que se configurou em genocídios de povos e culturas. No Brasil, os povos originários têm uma importância histórica no país de tal modo que os aspectos culturais e de formação da nação brasileira estão intrinsecamente associados a contribuição destes.

Cabe esclarecer que no Estatuto do Índio, Lei 6001/1973, que dispõe de 68 artigos, no Art. 3º, inciso I, define índio: “todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”; e no artigo 4º, inciso I, afirma que os índios são considerados: “isolados”, “em vias de integração” e “integrados<sup>14</sup>” (BRASIL, 1973). Tais

---

<sup>14</sup> O Estatuto do Índio (BRASIL, 1973) classifica os “índios” por sua condição, naturalizando a ideia de integração como uma escala de avanço, do isolado ao integrado. No Art. 4º os índios são considerados: I – Isolados, quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; II – Em vias de integração, quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas

definições refletem a perspectiva de transfiguração étnica (RIBEIRO, 2017), que acabou gerando uma armadilha para o cumprimento e a garantia dos direitos indígenas, principalmente da maioria enquadrada como “integrados”, prevalecendo ainda nos dias atuais.

Em 2009 o Ministério da Justiça, por meio da Comissão Nacional de Política Indigenista, elaborou uma proposta de Estatuto dos Povos Indígenas bem mais ampla, com 232 artigos, na qual dispõe no artigo 9º a definição revista para: “Povos indígenas, as coletividades de origem pré-colombiana que se distinguem no conjunto da sociedade e entre si, com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e especial relação com a terra que habitam” (SENADO FEDERAL, 2016). O Ministério Público Federal (2013) esclarece que são dois critérios básicos que definem quem é indígena: “a autodeclaração e a consciência de sua identidade indígena pelo índio e o reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem”.

O direito à autodeclaração refletiu no censo demográfico do IBGE (BRASIL, 2010), (2010, p.41), que considera indígena: “pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena na investigação sobre cor ou raça”; ou a pessoa que se considera indígena, “[...] de acordo com suas tradições, costumes, cultura, antepassados etc.”. Todavia, o IBGE (2010, p.52) destaca que é complexo obter informações sobre indígenas por vários fatores como “receio de manifestar sua identidade por preconceito e discriminação, ou [...] devido às experiências vividas anteriormente”.

Ainda em decorrência da luta desses povos por reconhecimento, o governo brasileiro estabeleceu no Plano Setorial para as Culturas Indígenas (BRASIL, 2012a) princípios que ressaltam entre outras coisas: autodeterminação e autonomia dos povos indígenas; etnodesenvolvimento; e protagonismo indígena. O plano prevê também mapeamento, registro e difusão das culturas indígenas.

São perceptíveis as inconsistências entre os dados populacionais divulgados por diferentes órgãos públicos, organizações indigenistas e pelos próprios indígenas, conforme dados demográficos da população indígena (TABELA 1) disponíveis no site da FUNAI (2021).

---

e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento; III – Integrados, quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

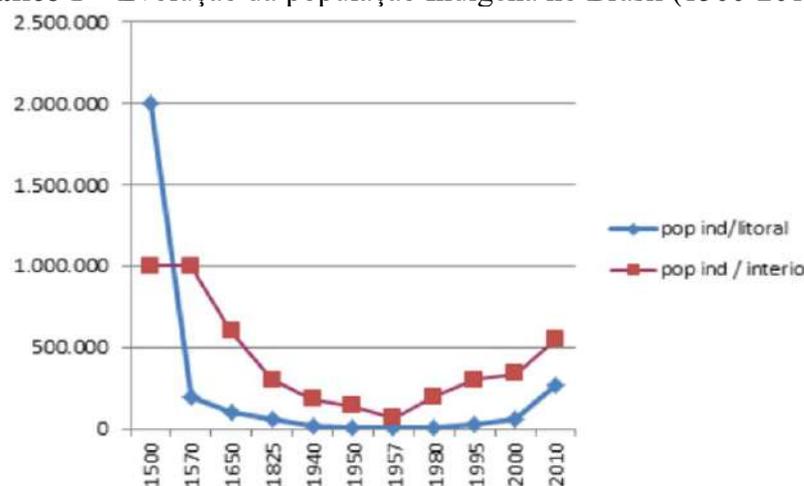
**Tabela 1 – População indígena no Brasil (1500-2010)**

Ano	Pop/litoral	Pop./interior	Total	%
1500	2.000.000	1.000.000	3.000.000	100,00
1570	200.000	1.000.000	1.200.000	95,00
1650	100.000	600.000	700.000	73,00
1825	60.000	300.000	360.000	9,00
1940	20.000	180.000	200.000	0,40
1950	10.000	140.000	150.000	0,37
1957	5.000	65.000	70.000	0,10
1980	10.000	200.000	210.000	0,19
1995	30.000	300.000	330.000	0,20
2000	60.000	340.000	400.000	0,20
2010	272.654	545.308	817.962	0,26

**Fonte:** Azevedo (2013) apud FUNAI (2021).

No gráfico 1 verifica-se a mesma informação, com destaque para as curvas de evolução dessa população no litoral e interior do Brasil.

**Gráfico 1 – Evolução da população Indígena no Brasil (1500-2010)**



**Fonte:** Azevedo (2013) apud FUNAI (2021).

Ao longo dos séculos, com o direito à terra negado muitos indígenas fugiram para as cidades e passaram a se camuflar para não sofrerem ações de discriminação e preconceito. Os dados do último censo do IBGE (2010), considerando pessoas indígenas e não indígenas (TABELA 2), chamam a atenção em dois aspectos. Primeiro, sobre a erosão populacional indígena em torno de 84%, em pouco mais de 500 anos. Outro, em relação à população remanescente oficial de 817.963, sendo aproximadamente 38,5% em meio urbano.

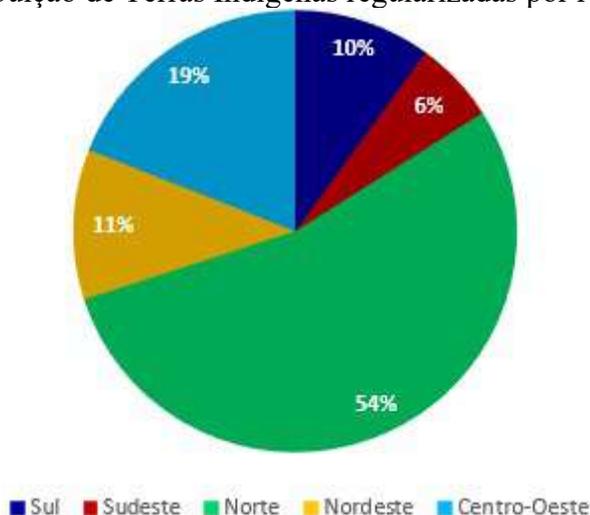
**Tabela 2** – População indígena, não indígena e não declarada no Brasil

<b>População</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
não indígena	189.931.228	99,568
indígena	817.963	0,429
não declarada	6.608	0,003
<b>Total</b>	<b>190.755.799</b>	<b>100,00</b>
<b>População não indígena</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
rural	29.325.929	15,44
urbana	160.605.299	84,56
<b>Total</b>	<b>189.931.228</b>	<b>100,00</b>
<b>População indígena</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
rural	502.783	61,47
urbana	315.180	38,53
<b>Total</b>	<b>817.963</b>	<b>100,00</b>
<b>População não declarada</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
rural	1.295	19,60
urbana	5.313	80,40
<b>Total</b>	<b>6.608</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (2010).

No Gráfico 2 verifica-se a distribuição populacional indígena por região do país, conforme registros da FUNAI (2020). A maior proporção se encontra nas áreas de floresta da Região Norte, enquanto na Região Nordeste o quantitativo de etnias indígenas ainda é significativo (11%), apesar de todo o massacre sofrido ao longo dos séculos.

**Gráfico 2** – Distribuição de Terras Indígenas regularizadas por região administrativa



Fonte: FUNAI (2020).

Almeida (2013, p.31) afirma que os censos demográficos persistem com categorias censitárias que reproduzem os critérios cromáticos de 1872, dificultando a publicização da diversidade cultural. O censo do IBGE (2010) apresenta a população autodeclarada indígena e o percentual por regiões e estados, bem como em relação ao total de indígenas do país (TABELA 3). Verifica-se o maior percentual na Região Norte com 37,4% e Nordeste, em

segundo lugar com 25,5%, sendo o Rio Grande do Norte seguido do Piauí os estados com menor quantidade e valores relativos da população autodeclarada indígena.

**Tabela 3 – Distribuição da população autodeclarada indígena por regiões e estados brasileiros**

<b>Região/Estado</b>	<b>População indígena</b>	<b>Brasil (%)</b>	<b>População relativa (%)</b>
<b>Norte</b>	<b>305.873</b>	<b>37,4</b>	<b>1,9</b>
Rondônia	12.015	1,5	0,8
Acre	15.921	1,9	2,2
Amazonas	168.680	20,6	4,8
Roraima	49.637	6,1	11,0
Pará	39.081	4,8	0,5
Amapá	7.408	0,9	1,1
Tocantins	13.131	1,6	0,9
<b>Nordeste</b>	<b>208.691</b>	<b>25,5</b>	<b>0,4</b>
Maranhão	35.272	4,3	0,5
Piauí	2.944	0,4	0,1
Ceará	19.336	2,4	0,2
Rio G. do Norte	2.597	0,3	0,1
Paraíba	19.149	2,3	0,5
Pernambuco	53.284	6,5	0,6
Alagoas	14.509	1,8	0,5
Sergipe	5.219	0,6	0,3
Bahia	56.381	6,9	0,4
<b>Sudeste</b>	<b>97.960</b>	<b>12,0</b>	<b>0,1</b>
Minas Gerais	31.112	3,8	0,2
Espírito Santo	9.160	1,1	0,3
Rio de Janeiro	15.894	1,9	0,1
São Paulo	41.794	5,1	0,1
<b>Sul</b>	<b>74.945</b>	<b>9,2</b>	<b>0,3</b>
Paraná	25.915	3,2	0,2
Santa Catarina	16.041	2,0	0,3
Rio G. do Sul	32.989	4,0	0,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>130.494</b>	<b>16,0</b>	<b>0,9</b>
Mato G. do Sul	73.295	9,0	3,0
Mato Grosso	42.538	5,2	1,4
Goiás	8.533	1,0	0,1
Distrito Federal	6.128	0,7	0,2
<b>Total</b>	<b>817.963</b>	<b>100,0</b>	<b>3,6</b>

Fonte: IBGE (2010).

Oliveira (2018) apresenta um dossiê sobre a formação de territórios indígenas no Brasil e as conseqüentes implicações da política indigenista, ao destacar a existência de 506 terras indígenas distribuídas em 106,7 milhões de hectares (12,5% do território nacional). Embora enfatize a vitalidade das 214 línguas existentes, destaca que apenas 37,4% das pessoas falam língua nativa, enquanto a maioria, isto é, 76,9% fala somente o português oficial.

Contudo, o estudo não considera as comunidades autoidentificadas indígenas que ainda não têm seus territórios demarcados, o que elevaria sobremaneira esses dados, em especial na Região Nordeste. Por exemplo, não inclui a população das comunidades

autoidentificadas no Estado do Rio Grande do Norte, abordadas neste estudo. Nesse sentido, Grunewald (2008, p. 44) menciona:

Parece uma tarefa quase impossível se pensarmos em termos substantivos, ou seja, na enumeração dos modos de vida e dos aspectos simbólicos e práticos dessas populações. Ao contrário do que se percebia nas primeiras sete décadas do século XX, isto é, que as culturas tipicamente indígenas do Nordeste estavam cedendo lugar a uma cultura regional e que tais populações tendiam à assimilação ou à integração plena à vida (sociocultural) brasileira, o que se assinala atualmente é um conjunto de processos de revigoração das culturas específicas desses povos.

As estatísticas oficiais com seus dados subestimados impactam diretamente no acesso às políticas públicas de direitos específicos e diferenciados das populações indígenas. Embora pareça óbvio, é preciso frisar que não existe na região Nordeste um grupo indígena homogêneo. Na verdade, são várias etnias em interação com outros povos e costumes ao longo de séculos. Não ficaram isolados, ao contrário, como já mencionado foram duramente perseguidos, assassinados ou expulsos de suas terras. Todavia, gradativamente essas populações têm se inserido no movimento político de autoidentificação e reivindicado o resgate etnocultural e de suas terras.

### **3.2 Etapas do processo de demarcação de Terras Indígenas**

Para uma melhor compreensão da atual situação legal das comunidades indígenas potiguares autoidentificadas, convém esclarecer aspectos do processo de demarcação de terras.

Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988a), o Estatuto do Índio – Lei 6001/73 (BRASIL, 1973) e o Decreto n.º 1775/96 (BRASIL, 1996), as Terras Indígenas são legalmente classificadas nas modalidades: “TIs tradicionalmente ocupadas”; “reservas Indígenas”, que se destinam à posse permanente, mas não se confundem com terras tradicionalmente ocupadas; “terras dominiais”, de propriedade das comunidades indígenas; e as “interditadas” pela FUNAI para proteção dos povos e grupos indígenas isolados. O referido Decreto (BRASIL, 1996) também regulamenta o processo de demarcação como meio administrativo para identificar os limites do território tradicionalmente ocupado por indígenas, sendo de exclusiva competência do Poder Executivo e do qual o grupo indígena envolvido deve participar de todas as etapas.

O primeiro passo no processo administrativo-legal de reconhecimento indígena é a formalização perante a FUNAI, por meio de ofício. Em seguida é feita a qualificação fundiária, ou seja, um levantamento preliminar de dados como: quem é, de onde veio, se as terras são

tradicionalmente ocupadas etc. A qualificação se transforma em relatório, que por sua vez alimenta o banco de dados da FUNAI em Brasília. A partir desse banco de dados o órgão prioriza a formação de GT com base no grau de vulnerabilidade (FUNAI, 2019).

As etapas do processo administrativo para demarcação de TIs Tradicionalmente Ocupadas (BRASIL, 1996; BRASIL, 2019; CIMI, 2019) estão descritas de forma simplificada a seguir.

Na primeira, “em estudo”, são realizados estudos (antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais) que servirão para fundamentar a identificação e delimitação da TI. Para tanto, a FUNAI constitui um GT coordenado por antropólogo, que elabora o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena – RCID. Desse modo, dados desta tese poderão subsidiar o RCID, em especial no que concerne aos inéditos mapas temáticos e sociais com descrições sobre a área estudada e seu entorno, envolvendo comunidades do território Mendonça.

Na segunda, “delimitadas”, são as terras que tiveram a etapa “em estudo” aprovada pela presidência da FUNAI com publicação no Diário Oficial da União – DOU e do Estado. Terceira, “declaradas”, o Ministro da Justiça publica Portaria Declaratória, após o prazo determinado para o contraditório administrativo de 90 dias contados da publicação do relatório e as terras estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente. Quarta, “homologadas”, são as que possuem os limites materializados e georreferenciados com demarcação administrativa homologada por decreto Presidencial. Quinta, “regularizadas”, são as terras que após o decreto de homologação foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União, onde FUNAI e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA realizam o “levantamento fundiário de avaliação de benfeitorias implementadas pelos ocupantes não-índios” para fins de indenização. Sexta, é feita a “homologação da demarcação” via decreto presidencial.

Depois, se procede a “retirada de ocupantes não-índios”, com pagamento de benfeitorias consideradas de boa-fé pela FUNAI e o reassentamento dos que atendem ao perfil da reforma agrária, pelo INCRA. Após estas etapas, a FUNAI faz o “registro das terras indígenas” na Secretaria de Patrimônio da União, no prazo de até trinta dias após publicado o decreto de homologação.

É importante ressaltar que parte das TIs não demarcadas foram reconhecidas pouco antes ou mesmo após os documentos legais, entre eles o Estatuto do Índio e a própria

Constituição Federal, decorrendo daí a discussão em torno da tese do marco temporal (OLIVEIRA, 2016; CUNHA, 2018; GOMES, 2018).

O objetivo geral do Projeto de Lei – PL 490/2007 é alterar o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), ao tratar questões sobre reconhecimento, demarcação, usufruto e gestão de terras indígenas. A proposta foi aprovada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, mas rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias e está em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC. A relatoria apresentou texto substitutivo ao referido PL, que foi aprovado na sessão do dia 24 de junho de 2021.

Porém, em nota Técnica, de 28 de junho de 2021 sobre o PL 490/2007, a APIB afirma que as "mudanças vão em sentido contrário daquilo que está disposto e assegurado como cláusula pétrea na Carta Constitucional de 1988" e chama a tenção para o fato de "cerca de 13 outros projetos apensados, que em sua maioria versam sobre alteração da legislação existente quanto ao regime jurídico constitucional e infraconstitucional de demarcação de terras indígenas". Para a APIB (2021):

O texto substitutivo do PL 490 apresentado pelo relator na CCJC, está longe de atender aos objetivos que se propõe, quais sejam: paz social e segurança jurídica, na medida em que tais objetivos não contemplam os interesses dos mais afetados com tais mudanças legislativas: os povos indígenas.

Os objetivos reais do citado PL, segundo a APIB (2021), incluem inviabilizar as demarcações das TIs ao incorporar à lei a tese do marco temporal, propondo mudanças no procedimento das demarcações de modo a vedar a ampliação de TIs demarcadas e até mesmo revisar e anular demarcações já feitas. Também vai permitir que a União retome áreas reservadas aos indígenas, reinserindo critérios integracionistas para restringir/negar direitos territoriais. Ainda, retirar a proteção das TIs adquiridas por compra/venda/doação e, em consequência, poderá limitar a implementação de políticas públicas.

O documento chama a atenção ainda para outros aspectos negativos do PL como limitar aos indígenas o usufruto e a gestão das terras que sejam de “relevante interesse público da União”; violar o direito de consulta aos povos indígenas; flexibilizar e desrespeitar a política indigenista do não contato com os povos indígenas isolados, pondo em risco a vida e a autonomia, desconsiderando “a política indigenista consolidada nos últimos 33 anos” (APIB, 2021).

A APIB conclui a nota se manifestando “pela REJEIÇÃO e ARQUIVAMENTO do referido projeto de lei”, ao entender o PL “sob o ponto de vista formal e material, bem como

a sua inconveniência por violar o direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e, ainda, a sua contrariedade à hermenêutica jurídica constitucional do art. 231 da CF/1988” (APIB, 2021).

## 4 INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE CONTEMPORÂNEO

[Ser índio, hoje, no RN] é: “Lutar por direitos. Para que o Estado devolva nossas terras. [...] Nela estão nossas raízes, a sabedoria dos nossos antepassados, nossa cultura e tradições. É ela que queremos deixar para nossos filhos, netos, bisnetos.

Liderança indígena Mendonça (CAMPOS, 2014).

### 4.1. Identidade, cultura e cidadania em movimento

Durante séculos populações indígenas ficaram invisibilizadas ou silenciadas por pressão ou preconceito. Em referência ao longo período de invisibilidade no Nordeste indígena, onde iniciou a colonização e que mais intensamente passou por políticas de “pacificação” e de assimilação “desde o aprisionamento em aldeias, até a progressiva expropriação de terras”, Oliveira (2013, p.105) fala que:

O longo percurso de contato dos povos indígenas, no Nordeste, com os colonizadores europeus, apesar de parecer um passado distante em relação aos acontecimentos atuais, traz dados que nos auxiliam na compreensão de como esses indígenas foram alvo, desde muito tempo, de expropriações e violências direcionadas a lhes desvincular de sua organização social, cultural e territorial, em favor das grandes oligarquias.

A grande mortandade dos primitivos habitantes e a lenta destruição da cultura original desses povos foi resultado de duas estratégias dos colonizadores, o uso de armas de fogo e a catequese imposta para atrair indígenas ao convívio com os brancos. A literatura aponta que a tática de catequisar resultou na utilização de parte dos indígenas guerreando contra indígenas. Além disso, houve dizimação pelas epidemias (OLIVEIRA, 2013; MONTEIRO, 2015).

Em leitura crítica, Monteiro (2015) confronta autores considerados clássicos na historiografia do Rio Grande do Norte com estudos mais recentes, evidenciando questões não contempladas pelos primeiros. Esclarece que os povos indígenas no Brasil são classificados pelo critério do tronco linguístico. Portanto, os que habitavam o território que corresponde ao atual Rio Grande Norte, no litoral eram os Potiguara pertencentes ao tronco Tupi e no sertão os Tarairiú do tronco Macro-Jê.

A luta do movimento indígena no Rio Grande do Norte tem como marco da mobilização o ano de 2005. Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado três

comunidades formalizaram a autoidentificação como povo indígena de etnia Potiguara: os “Mendonças do Amarelão” de João Câmara-RN; os “Caboclos do Assu” de Assu-RN e os “Eleotérios do Catu” localizados na divisa entre os municípios de Goianinha e Canguaretama-RN (VIEIRA e KÓS, 2017).

O antropólogo Glebson Vieira (2021) faz um resgate histórico sobre as comunidades que foram gradativamente integrando o movimento indígena no Estado. Na I Assembleia Indígena do Rio Grande do Norte – AIRN de 2005 estavam presentes representantes das três comunidades citadas; em 2009 a comunidade Banguê também de Assu-RN passa a integrar o movimento e em 2011 tem a inclusão de Sagi-Trabanda. Acrescenta que em 2013 na III AIRN foram agregados os Mendonça de Serrote e de Santa Terezinha, além dos Tapuia de Tapará e Tapuia Paiacú de Apodi. E na assembleia de 2017 realizada no Catu, foram inseridos no movimento os Mendonça de Cachoeira.

Referindo-se ao momento em que as primeiras comunidades/aldeias buscaram o reconhecimento público pela FUNAI, uma liderança indígena relatou em entrevista publicada:

O Amarelão é uma das 05 comunidades indígenas do Rio Grande do Norte reconhecidas pela FUNAI e com a Qualificação da Reivindicação de Terras (que é a primeira etapa do processo de regularização de Terras Indígenas) realizada. Os Mendonça do Amarelão, junto com os Potiguara do Catu/Canguaretama foram os primeiros a iniciar a luta por regularização de terras e por políticas diferenciadas para povos indígenas do Rio Grande do Norte (CAMPOS, 2014, p. 192).

O livro paradigmático “*Avá Arandú: nossas raízes e histórias*”, idealizado e escrito por vinte e três professores indígenas das comunidades Amarelão, Assentamento Santa Terezinha, Serrote de São Bento e Caboclos do Assu, foi embasado na tradição oral e em registros históricos e acadêmicos. Na obra coletiva organizada pelo IFRN de Canguaretama, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola, com o objetivo de contribuir “na oferta de uma Educação Escolar Indígena de qualidade nas escolas, situadas nessas comunidades”, afirma-se que:

Foi realizada em 2013 a Qualificação de Reivindicação de Demarcação das Terras dessas quatro comunidades, pela Diretoria de Proteção Territorial – DPT/FUNAI. Até o momento nenhuma terra indígena foi demarcada no RN. As comunidades estão organizadas e fazem suas reivindicações e lutas junto ao movimento indígena do RN (AVÁ ARANDÚ, 2017, p.7).

A antropóloga que acompanhou o processo de autoidentificação dos Mendonça também afirma que posteriormente outras comunidades indígenas do Estado realizaram o autorreconhecimento (GUERRA, 2007, 2017).

Assim, formalizaram o referido relatório, por meio de registro no Departamento de Proteção Territorial - DPT da FUNAI, as comunidades Amarelão (João Câmara-RN), Caboclos do Assu (Assu-RN), Catu (Canguaretama-RN), Tapará (Macaíba-RN) e Sagi-Trabanda (Baía Formosa-RN). Todavia, somente esta última consta na primeira etapa do processo de demarcação, denominada “em estudo” (FUNAI, 2019; CAMPOS, 2014; VIEIRA e KÓS, 2017).

Merecem destaque pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação das universidades públicas regionais que corroboram sobre a presença indígena no Estado e região. Por exemplo, os estudos sobre os indígenas: Mendonça do Amarelão (GUERRA, 2007; 2017; CAMPOS, 2014; MARTINS et al., 2020, 2021), Eleotérios do Catu (SILVA, 2007; BEZERRA, 2017; CARDOSO, 2018; SANTOS e MAIA, 2020), Caboclos do Assu (OLIVEIRA, 2014), Sagi Trabanda (BRANCO, 2012), Tapuia-Paiacú (FREITAS, 2018), Tapuias da Lagoa de Tapará (MOURA, 2019), sobre os Potiguara (VIEIRA, 2012; PEREIRA, 2015) e também sobre os processos de miscigenação (OLIVEIRA e VIEIRA, 2012) e o processo de invisibilidade e reconhecimento das comunidades indígenas do Estado (VIEIRA e KÓS, 2017).

Em pesquisa de mestrado envolvendo os Tapuia-Paiacú na zona urbana de Apodi-RN, a indígena Mônica Freitas (2018, p.73) afirma que “o que ocorre no contexto atual, a partir do autorreconhecimento, é o surgimento das diversas comunidades indígenas do Rio Grande do Norte”.

Para Bartolomé (2006, p.07) não há razão para surpresas quanto ao aumento de comunidades em processos etnogênicos, uma vez que os descendentes dos povos originários não buscam reconhecimento genético, mas o direito de serem vistos como sujeitos e participantes da história. A hibridação e as modificações culturais são condições das sociedades, que com suas dinâmicas próprias não são obrigadas a reproduzir a cultura rigorosamente idêntica à dos antepassados. "As etnogêneses referem-se ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica".

Segundo Boccara (2005, p.25) a etnogênese é um caminho de autorreconhecimento da história ancestral. Portanto, é um processo que não pode ser visto no sentido estritamente biológico, de recorrer por exemplo a testes de DNA para saber a origem genética de um povo.

Nas sociedades indígenas, a organização sócio-política é caracterizada por sua dispersão ou “mistura”. Desse modo, a autoidentificação é uma possibilidade para o resgate da origem desses povos. “Do ponto de vista das definições das identidades étnicas, permite apontar para a existência de uma relação dialética entre a definição interna de um grupo e a categorização externa. As identidades não são fixas, mas acabam sendo objeto de negociações e reformulações”.

Em relação ao povo Mendonça, enfatizado neste estudo, cabe esclarecer que:

O povo Mendonça não se declara indígena ou potiguara, e sim Mendonça. Sempre se reconheceram pelo etnônimo Mendonça como identidade étnica. A partir da luta política por direitos enquanto povo etnicamente diferenciado, passaram a acionar a etnia potiguara, da qual o povo Mendonça faz parte, como parte de um processo de resgate histórico e cultural. (MENDONÇA e SILVA, 2020)

Há também o registro de comunidade que desistiu de continuar no movimento. Vieira (2021) esclarece que “depois da segunda assembleia indígena [II AIRN] que aconteceu em Goianinha [em 2011], a comunidade Banguê deixou de participar do movimento indígena”.

Saliento que em conversas informais nos contatos preliminares com pessoas das comunidades, bem como em eventos públicos, foi possível perceber que nem sempre há consenso em relação à autoafirmação indígena. Essa percepção é ilustrada na fala de uma indígena em *live* sobre identidades indígenas (COSTA, 2020):

(...) a gente vai sempre ouvir alguém da família mesmo, de sangue [dizer], ‘não, a gente não é índio não’. E, às vezes, até com tom de ódio, né?! De preconceito, de racismo. É uma coisa que lamento muito quando eu escuto isso. Muito pelo contrário, aí é que me dá uma força tão grande, tão grande. Começo a entender desse ódio. Por traz de uma negação existe um ‘sim’. Aí, eu entendo porque [dizem] ‘não, eu não sou índio. **Para com essa conversa de índio!**’ Aí eu entendo que até na negação existe uma resposta, um motivo de dizer que não é [mesmo] tendo todos os traços: comedor de *xibé*<sup>15</sup>, coletor de fruta, pescador, dominando armadilhas, conhecendo os rastros na terra, na duna, no rio. (...) Eu pareço com uma holandesa, com uma espanhola, com uma americana? Eu pareço com quem? Coisas assim que a gente vive.

Certamente esse tipo de conflito interno está relacionado às frequentes situações de preconceito e discriminação, como apontadas pelo próprio IBGE (2010), bem como na

---

<sup>15</sup> *Xibé* ou *chibé*, conhecido também com o nome de *jacuba* existe em todo território brasileiro e tem origem com os indígenas da Amazônia. Cascudo (1967) menciona Stradelli (1929) que diz se tratar de "Bebida feita com água, em que foi desmanchado e deixado tufar um pouco de farinha de mandioca. Bebida refrescante e, se não se limita a beber somente a água que toma um gosto levemente acidulado, mas remexendo-a com os dedos enquanto se bebe, ingere-se a farinha molhada, igualmente substancial" (STRADELLI, Ermano. Vocabulários da Língua Geral Português-Nheengatu e Nheengatu-Português, **Revista do Instituto Hütmico e Geográfico Brasileiro**, tomo 104, volume 158, 417p. Rio de Janeiro, 1929).

literatura. Pode também ter relação com a regularização dos terrenos por algumas famílias que compraram o lote de terra e têm escritura no cartório, visto que uma vez demarcada a TI passa a ser bem da União (BRASIL, 1996), não podendo ser vendida por exemplo.

A estimativa atual da população indígena autoidentificada e a distribuição espacial por município das etnias presentes no Rio Grande do Norte foram sistematizadas pela articulação entre professores e estudantes de graduação e da pós-graduação em Antropologia Social da UFRN, envolvendo estudantes indígenas que são lideranças em suas comunidades (TABELA 4). A sistematização das informações tem por referência diversos estudos realizados (UFRN, 2021).

**Tabela 4 – População indígena no Rio Grande do Norte**

Identidade Étnica	Comunidades/aldeias/povos autoidentificados	Municípios do RN	População estimada	
			Pessoas	Famílias
Potiguara	Caboclos do Assu	Assu	134	44
Potiguara	Mendonça do Amarelão	João Câmara	1.146	340
Potiguara	Serrote de São Bento	João Câmara	360	104
Potiguara	Assentamento Sta. Terezinha	João Câmara	840	200
Potiguara	Açucena	João Câmara	69	17
Potiguara	Assentamento Marajó	João Câmara	144	33
Potiguara	Cachoeira/ Nova Descoberta	Jardim de Angicos	300	80
Potiguara	Amarelão Novo/ Cidade Praia	Natal	167	48
Potiguara	Eleotérios do Catu	Canguaretama/Goianinha	992	226
Tapuia	Tapuia-Paiacú	Apodi	240	60
Potiguara	Sagi-Trabanda	Baía Formosa	227	151
Potiguara	Jacu	Baía Formosa	72	26
Tapuia	Lagoa de Tapará	Macaíba	620	160
Tapuia	Lagoa do Mato	Macaíba	139	45
Potiguara	Ladeira Grande	Macaíba/São Gonçalo do Amarante	130	40
Warao	Refugiados da Venezuela	Natal	70	17
Warao	Refugiados da Venezuela	Mossoró	50	08
–	–	<b>TOTAL</b>	<b>5.700</b>	<b>1.599</b>

Fonte: adaptado de UFRN (2020).

Porém, dado o dinamismo do movimento a lista vai sendo alterada, visto que gradativamente comunidades fortalecem a luta indígena por direito ao reconhecimento e aos seus territórios.

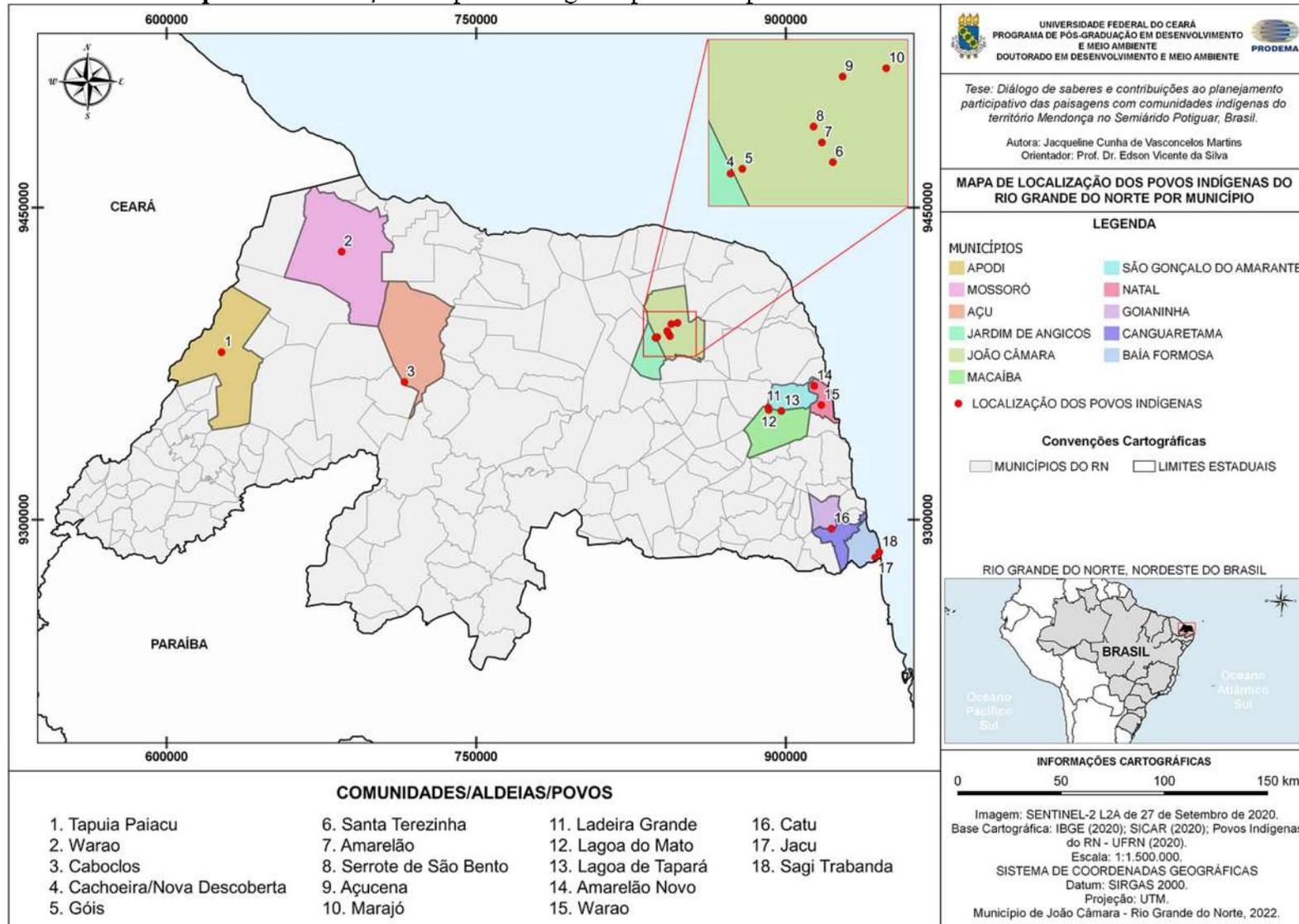
O Território Indígena Mendonça está no movimento indígena do RN desde a criação do movimento no início dos anos 2000 (...) Antes de ter um movimento indígena formado e atuante no estado do RN, o Território Mendonça já tinha atuação política na luta por direitos, e essa atuação influenciou as lideranças que, mais tarde, formaram o movimento indígena junto com outras comunidades indígenas do Estado. Antes do movimento indígena a principal luta do Território Indígena era por acesso à água, seguida de acesso à terra (a exemplo da conquista do Assentamento Santa Terezinha) e melhorias na educação (COSTA e SILVA, 2020, p.8)

A população indígena do Rio Grande do Norte está localizada em grande parte na zona rural. Encontra-se distribuída também nas microrregiões Oeste, metropolitana de Natal, litoral Sul e Mato Grande. Esta última concentra o maior número de comunidades e maior contingente populacional e é também onde estão localizadas as comunidades abordadas nesta pesquisa.

É importante enfatizar que o Mapa 1 foi elaborado conforme os critérios cartográficos visando a suprir esta lacuna, visto que na informação mais atual (UFRN, 2020) dispõe apenas o link de acesso ao *google maps*.

É possível observar que a comunidade Góis passa a constar. Conforme esclarecimento nas oficinas sociais, nesta também têm famílias que migraram do Amarelão, embora a comunidade não seja autoidentificada indígena.

**Mapa 1 – Localização dos povos indígenas por município no Estado do Rio Grande do Norte**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de UFRN (2020).

O MPF publicou o Parecer Técnico 450/2017 com a Listagem Geral de Terras Indígenas apontando as terras e povos por Município/Estado, as áreas e a situação fundiária. Na lista constam apenas cinco comunidades do Rio Grande do Norte (QUADRO 1), mas no item “superfície” não apresenta informação quanto à delimitação das áreas. Nesse sentido, um dos dados inéditos deste estudo é o levantamento das áreas das comunidades que integram o território Mendonça, abordado posteriormente no tópico sobre a caracterização e contextualização da área em estudo.

**Quadro 1 – Terras Indígenas reivindicadas e em estudo no Rio Grande do Norte**

Nº	Terra Indígena	Povo Indígena	Município	UF	Superfície	Situação Fundiária
140	Caboclos de Açú	Potiguara	Açu, Paraú	RN	---	Reivindicada
222	Eleotério-Catu	Potiguara	Canguaretama, Goianinha	RN	---	Reivindicada
543	Mendonça do Amarelão	Potiguara	João Câmara	RN	---	Reivindicada
765	Sagi/Trabanda	Potiguara	Baía da Formosa	RN	---	Em estudo
864	Tapará	Tapuia	Macaíba	RN	---	Reivindicada

**Fonte:** adaptado de MPF, 2017.

Todavia, o próprio documento do MPF (2017, p.2) é enfático quanto à não garantia de demarcação dessas terras:

A Listagem Geral de Terras Indígenas aqui apresentada abrange todas as áreas que já contam com algum tipo de reconhecimento governamental, incorporando também os dados relativos às áreas em estudo e ao conjunto de reivindicações fundiárias indígenas atualmente conhecidas. (...) abrange áreas (em estudo e reivindicadas) que podem, em tese, nunca vir a se confirmar, efetivamente, como terras indígenas. A inclusão (...) é importante não apenas como registro necessário sobre os “trabalhos em andamento” ou o “universo a ser trabalhado”, mas também porque é exatamente sobre esses dois subconjuntos que recaem com maior intensidade, em regra, os conflitos sociais e fundiários na sua forma aguda.

No relatório, consta no Estado do Rio Grande do Norte como TI Sagi-Trabanda, associada a “Entidade de origem”. Detalhe, por estar grafado como "Sabi/Trabanda" (com “b”) dificulta inclusive a localização da informação no extenso documento.

Em 2011 foi criada a Coordenação Regional Nordeste II da FUNAI, com sede em Fortaleza-CE, que inicialmente desenvolvia suas atividades junto a 14 povos. No Ceará, localizados em 19 municípios: Anacé, Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Kanindé, Tapeba, Tabajara, Potyguara, Kalabaça, Pitaguary, Gavião, Kariri, Tapuya-Kariri, Tupinambá e Tupiba-Tapuia; Tabajara. No Piauí, em várias regiões. E, no Estado do Rio Grande do Norte, o povo Potiguara, que até esse período constava em quatro municípios, conforme informação no site da FUNAI. Assim, nos três Estados somava-se uma população com cerca de 31 mil indígenas

pelos dados da FUNAI (2019), enquanto o censo do IBGE apresenta nos mesmos estados um número inferior de 24.877 pessoas autodeclaradas indígenas (IBGE, 2010).

Sobre as formas de representação e atuação da FUNAI junto às comunidades indígenas do Rio Grande do Norte e no território Mendonça, uma liderança (TMCS, 2021) esclarece:

A relação dos povos indígenas do Rio Grande do Norte com a FUNAI começou em 2005. Houve a primeira audiência pública sobre povos indígenas do Rio Grande do Norte na Assembleia Legislativa [ALERN], onde estava presente um representante da FUNAI. Foi quando recebeu os primeiros documentos com reivindicações do Rio Grande do Norte. Inclusive, reivindicação de ter um posto da FUNAI, que na época era posto aqui no Rio Grande do Norte. Aí começou esse diálogo com a FUNAI, de envia documento, espera resposta, algumas reuniões – uma reunião anual com algum representante da FUNAI.

A representante indígena aponta que antes do atual governo federal a relação com a FUNAI “era muito mais forte” e frisa sobre o papel da FUNAI na promoção dos direitos indígenas:

As comunidades indígenas fazem um plano anual de trabalho sempre no final de cada ano. Fazem uma avaliação anual dos trabalhos da FUNAI na comunidade, junto com o planejamento do ano seguinte. É um planejamento interno entre as lideranças indígenas e a FUNAI. E dentro desse projeto, a missão da FUNAI é proteger e promover os direitos dos povos indígenas. O principal papel da FUNAI é demarcar terras.

(...) A terra estando demarcada, a FUNAI tem a obrigação de promover o etnodesenvolvimento, a educação, a saúde dentro daquela terra demarcada. A terra não tá demarcada, a FUNAI tem o dever de tentar amenizar o impacto da falta de demarcação de terras, justamente garantindo que indígenas não fiquem de fora da política pública em terras não demarcadas, que é o papel do Estado (TMCS, 2021).

Esclarece ainda que o órgão foi reestruturado em 2010 e no ano seguinte foi criada a Coordenação Técnica Local – CTL Natal:

Em 2010 houve uma reestruturação da FUNAI, onde foram tirados os termos de posto e delegacia da FUNAI – termos que existiam desde a fundação da FUNAI em 76 – e passaram a ter coordenações regionais (...). Têm estados no Norte que tem duas (...), que tem uma população indígena maior e tem coordenações como a de Fortaleza que abarcava quatro estados, CE, PI, RN e PB. Hoje tem mais uma coordenação que tá trabalhando com a Paraíba. Como teve essa reestruturação da FUNAI em 2010, foi criada uma Coordenação Técnica Local pra Natal, que se instalou em 2011, pra atender os povos indígenas do Rio Grande do Norte (TMCS, 2021).

Na autonarrativa, TMCS (2021) menciona que seu posicionamento crítico sobre o processo de “sucateamento da FUNAI” iniciado desde governos anteriores, é “na condição de indígena e na condição de historiadora também”. Fala que determinado governo “de direita”

demarcou o triplo de terras mais que os três mandados e meio do governo “de esquerda”. Porém, no atual governo federal a situação do ponto de vista estrutural e político se agravou e, além disso, não houve demarcações. De forma ilustrativa compara “esse sucateamento da FUNAI (...) com o que acontece com o SUS [Sistema Único de Saúde]”:

Sucateiam o SUS pra população geral, inclusive nós povos indígenas que dependemos do SUS, aí dizem: ‘pode acabar com isso [SUS] que não presta mesmo, que não sou atendida’. Acontece a mesma coisa com a FUNAI. Há anos vem acontecendo o sucateamento da FUNAI, justamente pra população indígena também dizer ‘pode acabar com a FUNAI porque não serve mais em nada’, mas é um sucateamento intencional.

As limitações de ações da FUNAI podem ser evidenciadas no próprio relatório de avaliação da execução de programas de governo sobre fiscalização e demarcação de terras indígenas (BRASIL, 2016, p.31,32). Ao justificar a contratação de pessoal efetivo “adequado e capacitado para o desenvolvimento da política pública de Demarcação de Terras Indígenas”, o documento se refere à necessidade de revisão do atual plano de estudos, de modo que garanta “profissionais com a formação acadêmica que melhor atenda a necessidade” da FUNAI, visto que para compor o GT necessita, além de antropólogo, de colaboradores de outras áreas como geógrafo e engenheiro ambiental. Esclarece ainda que se tem recorrido à Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e programas de pós-graduação das universidades em busca de “colaboradores eventuais” para suprir a necessidade de Antropólogos.

Somente três GTs dos 14 processos de identificação e delimitação analisados foram conduzidos por antropólogos efetivos da FUNAI: “a precariedade dessa relação profissional prejudica o planejamento da ação e o cumprimento de prazos estipulados ao GT”, dificultando a gestão de empecilhos recorrentes como fatores climáticos, superveniência de decisões judiciais, contingenciamento” (BRASIL, 2016, p.31).

Mesmo diante dessa realidade, o movimento indígena tem se fortalecido. Uma ação concreta da luta indígena, fruto da APIB, é a APOINME (2020) criada em 1990 no 1º Encontro de articulação de povos indígenas da região Leste e Nordeste que aconteceu na TI do Pataxó Hãhãhã em Itabuna-BA. São eixos centrais de atuação da APOINME: luta pela terra, formação política e técnica de lideranças e bases, afirmação da autonomia e defesa de direitos dos povos indígenas.

A organização tem como missão (APOINME, 2020 p.3):

Defender os Povos, lutando em defesa de seus territórios sagrados, e pela garantia de todos os seus direitos, tais como o direito à saúde e educação diferenciadas, respeitando as diversidades e as especificidades de cada Povo, e buscando a valorização das práticas tradicionais, culturais e espirituais

A referida articulação indígena atua em territórios e comunidades de dez Estados, com alcance populacional de mais de 213 mil indígenas nas microrregiões definidas pela articulação, sendo elas: Alagoas/Sergipe, Bahia Sul e Extremo Sul, Bahia Norte e Oeste, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. A coordenação executiva (gestão 2018 a 2022) é composta por representantes do Espírito Santo, Ceará e Pernambuco e a coordenação do Rio Grande do Norte é representada por liderança da Comunidade Mendonça do Amarelão, que também faz parte do Conselho Fiscal.

É destaque a histórica e fundamental participação das mulheres indígenas na luta para que o Estado brasileiro garanta a efetivação de direitos, que incluem a recuperação da autodeterminação e controle territorial indígena como as ações de retomada de suas terras: “a própria criação da APOINME foi marcada por relevantes atuações femininas (...). A luta dos povos indígenas, intrinsecamente ligada à defesa territorial, é centrada no Ente feminino que a Mãe Terra representa como a grande geradora e garantidora da vida” (APOINME, 2020, p.2-3).

Representantes de comunidades indígenas do Estado realizaram em 2012 o 1º encontro de jovens indígenas do RN, em João Câmara-RN. Na ocasião debateram temas como: organização, participação social e autonomia; políticas públicas específicas; direitos dos jovens; políticas de segurança e inclusão social; educação indígena: políticas de inclusão no Ensino Superior; acesso às políticas de prevenção da saúde; esporte e lazer. O evento, realizado pelo Grupo Paraupaba/Museu Câmara Cascudo, teve o apoio de setores da sociedade e de órgãos governamentais, dentre estes a APOINME (FUNAI, 2012).

Em 2018 foi instituída a Articulação dos Povos Indígenas do Rio Grande do Norte (APIRN, 2019), durante o Fórum de Lideranças Indígenas do Rio Grande do Norte – FLIRN. A articulação tem representantes das comunidades da etnia Potiguara – Sagi-Trabanda em Baía Formosa-RN; Catu em Goianinha/Canguaretama-RN; Assentamento Santa Terezinha, Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena e Assentamento Marajó em João Câmara-RN; Cachoeira em Nova Descoberta-RN; e Caboclos do Assu em Assu/Parau-RN; da etnia Tapuia em Macaíba/São Gonçalo do Amarante-RN e da etnia Tapuia-paiacú na zona urbana de Apodi-RN.

O resgate cultural indígena potiguar está em curso pelo movimento indígena, com apoio de educadores, instituições de ensino e organizações governamentais e não governamentais e já registra alguns avanços, que não se limitam aos resgates feitos em publicações acadêmicas.

Em estudo sobre o patrimônio cultural imaterial indígena dos Tapuias-Paiacus de Apodi-RN, tem destaque o Museu do Índio Luiza Cantofa inaugurado em 2013. É o primeiro museu indígena do Estado com acervo composto por peças líticas e elementos das manifestações culturais e dos modos de vida indígenas. O nome do museu é uma homenagem à Luiza Cantofa, uma guerreira e líder indígena que foi brutalmente assassinada em 1825 na cidade de Portalegre-RN (SOUSA, 2019; CAVINAC e ALVEAL, 2020; COSTA, SILVA e COSTA, 2020).

Na comunidade Eleotérios Catu em Canguaretama-RN, um passo muito importante em 2009 foi a oficialização da primeira escola indígena do Estado e a implementação do ensino oficial do idioma tupi para as crianças. A reformulação da política didático-pedagógica da Escola Indígena João Lino da Silva visa ao enquadramento nos dispositivos legais da educação nacional brasileira para os povos indígenas. Este fato contribui significativamente para o empoderamento da identidade do Catu (CARDOSO, 2018; UFRN, 2020).

Uma outra forma importante de expressão histórica e cultural são as festividades relacionadas aos processos produtivos, a exemplo da festa da castanha, na comunidade Amarelão, em João Câmara, que será destacada mais adiante. Outras festividades importantes são a festa da batata na comunidade de Catu, no dia de todos os santos em novembro, e que se associa à celebração da colheita da batata-doce. A programação, que anteriormente se limitava às solenidades de origem católica, incorporou elementos culturais, como a dança do Toré e cânticos às divindades indígenas. Também evidencia a agricultura familiar indígena e a produção e comercialização de diversos pratos feitos à base de batata-doce (BEZERRA, 2017).

A Festa do Milho de Sagi-Trabanda, em Baía Formosa-RN, segue a mesma lógica. Realizada no mês de junho, na festa se comemora e agradece aos deuses pela safra de milho e são realizados rituais como o Toré. Semelhante à festa da castanha no Amarelão, a festa da batata no Catu atrai turistas, contribuindo com a divulgação identitária (FERREIRA, 2017; CAVINAC, J.A. e ALVEAL, 2020).

Em Macaíba e São Gonçalo do Amarante, na comunidade Tapuia Tarairiú da Lagoa do Tapará, é realizada desde 2013 a Feira de Cultura de Tapará com a intenção de afirmar e fortalecer as manifestações culturais tradicionais e, da mesma forma que as outras festividades

já mencionadas, é um espaço para realização de rituais, comercialização de produtos e incentivo ao etnoturismo. A própria localização, na região metropolitana da capital do Estado, facilita a participação das pessoas (MOURA, 2019).

No caminho da autoafirmação cultural cada comunidade cria condições próprias. Festividades (QUADRO 2) que associam aspectos étnicos, religiosos, de divulgação cultural e comercialização de produtos têm sido alternativas cada vez mais utilizadas pelas comunidades indígenas no Estado. A questão escolar indígena também tem sido priorizada, como o exemplo do Catu e também a experiência no Amarelão que será enfatizada mais adiante.

**Quadro 2** – Calendário cultural das comunidades indígenas do RN

Aspecto Cultural Comunidade indígena	Meses											
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
<b>Trilha Etnoturística</b> Mendonça do Amarelão												
<b>Museu da Cultura</b> Mendonça												
<b>Feira de Cultura</b> Lagoa de Tapará												
<b>Festa da Castanha</b> Mendonça do Amarelão												
<b>Festa do Milho</b> Sagi-Trabanda												
<b>Festa da Batata</b> Eleotérios do Catu												
<b>Pinturas Rupestres</b> Lajedo de Soledade Apodi												
<b>Museu do Índio Luiza</b> Cantofa - Apodi												

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de: Martins et al. (2021); UFRN (2020); Cavinac e Alveal (2020); Moura (2019); Bezerra (2017); Ferreira (2017).

No calendário cultural têm destaque as festas e locais de visitação como os museus e as pinturas rupestres. Este calendário é dinâmico, podendo ser atualizado na medida em que novas comunidades passem a integrar o movimento indígena no Estado e busquem o resgate cultural dos seus antepassados.

#### 4.2 Indígenas potiguaras na agenda pública: entre formalidades e efetivação

O fortalecimento da mobilização política indígena no Rio Grande do Norte tem refletido na criação de políticas públicas que reafirmam o reconhecimento oficial da presença indígena no Estado. A seguir levantamento de políticas públicas específicas para os indígenas.

O Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – RN Sustentável – elaborado com base em consulta pública aos indígenas, apresenta o marco sobre estes povos no estado. Nos fundamentos da Política dos Povos Indígenas estabelece como objetivo garantir a participação dessas populações e promover a sua inclusão nos processos de desenvolvimento. Em relação às demandas dos indígenas, afirma que “são similares e estão centradas em questões educacionais, de saúde pública, de direitos previdenciários, de gênero e de geração, fundiárias e de etnodesenvolvimento”. Os investimentos propostos estão baseados em demandas territoriais que visam contemplar as áreas de educação, saúde, investimentos socioambientais e apoio à governança (GOVERNO DO ESTADO DO RN, 2013, p.14).

Em 2017, resultado do processo de mobilização indígena junto à Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – COEPPIR, teve início a construção do Plano Estadual de Políticas para os Indígenas – PEP/Indígenas, visando garantir a participação destes na “formulação e na execução das políticas públicas direcionadas” (FUNAI, 2017).

Participaram representantes da FUNAI e das comunidades indígenas:

Mendonça do Amarelão (Potiguara), Serrote de São Bento (Potiguara) e Assentamento Santa Terezinha (Potiguara) de João Câmara/RN; Catu (Potiguara) de Goianinha e Canguaretama; Caboclos de Açú (Caboclos) e Banguê de Assú/RN; Sagi/Trabanda (Potiguara) de Baía Formosa; Tapará (Tapuia) de Macaíba e Tapuia-Paiacú de Apodi/RN” (FUNAI, 2017).

Estavam presentes também secretários de Estado, prefeitos, secretários dos municípios onde se localizam as comunidades indígenas e representações do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania (COEDHUCI), da Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer (SEEL), do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres (CEPAM) e da Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias (CODEM)

Por meio do Decreto nº 27.320/2017 (GOVERNO DO ESTADO DO RN, 2017), foi instituída a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Rio Grande do Norte (CEPIN/RN) e definidas as diretrizes para a construção do Plano Estadual de Políticas para os Povos Indígenas (PEP/Indígenas). Os objetivos previstos no Art. 2º incluem a construção do PEP/Indígenas de forma participativa e democrática:

I - funcionar como canal de diálogo entre os órgãos do Poder Executivo Estadual e as entidades representativas e lideranças dos povos indígenas do Rio Grande do Norte;  
II - construir, de forma democrática e participativa, o Plano Estadual de Políticas para os Povos Indígenas (PEP/Indígenas), que norteará o Governo do Estado nas políticas de promoção de direitos fundamentais a essa população no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte;

- III - solicitar informações de órgãos públicos e organizações da sociedade civil necessárias para a consecução de seus objetivos;
- IV - coordenar e monitorar a implantação do PEP/Indígenas.

No Art.5º afirma que nove comunidades citadas “serão convidadas a integrar a CEPIN/RN”, dentre elas o Fórum de Lideranças Mendonça – FLM (GOVERNO DO ESTADO DO RN, 2017).

Contudo, em relação à atuação da CEPIN/RN, a liderança (TMCS, 2021) esclarece que foi criada, mas não foi efetivada: “Só foi criada”. Não tem reunião, mais nada”. Como o decreto é de 2017 já se passou um período razoável para não haver ações concretas, mesmo considerando o tempo atual de pandemia.

É necessário ressaltar sobre a presença do povo Warao no Rio Grande do Norte, etnia originária do delta do rio Orinoco, na Venezuela. Parte deste povo tem migrado para o Brasil desde 2014. Presença verificada primeiramente em Roraima e outros estados da Região Norte e mais recentemente no Nordeste, tendo chegado ao Rio Grande do Norte em 2019. Os motivos da migração estão associados a fome, busca por acesso à saúde e fontes de renda (UFRN, 2021).

Frente a constatação da presença de “índios Warao no Rio Grande do Norte, principalmente em Natal e Mossoró [...] mais evidente a partir de setembro de 2019”, foi instituída, no âmbito do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN), a Comissão Especial de Monitoramento e Atenção ao Povo Indígena Warao, por meio da Resolução Nº 04/2020 – CERAM/RN (GOVERNO DO ESTADO DO RN, 2020).

A referida resolução, por um lado é um avanço por reconhecer a condição de vulnerabilidade das famílias venezuelanas que migraram para o Rio Grande do Norte e a necessidade de um tratamento específico, haja vista a condição de refugiados. Por outro lado, a resolução não aponta com clareza quais ações serão desenvolvidas. Além disso, reforça a fragilidade do papel governamental frente aos indígenas que vivem em meio urbano.

Mesmo com a significativa produção acadêmico-científica dando destaque às comunidades indígenas e, considerando ainda a relação institucional destes povos com a própria FUNAI, a luta indígena em grande medida não tem alcançado a necessária e devida ressonância das políticas públicas.

Além do mais, a constante incompatibilidade entre os dados oficiais subestimados e as informações do próprio movimento indígena implica diretamente no alcance das políticas públicas específicas para essa parcela da população. Um exemplo dramático aconteceu em

fevereiro de 2021, quando o Governo do Rio Grande do Norte destinou doses de vacinas contra a Covid-19 para indígenas em oito municípios, porém a prefeitura de Natal-RN devolveu as vacinas alegando “desconhecer alguma população indígena” no seu território. Foi necessária a mobilização indígena junto ao MPF, que recomendou para a prefeitura proceder a vacinação dos indígenas (GLOBO, 2021).

Todavia, em artigo sobre os direitos indígenas do Rio Grande do Norte no contexto da pandemia de Covid-19, Moura, Boaventura e Neves (2021) reforçam que há distinção no Brasil entre a garantia jurídicopolítica e a efetivação dos direitos relacionado à saúde. As autoras são enfáticas quanto à existência do que chamam de discriminação institucional, refletindo na restrição de acesso às políticas públicas e, conseqüente, violações aos diversos direitos dessa população.

No caso das comunidades do território Mendonça, segundo uma liderança local, é:

a única população que tem a vacina de todos os tipos de campanha garantida pra os indígenas de todas as idades, é o município de João Câmara, no Estado, colocado como prioridade. É o único município que tem garantido na Lei Orgânica do Município o reconhecimento do território indígena (TMCS, 2021).

Assim, os desafios dos povos indígenas na realidade potiguar são por garantia dos direitos constitucionais à posse dos seus territórios e de assegurar a educação escolar indígena e bilíngue, por meio do resgate da língua tupi, bem como o acesso à saúde especializada e outras garantias relativas aos aspectos econômicos e à sustentabilidade socioambiental e cultural.

## **5 METODOLOGIA: caminhos da pesquisa<sup>16</sup>**

A metodologia é o caminho do pensamento e a prática na abordagem da realidade. Inclui as concepções teóricas, as técnicas que possibilitam a construção da realidade e o “sopro divino do potencial criativo do pesquisador”. Portanto, os procedimentos metodológicos englobam os métodos ou concepções teóricas e as ferramentas para coleta de dados. O método científico, por sua vez, determinado conforme a natureza do problema de pesquisa, permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, por meio de um processo de categorização de características específicas que unem dialeticamente o teórico e o empírico (MINAYO, 2016, p.16).

Para Rodriguez e Silva (2002), a paisagem, enquanto manifestação formal do território, possibilita uma visão totalizadora das interações entre sociedade e natureza, ou seja, uma perspectiva sistêmica. Nesse entendimento, os autores propõem a concepção das paisagens a partir da visão geossistêmica que considera o meio ambiente o entorno natural e social, abrangendo três totalidades dinâmicas, em constante mudança, isto é, os sistemas humano, natural e social.

O processo de descoberta da realidade mediante as respostas provisórias ao problema definido é o ato de conhecer, enquanto o conhecimento se refere às soluções apresentadas. As explicações sobre os fenômenos naturais e sociais “dependem dos processos de produção e modos de apropriação do conhecimento”, incluindo a subjetividade da percepção humana. Assim, “os filtros ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos nos permitem perceber apenas fragmentos do real” (SEABRA, 2009, p.14-15).

### **5.1 Classificação da pesquisa**

Conforme os procedimentos técnicos adotados nesta tese, trata-se de uma pesquisa participante, por possibilitar a interação entre pesquisadores e os atores sociais sujeitos da pesquisa; é também bibliográfica, por utilizar fontes de conhecimento já construído sobre as temáticas abordadas como livros, teses e artigos científicos publicados em periódicos nacionais

---

<sup>16</sup> Pesquisa aprovada (Parecer Consubstanciado Nº 4.147.790) pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – CEP/UFC (Plataforma Brasil); vinculada ao PRODEMA-UFC na área de concentração desenvolvimento e meio ambiente; linha de pesquisa, planejamento, gestão e políticas socioambientais; e área de estudo, geoecologia das paisagens aplicada ao planejamento e gestão ambiental.

e internacionais; e documental, além de dados e documentos públicos oficiais como leis, considerados fontes secundárias (GIL, 2008). As pesquisas qualitativas utilizam variados procedimentos e instrumentos de coleta de dados, por isso, são caracteristicamente multimetodológicas. A pesquisa aplicada tem objetivos práticos, como por exemplo a produção de mapas sociais.

De acordo com seus objetivos é classificada como pesquisa exploratória, por buscar maior familiaridade com o problema e, por isso, tem um planejamento flexível; e descritiva, por estudar as características e percepções de determinada população ou fenômeno. É também explicativa, na medida em que objetiva identificar e descrever os usos e percepções locais para propor subsídios ao planejamento sustentável das paisagens.

Sobre a pesquisa participante, Gil (2008, p.56) destaca que “envolve a distinção entre ciência popular e ciência dominante. (...) envolve posições valorativas”. Por isso, é indicada para estudos com grupos “desfavorecidos” como os indígenas, pois está comprometida em “minimizar a relação entre dirigentes e dirigidos”. Por meio da pesquisa participante na realidade em estudo, busca-se viabilizar o diálogo entre saberes na complementariedade entre conhecimentos científicos e locais.

Minayo (2016, p.22) afirma que a abordagem qualitativa trabalha com o universo de significados das ações e relações humanas, ou seja, se preocupa com um nível de realidade que não poder ser quantificado, “um lado não perceptível e não captável em equações”. Conforme a autora a pesquisa qualitativa possibilita “compreender”, para poder interpretar a realidade social.

## **5.2 Universo e atores sociais incluídos na pesquisa**

O recorte do objeto de estudo com a comunidade indígena Mendonça do Amarelão inicialmente, bem como pelos atores sociais incluídos na pesquisa, se apoia nos critérios descritos a seguir. Esta compõe o primeiro grupo de comunidades autoidentificadas indígenas no Estado do Rio Grande do Norte, com relatório de “Qualificação da Reivindicação de Terras”<sup>17</sup> formalizado na CTL-FUNAI (CAMPOS, 2014). Pelo grau de organização sócio-política e envolvimento de jovens lideranças no movimento indígena (GUERRA, 2017). Também pela dimensão populacional e sua extensão territorial, visto que é a maior do Estado.

---

<sup>17</sup> Anteriormente citado (CAMPOS, 2014), similar às expressões “Qualificação de Reinvidicação de Demarcação das Terras” (AVÁ ARANDÚ, 2017) e “Relatório de qualificação territorial do Amarelão” (GUERRA, 2007).

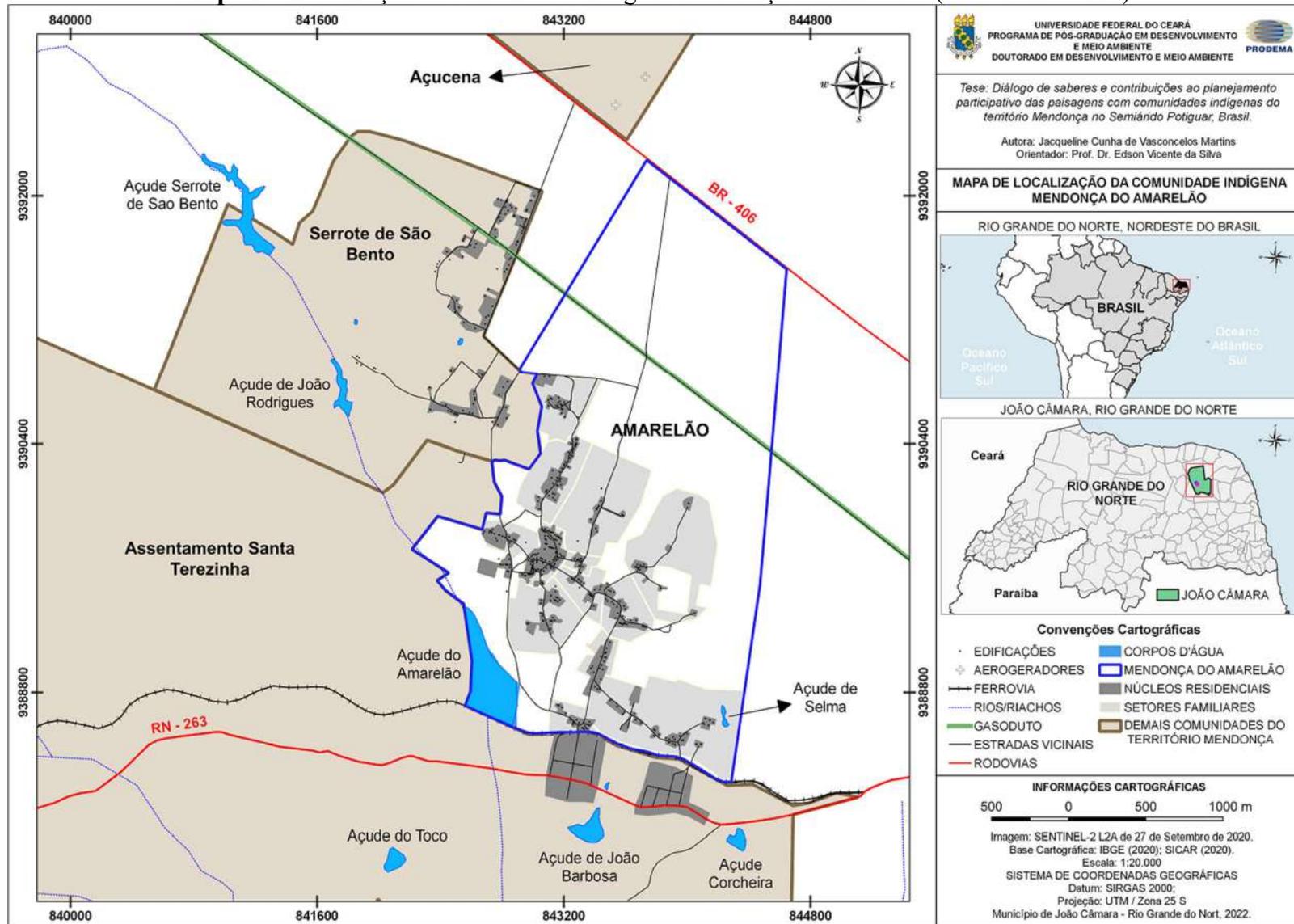
E pela receptividade e interesse demonstrados por lideranças e membros da comunidade na realização desta pesquisa.

No Mapa 2<sup>18</sup>, destaque para a localização da comunidade Mendonça do Amarelão, bem como as comunidades fronteiriças que incluem Serrote de São Bento e o Assentamento Santa Terezinha. Segundo a antropóloga Jussara Guerra (2007, 2017), ambas refletem parte das migrações dos Mendonça, como será abordado.

---

<sup>18</sup> No tópico da metodologia (4.3.2) consta o detalhamento das fontes (teóricas e bases de dados de acesso público) de todos os mapas elaborados nesta pesquisa.

**Mapa 2 – Localização da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

Desse modo, as primeiras imagens trabalhadas nas oficinas participativas focavam na área da comunidade Mendonça do Amarelão e seu entorno próximo que abrange Serrote de São Bento e o Assentamento Santa Terezinha. Porém, como a pesquisa é um processo em construção contínuo e nunca acabado, no momento de avaliação da primeira oficina de mapeamento foi solicitada “uma imagem maior pros quatro lados” para as próximas oficinas.

Nesse sentido, D’Oliveira Campos (2019) adverte que:

O fundamental é que sempre se tenha como referencial o plano vivencial e a ele se retorne sempre, após e mesmo durante o recorte, para considerar dialeticamente o problema em questão no seu contexto vivencial ou ambiental. Nele pode-se perceber que variáveis antes descartadas passam a se tornar pertinentes.

Portanto, nesse contexto vivencial, como na etapa de diagnóstico foram citados alguns impactos socioambientais externos, para a “imagem ampliada” solicitada foram utilizadas como parâmetro a localização “das eólicas” ao extremo norte do Amarelão e “da pedreira” ao extremo sul. Respeitando a demanda local, mas considerando a ampla dimensão territorial da área de significativa relevância das seis comunidades para os Mendonça, o detalhamento dos mapas temáticos tem foco nas áreas do Amarelão e de Serrote de São Bento, conforme definição conjunta com o orientador desta pesquisa.

Além da proximidade e dos vínculos entre as comunidades, por exemplo os pontos de memória e a questão do abastecimento de água. No mapeamento dos equipamentos sociais verifica-se o cemitério localizado no Serrote, também de uso comum das comunidades representadas nas oficinas.

### **5.3 Percurso e alguns desafios da pesquisa**

O acesso às comunidades, sejam indígenas ou não, quando intermediado favorece a relação de confiança com o pesquisador. Richardson et al. (2014) destacam que a escolha do local de pesquisa e familiaridade do pesquisador com o grupo são fundamentais em pesquisas qualitativas.

Um desafio para desenvolver ações de ensino, pesquisa ou extensão em comunidades é manter o primeiro contato, de modo que possa gerar uma relação de confiança mútua. Esclareço como se deu a aproximação com comunidades indígenas do Rio Grande do Norte, desde 2016. Inicialmente com algumas lideranças da comunidade Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN), o cacique da comunidade do Catu (Goianinha-RN), depois com

o cacique da comunidade Caboclos de Assu (Assu-RN); e também com outras lideranças como da comunidade Quilombola Acauã em Poço Branco (João Câmara-RN).

Os contatos com representantes locais foram intermediados, bem como as primeiras visitas gentilmente acompanhadas pelo engenheiro agrônomo Marialdo Santana e, com este, por intermédio do professor Alan Martins da UFERSA. Ambos prestavam assistência técnica em comunidades da região do Mato Grande desde a década de 1990 e, juntamente aos outros profissionais, fundaram em 1998 a Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar – TECHNE, que ainda desenvolve ações de assistência técnica, gerencial, social e ambiental na região.

Ao vislumbrar a possibilidade de ingresso no doutorado (PRODEMA), além das leituras de artigos e teses na temática indígena, percebi minha vivência profissional como uma oportunidade para identificar potenciais demandas que justificassem o desenvolvimento de uma pesquisa no doutorado e que também pudesse se tornar uma possibilidade de ação continuada, visando promover a necessária relação universidade e sociedade. Então, nos encontros que se seguiram falei sobre a intenção da pesquisa com algumas lideranças que prontamente demonstraram interesse.

Semestralmente passaram a ser realizadas aulas de campo em comunidades indígenas com turmas de graduandos da UFERSA (FIGURA 3), envolvendo variados cursos como a graduação interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – CeT, Engenharia Agrícola e Ambiental, Agronomia e Biotecnologia, entre outros. Vale esclarecer que na UFERSA a graduação interdisciplinar em CeT tem duração de três anos e corresponde ao núcleo comum de componentes curriculares das Engenharias: Elétrica, Civil, Mecânica, Petróleo, Química e de Produção. Portanto, as atividades de campo contemplam estudantes com formações (aqui ‘formar’ entendido no sentido de condicionar a visão de mundo) variadas, sendo importante espaço para múltiplas percepções socioambientais e culturais numa perspectiva cidadã ampla, para além da futura atuação profissional em sociedade.

Com viés interdisciplinar as referidas aulas práticas objetivam ampliar o conhecimento crítico dos estudantes, além de fortalecer a afirmação indígena por meio da socialização e propagação dos seus saberes e modos de vida. É importante registrar a constatação, conforme relatos dos estudantes, de que a grande maioria desconhecia a presença indígena no Estado. Por isso, na aula seguinte sempre acontece a socialização das vivências e exposição das fotos, além de debate envolvendo os demais estudantes que não puderam participar da atividade prática. Os debates, sempre conduzidos num viés crítico de

desconstrução da realidade naturalizada, contribuem para desmistificar a ideia de que os indígenas foram extintos no Rio Grande do Norte, contada pela historiografia clássica e reforçada por muito tempo pela mídia.

**Figura 3** – Aulas de campo com graduandos da UFERSA nas comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Eleotérios do Catu (João Câmara; Canguaretama/Goianinha-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2016, 2017, 2018).

Posteriormente, em parceria com o professor de “Ambiente, Energia e Sociedade”, componente curricular também ofertada na graduação interdisciplinar em CeT, foi desenvolvido o projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFERSA com foco na realidade das comunidades Mendonça Amarelão e Caboclos do Assu. O projeto resultou na publicação de um artigo em periódico nacional (MARTINS et al., 2020) e em um capítulo de livro pela Edufersa (MARTINS et al., 2021) nas versões impressa e e-book, ambos em parceria de autoria com a convidada TMCS<sup>19</sup>, liderança do Amarelão e então mestranda em Antropologia-UFRN, além do orientador desta tese e a bolsista de Pibic; resultou ainda no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na temática indígena, pela bolsista do Curso

<sup>19</sup> Visando preservar a identidade do(a)s participantes da pesquisa, conforme recomendação de avaliadores desta tese (exame de qualificação e defesa) e do Comitê de Ética (CEP-UFC), os(as) autores(as) das narrativas estão ‘identificados por iniciais’ de nomes próprios.

de CeT (OLIVEIRA, 2019). O convite à liderança para publicações em parceria é uma ilustração da aplicação prática do diálogo entre saberes aqui proposto e o entendimento sobre a construção do saber não hierarquizado. Além das publicações citadas, outros recortes teóricos da pesquisa resultaram em artigos e capítulos de livros publicados em parceria com o orientador e membros do Lageplan-UFC.

Mediante esta proposta de diálogo de saberes (LEFF, 2012; SANTOS, 2010) e visando aprimorar a capacitação para trabalhar a temática e atuar junto às comunidades, optei<sup>20</sup> também por cursar componentes curriculares<sup>21</sup> ofertadas na rede PRODEMA como “Planejamento e Gestão Ambiental” (UFPE, 2018) e “Antropologia e Meio Ambiente (UFRN, 2019); fiz ainda os cursos de “Antropologia e a Nova Cartografia Social” (UECE, 2019) e “Metodologia de diagnóstico etnoambiental, etnozoneamento e plano de gestão participativo em TI” (UFPA, 2018), entre outros; além de acompanhar em campo atividades de cartografia social com pesquisadores do Lageplan (UFC, 2019); e de participar de vários eventos científicos com artigos aprovados<sup>22</sup>.

No primeiro ano do doutorado (2018) apresentei o projeto<sup>23</sup> e obtive o aceite da representação coletiva da comunidade; no segundo ano (2019), após cursar/cumprir todos os 48 créditos exigidos em componentes curriculares pelo PRODEMA, foram iniciados os ciclos de oficinas participativas (dez/2019, fev/2020) com o apoio da ACA que fez a mobilização entre as pessoas das comunidades e, nesse intervalo de tempo, também foram feitas outras visitas à comunidade.

Saliento que fui convidada (ANEXO 3) a participar da III Assembleia de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte – ASMIRN em Apodi-RN (mai/2018). Na oportunidade, mantive contato com representantes das comunidades indígenas do Estado e conheci representantes então lotados na FUNAI local, regional e nacional, que demonstraram interesse e reconhecimento pela relevância da proposição deste estudo.

Os encontros previstos para março de 2020 foram cancelados pela ACA em decorrência da pandemia<sup>24</sup>, uma vez que tiveram que priorizar ações para minimizar os impactos

---

<sup>20</sup> Viagens/estadias/alimentação custeadas com recursos próprios (sem bolsa de estudo), incluindo as aulas na UFC em Fortaleza-CE.

<sup>21</sup> Além da UFC, UFPE e UFRN, cursei outras componentes curriculares nas universidades da Rede PRODEMA: UFS-Aracaju-SE (2018), UFPB-João Pessoa-PB (2018) e UFPI-Teresina-PI (2019), visando iniciar as oficinas participativas em dez/2019 (ainda no segundo ano do doutorado).

<sup>22</sup> Para alguns dos eventos científicos que apresentei trabalho, recebi ajuda de custo/transporte da Ufersa; e, para a atividade obrigatória da rede na UFPI (2018) recebi reembolso de parte dos custos pelo PRODEMA-UFC.

<sup>23</sup> Formalizei o convite para exposição do projeto através de ofício à CTL-Natal da Funai, mas não obtive resposta.

<sup>24</sup> No período de quatro anos do doutorado (cerca de 1.460 dias) podem acontecer imprevistos que impactam tanto na pesquisa como na vida pessoal/familiar dos pesquisadores.

nas comunidades, como campanhas de arrecadação de alimentos para as famílias que estavam impossibilitadas de comercializar a castanha. Inclusive, a primeira morte por Covid registrada entre indígenas do Rio Grande do Norte aconteceu no Amarelão novo, em Natal (UFRN, 2020). Diante da determinação do Decreto nº 29.513 de 13 de março de 2021 do Governo do RN e suas ratificações posteriores com “medidas de isolamento e quarentena”<sup>25</sup>, reproduzo comunicado da liderança, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, postado dia 17.03.2020 no grupo “Diálogo de saberes Ufersa”:

Boa noite a todos. Jacqueline, seguindo recomendações do decreto estadual e municipal [em referência ao primeiro decreto da prefeitura], a Associação Comunitária do Amarelão está cancelando todos os eventos com aglomeração de pessoas, por causa do coronavírus. Eu conversei com o médico da comunidade hoje, é praticamente certo que esse vírus vai se espalhar pelo Estado, vai ter um pico agora até o final de março e o mês de abril. E o nosso objetivo, enquanto organização comunitária e PSF, é diminuir ao máximo que chegue esse vírus na comunidade, até porque tem bastante idosos na comunidade, que é o público mais vulnerável. Então, “estamos cancelando essa oficina do dia 30 e, no mês de abril, dependendo de como tiver essa situação do coronavírus, a gente remarca uma nova data” (TMCS).

Também a APOINME (2020, p.11-12) lançou em junho de 2020 o Plano Indígena de Enfrentamento da Covid-19 no Brasil com o seguinte direcionamento:

Grande parte das comunidades indígenas em todo o Brasil, tomaram iniciativas voltadas a impedir a entrada em seus territórios, de pessoas a ele externas e/ou estranhas, e a impedir, evitar ou reduzir ações comunitárias ou coletivas que demandam aglomeração ou exigem a proximidade física entre parentes nos próprios territórios.

Em fevereiro de 2021, momento de redução dos casos graves de contaminação em nível nacional e início da vacinação em grupos prioritários no Rio Grande do Norte, propus agendarmos uma data para continuidade das oficinas com os protocolos de segurança, mas recebi de uma liderança a informação de que havia novo agravamento de casos de Covid especificamente no município de João Câmara e que o coletivo propôs “deixar para abril a nova data pré-agendada”. Porém, com a inviabilidade devido à segunda onda de Covid em meados de abril, sugeri para o mês de maio uma reunião virtual para validação dos mapas, bem como a realização de entrevistas com as lideranças em formato remoto.

Diante das políticas do atual governo federal que impactam também nas políticas indigenistas, as representações das comunidades tiveram grande envolvimento com as

---

<sup>25</sup> “(...) focadas na prevenção e mitigação do contágio” de “combate ao novo coronavírus (Covid-19)” e, “visando proteger a saúde do povo potiguar”. Decretos normativos disponíveis em: <https://portalcovid19.saude.rn.gov.br/medidas/medidasdogoverno/>.

demandas urgentes do movimento indígena local, regional e nacional e a realização de campanhas para participação nas mobilizações em torno do PL 490, em Brasília (jun-jul/2021), evento amplamente publicizado nas mídias nacionais e internacionais e nas redes sociais, além de outros eventos inerentes a essa questão. Assim, conforme essas prioridades urgentes e a disponibilidade das pessoas, em setembro/2021 os mapas foram revistos/devolvidos e as entrevistas (APÊNDICE 2) realizadas em outubro e novembro 2021.

Além desses imprevistos, convém mencionar que o prazer pela pesquisa é impactado em alguns momentos por desafios ao longo do percurso. Registrar algumas situações, pode esclarecer possíveis incompreensões em torno de afirmações condicionadas dos pesquisadores, que esbarram tanto na sua autonomia como no alcance dos objetivos da pesquisa.

Por exemplo, em relação ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Como afirmei no título ser comunidade indígena, na primeira submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil/CEP-UFC e, mesmo anexando a Carta de Anuência da ACA (ANEXO 1) emitida pela representação coletiva da comunidade, foi exigida autorização da FUNAI. Assim, em resposta à minha solicitação (APÊNDICE 4) formal, o órgão indigenista reforçou a informação de acesso público sobre a necessidade de autorização do seu presidente nacional, quando se trata de TI – foi aberto o processo com a solicitação e encaminhado à coordenação regional, mas não obtive resposta. Então, reformulei a fundamentação teórica, reforçando acerca do direito à autoidentidade (BRASIL, 1988a; ONU, 2007; OIT, 2011) e, como no Rio Grande do Norte ainda não tem TI demarcada, destaquei no título<sup>26</sup> a expressão “comunidades autoidentificadas indígenas”, resultando na aprovação/formalização da pesquisa no semestre seguinte, conforme parecer do CEP-UFC (ANEXO 2) e modelo de TCLE (APÊNDICE 1).

Ainda sobre a relação de confiança entre comunidades e pesquisadores, convém mencionar um episódio ocorrido com os Mendonça do Amarelão e que reforça o preconceito até no próprio município. Essa situação sempre é esclarecida aos grupos visitantes e pesquisadores como forma de desmistificar o que foi veiculado em 1998, em matéria jornalística de alcance nacional em canal aberto de televisão, sobre acusações de exploração do trabalho infantil na comunidade. Na verdade, na percepção local, a atividade familiar com a castanha é um conhecimento repassado aos mais jovens. Por isso, afirmam claramente que na comunidade “não querem mais todo mundo”, que “não entra mais todo mundo lá”.

---

<sup>26</sup> Como a pesquisa social/qualitativa é dinâmica e o título é o menor resumo do trabalho científico (MINAYO, 2016), diante dos desdobramentos em campo foi necessário ajustar o título.

Na reunião para apresentação da proposta desta pesquisa (out/2018), relatei minha trajetória de formação e profissional e os representantes indígenas foram bastante receptivos, fruto dos contatos anteriores e da evidente harmonia entre os objetivos da pesquisa e as prioridades e interesses da comunidade.

Na oportunidade, deram exemplos de situações nas quais “abriram as portas” da comunidade e se decepcionaram com o resultado. Citaram novamente o episódio que tinha o suposto objetivo de realizar uma matéria jornalística sobre a produção artesanal de castanha em comunidades tradicionais do Semiárido. Confiantes de que uma matéria em nível nacional ajudaria na divulgação, permitiram o acesso a todo processo produtivo e a realização de entrevista com os produtores, inclusive com seus filhos menores de idade. Havia grande expectativa de que novos mercados pudessem surgir com tão ampla divulgação da atividade produtiva e da comunidade. Porém, quando a matéria foi ao ar, houve uma “total distorção dos fatos”. Em nenhum momento foram apresentados os aspectos positivos da comunidade, que tem no processamento da castanha uma forma digna de geração de renda e, nem mesmo aspectos da luta pelos direitos à terra, negados por séculos. Foi uma grande decepção na comunidade, pois a matéria não representava a realidade. Devido a este acontecimento ficou decidido que qualquer pesquisa, matéria jornalística ou outro tipo de ação externa, deveria ser aprovada pelo coletivo representado pela ACA. Enfatizaram que precisam entender quais as intenções e os possíveis benefícios das ações e não aceitam mais que “qualquer pessoa” entre na área para pesquisas ou matérias jornalísticas que publiquem informações que não correspondem à realidade local.

Assim, após a exposição dos objetivos e metodologia desta pesquisa e outros esclarecimentos, o projeto foi aprovado conforme Carta de Anuência da ACA e o cronograma foi posto em execução nas visitas que se seguiram.

Ainda em relação às pesquisas realizadas na comunidade, reproduzo fala de representante do Amarelão em entrevista (out/2021), reforçando a percepção crítica:

Tenho uma preocupação muito grande com projetos de extensão, principalmente depois que eu entrei na academia (...). Muito raramente [dando ênfase], esses projetos nos deixam alguma coisa de concreto (...). Tem projeto que a gente sabe que os professores, os estudantes, eles só tão vindo pra enriquecer o currículo e que não vai ficar nada. E agora, durante a pandemia, aconteceu de muito professor ter contato com a gente. Todos pra trabalhar a questão da pandemia dentro do território indígena (...), pra no final do projeto fazer um *folder* (TMCS, 2021).

Essa visão ficou ainda mais evidente no período mais crítico da pandemia, em relação ao que é considerado prioridade na comunidade: “durante a pandemia, eu passo dia e

noite fazendo campanha pra arrecadar alimento, pra arrecadar álcool, máscara (...). No tempo pesado da pandemia, eu não vou deixar de fazer isso pra tá participando de reunião virtual de coisa que não vai deixar nada pra comunidade” (TMCS, 2021).

Contudo, em reconhecimento à relevância do nosso estudo e o interesse das pessoas das comunidades, a liderança afirmou:

Por exemplo o projeto que você [Jacqueline] tá fazendo agora, a gente vai ficar com os mapas, a gente vai ficar com um documento político. Como eu sempre disse a você desde o início, isso que você tá fazendo pra gente é um documento que a gente vai andar debaixo do braço pra todas as reuniões que a gente for, mostrando ‘aqui o mapeamento do nosso território’, mostrando onde tá localizado. Vai ser um documento que a gente vai usar pra cobrar política pública (TMCS, 2021).

E acrescentou: “tem projeto de extensão que fizeram na nossa comunidade que pra gente é muito importante o conteúdo, porque ajuda a gente na cobrança de política, ajuda a gente a criar uma documentação pra provar, pra mostrar pro Estado que tem estudo dentro da comunidade” (TMCS, 2021).

A relação de confiança entre pesquisadores e pessoas envolvidas na pesquisa é dinâmica, em constante construção. Portanto, em respeito a esta relação e considerando os objetivos planejados, neste estudo é dada ênfase aos aspectos que possam contribuir positivamente com as comunidades do território Mendonça.

Registro ainda uma dificuldade adicional sobre a logística de acesso à comunidade. São cerca de 235 km de distância entre o local do campo de estudo e a cidade onde resido<sup>27</sup>, as condições perigosas de trânsito, principalmente no trajeto da BR 304 (Mossoró-Natal) e de segurança e má qualidade do asfalto de grande parte do percurso da RN 120 (Riachuelo-João Câmara), além dos trechos de estrada carroçável.

Outro aspecto importante, refere-se à disponibilidade voluntária das pessoas, tendo em vista a gentileza em cederem um tempo precioso e abdicarem de suas tarefas cotidianas para participarem das oficinas. Assim, diante dos aspectos logísticos de deslocamento, da disponibilidade das pessoas, bem como da necessidade de otimizar recursos financeiros<sup>28</sup>, planejamos concentrar as oficinas de diagnóstico, mapeamento e zoneamento participativos em

---

<sup>27</sup> E cerca de 478 km de distância entre a comunidade e a sede do doutorado (DDMA-PRODEMA) no Campus da UFC em Fortaleza-CE.

<sup>28</sup> Utilizei recursos próprios para: deslocamentos/estadias/alimentação na maioria das vezes que fui à comunidade (em três momentos a Ufersa cedeu o transporte); na aquisição do material necessário para realização das oficinas participativas (impressões das imagens em gráfica; materiais de papelaria e para as dinâmicas, etc.) e alimentação dos grupos participantes – entendendo que é o mínimo de retribuição à gentileza de ficarem o dia todo disponíveis.

encontros intensivos (dez/2019, fev-mar/2020), como serão esclarecidos nas etapas da pesquisa, inclusive sobre o cancelamento do terceiro ciclo de oficinas e as adaptações no formato remoto.

Em relação à formalização desta pesquisa com a FUNAI, além do convite para a apresentação do projeto (APÊNDICE 3) e a solicitação sobre o CEP já mencionados, em maio de 2021 enviei ofício à CTL-Natal (APÊNDICE 5) por e-mail solicitando entrevista sobre as comunidades indígenas do estado e obtive a seguinte resposta: “informo que o mesmo foi tramitado à Coordenação Regional Nordeste II (Fortaleza-CE) para análise e adoção das providências cabíveis. Quanto obtivermos retorno, entraremos em contato com você”. Acrescento que por meio de aplicativo de mensagens instantâneas e de voz, um servidor informalmente esclareceu que “entrevistas só podem ser realizadas mediante aprovação pela presidência da FUNAI”. O ofício tem que seguir a “tramitação do fluxo hierárquico do órgão”, pela qual a coordenação regional deve encaminhar para a Assessoria de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas – AAEP que poderá autorizar e, em seguida, a CR entra em contato com a CTL para agendar a entrevista com o pesquisador. Porém, até então não houve resposta. Por isso, não constam dados primários da FUNAI nesta tese.

Embora reconheça a boa relação dos servidores da FUNAI com as comunidades, a liderança indígena esclarece e reforça a situação delicada dos servidores na atual gestão nacional ao contextualizar:

Se o Amarelão mandar um ofício hoje pra CLT de Natal solicitando a vinda de um servidor pra participar de uma reunião, de uma assembleia ou pra resolver qualquer situação, seja uma reunião com a Prefeitura ou com uma Secretaria, esse ofício tem que ser colocado num processo institucional da FUNAI, vai pro gabinete do presidente da FUNAI em Brasília e quando o presidente puder abrir aquele documento e dar o despacho é que o servidor está liberado. Todos os servidores da FUNAI estão proibidos, a palavra é ‘proibidos’ de entrar em área indígena sem a autorização do presidente da FUNAI, uma instituição com 34 coordenações regionais e muitas CTLs. Tem condições de um único presidente despachar tudo? O que acaba acontecendo é que ele não consegue liberar. Se a gente mandar um ofício pro servidor vir agora em outubro [2021], corre o risco de abrir [o presidente da FUNAI] esse documento só em fevereiro do próximo ano [2022], pra conseguir dar o parecer se o servidor tá autorizado a vir ou não na terra indígena. Então, é um problema que eles usaram como desculpa a pandemia, mas tem a ver com corte de gasto de combustíveis, diária de servidor principalmente, e também com esse processo de sucateamento da FUNAI. (...) Agora, as questões emergenciais, aquelas que vêm a público, que a FUNAI não pode negar o atendimento, que são situações extremas como assassinato de lideranças, tiroteio dentro de aldeia, aí os servidores são liberados pra ir de imediato na comunidade, pra acionar a polícia, mas tirando isso, não vem. (...) Como órgão do Estado [a FUNAI] tem todas essas burocracias. Ainda bem que dentro da FUNAI, como acontece com todos os órgãos de Estado, têm pessoas que realmente gostam do seu trabalho, fazem um bom trabalho. Tem muito indigenista comprometido na FUNAI, apesar de hoje a FUNAI tá quase que lotada nos seus cargos de diretoria de funcionários do governo (TMCS, 2021).

Ainda em relação ao órgão indigenista oficial, mantive contatos informais com os servidores que conheci na trajetória deste estudo. Em dezembro de 2019 um servidor da FUNAI-Brasília pediu, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, que eu enviasse o “resumo sobre a pesquisa no Amarelão para compor relatório interno”. Em dezembro de 2020 o mesmo informou que em reunião na Regional da FUNAI em Fortaleza: “falei do seu trabalho no Amarelão e repassei o seu contato para que conversem contigo sobre a possibilidade de acompanhamento da validação”. E em julho de 2021 o servidor solicitou os artigos publicados com os resultados preliminares desta tese, certamente para fundamentação do referido relatório. Aproveitei para perguntar se teria como verificar no sistema sobre a minha solicitação de entrevista, mas não obtive resposta.

O agravamento da pandemia impactou significativamente no desenvolvimento da metodologia planejada, tornando necessário o redimensionamento em acordo com o orientador. Além dos fatos citados, outros desafios do cenário pandêmico de Covid-19<sup>29</sup> e, considerando o prazo de retorno às minhas atividades institucionais, estabelecido em Portaria-UFERSA com base no tempo oficial de término do doutorado (mar/2018-fev/2022), a recomendação do orientador desta tese, em reunião virtual realizada em maio de 2021, foi para seguir com o que for possível ser feito em segurança<sup>30</sup> no prazo citado.

Mesmo com o processo de vacinação desacelerando o número de óbitos relacionados, ainda se mantém uma significativa quantidade de contaminações e de mortes diárias no país. Devido à morosidade de parte do governo federal brasileiro em priorizar a política de imunização da população já são contabilizadas milhares de vidas perdidas e famílias enlutadas. No Brasil, até a primeira semana de janeiro/2022, já havia o registro de mais de 619.500 óbitos, sendo mais de 7.500 no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o próprio Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), apesar dos seus dados instáveis e não transparentes.

---

<sup>29</sup> Além dos impactos na saúde mental e física decorrentes da tensão desses tempos pandêmicos, artigos evidenciam outros reflexos da pandemia na vida de mulheres cientistas e contexto doméstico/familiar: “Mulheres cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade” e “Os impactos da maternidade na produtividade científica em tempos de pandemia” (SOUTO-MARCHAND, GALVÃO e FERNANDES, 2020; SOARES, CIDADE e CARDOSO, 2020).

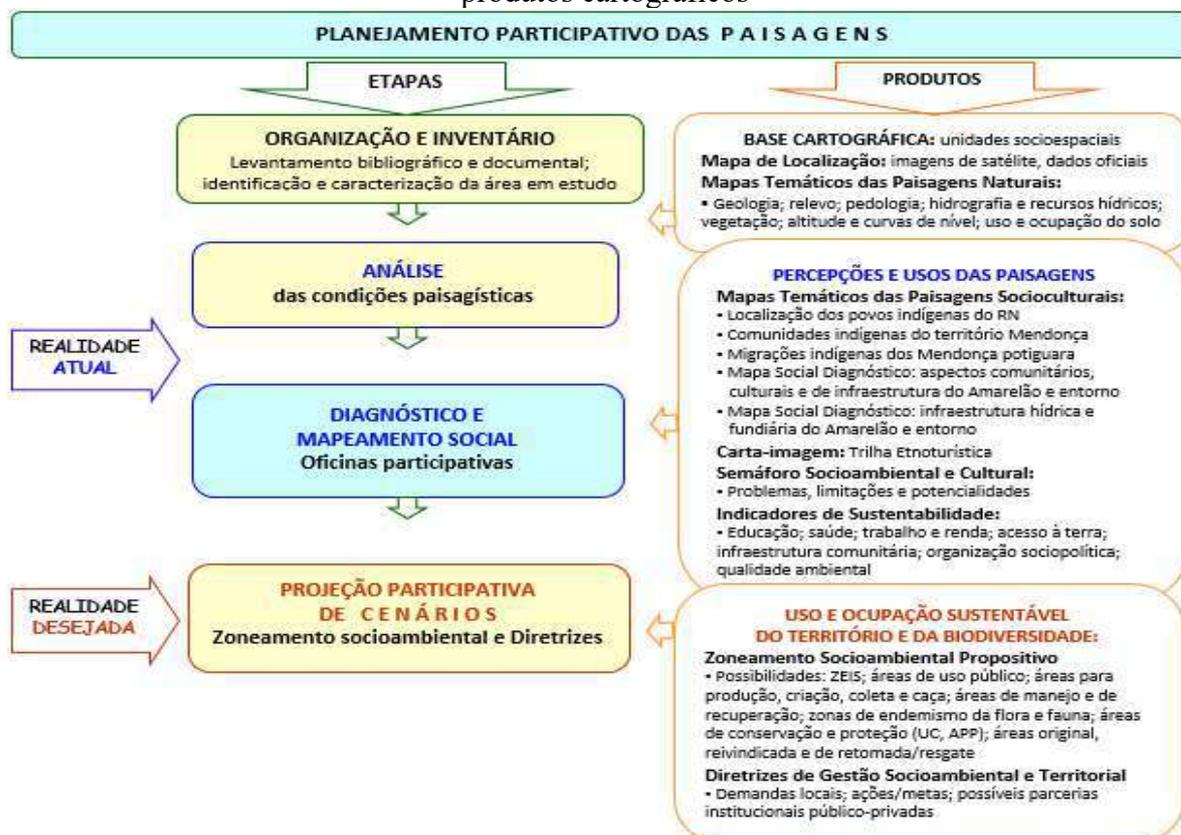
<sup>30</sup> O processo de vacinação/imunização contra Covid-19 dos membros do meu núcleo familiar (iniciado em jun/2021) completou as duas doses em dez/2021, conforme as diferentes faixas etárias. Diante do risco ainda iminente de “Covid longa” e suas sequelas, a OMS (2021) adverte que o fundamental é evitar o contágio, visto que não há garantia de imunidade contra as novas variantes do coronavírus. Lamentavelmente fomos impactados com perdas de pessoas queridas/familiares e tememos a exposição em locais públicos de grande circulação de pessoas (viagens/estadias, aglomerações etc.).

## 5.4 Etapas e instrumentos de pesquisa

As etapas inicialmente definidas e seus respectivos resultados esperados (Figura 4) se baseiam na metodologia do roteiro de planejamento das paisagens proposta por Rodriguez e Silva (2016) que, por sua vez, confluem com algumas etapas e objetivos previstos na PNGATI (FUNAI, 2012) e nos instrumentos de gestão ambiental e territorial da FUNAI (2020).

Rodriguez e Silva (2016) destacam quatro fases imprescindíveis ao planejamento das paisagens, mas advertem que dependendo dos objetivos e prazos da pesquisa o conteúdo de cada uma delas pode ser simplificado. Nas fases de organização e inventário e na de análise são realizados os levantamentos bibliográficos e documentais, bem como a identificação e caracterização das unidades da estrutura paisagística. Nas etapas de diagnóstico e mapeamento social se faz uma leitura da realidade atual embasada nas percepções e toponímia locais. E na etapa de projeção de cenários da realidade desejada é realizado o zoneamento propositivo conforme as demandas e anseios locais, na perspectiva da sustentabilidade; além da proposição de diretrizes com vistas à gestão ambiental e territorial (RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

**Figura 4** – Planejamento das paisagens com comunidades indígenas: roteiro, resultados e produtos cartográficos



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de Rodriguez e Silva (2016) e PNGATI (BRASIL, 2012b)

Em relação à etapa de zoneamento funcional propositivo é necessário um esclarecimento. Nas oficinas os representantes foram bastante enfáticos ao afirmarem: “não queremos expor a área reivindicada nem de retomada”, deixando claro que são informações confidenciais constantes no processo em trâmite na FUNAI, por se tratar de área de possível disputa territorial. Em respeito à decisão coletiva, considerando que esta é uma pesquisa participativa, implica diretamente no planejamento dos cenários futuros da metodologia proposta inicialmente. Por essa razão, esta etapa limita-se a proposições técnico-científicas direcionadas pelas demandas locais e embasada na literatura e em experiências em territórios indígenas.

No Quadro 3, constam as etapas de desenvolvimento da metodologia com descrição das visitas e atividades com a comunidade Mendonça do Amarelão e representantes de outras comunidades do território Mendonça.

**Quadro 3 –** Visitas e atividades com a comunidade Mendonça do Amarelão (2018-2021)

<b>Datas</b>	<b>Atividades</b>	<b>Participantes externos</b>
Mai/2018	- Participação na III AMIRN (Apodi-RN), Assembleia de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte. - Primeiros contatos com representantes da FUNAI (local, regional, nacional)	Autora da pesquisa
Out/2018	- Apresentação/Aceite do Projeto de Pesquisa - Registros fotográficos	Autora e pesquisador da Ufersa
Fev/2019	- Caminhada guiada - Marcação de pontos com GPS, para a confecção do mapa de localização e mapas temáticos - Registros fotográficos	Autora, pesquisador; bolsista de Pibic e motorista da Ufersa
Mar/2019	- Caminhada guiada - Apresentação do orientador da pesquisa às lideranças da comunidade - Registros fotográficos	Autora, orientador da tese/doutorado, pesquisador da Ufersa e motorista contratado
Ago/2019	- Participação na Festa da Castanha 2019 - Registros inéditos de imagens aéreas da comunidade com drone da Ufersa	Autora, pesquisador, dois bolsistas e motorista da Ufersa
Dez/2019	- Realização do I ciclo de oficinas participativas com representantes do território Mendonça	Autora e pesquisador da Ufersa
Fev/2020	- Realização do II ciclo de oficinas participativas com representantes do território Mendonça	Autora e pesquisador da Ufersa
Mar/2020	- Realização do III ciclo de oficinas participativas - Obs: cancelado pela ACA em decorrência das medidas protetivas contra a pandemia da Covid-19 (decretada no Rio Grande do Norte em 11.03.2020)	Adiada
Mai/2021	- Realização de reunião com lideranças do Território Amarelão em ambiente virtual	Autora e colaborador da pesquisa
Set/2021	- Revisão/validação dos mapas sociais (de forma remota) por representantes das comunidades do território Mendonça	Autora
Out/2021	- Realização de entrevistas com representantes Mendonça em ambiente virtual	Autora
Nov/2021	- Realização de entrevistas com representantes Mendonça por áudios, via aplicativo de mensagem instantânea e de voz	Autora

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022)

Além desses momentos/datas reforço sobre as aulas de campo realizadas nos semestres letivos de 2016 (4 visitas) e de 2017 (2 visitas) com graduandos da Ufersa, além dos contatos relativos à produção acadêmica, bem como em diferentes campanhas desenvolvidas pela comunidade. Por isso, nas oficinas participativas, foi afirmado: “Nunca nenhum pesquisador veio tantas vezes na comunidade como você [Jacqueline]. Eles sempre vêm, fazem umas perguntas e vão embora” (JCTS, 2020). Também foram mantidos contatos remotos relativos às campanhas mitigadoras dos impactos da pandemia tanto na comunidade como em outras indígenas do Estado.

A operacionalização do roteiro proposto aconteceu por meio de variadas ferramentas de pesquisa (GORAYEB, MEIRELES e SILVA, 2015; CARDOSO e GUIMARÃES, 2012; RICHARDSON et al., 2014; HOFRICHTER, 2017) com viés anticolonial. Incluem levantamentos de campo, caminhadas guiadas, diálogos, observação participante, gravações, pesquisa documental, registro fotográfico e a utilização de geotecnologias como fotografias aéreas e imagens de satélite e *Global Positioning System* – GPS. Além das técnicas de pesquisa social citadas têm destaque as oficinas participativas para a realização do diagnóstico e do mapeamento social.

As caminhadas foram gentilmente guiadas pela liderança do Amarelão (JCTS) para marcação de pontos com aparelho de GPS, oportunidade em que se conversou com moradores de diversos setores da comunidade. Os registros fotográficos aconteceram em diferentes momentos de acesso à comunidade, sendo um deles em março de 2019 (FIGURA 5), com a participação do prof. Cacau (Dr. Edson Vicente da Silva), orientador desta pesquisa/tese e coordenador do Laboratório de Geocologia da Paisagem e Planejamento Ambiental da Universidade Federal do Ceará – LAGEPLAN-UFC. Também foi feito registro inédito de imagens aéreas (vídeos/fotografias) com o uso de drone<sup>31</sup> da Ufersa durante a 7ª Festa da Castanha (ago/2019).

---

<sup>31</sup> Referência: *Drone* profissional DJI Mavick Pro, lançado em 2016.

**Figura 5** – Visita do orientador da pesquisa/tese à comunidade (João Câmara-RN) e momento de orientação no Lageplan-UFC (Fortaleza-CE)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Dentre as ferramentas de planejamento participativo, a matriz FOFA, acrônimo de “Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças”<sup>32</sup> (FIGURA 6), tem sido utilizada para identificar aspectos positivos e negativos que interferem em uma dada realidade. Por isso, tem sido bastante aplicada na realização de diagnósticos participativos em comunidades.

**Figura 6** – Matriz FOFA: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

<b>FORÇAS Internas</b>	<b>OPORTUNIDADES Externas</b>
Características positivas	Potencializam as Forças
↓	↓
Qualidades/habilidades	Diferenciais que colaboram
<b>FRANQUEZAS Internas</b>	<b>AMEAÇAS Externas</b>
Aspectos negativos	Atividades prejudiciais/desvantagens
↓	↓
Dificuldades/Problemas	Obstáculos que interferem/atrapalham

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de Hofricheter (2017) e Sebrae (2017).

As oficinas participativas (FIGURA 7) foram formalizadas como ação de extensão na Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEC/UFERSA, Campus Mossoró-RN, com o título Ciclos de Oficinas “Diálogo de saberes e planejamento social das paisagens”. Desse modo, em cada oficina os participantes foram cadastrados para a emissão de certificados.

<sup>32</sup> Do inglês SWOT: *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats* (HOFRICHETER, 2017).

**Figura 7 – Cartazes das oficinas participativas de diagnóstico e mapeamento das paisagens**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Conforme Almeida (2013) as próprias oficinas, enquanto espaços para conhecer e compartilhar saberes, se configuram na capacitação (FIGURA 8) das pessoas da comunidade em relação às técnicas de mapeamento.

**Figura 8 – Entrega dos certificados do I ciclo de oficinas sociais**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

No Quadro 4, consta a representatividade dos atores sociais incluídos na pesquisa, dos diversos agrupamentos familiares das comunidades do território indígena Mendonça Potiguara, conforme distribuição espacial dos residentes por setores do Amarelão, do Assentamento Santa Terezinha – AST, de Serrote de São Bento e do Assentamento Marajó.

**Quadro 4** – Representatividade dos participantes nos ciclos de oficinas por setores familiares do Amarelão e das outras comunidades do território indígena Mendonça

Oficina 1	Oficina 2	Oficina 3
- Centro - Margarida - Alto dos Eleodórios - Genésios - Góis - Caetanos - Gameleira - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b>	- Centro - Margarida - Alto Eleodórios - Genésios - Góis - Caetanos - Gameleira - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b>	- Centro - Margarida - Alto Eleodórios - Góis - Gameleira - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b> - <b>Serrote de São Bento</b>
Oficina 4	Reunião Virtual	Reunião Remota (ajustes mapas)
- Centro - Margarida - Alto dos Eleodórios - Góis - Gameleira - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b> - <b>Serrote</b>	- Margaria - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b> - <b>Serrote de São Bento</b> - <b>Assentamento Marajó</b>	- Margaria - <b>Assentamento Sta. Terezinha</b> - <b>Serrote de São Bento</b>

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020, 2021)

Em relação à representatividade por gênero, a proporção se assemelha à participação nas atividades da Associação sendo predominantemente feminina, conforme dados da ACA (2018), confirmados nas oficinas e na fala (TMCS, 2021): “na Associação 90% dos participantes são mulheres. Na diretoria, mais da metade são mulheres. A gente tem em torno de dez homens que participam das reuniões e mais de cem mulheres. A maioria dos projetos são voltados pra elas”. E quanto às faixas etárias, desde jovens a pessoas da terceira idade (QUADRO 5).

**Quadro 5** – Gênero e faixa etária dos participantes das oficinas sociais (%)

Faixa etária	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	%
≤19	8,7	4,3	13,0
20 a 59	4,3	73,9	78,3
≥60	–	8,7	8,7
<b>Total</b>	<b>13,0</b>	<b>87,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Participaram das oficinas sociais trinta pessoas com variados papéis sociais desempenhados nas comunidades (QUADRO 6), totalizando dezenove pessoas nas duas primeiras oficinas (dez/2019); vinte pessoas na terceira e quarta (fev/2020), sendo dezessete da formação anterior; seis na reunião em ambiente virtual (maio/2021); e dez na revisão remota dos mapas gerados, que foram enviados pelos correios (jun/2021) e devolvidos em formato digital (set/2021). Além dessas, participaram na colaboração das oficinas quatro pessoas que gentilmente prepararam a alimentação na cozinha comunitária.

**Quadro 6 – Identificação e papéis sociais dos participantes das oficinas sociais**

<b>Identificação</b>	<b>Sector Comunidade</b>	<b>Gênero e representatividade na comunidade</b>
APBS	Amarelão/ Centro	Mulher, trabalha com a castanha e com vendas de outros produtos na comunidade; sócia da Associação do Amarelão. Muito atuante e participativa.
AB	Assent. Santa Terezinha	Homem, coordenador pedagógico da Associação; secretário da Escola Alice Soares; professor voluntário de artes no Ensino Médio; graduado em letras e discente de pós-graduação; tem uma variada capacitação; compõe a orquestra do Amarelão; participou do grupo de flauta; toca sax; cria os arranjos das músicas do Toré para a orquestra e das músicas da paróquia de João Câmara; é do Assentamento, mas com maior envolvimento no Amarelão.
CC	Amarelão/ Margarida	Homem, agricultor; pedreiro; pintor; artesão. Apoia ações da Associação e participa de alguns cursos.
ERTL	Serrote de São Bento	Mulher, professora da Escola Alice Soares; lecionou também em Serrote; graduada em pedagogia; participou da diretoria da Associação; trabalhou com beneficiamento da castanha; integrou a coordenação de mulheres indígenas do Rio Grande do Norte.
FLFT	Serrote de São Bento	Homem, agricultor; ex-presidente da Associação Comunitária de Serrote; liderança no movimento indígena, participa dos atos e assembleias.
FBN	Amarelão/ Centro	Mulher, agricultora; atravessadora de castanha; sócia da Associação; conhecida na comunidade por apelido.
FJCP	Amarelão/ Góis	Mulher, agricultora; trabalha com beneficiamento da castanha; sócia da Associação; “sempre participa desses cursos” [ofertados em parceria com a Associação].
FSG	Amarelão/ Centro	Mulher, agricultora; trabalha com beneficiamento da castanha e como manicure; confecciona roupas de crochê para comercializar na comunidade, além de outros produtos; voltou a estudar no EJA quando foi ofertado na comunidade.
GBB	Amarelão/ Gameleira	Homem, não indígena, cônjuge de indígena agente de saúde; graduado em pedagogia, pós-graduado em Educação Física; foi professor da escola por alguns anos.
JCTS	Amarelão/ Margarida	Homem, liderança do Amarelão; um dos coordenadores do Departamento de Etnodesenvolvimento e Cultura da Associação; participa do movimento indígena; ex-coordenador da microrregional da APOINME no Rio Grande do Norte (2017-2020); ex-presidente do Conselho Local de Saúde Indígena do Rio Grande do Norte; guia da comunidade; integra o grupo de artesanato; faz parte da coordenação executiva e do conselho fiscal da APOINME (gestão 2018-2022).
JCS	Amarelão/ Jocas	Mulher, diretora do Departamento de Gênero e Geração da Associação; estudante de Ensino Médio; comercializa roupas na feira com o pai.
JPN	Amarelão/ Centro	Homem, agricultor; trabalha com o beneficiamento da castanha; sócio da Associação.
KCIB	Amarelão/ Alto dos Eleodórios	Mulher, agricultora; trabalha com o beneficiamento da castanha de caju; sócia da Associação. Muito atuante, sempre participa das ações na associação.
MFBG	Amarelão/ Gameleira	Homem, agricultor; trabalha com o beneficiamento da castanha; sócio da ACA. Muito ativo nas ações que a gente realiza, cursos, palestras.
MCFS	Amarelão/ Margarida	Mulher, agricultora aposentada; sócia assídua da Associação; conhecida na comunidade por nome associado ao de sua mãe.
MICS	Amarelão/ Margarida	Mulher, professora aposentada; uma das fundadoras do movimento indígena do Estado [Rio Grande do Norte], criado em 2005; uma das fundadoras da Associação do Amarelão, criada em 1994; ex-conselheira do Conselho Nacional de Cultura do MEC; acompanhou a irmã Terezinha [de Galles] na comunidade; ex-coordenadora administrativa e atual secretária da Associação; atual coordenadora pedagógica do Ensino Fundamental II na Escola Alice Soares; artesã, criou o grupo de artesanato da comunidade; forte liderança do Amarelão; variada capacitação (educação, semiárido, direitos, temática indígena – “é um <i>lattes</i> com 200 páginas”).

### Continuação: Quadro 7

Identificação	Setor Comunidade	Gênero e representatividade na comunidade
MJPN	Amarelão/ Centro	Mulher, agricultora aposentada, continua trabalhando na agricultura; conhecida por pseudônimo; sócia assídua e participativa da Associação. “Tem muita sede de conhecimento. Agora com a pandemia, ficou muito receosa de sair de casa” e foi substituída pelo marido nas reuniões da Associação.
MMP	Amarelão/ Genésios	Mulher, agricultora; trabalha com beneficiamento da castanha de caju. Sempre participa de cursos e palestras na Associação do Amarelão.
RBN	Amarelão/ Alto dos Eleodórios	Jovem/homem, integra o Departamento de Gênero e Geração da Associação; técnico de enfermagem.
RBNS	Amarelão/ Caetanos	Mulher, agricultora; trabalha com o beneficiamento da castanha; sócia da Associação. Bastante assídua nas reuniões e atividades que a Associação promove.
TMCS	Amarelão/ Margarida	Mulher, coordenadora administrativa da Associação; coordenadora pedagógica e diretora da Escola Alice Soares; formada em História; mestranda em Antropologia Social; artesã e guia da comunidade; liderança do Amarelão muito atuante.
DBC	Assent. Santa Terezinha	Homem, pedagogo; especialista em Psicopedagogia; mestrando em Antropologia Social; cacique; coordenador pedagógico na Escola Estadual Indígena; atual coordenador de Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação de João Câmara.
KF	Assent. Marajó	Mulher, liderança do Assentamento Marajó
FAB	Amarelão/ Alto dos Eleodórios	Homem, agricultor; trabalha com o beneficiamento da castanha; conhecido por pseudônimo; “esse [em relação às oficinas] foi o primeiro curso que ele participou no âmbito da Associação”.
JADS	Assent. Santa Terezinha	Homem, vice-diretor da Escola Alice Soares; participou dos primeiros projetos (esportivo e grupo de flauta/orquestra) da irmã Terezinha na Associação; ex-seminarista; ex-conselheiro tutelar de João Câmara.
ATSN	Amarelão/ Margarida	Jovem/mulher, integra os grupos de flauta, do Toré e do artesanato; guia; estudante; representa a comunidade indígena no Núcleo de Direitos do Adolescente – NUCA de João Câmara.
FGGF	Amarelão/ Centro	Jovem/homem, integra o Departamento de Educação e Lazer da diretoria da ACA; participa do grupo de flauta; guia; estudante; representa a comunidade indígena no NUCA.
MA	Amarelão/ Margarida	Jovem/homem, integra o Departamento de Etnodesenvolvimento e Cultura do Amarelão; guia; estudante. Muito interessado em conhecimento e muito prestativo.
PIS	Amarelão/ Margarida	Jovem/homem, integra o Departamento de Gênero e Geração da Associação; guia da comunidade; participa do grupo de flauta; estudante.
JHTL	Serrote de São Bento	Estudante/homem, “acompanhava os pais lá no curso que a gente tava fazendo com você” [em relação às oficinas desta pesquisa].

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das autodescrições nas oficinas (2019, 2020, 2021) e das informações complementadas por TMCS (2021).

É um aspecto cultural das comunidades as mães participarem das atividades acompanhadas de seus filhos. Então, houve o envolvimento de estudantes que atuam como guias na recepção de grupos e na trilha etnoturística.

Quanto à infraestrutura e recursos utilizados nas oficinas participativas, incluem equipamentos eletrônicos pessoais, aquisição de materiais de expediente e alimentação

(QUADRO 7). A ACA gentilmente fez a mobilização, cedeu o local e providenciou a organização do ambiente e o preparo da alimentação na cozinha comunitária.

**Quadro 7 – Infraestrutura e recursos utilizados nas oficinas sociais com representantes indígenas do território Mendonça**

<b>Local</b>	Sede da ACA Mesas e cadeiras Geláguia
<b>Materiais de papelaria</b>	Cartolinas brancas e amarelas Bloco de papel ofício A4 Bloco de papel vegetal A3 para sobreposição das imagens Pincéis atômicos Canetas hidrocor e esferográficas Lápis de cor e grafite, borrachas e apontadores Pastas A3 para as imagens impressas Blocos de EVA coloridos para as dinâmicas
<b>Materiais gráficos</b>	Impressões em A4 Impressões das imagens de satélite em tamanhos A3 e A2 Plastificação de imagens A3 Digitalizações dos croquis gerados nas oficinas sociais
<b>Equipamentos eletrônicos</b>	<i>Notebook</i> <i>Data show</i> Câmera fotográfica Filmadora Cabos eletrônicos e extensão <i>Drone</i>
<b>Alimentação</b>	Almoço e lanche comunitário
<b>Deslocamentos</b>	Carro próprio, combustível, estadias/pernoites

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Em maio de 2021, foram retomadas as atividades com adaptações, objetivando complementar informações ao mapeamento social como o detalhamento das áreas de Serrote, delimitação dos polígonos de Açucena e Cachoeira e a revisão do mapa de hidrografia. Gentilmente representantes das comunidades Amarelão, Assentamento Santa Terezinha, Marajó e Açucena (esta teve dificuldade de acesso) compareceram ao ambiente virtual (FIGURA 9), mas devido à intermitência da internet na zona rural de João Câmara, não fluiu conforme planejado. Então, uma liderança do Amarelão propôs e todos concordaram com o envio do material impresso pelos correios e também em formato digital por correio eletrônico. No material foi incluída a sobreposição do papel vegetal às imagens de satélite. Porém, devido às demandas urgentes citadas, só foi possível o retorno do material em set/2021.

**Figura 9** – Reunião virtual com lideranças indígenas do território Mendonça: Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamentos Santa Terezinha e Marajó



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2021).

Participaram seis pessoas das comunidades do território Mendonça, sendo três do Amarelão e uma do Assentamento Santa Terezinha (no mesmo ponto virtual de acesso à rede mundial de computadores), outra pessoa também do Assentamento e uma de Marajó, além de colaborador da pesquisa.

Assim, como as oficinas participativas foram inviabilizadas pela pandemia de Covid-19, a etapa de projeção de cenários passa a ter formato técnico-científico para a tese. Todavia, sendo do interesse das comunidades, pretendemos dar continuidade às atividades por meio de ações de extensão pela Ufersa em parceria com a UFC, uma vez garantido o controle sanitário do Covid-19.

#### ***5.4.1 Oficinas de Diagnóstico e Mapeamento social***

As oficinas participativas foram desenvolvidas com o uso de metodologias ativas de construção do conhecimento, em formato circular e com o registro das falas dos representantes das comunidades do território indígena, por meio de anotações e gravações de áudio e vídeo autorizados. As oficinas finalizavam com avaliação e sugestões para o encontro seguinte.

No início de cada encontro, além dos esclarecimentos sobre os objetivos e metodologia de trabalho com o uso de *slides/data show*, foram desenvolvidas dinâmicas de integração (FIGURA 10) adaptadas de Genebaldo F. Dias (2010), referência em Educação Ambiental. Por exemplo, a dinâmica do “efeito paralaxe” ou percepção, que objetiva demonstrar como o mesmo cérebro produz percepções diferentes com cada olho, foi utilizada visando esclarecer sobre a importância de respeitar a diversidade de opiniões. Também a dinâmica “dos sistemas” sobre o equilíbrio dinâmico dos sistemas, adaptada à realidade da

comunidade, para demonstrar a importância das diferentes aptidões e habilidades nas decisões coletivas.

**Figura 10** – Esclarecimentos sobre a metodologia das oficinas e dinâmicas de integração



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Na oficina de diagnóstico, com o objetivo de sistematizar coletivamente as percepções da comunidade sobre aspectos socioculturais e ambientais locais, os participantes foram divididos livremente em três equipes de trabalho e direcionados pela matriz FOFA (HOFRICHETER, 2017; SEBRAE, 2017). Com o uso de pincel atômico descreveram em cartolinas amarelas e brancas os principais fatores que influenciam a comunidade, sejam positivos ou negativos e de origem interna ou externa (FIGURA 11).

**FIGURA 11** – Momentos das oficinas de diagnóstico social com representantes indígenas das comunidades do território Mendonça



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Ao final, cada equipe elegeu um representante para expor seus resultados com debate aberto aos presentes e foi autorizada a gravação de modo que puderam ser extraídas várias falas constantes ao longo deste estudo.

Nas oficinas de mapeamento social (FIGURA 12) também foram formadas equipes de trabalho com o objetivo de construir coletivamente e incluir diferentes percepções sobre as paisagens locais e do entorno, complementares na elaboração dos mapas sociais.

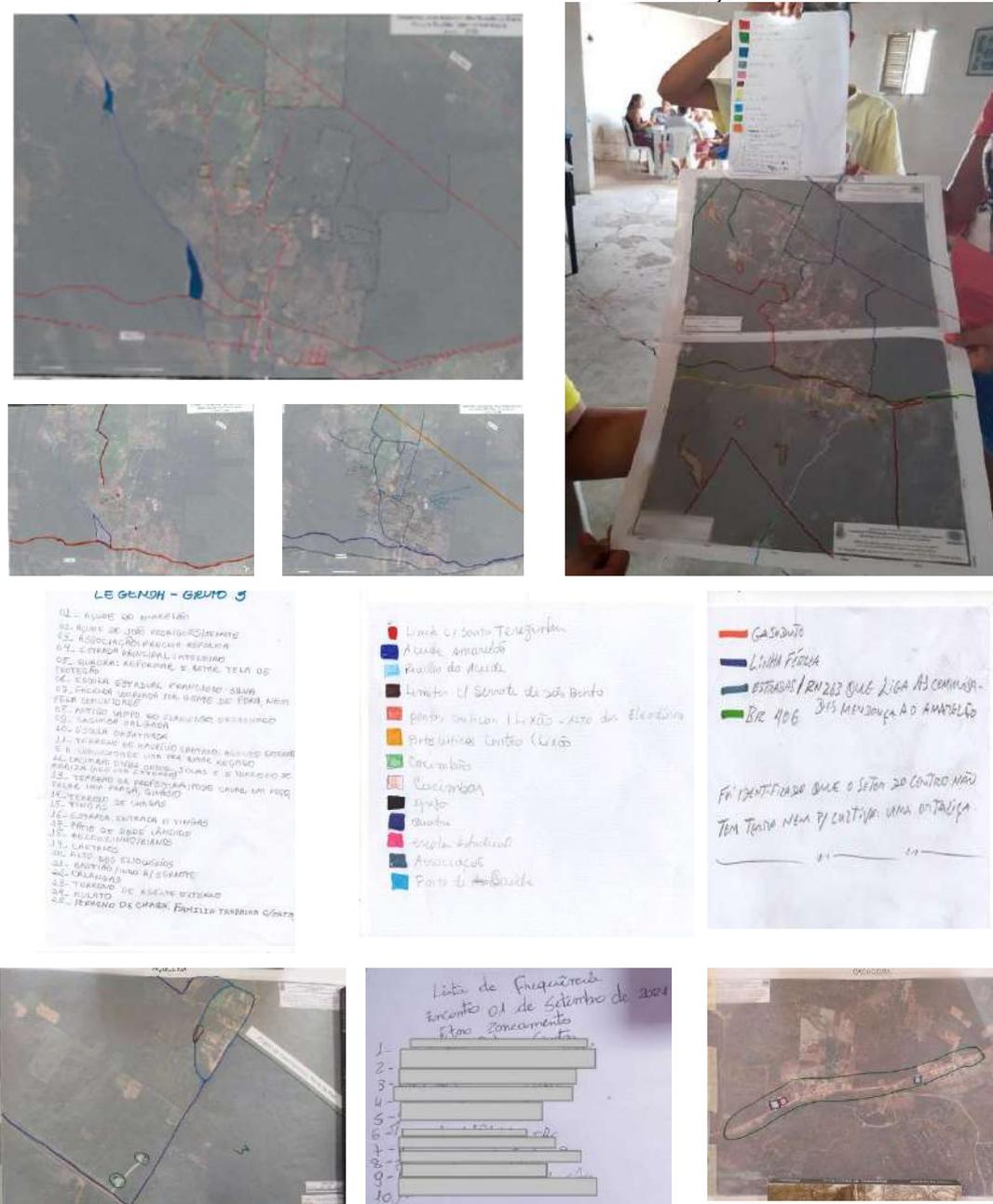
**Figura 12** – Oficinas de mapeamento social com representantes indígenas das comunidades do território Mendonça



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Foram trabalhadas imagens extraídas por satélite via *Google Earth* do ano de 2019, impressas em papel *couche* e com sobreposição de papel vegetal, para gerar croquis da área e entorno, nos tamanhos A3 e A2 para melhor visualização/detalhamento da área, bem como papel ofício para descrição das legendas (FIGURA 13).

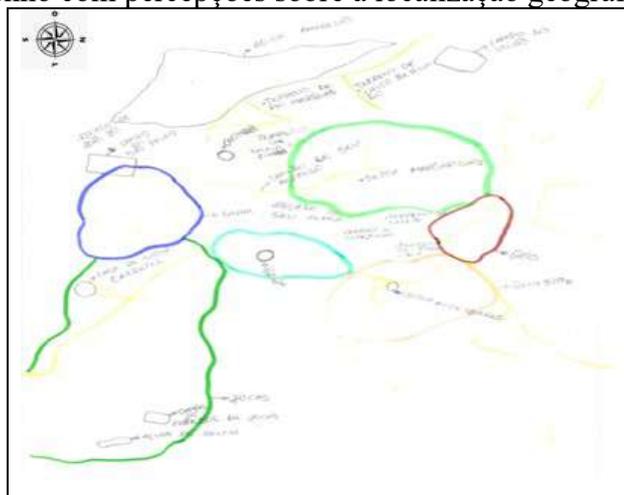
**Figura 13** – Croquis e legendas elaborados por representantes indígenas de comunidades do território Mendonça



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020, 2021).

É interessante registrar que uma das equipes (FIGURA 14), com base nas suas percepções (HAESBAERT, 2015; RODRIGUEZ E SILVA, 2016) sobre as paisagens locais, contraria a lógica eurocêntrica, apontando na interpretação de Campos (2019) e Freire (2009), da crítica aos padrões cartográficos em “NORTEar”, a partir da visão do Norte do planeta.

**Figura 14** – Desenho com percepções sobre a localização geográfica da comunidade

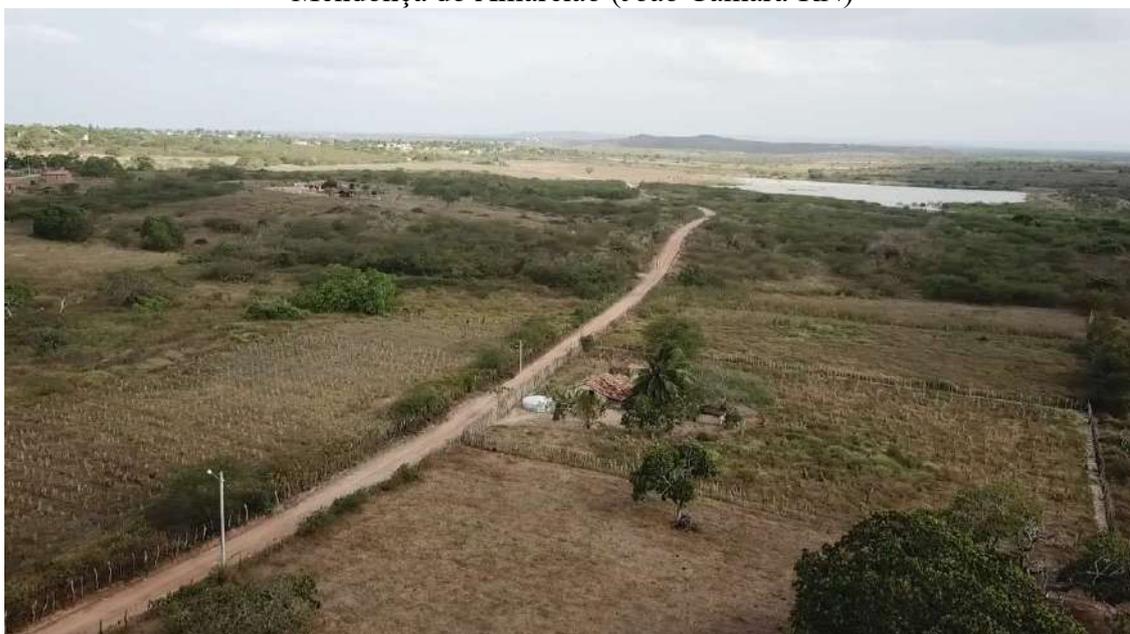


**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2020), dados do mapeamento participativo.

Paulo Freire (2019 p.218) afirma que “não sendo palavras [ou percepções] abstratas, implicam um comportamento, uma postura de alguém, de alguma pessoa que os tem. Se os têm é porque os adquiriram concretamente”. A percepção representada no desenho também remete a Enrique Leff (2010), quando enfatiza sobre a “energia descolonizadora” do pensamento ambiental e ainda a Boaventura Santos (2010) acerca da ecologia de saberes.

É possível verificar que a percepção se dá com base no acesso à comunidade pela estrada principal, isto é, no sentido Oeste e que tem como ponto de referência o açude do Amarelão (FIGURA 15), primeiro ponto mapeado pelas equipes, conforme consta em legenda.

**Figura 15** – Vista aérea panorâmica do açude do Amarelão na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

Sobre as dimensões e escalas, foi adotado o padrão multiescalar (RODRIGUEZ e SILVA, 2016) no uso das imagens de satélite, variando de 1:3000 até 1:25000 dada a dimensão da área em estudo e considerando os objetivos específicos de cada imagem para melhor caracterizar o território. Por exemplo, para visualizar os setores residenciais e equipamentos sociais as pequenas escalas possibilitam maior detalhamento, já para contemplar todo o entorno na imagem requer maior escala, como os mapas temáticos de hidrografia, uso e ocupação, solos etc.

Com adaptação do semáforo ambiental proposto por Rodriguez e Silva (2016), o conteúdo dos cartazes do diagnóstico e as legendas do mapeamento social resultaram no semáforo socioambiental e cultural (FIGURA 16), além dos mapas sociais disponibilizados no capítulo 5.

**Figura 16 – Semáforo socioambiental e cultural**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de Rodriguez e Silva (2016).

Após transcrito e impresso em papel ofício tamanho A4 (FIGURA 17), o conteúdo dos cartazes e das legendas recebeu destaque nas cores vermelha amarela e verde para sinalizar os aspectos considerados instáveis, vulneráveis (em transição) ou estáveis, sendo alguns sinalizados com duas cores, ou seja, percebidos simultaneamente como potencialidade e fragilidade, por exemplo.

**Figura 17 – Percepções sobre aspectos do semáforo socioambiental e cultural**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2020).

O registro de momentos do almoço na cozinha comunitária pode ser verificado na Figura 18.

**Figura 18** – Momentos do almoço comunitário durante as oficinas



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Na Figura 19, consta o registro das lideranças femininas indígenas do Amarelão, pesquisadores e bolsistas da UFERSA.

**Figura 19** – 7ª Festa da Castanha 2019: lideranças indígenas, pesquisadores e bolsistas da UFERSA



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

#### **5.4.2 Mapas Temáticos: socioculturais e da estrutura paisagística natural**

Para a elaboração dos mapas temáticos foi utilizado o software de acesso livre *Quantum Geographic Information System* – QGIS, versão 3.8 (2019)<sup>33</sup> e Sistemas de Informação Geográfica – SIGs de acesso às bases de dados públicos governamentais, a exemplo do INCRA (BRASIL, 2020a) e do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR (BRASIL, 2020b), conforme referenciados nos mapas gerados. Nos mapas temáticos estão descritas as escalas, origem das imagens de satélite e a base de dados governamentais.

A seguir descrição das referências utilizadas na elaboração dos mapas: de unidades geológicas, Angelim et al. (2007) e Brasil (2006); de unidades de relevo, Pfaltzgraff (2010); e no mapa de classes de pedologia EMBRAPA (1971), Lobato e Sousa (2007a); Lobato e Sousa (2007b), Zaroni e Santos, 2013).

Para a elaboração do mapa de hidrografia e recursos hídricos, as informações foram obtidas nas oficinas de mapeamento com o uso das imagens de satélite via *Google Earth* e outras informações repassadas por lideranças, sempre priorizando a toponímia local; além de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (2021).

A classificação da cobertura vegetal foi realizada por meio da utilização de imagens de satélite do Sentinel-2 com data de passagem em 27 de setembro de 2020 e pelo processo de *Normalized Difference Vegetation Index* – NDVI. As referidas imagens correspondem às do nível 2A, que passam por processos de correção radiométrica. Para proceder a classificação utilizando o NDVI como ferramenta, foram realizadas adaptações das metodologias propostas por Francisco et al. (2015) e Chaves et al. (2008).

O mapa de altitude e curvas de nível com modelo digital de elevação foi criado a partir de dados da *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM, conforme a variação de altitude da área de estudo que é entre 150 e 250. Para a elaboração dos mapas de uso e ocupação do solo e de localização das seis comunidades do território indígena Mendonça (João Câmara-RN e Jardim de Angicos-RN), além das informações geradas nas oficinas participativas, foram utilizadas imagens de satélite SENTINEL-2 L2A de 27 de setembro de 2020, Datum-SIRGAS 2000 e projeção UTM.

---

<sup>33</sup> Foi utilizada a versão 3.8 de longa duração, por ser mais estável e compatível com a capacidade de processamento do computador pessoal.

Na elaboração dos mapas sociais foram criadas camadas específicas que representam os setores familiares e os núcleos residenciais, a partir dos desenhos elaborados pelos atores sociais nas oficinas. Os dados foram primeiramente vetorizados e posteriormente organizados. Em virtude da inexatidão dos desenhos quanto à continuidade dos setores, os ajustes propostos na organização para delimitação destes, sem a presença de espaços vazios, se assemelham às malhas digitais do IBGE dos setores censitários. Ainda com a ferramenta de digitalização foram delimitadas as áreas com residências, inseridas no contexto dos setores, mas sem a inclusão de áreas produtivas e vegetação, entre outros elementos da paisagem.

Nos mapas da área de estudo e entorno foram utilizadas imagens de satélite e camadas do projeto em formato KM. Os dados foram vetorizados em ambiente de SIG com uso do *software* QGIS. Foi aplicada a ferramenta digitalizador que permite desenhar e editar camadas vetoriais. As camadas vetoriais foram elaboradas a partir dos dados das oficinas e da análise das imagens de satélite. Devido à grande quantidade de camadas, sugere-se que enquanto se analisa algum elemento em específico se mantenham ativadas apenas as camadas que contribuem para a análise específica, evitando confusões de sobreposições.

Nesses mapas, além de informações obtidas nas oficinas, foram utilizados dados públicos governamentais, como: informações sobre os aerogeradores (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Sistema de informações geográficas do setor elétrico – SIGEL); sobre gasodutos (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e Mapa de dados georreferenciados – GeoANP); sobre os rios (Agência Nacional de Águas – ANA, Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos; e sobre as rodovias (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Infraestrutura Rodoviária), além do Serviço Florestal Brasileiro, do SICAR; e informações sobre os Projetos de Assentamentos, do Acervo Fundiário Brasileiro (INCRA, 2019).

#### ***5.4.3. Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade: critérios***

De maneira propositiva foram elaborados os Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS, com critérios que contemplam variáveis sociais, ambientais e econômicas que, por sua vez, abrangem as dimensões educação, saúde, trabalho e renda, acesso à terra, infraestrutura comunitária, organização sócio-política e qualidade ambiental.

A metodologia é baseada no trabalho de Martins (2005) no qual foram elaborados indicadores de sustentabilidade em comunidades rurais no município de Apodi-RN. Contudo,

foram índices quantitativos e nesta pesquisa os indicadores adquirem formato de variáveis qualitativas ordinais ou escalares, que segundo Richardson et al. (2014, p. 126) são aquelas variáveis que “resultam da operação de ordenar por postos (...), estabelece uma ordem hierárquica entre as categorias”.

As três macrodimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica – estão refletidas nos indicadores levantados na pesquisa (FIGURA 20): educação, saúde, trabalho e renda, acesso à terra, infraestrutura comunitária, organização sociopolítica, qualidade ambiental.

**Figura 20** – Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022).

Os critérios estabelecidos para cada dimensão e seus respectivos valores atribuídos, correspondem a: inexistente (1); insuficiente (2); suficiente (3); bom (4); e ótimo (5); e seguem a mesma lógica qualitativa das cores adotadas no semáforo socioambiental e cultural, conforme Quadro 8.

**Quadro 8** – Critérios e escores para formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS

CRITÉRIOS	ESCORES
Inexistente	1
Insuficiente	2
Suficiente	3
Bom	4
Ótimo	5

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de Martins (2005) e Brasil (2017).

Desse modo, em cada dimensão verificada e com base no modelo adotado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da

Educação – INEP/MEC (BRASIL, 2017), são considerados para efeito da decisão sobre os escores os critérios especificados a seguir.

1 – Inexistente: quando se verificar que o item não existe na comunidade;

2 – Insuficiente: quando o item existe, mas os relatos ou documentos comprovam que não atende adequadamente, quer seja no aspecto da qualidade ou mesmo quantidade de pessoas atendidas;

3 – Suficiente: quando o item existe na comunidade, pode ser verificado *in loco* que atende adequadamente às demandas das comunidades;

4 – Bom: quando o item existe na comunidade, pode ser verificado *in loco* que atende adequadamente às necessidades e se destaca em termos qualitativos, apresentando algum(uns) aspecto(s) que superam a expectativa;

5 – Ótimo: quando o item existe na comunidade, pode ser verificado *in loco* que atende adequadamente a necessidade, se destaca em termos qualitativos, apresentando algum(uns) aspecto(s) que superem a expectativa e apresentem algum atributo de excelência ou inovador, claramente se destacando como referência local.

Assim, são atribuídos valores médios para os escores de cada dimensão, para sintetizar aspectos qualitativos ordinais (QUADRO 9).

**Quadro 9** – Dimensões para formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade

INDICADOR DE SUSTENTABILIDADE						
Nº	INDICADORES: SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS	1	2	3	4	5
1	EDUCAÇÃO					
2	SAÚDE					
3	TRABALHO E RENDA					
4	ACESSO À TERRA					
5	INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA					
6	ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA					
7	QUALIDADE AMBIENTAL					
RESULTADO						

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado de Martins (2005) e Brasil (2017).

Para a obtenção da média ( $y_j$ ) de cada dimensão, a fórmula utilizada é a seguinte:

$$y_j = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

Onde:  $y_j$ : média da dimensão  $j$   
 $x_i$ : escores atribuídos: 1, 2, 3, 4 ou 5  
 $n$ : n-ésimo indicador da dimensão

Assim, encontradas as médias de cada dimensão, obtém-se o IQS:

$$IQS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n y_j$$

Onde:  $y_j$ : média da dimensão  $j$   
 $n$ : 7 (número máximo de dimensões)  
 $j$ : número de dimensões  
 $y_j$ : média de cada dimensão  $j$

Os indicadores são frequentemente abordados de forma transversal. Por exemplo, “acesso à terra”, simultaneamente contempla aspectos sociais, ambientais e econômicos; a dimensão saúde e saneamento, também está intrinsecamente ligada à qualidade ambiental.

A composição de cada dimensão tem por base informações e dados coletados nas oficinas de diagnóstico participativo e de mapeamento social com representantes das comunidades Mendonça do Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha; nas informações complementares das entrevistas semiestruturadas com representantes do Amarelão; na análise de documentos de acesso público e outros dados disponibilizados pelas comunidades; além da verificação *in loco*.

Nesta etapa seriam elaborados indicadores também quantitativos, por meio da aplicação de questionário com a população para aferição das dimensões. Porém, em função da pandemia da Covid-19, foi adaptada para os IQS.

#### **5.4.4 Projeção de cenários**

Esta etapa foi redimensionada adquirindo caráter técnico-científico, visto que as oficinas participativas foram inviabilizadas em decorrência dos impactos da Covid-19 e, além disso, por respeito à decisão coletiva de não expor informações confidenciais do relatório de reivindicação de demarcação de terras em trâmite na FUNAI.

As proposições refletem as percepções do coletivo representado nas oficinas participativas de diagnóstico e de mapeamento participativos e seguem adaptação do roteiro de planejamento das paisagens indicado por Rodriguez e Silva (2016); em estudos que adotaram o referido roteiro, como Farias (2015) sobre geoecologia das paisagens e planejamento ambiental; e Costa et al. (2016) com o povo Pitaguary no Ceará; além de Cardoso e Guimarães (2012) sobre etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba; o livro organizado por Grupione (2020) “Em busca do bem viver” e o Relatório Executivo do PGTA da TI Yanomami (MATTOS e LIMA, 2016).

Em continuidade a este estudo, tais proposições de ordem ambiental, social, econômica e cultural, poderão servir de referência para as comunidades, bem como subsidiar políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade local.

## 6 CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO DAS PAISAGENS COM COMUNIDADES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO MENDONÇA POTIGUARA

O Brasil é tanto um país de descampados como de matas. Afora a Amazônia e as florestas que acompanham o litoral, quase todo o interior apresenta um revestimento florístico ralo, que varia desde as caatingas do Nordeste com sua vegetação xerófila de semideserto até os cerrados do Brasil central (...). A paisagem típica dessas áreas não florestais é o campo recortado pelas florestas em galeria, que acompanham os cursos dos rios (...). Em certas regiões os campos são dominados por palmeiras.

Darcy Ribeiro, *Os índios e a civilização* (2017, p.56).

### 6.1 Caracterização e contextualização: a área em estudo e seu entorno

O Território do Mato Grande, à Noroeste de Natal capital potiguar, contempla 9,79% da área total do Estado (SEBRAE, 2015), sendo 90,69% inserida no semiárido potiguar (CARDOSO et al., 2014) e é composto por dezesseis municípios: João Câmara, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros (BRASIL, 2009). Em 2005, foram criados os Territórios da cidadania, que amplia essa área política para outros municípios que possuem similaridades em vários aspectos estratégicos (MAPA 3).

**Mapa 3** – Território do Mato Grande, Rio Grande do Norte, Brasil



Fonte: Brasil (2005).

O município de João Câmara-RN compõe a Microrregião Geográfica de Baixa Verde, juntamente com Poço Branco, Jandaíra, Bento Fernandes e Parazinho. Esta microrregião tem posição geopolítica estratégica, por ser o ponto brasileiro mais próximo do continente europeu, considerando o deslocamento pela capital potiguar (BRASIL, 2005).

João Câmara-RN tem população estimada em 34.747 pessoas, sendo 30% de residentes no meio rural. Com área total de 714,95 km<sup>2</sup>, equivalente a 1,35% da superfície estadual, tem localização e limites com os seguintes municípios e respectivas coordenadas geográficas: ao norte com Parazinho-RN, 5°18' 50"S e 35° 52' 30"O; ao sul com Bento Fernandes-RN, 5°37'28"S e 35°52' 21.60"O; a leste com Touros-RN, Pureza-RN e Poço Branco: 5°28' 30"S e 35°44' 42"O; e a oeste com Jandaíra-RN, Pedra Preta-RN e Jardim de Angicos-RN, 5°28'24"S e 35°59'11"O. A altitude média da sede do município é de 160 metros e a distância em relação à capital Natal é de 86 km, com acesso pela rodovia pavimentada BR-406 (IDEMA, 2018).

O clima local é BSh, subequatorial semiárido, segundo a classificação de Köppen e Geiger; apresentando média anual de temperatura de 24,7°C e média de 620 mm de pluviosidade (CLIMATE-DATA, 2019). Em relação ao aspecto hídrico, o município é banhado pela Bacia Hidrográfica de Ceará-Mirim. Quanto ao relevo, está localizado sobre a Chapada da Serra Verde, apresentando áreas planas e ligeiramente elevadas; e situado ente os tabuleiros costeiros e o relevo residual do chamado sertão de pedras (IDEMA, 2018).

Os solos predominantes são Areias Quartzosas Distróficas, Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico e Cambissolo Eutrófico. Solos caracterizados como regulares para lavouras, com terras aptas para culturas de ciclo longo, por exemplo, algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Existe também uma pequena faixa de terra com aptidão restrita para lavouras e pastagem natural (EMBRAPA, 1971; IDEMA, 2018).

Quanto à formação vegetal, o município está inserido predominantemente na subdivisão Hipoxerófila do Bioma Caatinga, onde se verifica a presença de arbustos e árvores com espinhos, com destaque para as espécies catingueira, angico, baraúna, juazeiro, marmeleiro, mandacaru e aroeira, cujo aspecto visual é menos agressivo do que a formação Hiperxerófila, o tipo de caatinga em maior proporção no Rio Grande do Norte (BRASIL, 2005). Contudo, em João Câmara-RN, o percentual de cobertura florestal natural é de 30,48% (IDEMA, 2018).

Conforme os mais recentes dados oficiais (IBGE, 2018), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 2010 foi considerado baixo (0,595); o

Produto Interno Bruto – PIB per capita em 2016 foi o 7º maior do Estado (R\$ 27.173,83) em um total de 167 municípios, enquanto no mesmo ano o PIB per capita nacional foi de R\$ 30.548,40.

Os primeiros registros do povoado de Baixa Verde que deu origem à cidade de João Câmara são de meados do século XIX, na época pertencente ao município de Ceará Mirim. Em 1891, o Distrito de Taipu foi emancipado e Baixa Verde passou a ser distrito desse novo município (TORQUATO, 2019; GUERRA, 2007). Baixa Verde foi emancipada em 1928 e em 1953 o município teve seu nome alterado para João Câmara, em homenagem a João Severiano da Câmara, reconhecido como a liderança que viabilizou a criação do município. Em 1910 houve a inauguração dos trilhos da rede ferroviária, prevista inicialmente para ligar Caicó à Natal, porém nunca foi finalizado. A linha de trem foi de grande relevância para o comércio local e o desenvolvimento da região (GUERRA, 2007).

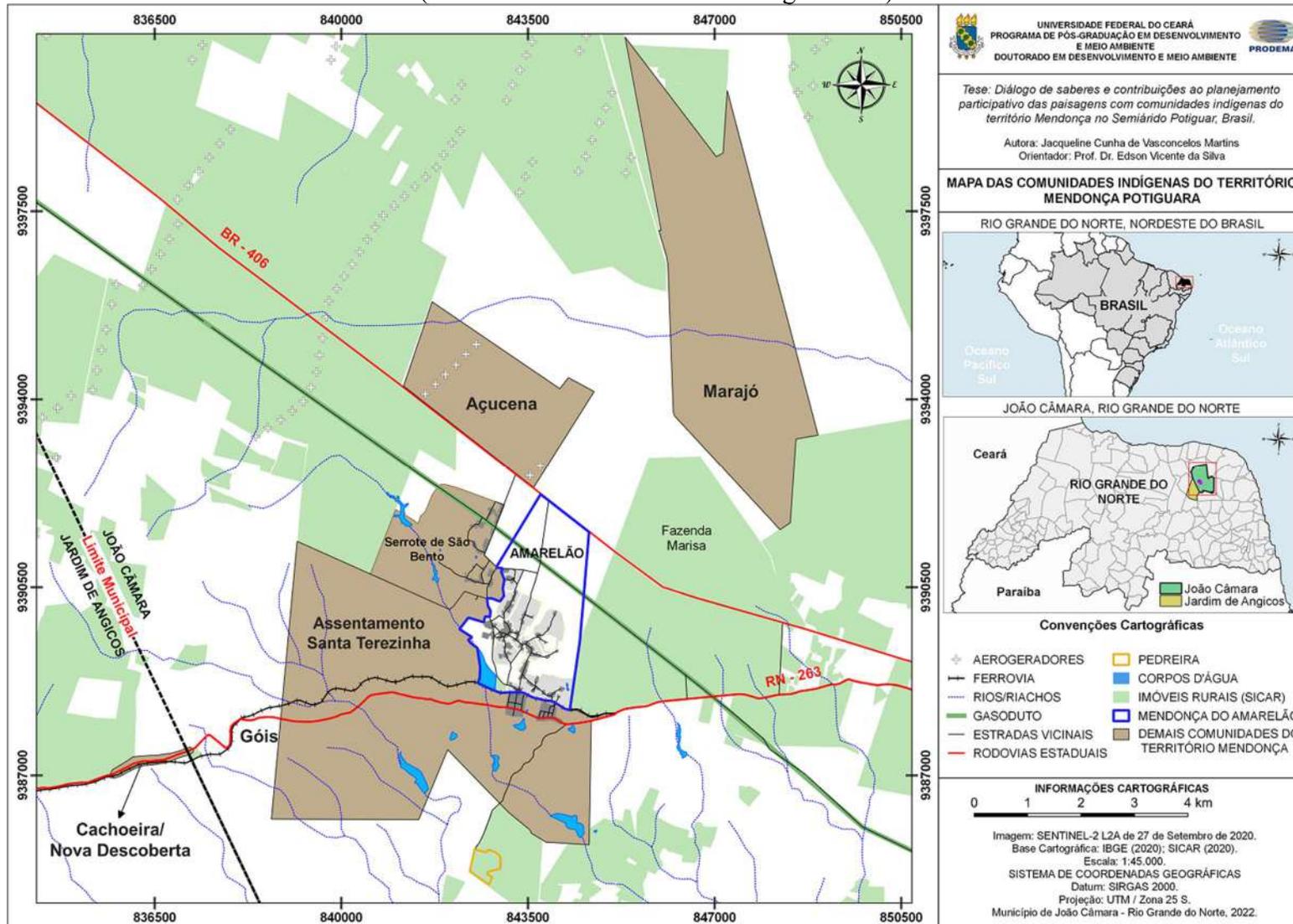
## **6.2 Comunidades e migrações da família extensa Mendonça do Amarelão**

A Lei Orgânica do Município – LOM de João Câmara nº 487/2015 (PMJC, 2015), publicada e em vigor desde 21 de setembro de 2015, estabelece no Art. 11 das Disposições gerais, finais e transitórias: “ficam reconhecidas, pelo poder público municipal, a autoafirmação das comunidades de Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha, como comunidades indígenas”.

Guerra (2007) cita que anteriormente a comunidade de Serrote era conhecida como “Serrote do Amarelão” e o ponto divisório era a “cacimba salgada”. Costa e Silva (2020, p.7) também afirmam que “o Serrote de São Bento nunca foi uma comunidade dividida do Amarelão (...) todos eram de um mesmo tronco, de uma só família”. Em síntese sobre a história do surgimento do povo Mendonça, os autores indígenas afirmam que as três “comunidades do Amarelão, Assentamento Santa Terezinha e Serrote de São Bento, formam o território Mendonça” (AVÁ ARANDÚ, 2017, p.5).

Todavia, no Mapa 4, elaborado com base nas narrativas das oficinas participativas, verificam-se as seis comunidades que atualmente compõem o território Mendonça. Cinco no município de João Câmara-RN, sendo Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamento Santa Terezinha, Açucena e Assentamento Marajó e a comunidade Cachoeira, localizada na fronteira com o município de Jardim de Angicos-RN, que denominou a comunidade por Nova Descoberta.

**Mapa 4 – Localização das comunidades indígenas do território Mendonça (João Câmara-RN e Jardim de Angicos-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

Na Tabela 5 consta o levantamento das estimativas de dimensão das áreas das comunidades que compõem o território Mendonça, que é o maior em extensão no Rio Grande do Norte. Em relação à área estimada da comunidade Cachoeira corresponde ao perímetro delimitado pelos representantes das comunidades.

**Tabela 5** – Dimensões das áreas das comunidades indígenas que integram o Território Mendonça

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Área (ha)*</b>
Amarelão	João Câmara	576,81
Serrote de São Bento	João Câmara	378,48
Assentamento Santa Terezinha	João Câmara	2.040,62
Assentamento Marajó	João Câmara	1.471,50
Açucena	João Câmara	576,36
Cachoeira/Nova Descoberta	Jardim de Angicos	26,19
<b>TOTAL</b>		<b>5.069,96</b>

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), \*com estimativas do mapeamento participativo

A comunidade Mendonça do Amarelão está localizada na zona rural do município de João Câmara a oeste, distante 12,4 km do ponto mais próximo da área urbana via rodovia RN-263 e situada entre as coordenadas: Norte, 5°30'6.79"S / 35°53'53.50"O; Oeste, 5°30'47.71"S / 35°54'42.87"O; Leste, 5°30'57.67"S / 35°53'30.36"O; e Sul, 5°31'27.78"S / 35°54'1.02"O. L.

A família extensa Mendonça do Amarelão é de etnia potiguara, originária dos índios Tapuia. A denominação se deve ao ritual de culto ao sol celebrado por seus antepassados (SILVA, 2017).

O nome Amarelão vem de um antigo ritual praticado pelos antepassados que cultuavam o Sol. Eles subiam uma serra de madrugada e esperavam o Sol aparecer, então, desciam-na cantando e tocando as maracas (instrumento de música feito com cabaço) e se referenciavam ao Sol como “o Amarelão”. A maior conexão com os antepassados indígenas está relacionada ao nome Mendonça, nome de uma das lideranças da comunidade nesse período migratório - referência por meio da qual, a família faz uso para demarcar sua diferenciação perante a sociedade. São conhecidos não como “os índios”, mas como “os Mendonça do Amarelão” (AVÁ ARANDÚ, 2017, p.9)

O grupo familiar Mendonça se constituiu, a partir do século XVI, de antecessores indígenas das etnias Potiguara e Tapuia, porém com maior identidade Potiguara. As primeiras migrações vindas de Bananeiras, região do Brejo Paraibano, aconteceram no início do século XIX e foram motivadas por diversos fatores como epidemias de cólera, por limitações impostas pelas condições climáticas, sobretudo a seca e a própria expansão colonial. Contudo, mesmo antes dessa grande migração o território já era habitado por indígenas, desde um período que

não se tem registros claros. A chegada dos potiguaras da Paraíba se deu de forma pacífica, dadas as relações familiares já existentes por laços conjugais (GUERRA, 2007; SILVA, 2017; *AVÁ ARANDÚ*, 2017; VIEIRA e KÓS, 2017).

Dentre outros relatos orais, a informação também é confirmada na narrativa de uma importante liderança Mendonça: “nossa comunidade, segundo a história oral, tem mais de três séculos que estamos aqui. Eu não sei se estávamos aqui para além desses três séculos ou se migramos de outro lugar pra cá, mas há pelo menos três séculos os Mendonças estão aqui nessa localidade” (TMCS, 2021).

Nas décadas de 1930 e 1940 as famílias perderam seus territórios para extensas plantações de algodão, cana-de-açúcar e agave, nas quais foram inseridos como mão-de-obra. Também devido aos frequentes tremores de terra na região entre as décadas de 1930 e 1950, algumas famílias do Povo Mendonça do Amarelão se deslocaram para a zona norte de Natal-RN denominada “Amarelão Novo” (GUERRA, 2017).

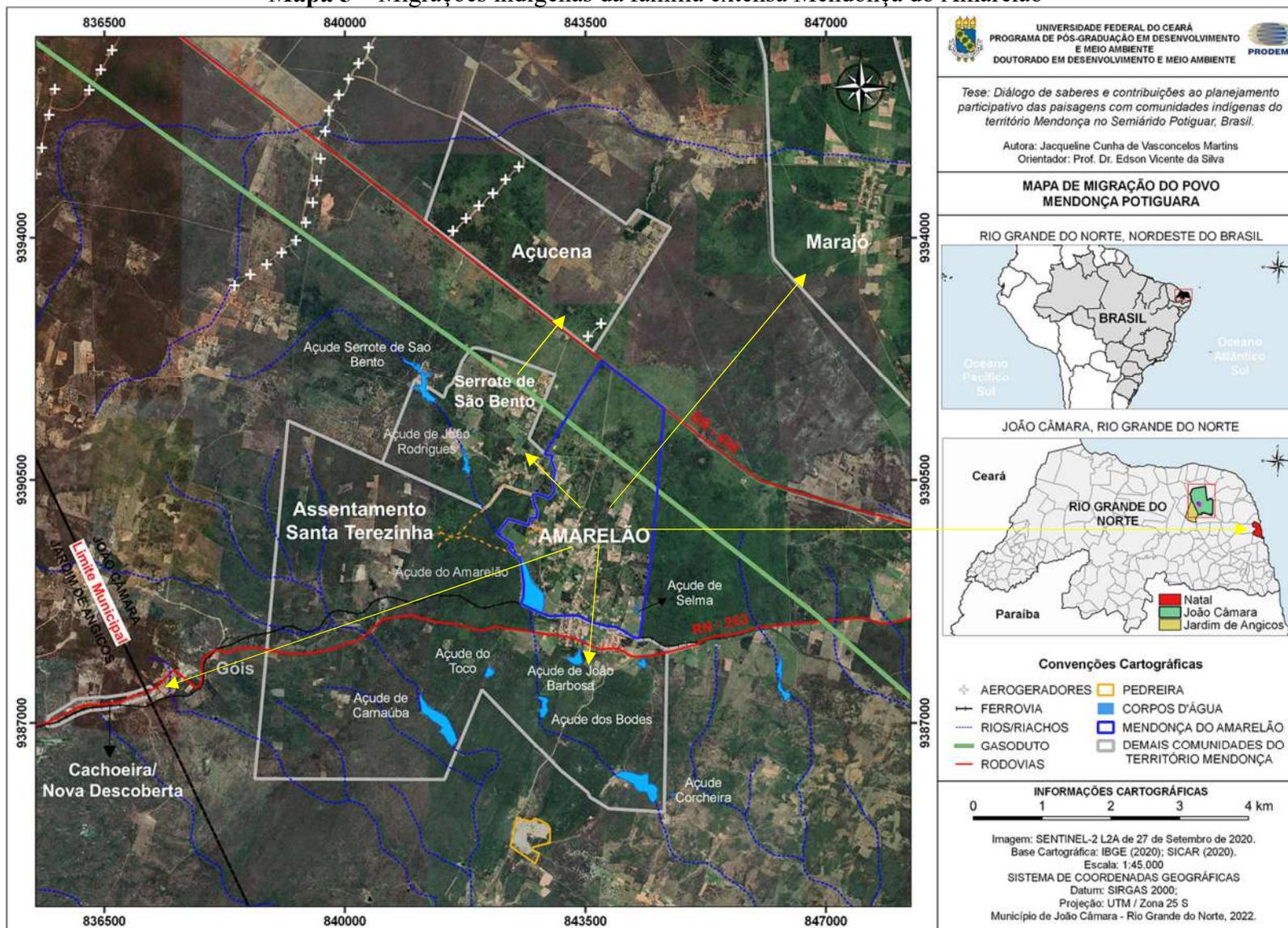
Na década de 1990, em luta conjunta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, recuperaram a área que foi desapropriada e transformada no Assentamento Santa Terezinha. (GUERRA, 2017, p.36).

Esse grupo familiar se expandiu para outras localidades a exemplo do “Assentamento Santa Terezinha” – AST –, resultado de uma luta conjunta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST –, na década de 1990, bem como outros povoados no município de João Câmara, entre os quais, estão “Serrote de São Bento” (a dois quilômetros do “Amarelão”), “Cachoeira” ou “Nova Descoberta” (distante em mais de quinze quilômetros do “Amarelão”), e até em Natal, mais precisamente na “Cidade-Praia” ou “Amarelão Novo”, que pertence à Zona Norte, distante mais de oitenta quilômetros do lugar de origem no campo. Essa última localidade foi resultado de um deslocamento do grupo, motivado por um momento crítico na vida dos Mendonça, ao se sentirem sob forte ameaça da ação de fenômenos naturais (abalos sísmicos), cujo epicentro se encontrava no município de João Câmara (*AVÁ ARANDÚ* (2017, p. 09).

O nome do assentamento é uma homenagem à irmã Terezinha de Galles, católica da congregação do Imaculado Coração de Maria, apoiadora fundamental nas lutas do povo Mendonça do Amarelão, que atuou e residiu na comunidade por vinte e cinco anos (GUERRA, 2017; *AVÁ ARANDÚ*, 2017).

O Mapa 5 foi elaborado para dar ênfase às migrações das famílias Mendonça do Amarelão para as demais localidades citadas.

**Mapa 5 – Migrações indígenas da família extensa Mendonça do Amarelão**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

Mesmo com esses deslocamentos, a antropóloga reforça o sentimento de pertença dos Mendonça à terra de origem: “os Mendonça, embora ocupem espaços diferentes, ampliam as redes de parentesco, incluindo novos valores culturais, sem, no entanto, perderem os laços de afinidade junto à família extensa, tornando fortemente consolidado o sentimento de pertença à terra de origem – o Amarelão” (GUERRA, 2017, p.36).

### **6.3 Estrutura paisagística: mapas temáticos das paisagens naturais da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno**

Os mapas temáticos estão previstos na etapa de análise da estrutura paisagista da metodologia adaptada de Rodriguez e Silva (2016). Conforme os esclarecimentos feitos na metodologia acerca do redimensionamento da pesquisa, estes mapas enfatizam o levantamento das paisagens da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e seu entorno.

#### **6.3.1 Unidades Geológicas**

O conhecimento a respeito das unidades geológicas contribui para a indicação do tipo de intervenção que deve ser realizada, bem como as formas de manejo e medidas conservacionistas, pois a geologia tem relação direta com outros componentes físicos e ambientais e com os aspectos hidrológicos, ampliando a visão sistêmica sobre a área de estudo. Nas comunidades Mendonça do Amarelão e seu entorno que inclui Serrote de São Bento e o Assentamento Santa Terezinah, são verificados quatro unidades geológicas, conforme descritas no Quadro 10.

**Quadro 10 – Formação geológica na área da comunidade Mendonça do Amarelão e entorno**

<b>Unidades geológicas</b>	<b>Origem geológica</b>	<b>Descrição</b>
Mesozóico-Cretáceo: Grupo Apodi (K2j)	Formação Jandaíra	Corresponde ao topo da sequência da fase marinha transgressiva, constituída por rochas carbonáticas de plataforma rasa, que recobriram concordantemente os arenitos costeiros da Formação Açú sobre toda a porção emersa da Bacia Potiguar (incluem calcarenitos e calcilutitos).
Mesozóico-Cretáceo: Grupo Apodi (K12a)	Formação Açú	Compreende a base da sequência da fase marinha transgressiva de margem passiva, constituída por arenitos fluviais de sistema entrelaçado, evoluindo para sistema meandrante e costeiro (estuarino e lagunar).

### Continuação – Quadro 11

Unidades geológicas	Origem geológica	Descrição
Proterozóico- Neoproterozóico (Np3)	Suíte intrusiva Dona Inês	É composta por biotita (e/ou anfibólio) granitos a tonalitos, equigranulares, de granulação fina a média e coloração cinza-clara, além de variações microporfíricas de composição granítica. Fácies com muscovita primária e granada são relativamente raras. Ocorrem como corpos isolados, bem como na forma de diques com espessura centimétrica a decimétrica.
Proterozóico- Neoproterozóico (Np3ss)	Formação Seridó	É constituída essencialmente por micaxistos feldspáticos ou aluminosos de fácies xisto-verde baixo a anfibolito (granulito em locais restritos). Nas regiões de grau metamórfico médio a elevado (predominante da unidade), são constituídas por biotita-xistos granadíferos, podendo conter minerais como estauroлита ± cianita ± andalusita ± cordierita ± silimanita. Além destes, na porção inferior da formação ocorrem intercalações de mármore, rochas calcissilicáticas, paragnaisses, rochas metavulcânicas, quartzitos e metaconglomerados.

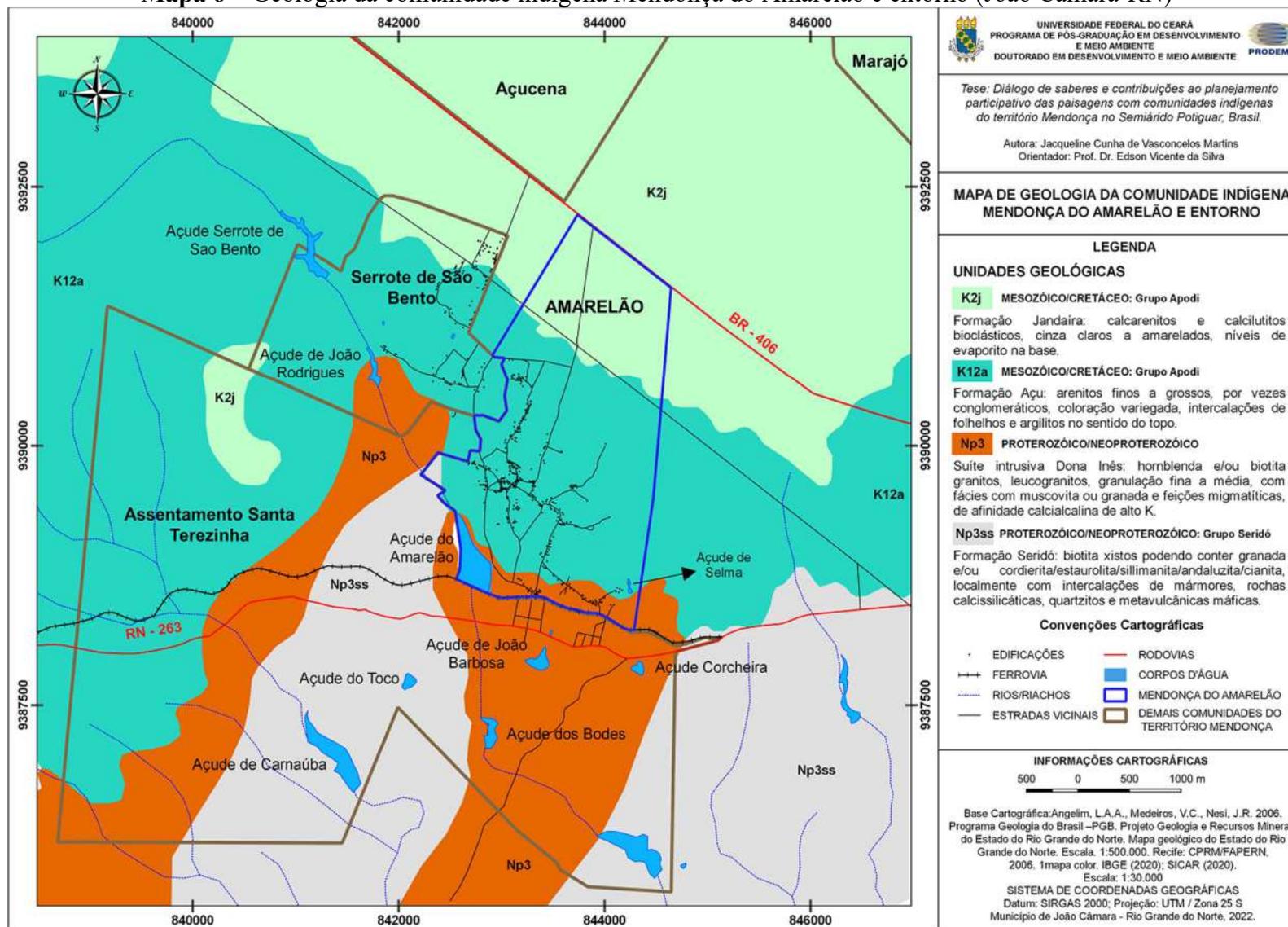
**Fonte:** adaptado de Pfaltzgraff (2010).

No Mapa 6 consta a geologia das comunidades e descrições das quatro formações existentes, com destaque para a formação de arenito açu em termos de porcentagem de área total.

Um aspecto relativo à geologia do Município de João Câmara-RN com notoriedade nacional é a grande quantidade de abalos sísmicos ocorridos na região, em especial na década de 1980. Segundo Vital (2013) o Nordeste é a área de maior atividade sísmica do Brasil, em particular a borda da Bacia Potiguar, que engloba os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

Especificamente em João Câmara, entre 1986 e 1991 ocorreram cerca de 20 tremores de magnitude 4.0 (escala Richter) e mais de 50 mil tremores de menor escala. Os abalos sísmicos continuam ocorrendo em menor escala até os dias atuais (PFALTZGRAFF, 2010). Os registros mais expressivos, são dois eventos de magnitude maior ou igual a 5.0 que aconteceram em 1989, 5.1 e em 1991, 5.0, causando severos danos materiais às edificações e ocasionando reflexos sociais como medo e migrações para outras localidades (VITAL, 2013).

**Mapa 6 – Geologia da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Na Figura 21 consta imagens de uma matéria jornalística com repercussão nacional sobre os tremores de terra na região de João Câmara-RN em 1986, veiculada em canal aberto de televisão.

**Figura 21** – Abalos sísmicos em João Câmara-RN em 1986: matéria jornalística com repercussão nacional



Fonte: Januário (2011).

Os tremores de terra têm como epicentro a falha de Samambaia localizada entre as cidades de João Câmara e Poço Branco, considerada a maior falha geológica do Brasil com 30 km de comprimento, 4 km de largura e profundidade que varia de 1 a 12 km (AMARAL, 2000).

### 6.3.2 Unidades de Relevo

Na área que corresponde à comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno são verificadas duas unidades de relevo: degraus estruturais e rebordos erosivos (R4e) e superfícies aplainadas retocadas ou degradadas (R3a2). Na Tabela 6 constam dados de declividade e amplitude topográfica dessas duas unidades.

**Tabela 6** – Padrões das unidades de relevo presentes na comunidade Mendonça do Amarelão e entorno, João Câmara-RN

Símbolo	Tipo de Relevo	Declividade (graus)	Amplitude Topográfica (m)
R4e	Degraus Estruturais e Rebordos Erosivos	10 a 45	50 a 200
R3a2	Superfícies Aplainadas Degradadas	0 a 5	10 a 30

Fonte: Pfaltzgraff (2010).

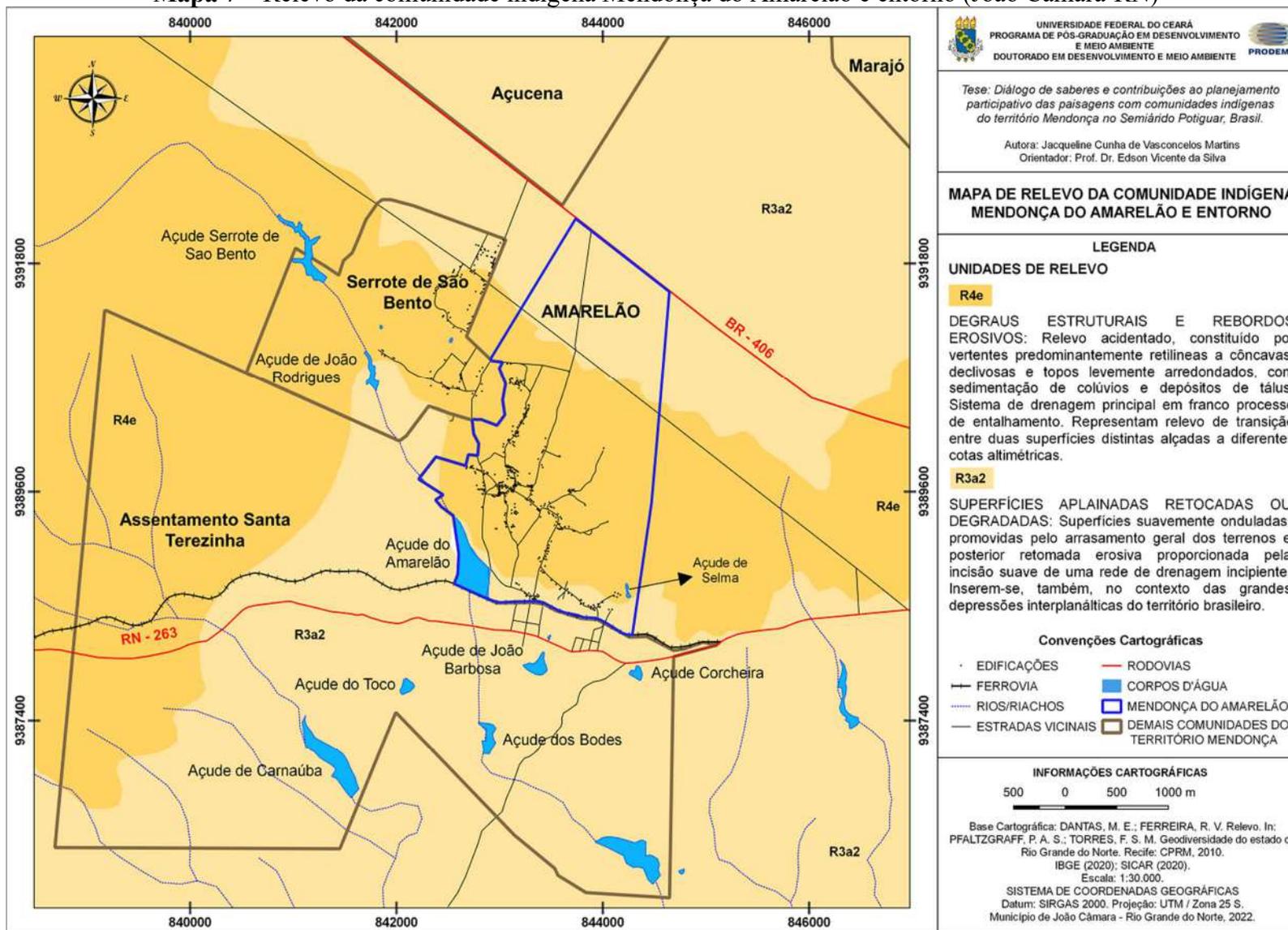
No Mapa 7 estão em destaque as unidades de relevo e suas descrições. Conforme Pfaltzgraff (2010), no relevo caracterizado pelos degraus estruturais e rebordos erosivos, existe predomínio de processos de morfogênese que se apresentam com a formação de solos rasos, que possuem alta suscetibilidade à erosão, notadamente a do tipo laminar e de movimentos de massa. Verifica-se ainda a geração de depósitos de tálus e de colúvios<sup>34</sup> nas baixas vertentes.

As superfícies aplainadas degradadas (R3a2), são depressões periféricas em relação aos Baixos Platôs da Bacia Potiguar e compreendem um diversificado conjunto de padrões de relevo plano e suavemente ondulado, também chamado de depressão sertaneja. É resultante de processos de arrasamento generalizado do relevo (PFALTZGRAFF, 2010).

---

<sup>34</sup> “Colúvio é o material transportado de um local para outro, principalmente pelo efeito da gravidade. O material coluvial ocorre no sopé das vertentes ou em lugares pouco afastados dos declives situados acima. A constituição do colúvio é bastante heterogênea em termos granulométricos”. Tálus são fragmentos de rochas, sendo um dos materiais depositados em colúvios (SILVA et al., 2002, p.56).

**Mapa 7 – Relevo da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



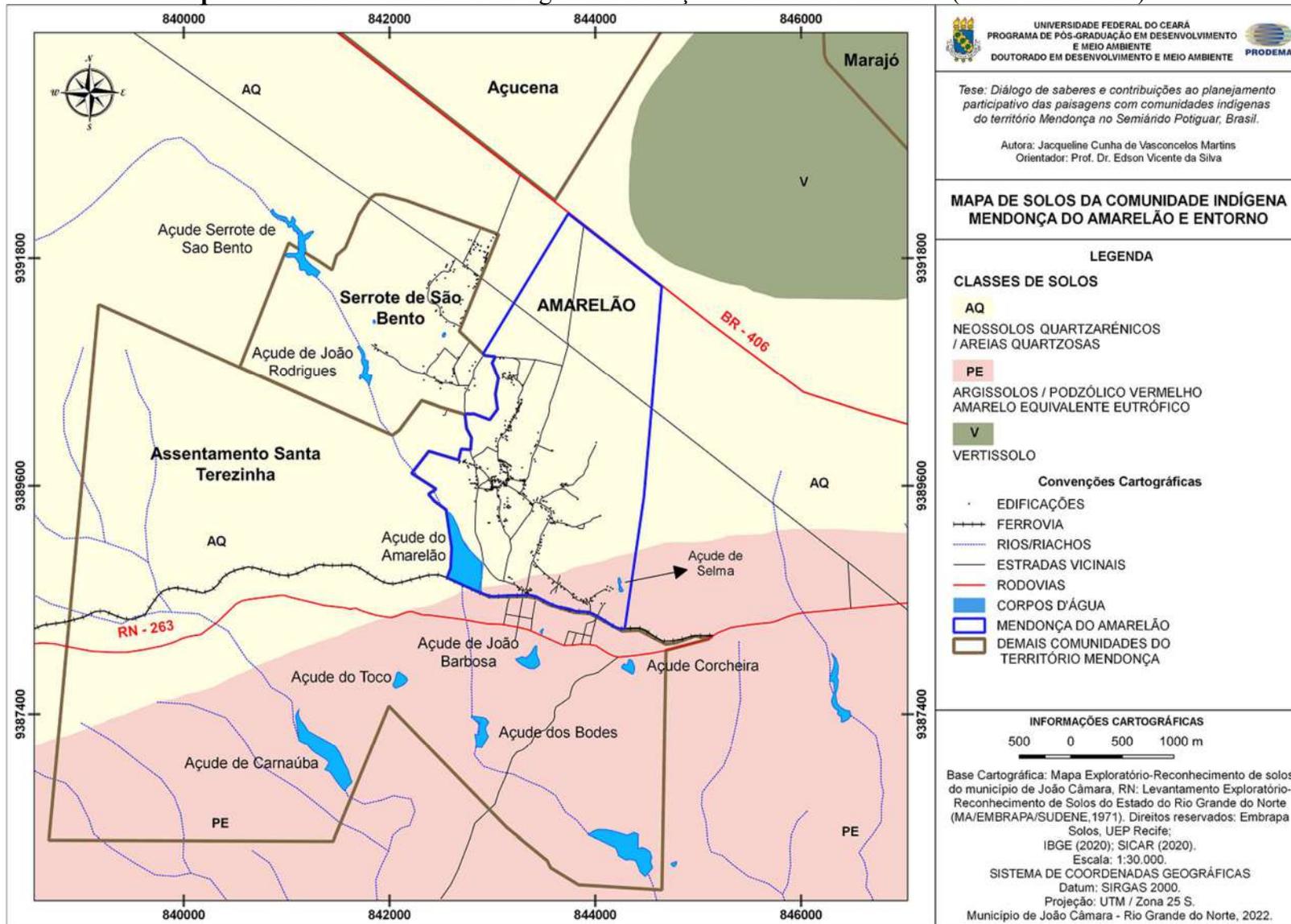
Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Uma característica marcante no Rio Grande do Norte é a atividade sísmica, embora o país seja localizado no interior da placa tectônica sul-americana. Assim, os sismos que acontecem no Estado são do tipo intraplaca que normalmente possuem menor magnitude que os sismos de borda de placa, mas mesmo assim podem possuir frequência elevada (VITAL, 2013).

### ***6.3.3 Classes de Pedologia***

No levantamento realizado (MAPA 8), foi verificado que os solos que compõem as áreas de estudo são: Neossolos quartzarênicos-areias quartzosas (AQ) e Argissolos-podzólico vermelho amarelo equivalente Eutrófico (PE).

**Mapa 8 – Solos da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Finkler et al. (2018) descrevem os neossolos como pouco desenvolvidos, constituídos por material mineral ou orgânico pouco espesso. Os neossolos quartzarênicos são originados de depósitos arenosos, apresentando textura areia ou areia franca ao longo e tem profundidade de pelo menos 2 metros. Uma característica marcante desse tipo de solo é a ausência de horizonte B<sup>35</sup>.

Esses solos são constituídos essencialmente de grãos de quartzo E, praticamente destituídos de minerais primários pouco resistentes ao intemperismo. Essa classe de solos abrange as Areias Quartzosas não-hidromórficas descoloridas, apresentando também coloração amarela ou vermelha. A granulometria da fração areia é variável podendo ser menores ou maiores. O teor máximo de argila é de 15%, quando o silte está ausente (LOBATO e SOUSA, 2007a).

Segundo os mesmos autores, a aptidão agrícola desse tipo de solo é baixa. Culturas anuais podem acelerar o processo de degradação, sendo o aporte de matéria orgânica uma forma de minimizar esse problema. Culturas perenes como o cajueiro são mais recomendadas para esse tipo de solo, embora necessitem de manejo adequado e cuidados intensivos no controle da erosão e da adubação, principalmente com Nitrogênio (N) e Potássio (K). O investimento na manutenção e na melhoria das condições de produção por vezes pode ultrapassar os rendimentos, notadamente quando houver escassez hídrica.

Os Argissolos/Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico (PE), são solos profundos, com alto nível de desenvolvimento, com horizonte A geralmente arenoso e horizonte B argiloso. Além disso, são solos com argila de baixa atividade e saturação por alumínio (FINKLER et al., 2018, p. 98).

Estes solos, têm profundidade variadas e ampla variabilidade de classes texturais, o que dificulta a generalização de suas qualidades e aptidões. Quando a fertilidade natural é elevada e não há pedregosidade, sua aptidão é boa para agricultura. Se o solo for mais profundo, as culturas perenes tendem a se adaptar bem (LOBATO e SOUSA, 2007b).

---

<sup>35</sup> Branco (2014b) esclarece que os horizontes de solos são as camadas diferentes em cor, textura, composição etc. Cada uma dessas camadas é um horizonte do solo e seu conjunto constitui o que se chama de perfil do solo. Os horizontes de solo estão a seguir descritos, porém nem sempre o solo mostra um perfil completo. **O:** formado pela matéria orgânica em vias de decomposição, razão de sua cor escura. **E:** quando existe, fica entre os horizontes A e B. caracterizado pela remoção de argila, matéria orgânica e óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio, que vão se acumular no horizonte logo abaixo. **A:** mistura de matéria orgânica e substâncias minerais, com bastante influência do clima e alta atividade biológica. **B:** caracterizado pela cor forte e acumulação de argilas procedentes dos horizontes superiores e também de óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio. **C:** mistura de solo pouco denso com rocha-matriz pouco alterada. **D:** rocha matriz sem alteração.

#### **6.3.4 Hidrografia e Recursos Hídricos**

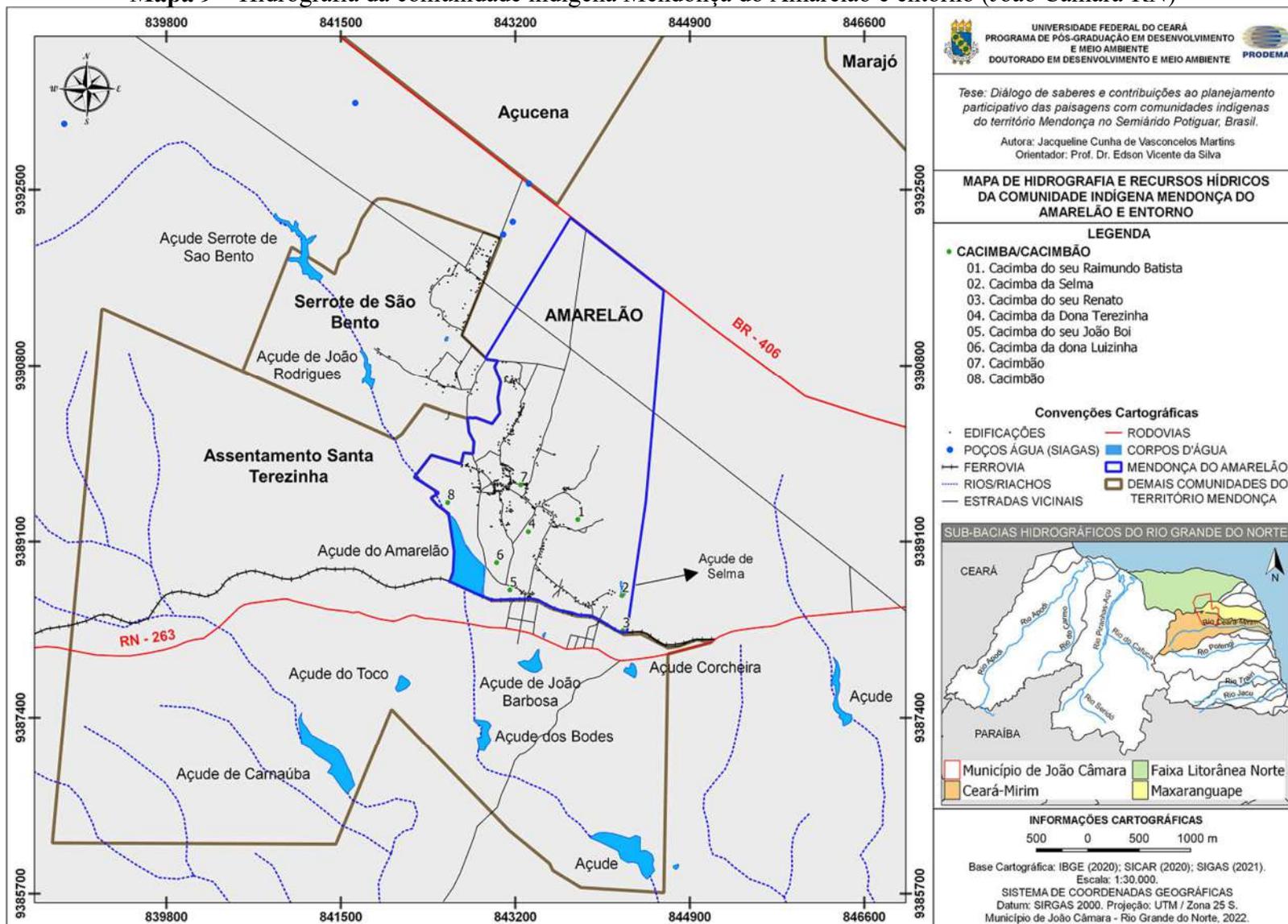
O município de João Câmara está inserido em 3 sub-bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte. A área desta pesquisa está localizada na sub-bacia do rio Ceará-Mirim e sub-bacia Maxaranguape. A comunidade Mendonça do Amarelão está inserida totalmente na Bacia Ceará-Mirim; enquanto a comunidade Serrote de São Bento, parte está contida nesta e a outra parte, ao norte, está na bacia Maxaranguape.

No Mapa 9 estão apresentadas as informações da hidrografia local, incluindo os açudes, poços artesianos e cacimbas. É importante destacar que a maioria das residências apresenta como tecnologia social hídrica – TSH as cisternas de placas, características da região semiárida, armazenam água potável das chuvas para os longos períodos de estiagem. Segundo a ACA (2018), 64,3% das famílias foram beneficiadas com cisternas<sup>36</sup> pelos programas P1MC e P1+2.

---

<sup>36</sup> O Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, criado em 1999 pela ONG Articulação do Semiárido – ASA, foi incorporado como política pública federal no ano de 2003, objetivando democratizar o acesso à água e a convivência com o Semiárido brasileiro. Como o próprio nome do programa diz, tinha a meta de promover a difusão do uso de reservatórios de água, com a construção de pelo menos um milhão de cisternas (ASA, 2021). No Programa P1+2, as cisternas de produção são direcionadas às famílias que já possuem uma cisterna de consumo, com o objetivo de possibilitar renda extra, por meio da produção de hortaliças, bem como para a criação de pequenos animais (ASA, 2021).

**Mapa 9 – Hidrografia da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

Convém esclarecer ainda que, com exceção do açude do Amarelão, não há registro público dos nomes dos corpos d'água identificados pelas pessoas das comunidades nas oficinas, prevalecendo a toponímia local.

Conforme Marín et al. (2016), nas condições geológicas e climáticas do Rio Grande do Norte as águas das chuvas torrenciais tendem a escoar pela superfície terrena, carreando os nutrientes e os poucos horizontes pedológicos desenvolvidos. O acúmulo de água é bastante limitado. Além da evaporação ser elevada, ocorre infiltração de água nas fendas do embasamento cristalino e com o passar do tempo, adquire as características químicas das rochas, tornando-a salobra.

A respeito da qualidade da água dos poços em João Câmara, a CPRM (2005) fez análise em 58 pontos subterrâneos. Foi verificado evidente predominância de água salobra em 19 pontos e salina em 24 pontos, não havendo registro de água doce nas análises. Por isso, a grande relevância dos projetos de instalação de TSHs, como cisternas, açudes e cacimbas, dentre outras possibilidades, a exemplo dos dessalinizadores.

A Bacia do Rio Ceará-Mirim, onde as comunidades estão inseridas, possui um comitê gestor. Contudo, Marín et al. (2016) afirmam que embora o Estado tenha um sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos, o mesmo não está efetivamente abrangente, já que os órgãos encarregados são limitados em infraestrutura e orçamento. Assim, embora cumpram este requisito legal, verifica-se dificuldade no controle e gestão, de modo que não garantem a segurança hídrica da população, notadamente da zona rural.

### ***6.3.5 Classes de Cobertura Vegetal***

Segundo o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA (2008), o município de João Câmara possui duas variações do Bioma Caatinga: Caatinga Hipoxerófila e Hiperxerófila. A primeira se caracteriza pela vegetação de clima semiárido e apresenta arbustos e árvores com espinhos e de aspecto menos agressivo do que a Caatinga Hiperxerófila. Esta, por sua vez, também caracterizada pelo clima semiárido, tem vegetação de caráter mais seco, com abundância de cactácea e plantas de porte mais baixo e espalhado.

Na tabela 7 estão descritas as proporções de área e dimensões em hectares das classes de cobertura vegetal nas comunidades Mendonça do Amarelão e Serrote de São Bento.

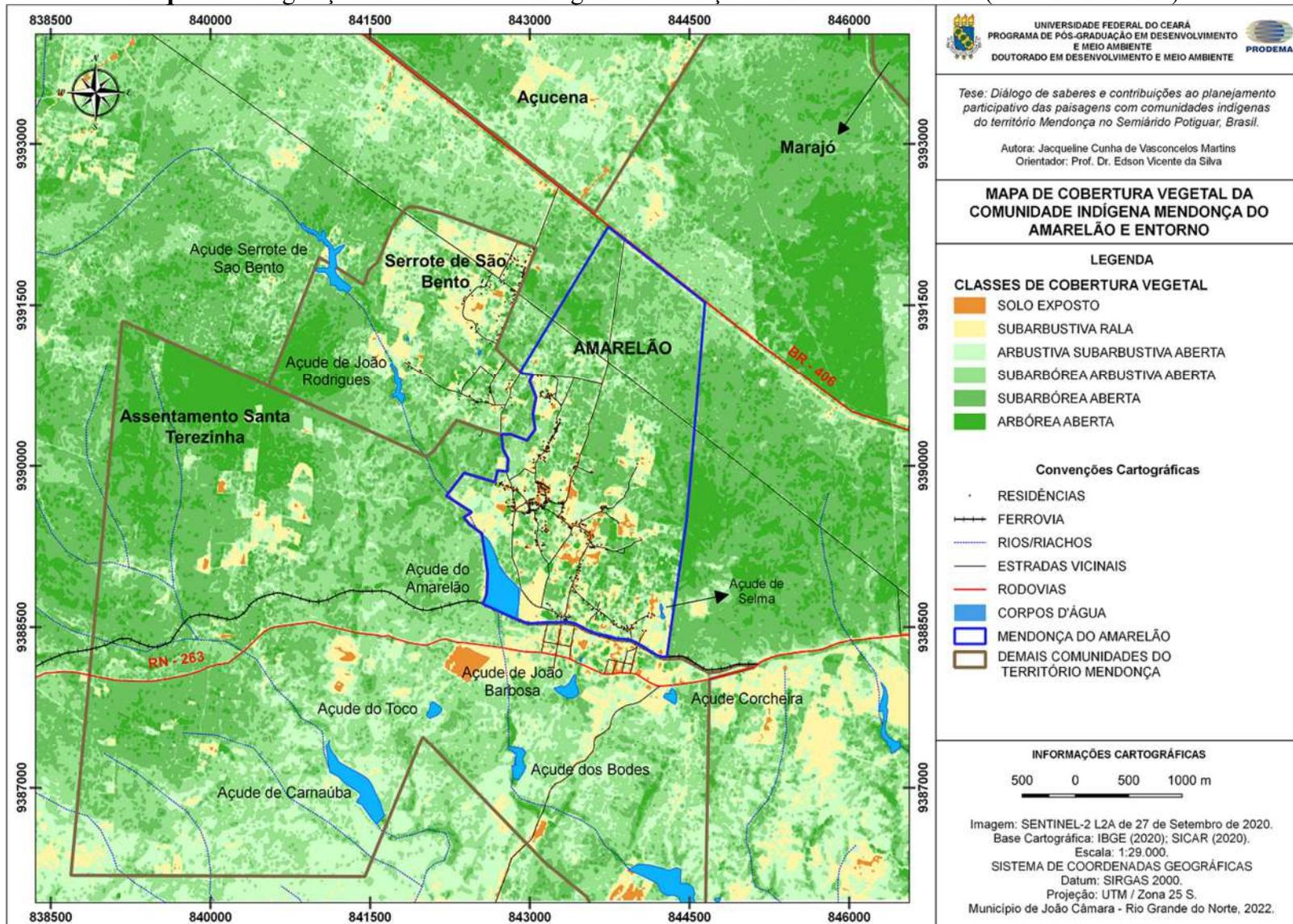
**Tabela 7** – Classes de cobertura vegetal das comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Serrote de São Bento

Classes	Descrição	Quantificação			
		Amarelão		Serrote de São Bento	
		ha	%	ha	%
Arbórea aberta	Caatinga predominantemente arbórea com espaços abertos	34,22	5,93	40,35	10,66
Subarbórea aberta	Caatinga predominantemente subarbórea com espaços abertos e vegetação arbustiva	172,23	29,86	94,8	25,05
Subarbórea arbustiva aberta	Caatinga predominantemente arbustiva com presença de vegetação arbórea aberta	140,40	24,34	89,71	23,70
Arbustiva subarbustiva aberta	Caatinga predominantemente subarbustiva com presença de vegetação arbustiva aberta	85,42	14,81	66,82	17,65
Subarbustiva rala	Caatinga predominantemente herbácea, com vegetação arbustiva	112,32	19,47	80,07	21,16
Solo exposto	Áreas antropizadas sem presença de vegetação	32,22	5,59	6,73	1,78
<b>TOTAL</b>		<b>576,81</b>	<b>100,0</b>	<b>378,48</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), com base na classificação proposta por Chaves et al. (2008).

No fracionamento dos padrões de vegetação identificados via mapeamento social, não se observa predominância de vegetação fechada, conforme classificação proposta Chaves et al. (2008). O espectro de classes vai de solo exposto à arbórea aberta. Verificou-se destaque para a caatinga predominantemente subarbórea com espaços abertos e vegetação arbustiva, respectivamente com 106,4 ha (29,86%) e 94,8 (25,05%) ha, nas comunidades Amarelão e Serrote de São Bento. No Mapa 10 é possível visualizar as classes de cobertura vegetal das comunidades.

**Mapa 10 – Vegetação da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

A princípio estava previsto atualizar o levantamento etnobotânico e etnofaunístico nas comunidades em estudo. Porém, não foi possível realizar em função das limitações de isolamento social impostas pela pandemia de Covid-19. A seguir, registro de pesquisas naquele ecossistema, com parte das informações confirmadas durante as oficinas e entrevistas.

Em estudo que realizou o levantamento etnobotânico em comunidades rurais no município de João Câmara-RN, Trindade (2013) registrou 30 espécies lenhosas e verificou que 23 delas são utilizadas pela população para finalidades como alimentação, combustível, construção, forragem, místico-religioso, medicinal, ornamental, veterinário e como “veneno abortivo”. A extração da madeira é utilizada na confecção de canga de boi, pilão, vassouras, cabo para machado entre outros usos.

Targino (2014) apresenta dados semelhantes sobre a distribuição das famílias botânicas mais representativas na caatinga em João Câmara. As espécies de maior destaque em número de indivíduos são o marmeleiro e a catingueira.

De acordo com os estudos citados, a toponímia local e a nomenclatura binomial científica baseada em Braga (1976), as espécies das famílias botânicas mais representativas em número de indivíduos estão dispostas no Quadro 11.

**Quadro 11** – Principais famílias botânicas e respectivas espécies lenhosas existentes na zona rural de João Câmara-RN

Famílias botânicas	Espécies
Euphorbiaceae	marmeleiro ( <i>Croton hemiagyreus</i> Muell. Arg.), favela ( <i>Cnidoscolus phyllacanthus</i> Pax & Hoffm.), canelinha-do-mato ( <i>Croton zehntneri</i> Pax & Hoffm.), pinhão-bravo ( <i>Jatropha pohliana</i> Muell. Arg.), maniçoba ( <i>Manihot microdendron</i> Ule.) e burra leiteira ( <i>Sapium argutum</i> [Müll. Arg.] Huber)
Fabaceae	catigueira ( <i>Cenostigma pyramidale</i> [Tul.] Gagnon & Lewis), cumaru ( <i>Dipteryx odorata</i> [Aubl.] Willd.), angico ( <i>Anadenanthera colubrina</i> [Griseb.] Altschul), mororó ( <i>Bauhinia forficata</i> Link.), mororó-sem-espinho ( <i>Bauhinia galpinii</i> N.E.Br.), espinheiro-branco ( <i>Senegalia bahiensis</i> Benth.), mulungú ( <i>Erythrina</i> sp.), jucá ( <i>Caesalpinia leiostachya</i> Benth.), sabiá ( <i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth.), jurema-branca ( <i>Piptadenia stipulacea</i> [Benth.] Ducke), jurema-preta ( <i>Mimosa tenuiflora</i> [Mart.] Benth.), catanduba ( <i>Piptadenia moniliformis</i> Benth.), sajadeira ( <i>Piptadenia</i> sp), vela-branca ( <i>Allophylus</i> sp) e canafistula ( <i>Peltophorum dubium</i> [Sprengel] Taubert).
Apocynaceae	pereiro ( <i>Aspidosperma pyriforme</i> Mart. & Zucc.)

Fonte: adaptado de Trindade (2013), Targino (2014) e Braga (1976).

De acordo com o levantamento oral, feito pelos próprios indígenas, diversas espécies nativas e adaptadas ao bioma caatinga se destacam em toda a extensão do território Mendonça (QUADRO 12), inclusive a gameleira centenária, um dos pontos de memória local.

**Quadro 12** – Levantamento oral de espécies botânicas do território Mendonça

Etnoespécies	Nome Científico
Ameixa	<i>Ximenia americana</i> L.
Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i> [Griseb.] Altschul
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi
Baraúna	<i>Schinopsis brasiliensis</i> Engl.
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i> L.
Cardeiro	<i>Cereus Jamacaru</i> DC
Catolezeiro	<i>Syagrus cearenses</i> Noblick
Craibeira	<i>Tabebuia aurea</i> [Manso] Benth. & Hook.
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i> [Aubl.] Willd.
Gameleira	<i>Ficus sp.</i>
Guabiraba	<i>Campomanesia aromatica</i> [Aubl.] Griseb.
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i> Mart.
Jurema preta	<i>Mimosa tenuiflora</i> [Mart.] Benth.
Mororó	<i>Bauhinia forficata</i> Link.
Pau-d'arco	<i>Handroanthus Gomes</i> ex DC.
Sabiá	<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i> Benth.
Umbu	<i>Spondias tuberosa</i> L.

Fonte: adaptado de AVÁ ARANDÚ (2017) e Souza (2014).

O povo Mendonça tem tradição no uso etnobotânico das espécies encontradas nas comunidades, principalmente na alimentação, para uso medicinal e também na construção civil. Alguns exemplos são relatados na obra *Avá Arandú* (2017):

**Catolezeiro:** Esses frutos são apreciados in natura, coletado e consumido direto, em algumas regiões do Nordeste, a amêndoa é utilizada na fabricação de cocadas e até sabão, sendo extraído também o óleo vegetal empregado na culinária regional, porém os Mendonça não tem o hábito de processar o fruto do Catolezeiro, mantêm apenas o consumo do fruto (...).

**Umbuzeiro:** o suco feito da raiz do umbuzeiro é indicado na medicina popular contra o escorbuto (carência de vitamina C) e diarreia, e suas folhas e frutos são aproveitadas como alimento. (...) a maioria dessas árvores está em beira de quintais e em terrenos coletivos como o terreno de seu “Alfredo”, numa área conhecida como o “Gois”, um pouco afastada da aldeia, chamada de Cachoeiras (...).

**Cardeiro:** Essa planta é bastante comum nas comunidades Mendonça (...). Os frutos do “Mandacaru” são conhecidos pelos Mendonça pelo nome de Baba de Sapo. A madeira leve era muito usada nas coberturas, portas, janelas das casas nas comunidades Mendonça, porém nos dias atuais essa madeira não é mais adquirida para essa finalidade pelo grupo familiar (...).

**Sabiá:** Os Mendonça as usam na construção de suas casas e nas cercas como estacas. Segundo relata o senhor “Almir” como é conhecido na comunidade, ainda que para que as estacas venham a durar é preciso que elas sejam cortadas quando estiverem maduras, o mesmo explica que para identificar uma madeira madura é só observar o “miolo” da madeira (nome dado por ele à parte escura presente no centro da estaca cortada), quanto mais grosso for a parte escura no centro dela, melhor será para o uso como estaca, pois durará mais (...).

**Jucá:** é uma madeira utilizada nas cercas e na construção das casas de taipa pelos Mendonça, também é empregada na medicina tradicional, pois suas cascas são usadas em garrafadas e chás (...).

**Guabiraba:** produz uma frutinha rocha de gosto adocicado bastante apreciada pelas famílias Mendonça, também serve de alimento para muitos animais, principalmente aves como o “Sonhiaçu” e o “Chupa caju”. (AVÁ ARANDÚ, 2017, p.34,35,36,37,38).

Em relação à fauna estão presentes nesse bioma diversas espécies. No registro feito pelos próprios indígenas locais (AVÁ ARANDÚ, 2017) e em pesquisa realizada na comunidade Amarelão sobre a caça como elemento cultural da gastronomia local (FROTA, 2018), foram identificadas as seguintes espécies (QUADRO 13), conforme toponímia local e nomenclatura binomial científica:

**Quadro 13** – Espécies animais encontradas na comunidade Mendonça do Amarelão e entorno (toponímia local e nome científico)

Mamíferos	Aves	Répteis
- furão ( <i>Mustela putorius furo</i> L.)	- arribaçã ( <i>Zenaida auriculata</i> Des Murs)	- “camaleão”
- “gambá” timbu ( <i>Didelphis albiventris</i> Lund)	- carão ( <i>Aramus guarauna</i> L.)	iguana ( <i>Iguana iguana</i> L.)
- gato do mato ( <i>Leopardus tigrinus</i> Schreber)	- jaçanã ( <i>Jacana</i> L.)	- teju ( <i>Tupinambis</i> sp.)
- mocó ( <i>Kerodon rupestris</i> Wied-Neuwied)	- jacu ( <i>Penelope</i> sp.)	- lagartixa ( <i>Hemidactylus mabouia</i> M.D. Jonnés)
- peba ( <i>Euphractus sexcinctus</i> L.)	- juriti ( <i>Leptotila verreauxi</i> Bonaparte)	- cobra de veado ( <i>Corallus hortulanus</i> L.)
- preá ( <i>Cavia aperea</i> Erxleben)	- maçarico ( <i>Tringa solitaria</i> Wilson)	
- raposa-do-campo ( <i>Lycalopex vetulus</i> Lund)	- mergulhão ( <i>Mergus octosetaceus</i> Vieillot)	
- tacaca ( <i>Conepatus semistriatus</i> Boddaer)	- marreco ( <i>Spatula querquedula</i> L.)	
- tamanduá ( <i>Tamandua tetradactyla</i> L.)	- nambu ( <i>Crypturellus tataupa</i> Temminck)	
- tatu ( <i>Tolypeutes tricinctus</i> L.)	- punaré ( <i>Thrichomys apereoides</i> Lund)	
- veado campeiro ( <i>Ozotoceros bezoarticus</i> L.)	- rolinha ( <i>Columbina</i> sp.)	
	- seriema ( <i>Cariama cristata</i> L.)	
	- socó ( <i>Butorides striatus</i> L.)	
	- socó boi ( <i>Tigrisoma lineatum</i> Boddaert)	

Fonte: adaptado de Avá Arandú (2017) e Frota (2018).

Sobre a importância faunística e a relação das espécies com as questões culturais da comunidade, a caça ainda é uma tradição local, não como fonte de renda, mas principalmente para alimentação, como as espécies: preá, mocó, teju ou teiú, peba, veado e lambu. Outros animais são caçados para finalidades medicinais, a exemplo do teju ou até mesmo da cobra de veado. A gordura desses répteis é utilizada para tratar dor de garganta e dor de ouvido. Além das técnicas ancestrais e as armadilhas artesanais como fojo, pedra e tatuzeira de arame (AVÁ ARANDÚ, 2017).

Os etnoconhecimentos sobre as espécies florísticas e faunísticas e sobre seus usos foram repassados de forma oral ao longo dos anos. Contudo, a participação das famílias do território Mendonça no beneficiamento da castanha e o envolvimento dos mais jovens com os

costumes urbanos, além de outros fatores, tem limitado esses conhecimentos aos mais velhos. Sanchez et al. (2007) em pesquisa sobre os arranjos naturais pelos indígenas Miraña da Amazônia colombiana, destacam fenômeno semelhante, uma vez que o conhecimento da natureza está cada vez mais restrito aos idosos, igualmente mantidos de forma oral. A pressão sobre os povos indígenas pelas sociedades envolventes interfere diretamente na preservação dos conhecimentos da natureza e das práticas sociais.

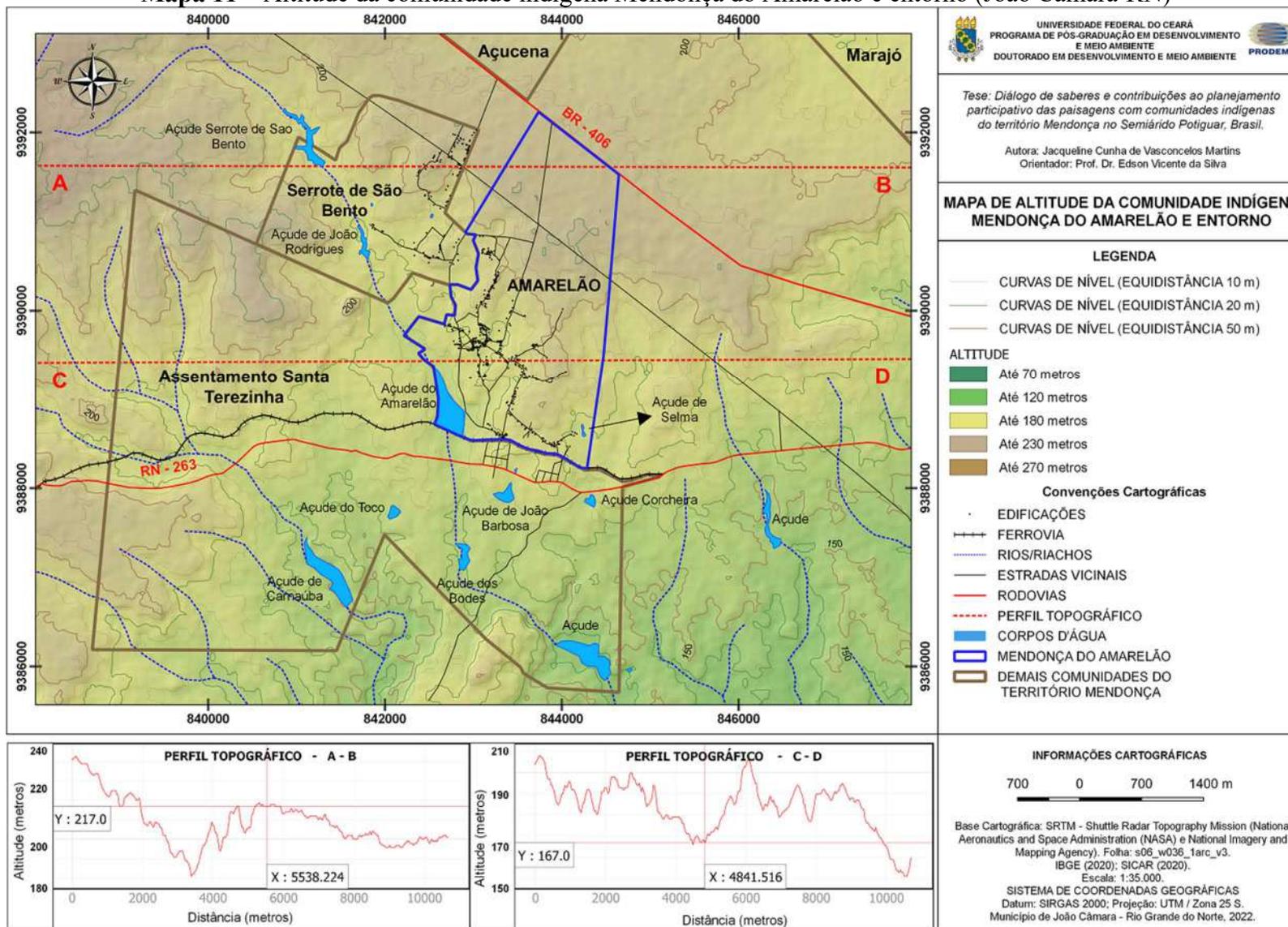
### ***6.3.6 Altitudes e Curvas de Nível***

A altitude é a distância entre o nível médio das águas do mar até o ponto da superfície terrestre vertical e é um dos fatores que mais interferem nas variáveis meteorológicas, incluindo a frequência e intensidade das chuvas. Esta variável também interfere diretamente na pressão atmosférica, que será maior quanto mais próximo for do nível do mar, em função do maior volume de ar sobre a superfície terrestre (TROLEIS, 2011).

O Mapa 11 mostra que no perfil topográfico A-B onde está a maior proporção da comunidade Serrote de São Bento, a altitude média é de 217 m. Já no perfil C-D, cujos limites abrangem a maior parte da comunidade Mendonça do Amarelão, a altitude média é de 167 m. A área contempla as comunidades Mendonça do Amarelão, Serrote de São Bento e parte do Assentamento Santa Terezinha, no território indígena potiguara.

Em João Câmara, a altitude média da área urbana é de 160 m. Essa condição, associada às demais variáveis como clima, latitude e temperatura média, contribuem para uma média histórica de precipitação anual de 619 mm (CLIMA DATE, 2019).

**Mapa 11 – Altitude da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

### 6.3.7 Uso e ocupação do solo

Em relação ao uso e ocupação do solo, a vegetação local característica do Bioma Caatinga tem fitofisionomia variando entre herbácea, arbustiva e arbórea aberta. Com é possível verificar no Mapa 12, as áreas mais antropizadas de solo exposto são as destinadas à circulação de pessoas como estradas, pátios, os núcleos residenciais, os equipamentos sociais e de infraestrutura, comércios etc. Além das unidades familiares de beneficiamento da castanha. Também são verificadas áreas utilizadas na pecuária e na agricultura familiar, destinadas ao plantio de culturas principalmente as anuais e estando parte delas em pousio.

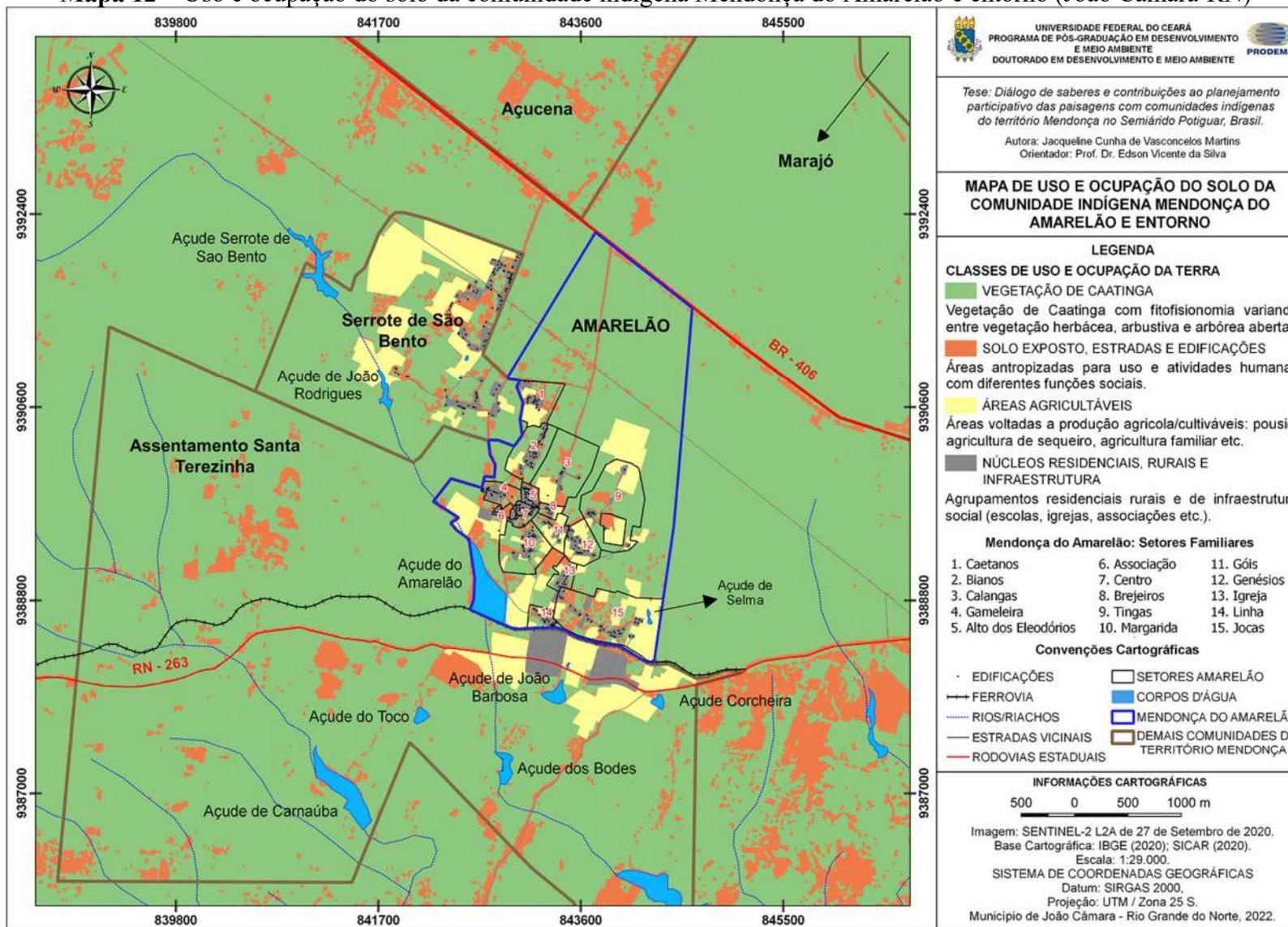
Na Tabela 8 está descrita a distribuição das áreas em hectares e em percentual do Amarelão e do Serrote de São Bento via mapeamento social. As áreas totais correspondem respectivamente a 576,81 ha e 378,48 ha.

**Tabela 8** – Quantificação das classes de uso e ocupação do solo nas comunidades indígenas Mendonça do Amarelão e Serrote de São Bento

Classes	Quantificação			
	Amarelão		Serrote de São Bento	
	ha	%	ha	%
Solo exposto	57,79	10,02	36,68	9,69
Vegetação de caatinga	414,13	71,80	205,10	54,19
Áreas agrícolas	57,79	10,02	89,54	23,66
Núcleos residenciais	34,61	6,00	34,67	9,16
Corpos d'água	12,49	2,17	12,49	3,30
<b>TOTAL</b>	<b>576,81</b>	<b>100,0</b>	<b>378,48</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), com base no mapeamento participativo e em dados públicos

**Mapa 12 – Uso e ocupação do solo da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

A ACA realizou em 2018 censo comunitário e levantamento de vários aspectos como informações sobre as atividades produtivas. Havia a previsão de realização de novo censo e atualização desses dados para 2020, porém ainda não foi viável devido às medidas restritivas impostas pela pandemia de Covid-19. Na Tabela 9 constam dados sobre a produção agrícola, com destaque para plantios de feijão, 76,6%, milho, 77,9% e mandioca, 25,5%.

**Tabela 9** – Culturas agrícolas: percentual das pessoas que produzem na comunidade Mendonça do Amarelão

<b>Agricultura/Fruticultura</b>	<b>%</b>
Milho	77,9
Feijão	76,6
Frutíferas	68,3
Mandioca	25,5
Plantas medicinais	18,6
Palma	9,7
Capim	9,7
Hortaliças	9,0
Melancia, maxixe e quiabo	1,4
Fava	0,7
Batata	0,7

Fonte: ACA (2018)

Na produção pecuária, 73,3% das famílias do no Amarelão têm algum tipo de criação, principalmente de galinhas, pelo custo reduzido e pela menor necessidade de água no manejo (TABELA 10).

**Tabela 10** – Produção pecuária: percentual das pessoas que produzem na comunidade Mendonça do Amarelão

<b>Criação de animais</b>	<b>%</b>
Avicultura: galinha	95,2
Bovino	11,0
Suíno	8,0
Caprino/ovino	5,9
Equino	2,7
Avicultura: guiné/peru	2,1
Avicultura: pato	0,5
Não cria animais	26,7

Fonte: ACA (2018)

Merece destaque o plantio de frutíferas incluindo os quintais produtivos, uma vez que a maioria (68,3%) diz cultivar pelo menos uma espécie. Também há registro em menor escala das frutíferas cultivadas, como acerola, umbu, seriguela, manga, laranja, maracujá, mamão, coqueiro, pinha, banana, azeitona, goiaba, graviola, limão, abacate, cajá, pitanga, pitomba e castanhola. Das 144 famílias que cultivam, cerca da metade desenvolve a atividade o ano todo, enquanto as demais afirmaram plantar só no período chuvoso, com destaque para

milho, feijão e árvores frutíferas, seguido de roça e plantas medicinais. Na pecuária, das 187 famílias, a maioria cria galinha, gado, porco e carneiro e, em menores proporções foram citados também cavalo, guiné, peru e pato (ACA, 2018).

Sobre a prática de plantio no período chuvoso, JCTS (2021) esclarece:

É o beneficiamento da castanha que traz o sustento das famílias indígenas do território Mendonça, através de um complemento também de uma agricultura familiar mais no tempo de inverno, porque no tempo seco não se tem água nem pra o consumo humano mesmo. As vezes falta água pras necessidades básicas. Imagine pra aguar [regar] uma hortaliça, uma frutífera. Então, não tem água nesse período seco. Então, tem uma criaçãozinha de galinha, alguns criam porco, criação de ovelha ou algumas cabeças de gado, algumas pessoas. É uma agricultura familiar pequena, porque a gente vive numa região semiárida que tem água uma vez por ano no solo e passa a maior parte do tempo seco.

O plantio sazonal também serve de complemento à renda de algumas famílias e a falta de água é percebida como fator impactante também nesta atividade:

Eu também vejo a questão da falta de água como um dos impactantes. Porque se a gente tivesse água, a gente tinha hortaliça, não precisava comprar um coentro, uma couve. Isso tudo a gente tem aqui, na minha casa mesmo, durante o inverno. Hoje não tem porque a seca tá grande, a água é racionada, não tem água pra aguar um pé de coentro. Se tirar dali, vai faltar pra gente beber. Então, a água é racionada nesse período de seca. A falta de água é um grande impactante para a fonte de renda dos Mendonça (JCTS, 2021).

Em relação à adubação dos plantios, por ser uma atividade de subsistência não é feito investimento financeiro, mas é aproveitada a matéria orgânica disponível na própria comunidade. Quanto ao possível uso da cinza oriunda da queima das castanhas como adubo, ficou evidente o conhecimento sobre as limitações técnicas, por experimentação empírica.

Com relação à adubação é da própria terra, das folhas que ali ficam, dos galhos que são trocados e ali o trator passa e se torna uma adubação. Aquelas folhas que ficam de um ano para o outro vão se decompondo e fortalecendo o solo para uma nova cultura. Mas se tivéssemos água, a gente com certeza teria plantações o ano todo, porque nós temos agricultores que gostam de plantar. Dificilmente, você passa no inverno aqui no Amarelão e vê o quintal de uma casa sem tá plantado de feijão, milho, fava, jerimum. Uma roça, macaxeira, melancia. É mais comum o milho e o feijão, mas plantam todas essas culturas, a batata.

(...) Não se tem essa prática, até porque é uma cultura rápida de milho e feijão. Não tem uma cultura de bananeira, de goiabeira, de melancia. A melancia que se planta não é um terreno de dois ou três hectares de melancia, é apenas uns dez, vinte pés de melancia, associada a outra cultura.

A adubação que a gente faz aqui é nas hortaliças, se usa muito o esterco para fazer aquelas hortas suspensas. As vezes a gente faz adubação de esterco de galinha numa frutífera, numa acerola, que tem no quintal de casa mesmo.

(...) Não tem um trecho plantado de monocultura. Dificilmente se planta [apenas] uma cultura aqui. Então, adubação não se tem. (...) Já usei [cinza da castanha] aqui em

algumas plantas, mas não notei que a cinza fosse igual a um adubo, que tivesse uma aceleração naquela frutífera, como o adubo químico tem.

(...)A gente sabe que a cinza de uma madeira ela serve muito como adubação, mas a cinza da casca da castanha, não se tem esse entendimento sobre a serventia dela, não (JCTS, 2021).

O manejo agrícola utilizado é familiar e a técnica de plantio é essencialmente de sequeiro, isto é, a água necessária para o desenvolvimento das culturas provém da pluviosidade no período chuvoso, com intervalo de ocorrência entre os meses de outubro e abril na região, diferente das estações do calendário oficial. Inclusive, o verão oficialmente tem início em dezembro, mas frequentemente coincide com o início do inverno local. Para o sertanejo potiguar e de praticamente toda a região semiárida existem duas estações, o verão, período seco e sem chuvas e o “inverno”, período chuvoso.

#### **6.4 Diálogos e percepções socioambientais e culturais indígenas: diagnóstico e mapeamento social<sup>37</sup>**

Com base nos esclarecimentos feitos na metodologia sobre os critérios para definição do recorte da área de estudo, dos atores sociais e, considerando o universo de significados que permeiam as pesquisas sociais qualitativas conforme fundamentação teórica (MINAYO, 2016; D’OLNE CAMPOS, 2019; ALMEIDA, 2013), a exposição dos resultados e discussão refletem os dados obtidos nas oficinas com representantes das comunidades indígenas do território Mendonça, isto é, tanto da comunidade Mendonça do Amarelão (FIGURA 22) como de Serrote de São Bento, Assentamento Santa Terezinha e Assentamento Marajó. Também foram acrescentadas informações do levantamento local realizado pela Associação comunitária (ACA, 2018) e das entrevistas com algumas lideranças em formato remoto<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Em artigo publicado no Caderno Prudentino de Geografia – CPG, periódico científico da Unesp, foi feito um recorte de parte dos resultados do diagnóstico e mapeamento participativos (MARTINS, SILVA e SILVA, 2021), como critério de avaliação (Seminário de Tese III/Defesa) do DDMA-PRODEMA-UFC. Considerando as datas de envio e publicação, esclareço que a revista adiou por um tempo as avaliações dos artigos submetidos por causa da pandemia.

<sup>38</sup> Parte dos dados foram extraídos também de informações e documentos internos gentilmente cedidas pela ACA.

**Figura 22** – Vista aérea panorâmica da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

#### ***6.4.1 Mapas temáticos das paisagens socioculturais***

No mapeamento verifica-se a distribuição espacial dos recursos e serviços ambientais, os impactos e conflitos e os aspectos relacionados à qualidade ambiental, entre outras possibilidades. A partir da paisagem se dá a percepção da interação sociedade e natureza, possibilitando uma leitura interdisciplinar com base na visão geossistêmica (RODRIGUEZ e SILVA, 2016).

Assim, o mapeamento temático realizado contempla fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos e, associado ao mapeamento social temático, traz elementos que poderão contribuir para a sustentabilidade local, visto que o uso racional dos recursos da natureza é o principal objetivo do planejamento das paisagens. Além disso, o diagnóstico e mapeamento participativos realizados atendem ao que prevê a PNGATI (BRASIL, 2012b),

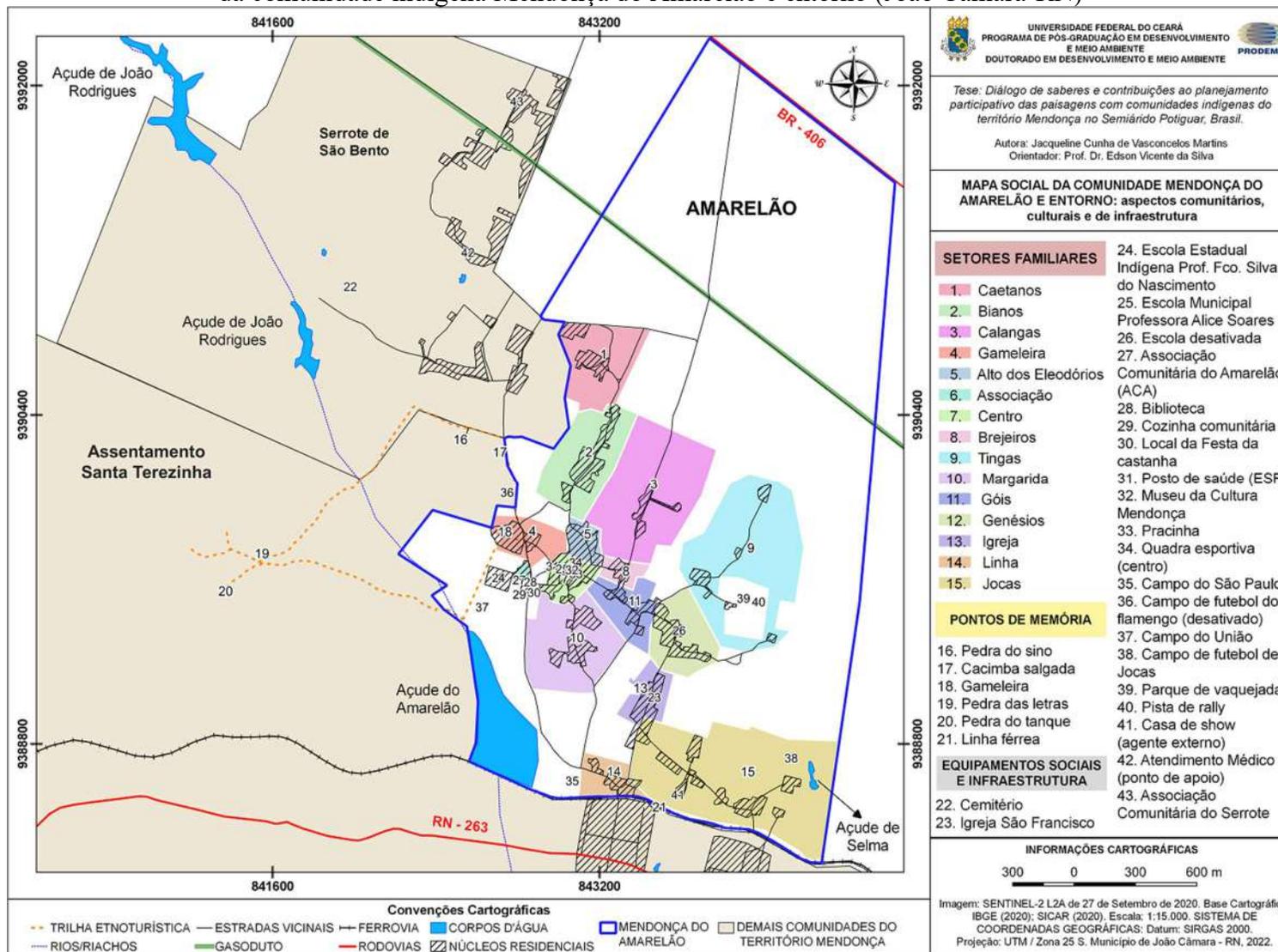
quando se baseia nos saberes locais para expor áreas de relevante interesse. Também são ferramentas metodológicas anticoloniais que possibilitam maior aprofundamento e o empoderamento das comunidades acerca dos seus territórios (ACSELRAD, 2013; CARDOSO e GUIMARÃES, 2012).

O mapeamento social surge como alternativa para a representação das comunidades pelos próprios moradores, visto que frequentemente as comunidades tradicionais não se veem reconhecidas nos mapas institucionais (HENAO et al., 2019). Por isso, na descrição das legendas dos mapas sociais foi respeitada a toponímia local, de modo que os membros das comunidades possam facilmente reconhecer os ambientes da maneira como são identificados localmente. Diedrich e Machado (2020) reforçam que a toponímia dos espaços geográficos, numa perspectiva multidisciplinar, evidencia e valoriza o seu caráter de bem imaterial, como parte essencial do patrimônio ambiental e cultural.

Em outro estudo com o objetivo de subsidiar a luta local por reconhecimento e delimitação do território indígena Chapiquiña, em Altos de Arica, no Chile, a ferramenta de mapeamento social se mostrou muito útil nas oficinas com os atores sociais e as lideranças, além de atores-chave que conheciam o território em profundidade. Os autores reconhecem a limitação da cartografia como produto, por ser um trabalho instável e inacabado, mas destacam ser totalmente superável pelo diálogo de saberes que se constrói durante o mapeamento (LEALLANDEROS e RODRIGUEZ-VALDIVIA, 2018).

Essa estratégia é também adotada por outros agrupamentos indígenas no Brasil, a exemplo do povo Pitaguary do Ceará, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba. Galdino et al. (2016) utilizaram técnicas de mapeamento social com o intuito de contribuir para que a comunidade aumentasse a sua capacidade de mobilização em torno dos múltiplos usos da terra e com a luta pela demarcação de seu território. No mapa social diagnóstico (MAPA 13), elaborado pelos indígenas do território Mendonça, foram destacados aspectos comunitários, culturais e de infraestrutura.

**Mapa 13** – Mapa Social Diagnóstico: aspectos comunitários, culturais e de infraestrutura da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

As residências da comunidade Mendonça do Amarelão estão agrupadas por setores familiares, totalizando os quinze primeiros pontos mapeados.

Dentre os equipamentos sociais e infraestrutura (pontos 22-43) têm destaque no setor Associação: a escola (24), a própria sede da ACA (27), a biblioteca com laboratório de informática (28) e a cozinha comunitária (29).

Vários pontos mapeados serão tratados com maior aprofundamento na descrição do semáforo socioambiental e cultural, com destaque para as potencialidades como a ACA, a “escola nova” – Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento (ponto 24) e o Museu da Cultura Mendonça (ponto 32)

Inicialmente foi feito um só mapa social com as informações do diagnóstico e mapeamento participativos, entre outras informações repassadas por representantes das comunidades. Visando tornar mais didático, foi feita a divisão em dois mapas, gerando o segundo (MAPA 14) com a infraestrutura hídrica e fundiária.

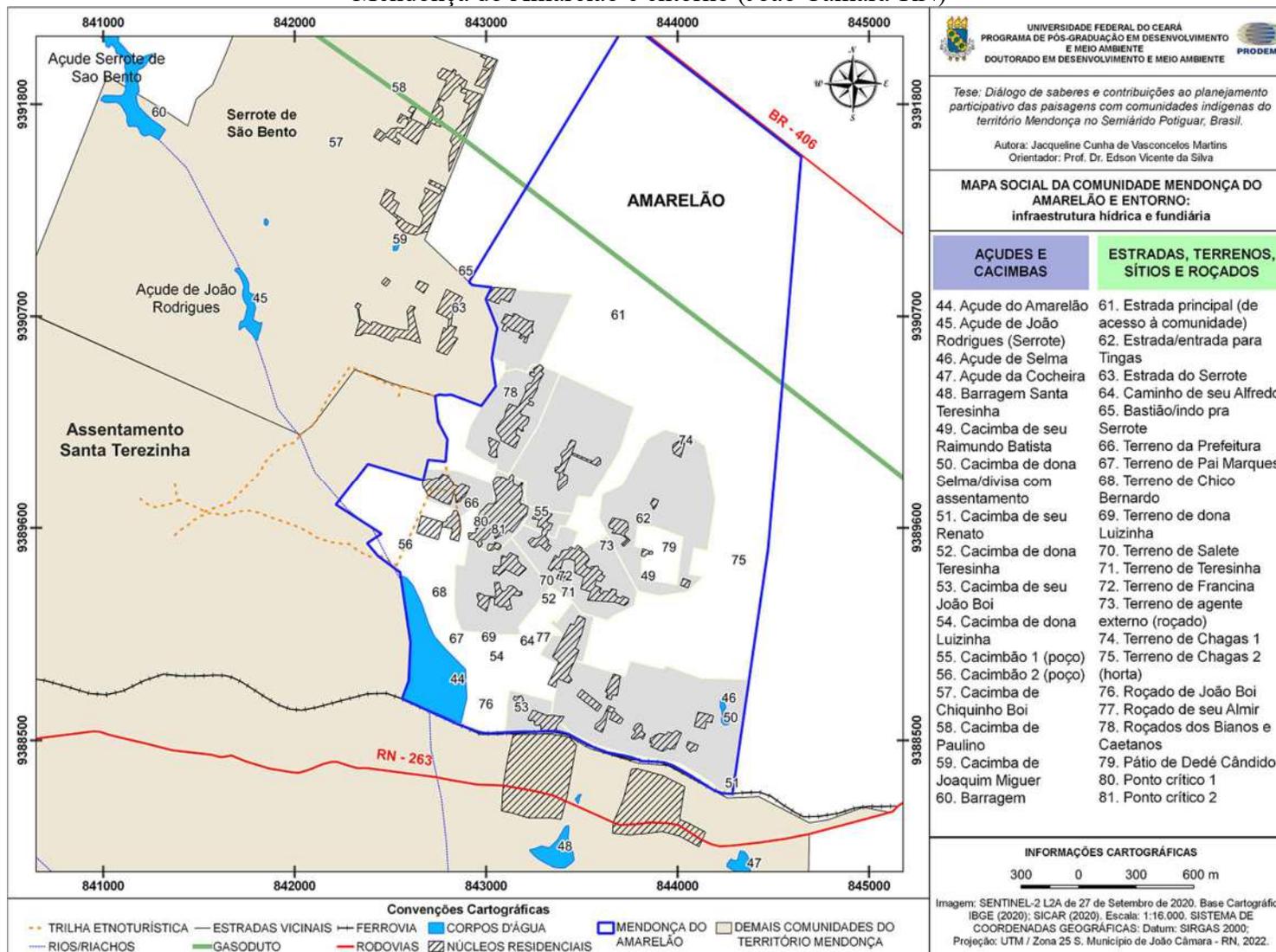
Segundo dados do censo comunitário local realizado pela ACA (2018), a comunidade tem um total de 966 pessoas, sendo 467 (48%) mulheres e 509 (52%) homens, conforme distribuição por setores familiares (TABELA 11). O censo previsto para 2020 ainda não foi realizado devido à pandemia de Covid-19.

**Tabela 11** – Dados populacionais da comunidade indígena Mendonça do Amarelão

Setores	Nº Famílias	Nº Pessoas
Caetanos	08	37
Bianos	39	155
Calangas	11	39
Gameleira	21	79
Alto dos Eleodórios	29	111
Associação	05	17
Centro	52	153
Brejeiros	11	33
Tingas	14	46
Margarida	21	70
Góis	12	37
Genésios	17	50
Igreja	08	27
Linha	17	47
Jocas	22	55
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>966</b>

Fonte: ACA (2018).

**Mapa 14** – Mapa Social Diagnóstico: infraestrutura hídrica e fundiária da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno (João Câmara-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo.

Foram mapeados corpos d'água (pontos 44-60) na área do Amarelão e entorno das comunidades Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha. O açude do Amarelão é considerado como o principal e é utilizado também para atividades de lazer e pesca (FIGURA 23).

**Figura 23** – Açude do Amarelão na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

Segundo a ACA, poucos desenvolvem a pesca (4,3%) e os locais citados para esta atividade são: Açude de João Rodrigues, Caiçara do Norte, Açude de Maria, Manequin, Retiro, Pedra D'água, e Açude do Amarelão. Sendo alguns destes na própria localidade ou entorno, conforme mapeamentos dos corpos hídricos.

A estrada principal de acesso à comunidade (ponto 61) pela BR-406 que liga João Câmara a Natal-RN (FIGURA 24) é o primeiro dos pontos agrupados na legenda como estradas, terrenos, sítios e roçados (ponto 61 a 79). No sentido oposto da BR 406, de João Câmara para Macau-RN, tem a placa indicando: “comunidade indígena Amarelão a 3km”. Na mesma foto verifica-se o parque eólico próximo.

**Figura 24** – Placa indicativa na BR 406 e estrada principal de acesso à Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)

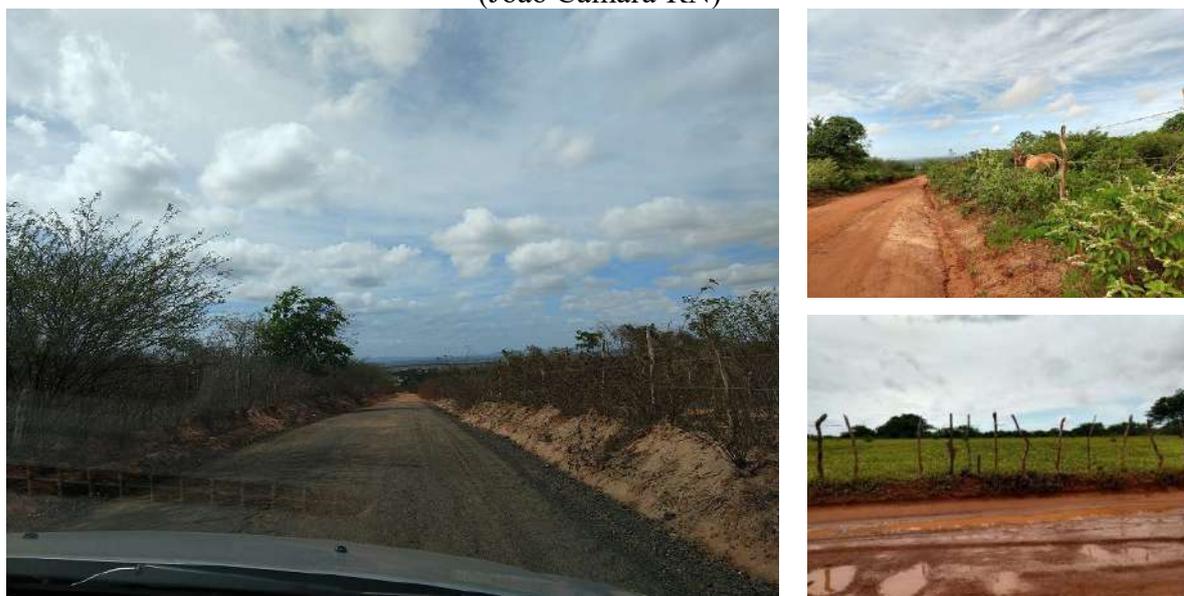


**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Na Figura 25 verifica-se a estrada de acesso antes (fev/2019) e depois da pavimentação no período da festa da castanha (ago/2019). Porém, com o período chuvoso na região e devido à qualidade do material utilizado, em parte do percurso o asfalto já estava comprometido no período de realização das oficinas sociais (dez/2019 e jan/2020).

Os pontos críticos, localizados respectivamente nos setores Alto dos Eleodórios e Centro, se referem aos “lixões” citados entre os problemas, no diagnóstico participativo.

**Figura 25** – Estrada principal de acesso à comunidade Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

O terreno da prefeitura (ponto 66), localizado também no setor Associação, foi citado como local onde pode vir a ser utilizado para construção de equipamentos sociais como

uma praça e academia. Na etapa de zoneamento propositivo, adaptada em caráter técnico-científico, demandas como estas serão consideradas.

#### ***6.4.2 Semáforo socioambiental e cultural: principais potencialidades, limitações e problemas***

Prevista no roteiro de planejamento das paisagens como fase obrigatória (RODRIGUEZ e SILVA, 2016) a etapa de diagnóstico possibilita o levantamento dos principais problemas, limitações e potencialidades locais e subsidia a construção do semáforo ambiental.

Portanto, na oficina de diagnóstico, conforme esclarecido na metodologia, foram formadas três equipes livremente por afinidades entre os integrantes para a confecção dos cartazes e estas preferiram eleger um representante para expor os dados levantados coletivamente. Em respeito a essa decisão, as narrativas refletem os debates de cada equipe, corroborados pelos demais participantes e foram extraídas também das entrevistas.

Considerada importante ferramenta na realização de diagnósticos participativos em comunidades, o direcionamento com a matriz FOFA possibilita a sistematização das percepções sobre as influências na sustentabilidade local, sendo válida para melhor planejar e direcionar as formas de atuação.

As “forças” ou fortalezas se referem às qualidades e habilidades internas e as “oportunidades” são aspectos externos que potencializam as forças internas, isto é, são considerados positivos para a comunidade as forças e oportunidades. As “fraquezas”, de origem interna e as “ameaças” externas são obstáculos ou atividades prejudiciais, ou seja, são os aspectos negativos ou desvantagens para a comunidade (HOFRICHETER, 2017; SEBRAE, 2017). As questões internas têm maior possibilidade de controle pela comunidade, enquanto as de origem externa requerem maior interação e parcerias com outras instituições, sejam governamentais ou da sociedade civil organizada.

Os problemas considerados de difícil solução e que causam transtornos, sintetizam as fraquezas internas e as ameaças externas; as limitações se referem à capacidade insuficiente, como exemplo as dificuldades de acesso a água potável; enquanto as potencialidades somam as forças internas e oportunidades externas e se referem à capacidade de realização.

Desse modo, os dados do diagnóstico participativo, juntamente às informações levantadas nas oficinas de mapeamento, subsidiam a elaboração do semáforo socioambiental e cultural. No Quadro 14 está descrita a síntese dos principais problemas, limitações e

potencialidades percebidos pelos representantes das comunidades do território indígena, com ênfase à realidade da comunidade Mendonça do Amarelão.

**Quadro 14 – Semáforo socioambiental e cultural: síntese do diagnóstico participativo**

<b>SEMÁFORO SOCIOAMBIENTAL E CULTURAL</b>	
<b>Aspectos: sociais, culturais, ambientais, econômicos e de infraestrutura</b>	
<b>Internos</b>	<b>Externos</b>
<b>PROBLEMAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Terra não demarcada</li> <li>▪ Carência de terras para cultivo: ex. setor Centro</li> <li>▪ Falta de água encanada; não ter poços perfurados</li> <li>▪ Bomba do poço (Serrote) sempre quebrada</li> <li>▪ Não ter representante da comunidade na Câmara Municipal</li> <li>▪ Estradas da comunidade: “ruins” e “péssimas”</li> <li>▪ Iluminação pública precária</li> <li>▪ Inexistência de Posto Policial</li> <li>▪ Não tem escolinha de esporte (ginásios) e praça com academia;</li> <li>▪ Oportunidades de trabalho escassas</li> <li>▪ Fumaça na produção de castanha: não uso de EPI</li> <li>▪ Gado solto nas vias públicas: riscos de acidentes</li> <li>▪ Saída da direção da Associação de liderança com forte atuação política</li> <li>▪ não ter plantio de cajueiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A terra não ser demarcada; falta terra para agricultura;</li> <li>▪ Água potável: dificuldades de acesso; não ter água encanada</li> <li>▪ Parques eólicos nos arredores da comunidade: desmatamentos e impactos sociais.</li> <li>▪ Pedreira: causa rachadura em casas; alta velocidade das caçambas</li> <li>▪ Preconceito com Mendonça em João Câmara</li> <li>▪ Dificuldade para se aposentar: críticas ao INSS</li> <li>▪ Alguns atravessadores dificultam a autonomia na venda da castanha</li> <li>▪ Risco de ficar sem a coleta de lixo (pessoas jogam resíduos ao relento); insetos; doenças</li> <li>▪ Ausência de oportunidades de trabalho</li> <li>▪ Promessas políticas apenas em período eleitoral</li> <li>▪ Posto de Saúde-SMS: saúde preventiva insuficiente; atendimento somente até as 13h; falta especialidades médicas</li> <li>▪ Falta de rondas e posto policial</li> </ul>
<b>LIMITAÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não produzir a própria castanha; necessidade de adquirir castanhas fora da comunidade</li> <li>▪ A relação família x escola: pessoas que querem tirar seus filhos para estudar na zona urbana</li> <li>▪ Falta de educação e consciência ambiental de alguns, por exemplo “lixo jogado ao relento”</li> <li>▪ Professores da comunidade</li> <li>▪ Açudes, cacimbas e cisternas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Repercussão negativa da situação da escola para o público externo</li> <li>▪ Projeção para plantio de cajueiro anão precoce via financiamento público</li> </ul>
<b>POTENCIALIDADES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Maior beneficiadora de castanha de caju de forma artesanal na região do Mato Grande</li> <li>▪ Festa da castanha, evento cultural anual</li> <li>▪ Associação comunitária: conquistas</li> <li>▪ Escola estadual: professores da comunidade; aulas para adultos; gera oportunidades de trabalho; a melhor do município em infraestrutura; 240 crianças e jovens não precisam sair da comunidade para estudar</li> <li>▪ Cursos de capacitação na Escola e Associação</li> <li>▪ Cisternas</li> <li>▪ Posto de saúde: atendimento de segunda a sexta</li> <li>▪ Parentesco próximo (família grande)</li> <li>▪ Comunidade rural do município com maior número de pessoas com nível superior; várias fazendo faculdade e mestrado</li> <li>▪ Coleta de lixo semanal pela prefeitura</li> <li>▪ Times de futebol locais competitivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Festa da castanha: visibilidade externa</li> <li>▪ Etnoturismo na comunidade</li> <li>▪ Ações da Associação e FUNAI</li> <li>▪ Financiamento para a agricultura/projeção para plantio de cajueiro anão precoce</li> <li>▪ Armazenamento de água de chuva</li> <li>▪ Escola: formação para adultos/cursos</li> <li>▪ Cursos e oficinas na associação/parcerias: reciclagem, educação ambiental, cuidados com o lixo</li> <li>▪ A comunidade faz circular dinheiro na cidade</li> <li>▪ Médico e dentista, enfermeira, pré-natal e vacinas</li> <li>▪ Buscar e atender a população com políticas públicas</li> <li>▪ Jogador da comunidade em times de fora</li> </ul>

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022), com dados no diagnóstico participativo.

Alguns aspectos são percebidos simultaneamente como de origem interna e externa, por exemplo, a não demarcação do território. São percebidos também concomitantes como problema e potencialidade ou limitação e potencialidade, na medida em que há possibilidade de superação, seja por prováveis soluções internas ou por políticas públicas a serem desenvolvidas, como é o caso da terra não demarcada. Aspectos considerados simultaneamente “força e fraqueza” ou “oportunidade e ameaça”, variam de acordo com as diferentes percepções.

A agenda mundial da ONU (2015) propõe “criar junto um caminho” para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Desse modo, os dados qualitativos sistematizados refletem as percepções da comunidade sobre aspectos sociais, ambientais, culturais, econômicos e de infraestrutura, além de questões específicas relacionadas aos serviços públicos como acesso à água, à saúde, à educação e à segurança. Todos esses aspectos estão diretamente relacionados às bandeiras de luta dos indígenas pelo direito à terra.

Na variável social foram evidenciados aspectos positivos relacionados à educação, saúde e organização política e comunitária. Percebida como grande potencialidade, a Associação Comunitária do Amarelão tem intermediado muitas conquistas locais, por exemplo a cozinha comunitária.

São destaque nas principais potencialidades locais as ações da ACA (FIGURA 26) juntamente com a FUNAI e outras parcerias, na realização de vários cursos de capacitação e oficinas, como cursos de reciclagem, de educação ambiental e cuidados com o lixo, entre outros.

**Figura 26** – Logotipo e sede da ACA, biblioteca e cozinha comunitárias



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).



Fonte: ACA (2019).

O logotipo da ACA reflete o símbolo da comunidade Mendonça do Amarelão, isto é, aspecto cultural de culto ao sol pelos antepassados, conforme já esclarecido. O símbolo que

melhor representa a comunidade Amarelão e o território Mendonça é o sol, mesmo a atividade da castanha tendo bastante representatividade local.

O símbolo que melhor representa nossa comunidade é o sol. O [termo] Amarelão sai de um ritual de culto ao Sol. Então, esse é o símbolo que mais representa a comunidade. (...) E a castanha começou a ser trabalhada na década de 70 [1970]. Então, é muito recente. (TMCS, 2021). Apesar de os próprios Mendonça quererem colocar a castanha em tudo, eu acho que é o sol. O nome da nossa comunidade faz referência ao sol (JCTS, 2021).

É principalmente por meio da ACA que as coisas acontecem na comunidade Mendonça do Amarelão e suas conquistas refletem positivamente nas demais comunidades do território Mendonça. A ACA dispõe de quatro departamentos: administrativo; gênero e geração; etnodesenvolvimento e cultura; educação e lazer.

Todavia, foi apontada uma limitação estrutural em relação às edificações, incluindo a sede da associação. Construídas em 1994, todas necessitam de reforma:

Tudo é velho, a fiação tá fora das normas da Cosern; telha, madeira, tudo é velho. O prédio da frente [da ACA], se for reformar é o valor de construir um prédio [novo]. O orçamento da reforma em torno de 45.000 reais em material, forma a mão de obra. Ele não cabe mais as nossas reuniões, ainda mais nesse momento de distanciamento [social, um dos reflexos da pandemia de Covid-19]. (...) as reuniões dão em torno de 150 pessoas – representantes familiares associados. A maioria é de mulheres, 90% participa. E algumas levam criança. Então, dá em torno de 200 pessoas (TMCS, 2021).

No pátio da ACA (FIGURA 27) é o local de realização da feira semanal e a anual festa da castanha.

**Figura 27** – Preparativos para a feira semanal no pátio da ACA



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

No Quadro 15 consta a ACA e as demais associações comunitárias do território Mendonça que organizam o movimento indígena local. No caso específico do Assentamento Marajó existem duas associações, sendo a primeira criada na fundação do assentamento com critério orientado pelo INCRA. No caso de Açucena, as famílias criaram a associação quando elaboraram proposta para o branco do Nordeste, visando ao financiamento para a aquisição da área. A associação não é indígena, mas tem contribuído com a articulação do movimento (MENDONÇA e SILVA, 2020).

**Quadro 15 - Associações comunitárias do território Mendonça**

Associação	Comunidade	Fundação
Associação Comunitária do Amarelão	Amarelão	21.05.1994
Associação Proativa da comunidade Açucena	Açucena	2005
Associação Comunitária Indígena do Serrote de São Bento	Serrote de São Bento	05.02.2015
Associação Comunitária do Assentamento Santa Terezinha	Assentamento Santa Terezinha	09.09.2016
Associação Indígena de Marajó	Assentamento Marajó	07.02.2018
Associação Comunitária de Cachoeira	Cachoeira	05.11.2018

**Fonte:** adaptado de Mendonça e Silva (2020, p.14)

O Fórum de Lideranças Mendonça, criado em out/2016, “é mais uma forma de unir a luta”. Cada associação faz reunião mensal e as reuniões ordinárias do fórum ocorrem a cada dois meses para debater sobre as questões locais. “Como é um território só, geralmente as demandas são muito interligadas, principalmente na questão água”, mas “se acontecer alguma coisa mais grave nas comunidades”, são realizadas reuniões extraordinárias. Sobre as principais atuações, conquistas e demandas, TMCS (2021) esclarece que “no fórum se trata estratégias de resolutividade dessas demandas, desses problemas sociais. O que não quer dizer que as comunidades não atuam por si. Elas não dependem do fórum”. E acrescenta:

(...) Inclusive, na última semana de novembro vai acontecer a I Assembleia Indígena Mendonça<sup>39</sup>. (...) Vai acontecer uma formação sobre toda luta política do povo Mendonça, até o ano atual, 2021. Então, toda luta do povo Mendonça, antes de se constituir um movimento indígena aqui no Estado, que foi no início do ano 2000, que teve uma luta enorme por terra, por acesso à água, onde não tinha essa questão de ser respeitada essa etnicidade. Tinha toda uma violência em torno da identidade étnica do povo Mendonça. Ainda tem hoje, mas nessa época foi muito maior.

(...) Então, nós [lideranças] fazemos o papel de mediador. Nós levamos as demandas da comunidade pra onde é de responsabilidade governamental. E tentamos também articular parceiros pra resolver esses problemas. Tem um problema de água; uma reunião com o governo do Estado, uma reunião com o governo federal pra liberar uma formação de professores indígenas. É uma questão de estrutura, de habitação, de estrada. Nós pleiteamos, nós levamos as demandas das comunidades até o órgão

<sup>39</sup> No Anexo 4 consta o ofício que recebi do FLM com o convite para participar da I AIM.

público, seja através de um documento, seja através de uma reunião, seja através de um protesto, de um fechamento de BR, no ATL que é em Brasília.

(...) Por exemplo, nós participamos de conselhos municipais: da educação, de direitos da criança e do adolescente, de saúde, Fundeb. Participamos de conselhos em nível estadual, de segurança alimentar e nutricional, educação e saúde também, comitê da secretaria de saúde.

Participamos desses espaços a nível federal. Por exemplo, dona [MICS] foi por muito tempo conselheira do Conselho Nacional de cultura e outros espaços.

(...) Nós temos o papel de entender essa linguagem burocrática, governamental e trazer isso pra comunidade de uma forma que a comunidade entenda. Por isso, eu disse que nós não somos mais que mediadores.

A liderança faz crítica à linguagem extremamente técnica utilizada, tanto nos espaços governamentais como em outros espaços da sociedade civil, tornando necessária a “tradução” para a comunidade.

A gente tem também esse papel de trazer essas informações numa linguagem que a comunidade entenda. Porque no Brasil a gente tem uma linguagem que é falada e a gente tem a linguagem escrita. Tem uma *expertise* do poder público que faz como boa parte dos representantes da sociedade civil e quando a gente fala da sociedade civil mesmo, da base, não de sindicatos. E tem uma *expertise* ali dentro daquelas instituições governamentais que quem tá vindo de fora não entende.

Eu digo com conhecimento de causa. Eu pego um assento numa reunião com o MEC [Ministério da Educação], numa reunião com a previdência social. Por exemplo, a gente teve uma reunião com o Ministério da previdência social em 2019 lá em Brasília e metade do que o cara falava, a gente não sabia o que ele tava falando. Muita sigla, muita alteração na legislação que a gente não conhecia. A gente tinha que ir atrás das informações e trazer pra comunidade de uma forma que a comunidade entenda (TMCS, 2021).

A percepção crítica da liderança nos remete ao que o educador brasileiro Vito Giannotti (2004, p.122), no seu livro *Muralhas da linguagem*, coloca como componentes do poder, as diferentes linguagens – “da casa grande e da senzala”. O autor ilustra como grande muralha à comunicação o *intelectualês* e cita alguns exemplos como o *economês*, o *juridiquês*, o *mediquês* e o *polítiquês*.

Giannotti também diferencia o português do *academiquês*, sendo aqueles dois primeiros os “filhos prediletos do *intelectualês* (...) gozando com a cara do povo”. Para ele: “No rio da comunicação, também, há várias muralhas. O *peixe-humano* tem que enfrentar várias barragens, vários obstáculos, para chegar à compreensão de um texto ou de uma fala” (GIANNOTTI, 2004, p.97).

Existem ainda as diferenças de percepções e de interesses entre os movimentos sociais e os sindicatos. A liderança faz críticas também às organizações de classes e aponta que os objetivos convergem, mas os saberes e as ações têm diferenças significativas.

Hoje eu vejo a história do sindicato lá atrás, na redemocratização e outros momentos importantes da História do Brasil. Como sociedade civil eu não vejo mais tanto hoje. (...) Eu acompanhei nos atos de setembro [2021] uma reunião virtual com os sindicatos, não vou citar, eu achei ridículo, os sindicatos têm condição de fechar Natal, de fechar Mossoró, assim como tem em todo território nacional. (...) Essas pessoas têm a *expertise* do conhecimento da política, do conhecimento da ação, do conhecimento da legislação, mas não têm o conhecimento de causa. Por exemplo, era ‘muito confortável’ pra mim, falar de um problema de água no Amarelão se eu morasse em João Câmara [na zona urbana], em Natal ou em qualquer outro lugar que eu tivesse água encanada. Mas eu estou falando do Amarelão, eu também fico sem água, eu sei o que as famílias sentem (TMCS, 2021).

Trabalhar as diferenças que se sobressaem nas relações entre os movimentos sociais, nesse caso o indígena e o movimento sindical, é um desafio que está posto na unificação das lutas. O que nos leva à pedagogia da esperança de Paulo Freire (2009, p.78), que apresenta a perspectiva de que "quanto mais as chamadas minorias se assumam como tais e se fechem umas às outras, tanto melhor dorme a única minoria, a classe dominante". Na sua reflexão sobre minorias, Freire afirma: “o caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical”. Portanto, o posicionamento da liderança demonstra dificuldades enfrentadas pelo movimento indígena, que não se limitam às organizações governamentais.

Retomando sobre as potencialidades locais, conforme percepções dos representantes indígenas, a atividade econômica com maior expressividade é o beneficiamento artesanal da castanha de caju – “o trabalho com a castanha”, percebido como uma grande força local, uma vez que é a principal fonte de trabalho e geração de renda para muitas famílias dentro da própria comunidade.

Segundo dados da ACA (2018), 173 famílias do Amarelão trabalham com o beneficiamento da castanha representando 67,8%. Quanto a origem das amêndoas, apenas 9 famílias dispõem da própria castanha (5,1%), enquanto a maioria adquire com atravessador local (92,7%) ou atravessador não indígena (2,3%). Em entrevista, um representante do Amarelão esclareceu:

A gente estima que 70% das famílias trabalham diretamente com a castanha, de onde tira seu sustento. Mas esses 70% também tem uma agricultura familiar, uma criação de galinha no fundo do quintal, uma acerola, uma goiaba, uma hortaliça. mas o foco mesmo é o beneficiamento castanha na comunidade.

Os outros [30% estimados] são aposentados. Na maioria das vezes têm aposentados que ainda trabalha com a sua castanha pra fazer um complemento na sua renda. Também tem os contratados da prefeitura; tem trabalhadores que trabalham nessa eólica, também trabalham fora. Esses aí ficam nesse pequeno montante de 30%, [alguns] são trabalhadores públicos ou aposentados (JCTS, 2021).

A tecnologia para o processamento das castanhas de caju é artesanal, em unidades familiares e com uso de técnicas consideradas rudimentares, conforme fluxograma na Figura 28. O trabalho que requer maior esforço físico, com frequência fica a cargo dos homens, que vai desde o manejo das sacas até a queima no caco<sup>40</sup>. Sobre a participação das mulheres no trabalho com a castanha, acrescentou: “Todas essas mulheres dos 70% que trabalham com a castanha, na maioria das vezes elas não trabalham assando, mas trabalham quebrando, despelandando e algumas também trabalham assando. 70% trabalham com o beneficiamento da castanha” (JCTS, 2021).

**Figura 28** – Fluxograma das etapas do beneficiamento artesanal da castanha de caju nas comunidades indígenas do território Mendonça



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

As etapas da quebra da casca em diante, frequentemente, são realizadas pelas mulheres e eventualmente por jovens:

Na maioria das vezes elas [as mulheres] não trabalham assando, mas trabalham quebrando, despelandando. Algumas também trabalham assando. Setenta por cento trabalham com o beneficiamento da castanha. O beneficiamento é desde colocar a castanha pra levar um sol, pra ficar melhor de assar, da escolha da castanha ainda *in natura* pra não assar as pequenas misturadas com as grandes, porque pode queimar as pequenas e aí sai muito pedaço. Tem todo esse processo de beneficiamento, não é só chegar e jogar dentro do caco, assar e quebrar e tirar a pele (JCTS, 2021).

<sup>40</sup> **Caco:** “equipamentos feito pelas próprias famílias da comunidade, a partir da reutilização de um tambor de alumínio ou ferro, onde ele é rolado ao meio e aberto pequenos furos ou buracos para que a castanha ao ser aquecida com o calor do fogo, libere o seu óleo o LCC (líquido da castanha do caju) que por ser inflamável, ao ser aquecido passa a alimentar o fogo, fora e dentro do caco torrando a castanha. Para garantir a uniformidade das castanhas no caco, ou seja, para que todas as castanhas assem por igual, o torrador faz uso de uma vara, onde mantem-se mexendo constantemente as castanhas no caco visando à uniformidade. Essa vara usada no processo tem de 1,6 a 1,8m de comprimento” (AVÁ ARANDÚ, 2017, p. 62).

Na comunidade indígena Ticuna Bom Caminho, em Benjamin Constant-AM, Falcão (2015) estudou especificamente a relação das mulheres artesãs com o recurso natural da arumã, planta herbácea cujas fibras são utilizadas para confeccionar vários produtos do artesanato indígena. O autor identificou que a fonte de renda e a união entre as mulheres se destacam entre as forças internas.

Guerra (2007) e *Avá Arandú* (2017) destacam a importância do beneficiamento da castanha como principal fonte de renda da comunidade Mendonça do Amarelão e, por isso toda a família participa do processo. Todavia, a atividade não se limita à comunidade do Amarelão, é desenvolvida também pelas demais comunidades que compõem o território Mendonça:

A comunidade Cachoeira, localizada no território Mendonça, geograficamente tá dentro do município de Jardim de Angicos. Assentamento Santa Terezinha, Amarelão, Serrote de São Bento, Açucena, Marajó, essas trabalham com o beneficiamento da castanha, todas elas. E a porcentagem é nessa média de 70 a 80% das famílias (JCTS, 2021).

Na Figura 29, consta o fluxograma da cadeia produtiva da castanha de caju, processada no Amarelão. A atividade que é a maior fonte de renda da comunidade, poderia gerar uma receita bem mais expressiva, caso houvesse maior autonomia na obtenção das amêndoas e na comercialização.

**Figura 29** – Fluxograma atual da cadeia produtiva da castanha de caju nas comunidades indígenas do território Mendonça



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022)

A atual dependência de intermediários faz com que a maior parte da lucratividade fique fora do alcance das famílias indígenas. Conforme Nunes et al (2018), os atravessadores impõem seus preços para os beneficiadores e, sem arcar com despesas trabalhistas, ficam com a maior parte da renda e com o risco mínimo de prejuízo na atividade. Por sua vez, os beneficiadores de amêndoas, participam das etapas da cadeia com a maior demanda de trabalho, maiores reflexos socioambientais e menor rendimento financeiro.

Além disso, não haver pomares de cajueiro na comunidade Amarelão é outro fator que reforça essa dependência, uma vez que as amêndoas são obtidas fora da comunidade. Portanto, já nesta etapa o processo se dá com a intervenção de atravessadores, gerando um ciclo de dependência.

Foi citada a possibilidade de plantio de pomares de cajueiros do tipo anão precoce, o que reduziria ou acabaria com a necessidade de comprar castanhas fora da comunidade e ainda aumentaria a participação das famílias na cadeia produtiva da amêndoa e de seus derivados. Conforme esclarecido, apenas quatro pessoas tiveram projeto de financiamento para o plantio de cajueiro anão precoce aprovado pelo Banco do Nordeste. Contudo, a ampliação de pomares esbarra tanto na disponibilidade de terras quanto na limitação hídrica da região.

A atividade com a castanha é realizada nas próprias residências, conforme ilustrações na Figura 30, tornando possível a participação das mulheres: “os locais de beneficiamento são barracas construídas nos quintais das casas, principalmente pelo fato de possibilitar às mulheres conciliar o trabalho com as atividades domésticas e cuidados com os filhos” (MARTINS et al., 2021, p.21).

Foi reforçada a afirmação de que a comunidade do Amarelão é a maior beneficiadora de caju de forma artesanal no Estado:

A maior beneficiadora de caju de forma artesanal no RN, o Amarelão. Isso é uma força porque antes desse beneficiamento de castanha na comunidade, nossos avós, nossos pais eles eram pedintes e trabalhavam alugados a fazendeiros da região. Quando chegou a castanha, a gente deixou de sair da comunidade pra buscar o sustento e ficou trabalhando dentro da comunidade mesmo (JCTS, 2019).

A fala expressa mudança positiva significativa no modo de vida local. Martins et al. (2021, p.21) também destacam que:

através desta atividade familiar, a comunidade passou à autossustentação como forma de permanecer em seu território. É uma atividade regida pelo forte sentimento de pertença do grupo e de sua relação com a terra. Além de alternativa de sobrevivência, é uma forma de garantia da permanência da família no seu lugar de origem.

**Figura 30** – Unidades familiares de beneficiamento artesanal da castanha de caju e processo de secagem. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2016, 2017, 2019).

A própria casca da castanha é utilizada como fonte de energia na etapa de torragem ou “queima” da amêndoa e o destino dado ao resíduo, à “cinza”, é o descarte:

A casca tem um óleo, quando coloca a casca no fogo, parece que tá colocando gasolina ou querosene. Aí tem aquela chama. Usa ela [a casca da castanha] como combustível. Durante períodos que faz muito vento aqui, aquela casca vai embora ligeiro. É combustível, né? Vai embora ligeiro. Então, se usa também uma madeira, pedaço de estaca velho, uma lenha qualquer e coloca ali no fogo. E não é várias madeiras, é apenas uma, coloca na casca só pra ir pegando o fogo, pra não se acabar muito rápido. Só com a casca aí fica sem combustível pra torrar a castanha. Então, usa menos casca, colocando uma estaca velha, um pedaço de madeira no fogo. A cinza é comum descartar mesmo

(...) Não utiliza a cinza dela pra muita coisa, não. Agora, a casca é utilizada toda pra fazer combustível pra assar a própria castanha.

(...) A castanha xoxa<sup>41</sup> é utilizada também pra queima. Essa castanha xoxa que era vendida a um preço bem abaixo [entre R\$ 0,10 e 0,30 por 1.000 kg], como não tinha serventia, aí o pessoal começou a queimar como combustível (JCTS, 2021).

Em relação às fontes de renda das famílias, algumas vivem com menos de um salário mínimo (51,4%), um salário mínimo (30,6%) e até dois salários (14,1%). Algumas com

<sup>41</sup> castanhas “xoxas”, são aquelas que não têm amêndoa.

renda de três salários e uma minoria afirma receber acima de 3 salários, mas não foram especificados os respectivos percentuais. Outra fonte de renda importante é o acesso ao programa social Bolsa Família<sup>42</sup> por 171 famílias, representando 67,1%, enquanto outras 84 famílias (32,9%) não tem acesso ao benefício (ACA, 2018).

Um aspecto positivo é em relação às oportunidades de trabalho na própria comunidade:

Na comunidade a gente tem pedreiro, a gente tem eletricista, servente [...] se a gente precisar de um eletricista, a gente vai encontrar na nossa comunidade. Quem valoriza os da comunidade não vai buscar em João Câmara. Veio a escola pra cá. Quando a empresa começou a chegar com as máquinas, tinha nem começado os trabalhos ainda, [uma liderança] conversou com o responsável da empresa e disse [...] a gente tem um monte de gente que pode trabalhar e pediu que priorizasse a comunidade. Então, só essas questões específicas [mão de obra especializada] foi que trouxeram de fora, mas contrataram muita gente da comunidade (TMCS, 2019).

Sobre as principais atividades de trabalho e renda não agrícola na própria localidade ou desempenhadas externamente por pessoas da comunidade, foi reforçado que mesmo quem tem outras atividades, de um modo geral sempre trabalha com a castanha:

Pouquíssimas pessoas estão fora da comunidade, que trabalham nessa eólica. Alguns trabalham como pedreiro, mas não são dez pessoas. Alguns trabalham fazendo faxina em Natal. (...) Essas pessoas que trabalham fora, quando voltam, voltam [retomam] pra castanha também. Quando saem desses contratos temporários. (...) Dentro da comunidade [tem] quem trabalha de pedreiro quando tem aquela casa pra fazer, a casa de um casal novo que vai se casar, mas quando não tem, aí volta pra castanha. Alguém faz o serviço de solda, uma borracharia, um lava-jato, uma pequena oficina de moto, de carro. (...) Tem marceneiro, tem pessoas que fazem caco de torrar a castanha, mas não tem quem faça só aquilo ali. Mas essas pessoas trabalham com a castanha. E são complemento [essas outras atividades]. O trabalho está ligado com a castanha (JCTS, 2021).

Desse pequeno número de pessoas que trabalham fora da comunidade são mais homens com baixo grau de instrução e predominantemente na construção civil (MARTINS et al., 2021).

Em referência à participação das pessoas da comunidade na economia da cidade, uma liderança mencionou: “a questão do dinheiro que circula dos Mendonça, na feira livre de João Câmara e nos comércios do centro – Mendonça é quem mais consome em João Câmara.

---

<sup>42</sup> Em agosto de 2021 foi alterado o nome do programa para Auxílio Brasil, através da Medida Provisória nº 1.061/2021.

Se hoje a gente dissesse assim, ‘vamos apartar o Amarelão’, os comerciantes de João Câmara iam falir amanhã. Porque quem mantém aquilo ali é a gente!’ (TMCS).

Na Figura 31, consta o registro aéreo da festa da castanha no dia 31 de agosto de 2019, que realizamos com drone cedido pela UFERSA. As imagens feitas (sem edição/cortes) foram repassadas às lideranças locais do Amarelão<sup>43</sup>.

**Figura 31** – Imagens aéreas da 7ª Festa da Castanha 2019 na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

<sup>43</sup> Disponibilizei para as lideranças do Amarelão/ACA as imagens feitas com o *drone* da UFERSA durante a festa da castanha, dia 31.08.2019. Algumas dessas imagens estão expostas na página da UFRN sobre os povos indígenas do Rio Grande do Norte, criada em junho de 2020, no período da pandemia de Covid-19.

Relacionada à principal atividade produtiva e também considerada potencialidade tanto interna quanto externa, foi destacada a festa da castanha. Realizada anualmente pela ACA e com o apoio de parceiros, acontece sempre no último sábado do mês de agosto. É um momento de maior visibilidade e fortalecimento etnocultural, pois atrai visitantes da região, de outros estados e até mesmo de outros países.

A Festa da castanha acontece no setor residencial Associação, onde se pode verificar a sede da ACA (à direita), a biblioteca (à esquerda) e a cozinha comunitária (ao fundo). Para a realização da festa é montado um palco de apresentações (ao lado da cozinha comunitária), além dos estandes para exposição e comercialização dos produtos locais.

Com o objetivo de reafirmar a cultura dos seus antepassados as crianças aprendem o Toré, dança tradicional indígena (SILVA, 2017) apresentada tanto na festa da castanha como nas recepções a grupos escolares e de universitários, entre outros. Oliveira (2013) destaca o Toré como expressão política e demarcação identitária.

Na Figura 32, consta a imagem aérea da apresentação do Toré durante a Festa da Castanha 2019.

**Figura 32** – Aspectos culturais locais: vista aérea da apresentação da dança do Toré na Festa da Castanha 2019. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

A festa foi iniciada na década de 1990 como atividade de lazer para a comunidade. Passou um tempo sem acontecer e foi retomada a tradição em 2012 pela coordenação da ACA

juntamente à comunidade, com o objetivo de “valorizar o trabalho desenvolvido na comunidade pelo fortalecimento da cadeia produtiva da castanha, promover o escoamento dos produtos locais e dar, assim, maior visibilidade e fortalecimento à identidade etnocultural dos Mendonças do Amarelão” (MARTINS, et. al, 2021, p.24).

Bastante diversificado, o evento tem “exposição de fotos e palestras sobre o povo indígena Mendonça do Amarelão e o processo de beneficiamento da castanha de caju”, apresentações da “banda de flauta e a orquestra Irmã Terezinha Galles, formada por crianças e jovens indígenas (...), apresentações artísticas teatrais e de grupos musicais”. Além de brincadeiras, jogos e o almoço comunitário (MARTINS, et al., 2021, p.24). Na Figura 33, exposição fotográfica sobre aspectos socioculturais e econômicos da comunidade.

**Figura 33** – Exposição fotográfica sobre aspectos socioculturais na 7ª Festa da Castanha 2019. Comunidade indígena Mendonça do Amarelão



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

No evento são comercializados artesanatos indígenas (FIGURA 34) e produtos da culinária local como a própria amêndoa e diversos dos seus subprodutos.

**Figura 34** – Exposição do artesanato local para grupos de visitantes



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2017).

A Festa da Castanha é uma excelente oportunidade para conhecer, desmistificar e valorizar aspectos da cultura local. Na Figura 35, constam os cartazes com a programação da Festa da castanha, edições de 2018 e 2019<sup>44</sup>. Porém, devido à pandemia de Covid-19 não foi possível realizar as edições de 2020 e 2021.

**Figura 35** – Cartazes da Festa da Castanha na comunidade indígena Mendonça do Amarelão, edições 2018 e 2019



Fonte: ACA (2019).

Com o cenário pandêmico desde meados de março de 2020 e o necessário isolamento social, algumas famílias que têm esta atividade produtiva como fonte principal de

<sup>44</sup> Tive a oportunidade de participar entre os parceiros/apoiadores das edições 2018 e 2019 da Festa da Castanha, conforme consta meu nome nos cartazes.

renda enfrentaram dificuldades em adquirir e comercializar a castanha. Por isso, foram desenvolvidas campanhas temporárias de ajuda às famílias no início da pandemia, bem como o acesso ao auxílio emergencial temporário do governo federal por parte delas. A seguir, reprodução de trecho do texto da campanha para arrecadação de alimentos em prol das famílias que trabalham com a castanha, realizada por meio da ACA em março 2020:

Pedido de Ajuda da comunidade indígena Amarelão.

(...) A nossa comunidade tem aproximadamente 340 famílias, 1.100 pessoas. Tem aposentados, funcionários públicos, empregados. Mas, 156 famílias tiram seu sustento exclusivamente do beneficiamento da castanha de caju. Essa castanha chega na comunidade in natura (vinda de Serra do Mel-RN, Ceará e Piauí), é beneficiada pelas famílias indígenas e comercializada em Natal (no Alecrim, Centro Administrativo, nas praias), na Paraíba e em Pernambuco. Com a pandemia do Corona vírus essa semana as famílias não conseguiram mais comercializar a castanha, já tem um alerta que provavelmente a castanha in natura não vai chegar na comunidade em quantidade suficiente por pelo menos 30 dias. A situação é desesperadora!!! Além do risco de contrair o vírus, as famílias indígenas do Amarelão não têm como conseguir alimentos. Tem aproximadamente 250 crianças de 0 a 12 anos na comunidade. Estamos fazendo uma campanha para arrecadar alimentos!!! Para conseguir alimentar essas 156 famílias por 2 meses (o que o Estado vem alertando que será o colapso da contaminação em abril e maio). Precisamos arrecadar 1.248 cestas de alimentos (de 30kg), 37.440 kg de alimentos. Pedimos a colaboração de quem puder ajudar!!! Precisamos de alimentos não perecíveis, leite, material de limpeza e higiene pessoal! Para distribuir durante, pelo menos 8 semanas para 156 famílias.

Sobre os principais impactos da pandemia do coronavírus especificamente na atividade da castanha e as alternativas adotadas, um representante da ACA descreveu o cenário crítico na fonte de renda das famílias e as saídas emergenciais preventivas como as campanhas de arrecadação de alimentos. Falou também sobre a demora de atuação do poder público:

Foi muito afetada a comunidade no início da pandemia. Quando fechou o mercado, acabou a renda na comunidade. Tinha famílias que quebravam quatro sacos de castanha, passaram a quebrar um, outras nenhum, dependendo do atravessador. Dependendo da quantidade de castanha que já tinha estocada eles pararam, porque a castanha tem um prazo de validade. Se demorar muito vai mofar, vai ficar estragada, vai murchar. Ela *in natura* tem uma durabilidade bem longa.

(...) Como já falei mais de 70% das famílias trabalham com o beneficiamento da castanha. Quando a pandemia começou a afetar o Nordeste, que veio a primeira onda, que começou a ter *lockdown*, fechar os comércios. Então, a maior parte das castanhas daqui sai para o mercado de Recife e aí foi fechado o mercado do Recife. A gente viu na televisão que ia fechar o mercado de Recife, João Pessoa e a gente já pensou que ia ter um problema socioeconômico na comunidade, porque a comunidade vive basicamente do beneficiamento da castanha, é a maior fonte de renda. Então, já começamos a pensar numa campanha de arrecadação de cesta básica pras famílias que possivelmente seriam afetadas com esse fechamento do mercado nessas cidades e estados pra onde a castanha era escoada.

Parece que a gente tava adivinhando. A gente fez a campanha e não demorou muito, quando o mercado fechou, a castanha toda beneficiada, ficou sem mercado. Teve atravessadores aqui na comunidade que tinha 500 quilos de castanha e não tinha mercado. E aí já começaram a parar o beneficiamento. Então, tinha famílias que não

torravam mais castanha. Se não torravam, não tinham o dinheiro de fazer sua feira no final de semana. E começou essa crise econômica na comunidade, mas a gente já tinha iniciado a campanha e conseguimos fazer com as famílias afetadas, que ficaram em situação extremamente vulnerável de falta de alimentos (JCTS, 2021).

A narrativa expõe ainda a vulnerabilidade das famílias em relação às políticas públicas emergenciais nesse contexto pandêmico:

A gente conseguiu entregar cestas básicas, por semana. Tinha semana que a gente entregava cem, ou cento e cinquenta e fomos conseguindo até se restabelecer o comércio, voltar a abrir de forma híbrida, num certo horário. Foi como a gente conseguiu, mas o governo, em todas as esferas, demorou a chegar, demorou a atuar nas comunidades. Falo da comunidade Amarelão, mas acredito que as outras também, porque nós somos um território. Demorou a chegar cestas básicas do governo do Estado, do governo Federal. Demorou a chegar álcool em gel, máscara. Então, isso tudo foi através de campanhas, que a gente conseguiu arrecadar e suprir as necessidades da comunidade, através da Associação Comunitária do Amarelão, como sempre, a organização social da nossa comunidade, tomando a frente e procurando melhorias pra comunidade (JCTS, 2021).

Quanto ao acesso ao auxílio emergencial do governo federal pelas famílias, o papel das lideranças por meio da ACA foi fundamental: “depois veio o auxílio emergencial, outra dificuldade, pra acessar tinha que ter conta em internet. A gente conseguiu cadastrar aquelas pessoas mais necessitadas das comunidades e eles conseguiram acessar” (JCTS, 2021). Embora tenha sido um auxílio fundamental, a exposição para receber o recurso se tornou uma situação agravante do cenário pandêmico na comunidade, expressa na percepção crítica:

Eu vi aquele auxílio emergencial como uma crise sanitária também, porque a partir daquele auxílio emergencial foi que começou a aumentar os casos de Covid aqui na comunidade e no município. Porque eram filas quilométricas no sol, na chuva, pra sacar apenas na caixa econômica [banco público] que tem no município de João Câmara, que é a capital do Mato Grande e atende várias cidades vizinhas. Todas aquelas pessoas vinham acessar o auxílio emergencial ali. Aí formavam filas quilométricas pra receber, cadastrar, era uma bagunça grande. Foi ali que disseminou muito o vírus do Covid e começou a atingir a nossa comunidade. E a gente precisava do recurso, tinha que tá se arriscando ali naquelas filas.

Isso é um desgoverno, uma falha do governo federal que poderia ter feito de uma outra forma, através do Bolsa Família ou mais bancos, quem tivesse sua conta, já caía na conta e não ter que cadastrar. Eu tenho essa crítica ao governo federal, desse auxílio emergencial, mas a gente sabe o desgoverno que temos. É isso, a gente tem que lutar! Foi através desse auxílio, eu não tenho nenhuma pesquisa, mas foi notório que a partir dessas filas quilométricas, e ainda era pra cadastrar, não era pra ir no caixa receber ainda. Também [a prefeitura] de João Câmara, vendo aquilo, arranjou uma solução que foi tirar o pessoal do sol, da chuva e fez um ponto de apoio em um dos ginásios da cidade. E o pessoal passou a ficar sentado no ginásio, enquanto aguardava sua vez cadastrar nesse auxílio emergencial (JCST, 2021).

Ao mesmo tempo em que o auxílio era necessário, as condições precárias de acesso aumentavam a vulnerabilidade das pessoas de serem contaminadas pelo coronavírus,

propiciando a propagação do vírus na comunidade, em especial nos meses que antecederam à vacinação da população.

Retomando as percepções sobre os aspectos positivos, uma grande potencialidade local é a trilha etnoturística com acesso a alguns dos pontos de memória social, conforme destaques na carta-imagem<sup>45</sup> (MAPA 15). Locais que podem ser visitados na trilha: a pedra do tanque (1), um lajedado com fendas naturalmente formadas e utilizado como espaço de lazer; a pedra das letras (2), com registro de escritas rupestres dos primeiros povos que habitaram a região; a pedra do sino (3), que ao bater na mesma com uma pedra ecoa um som semelhante ao de sino; e a árvore gameleira (4) com mais de dois séculos, de extensa e vistosa copa, é o local antigo da feira da comunidade para troca de produtos da pesca, caça e agricultura.

A potencialidade etnoturística é reconhecida na Lei Orgânica de João Câmara (PMJC, 2015). No capítulo sobre Turismo, Art. 150, estabelece que “o Município desenvolverá ações visando o desenvolvimento do Turismo, observando o respeito ao meio ambiente e dando ênfase à implantação de projetos”. A Lei enfatiza no inciso III “que prestigiem a cultura local, com ênfase para o artesanato, a música e a literatura” e no inciso IV “que dinamizem as potencialidades das inscrições rupestres existentes na comunidade do Amarelão”.

A trilha é uma oportunidade de divulgação e fortalecimento da cultura local, também de geração de renda, embora seja cobrada taxa simbólica. Conforme levantamento feito nesta pesquisa, a trilha tem aproximadamente 4,7 km de extensão.

Na Figura 36, caminhada guiada por pessoas da própria comunidade.

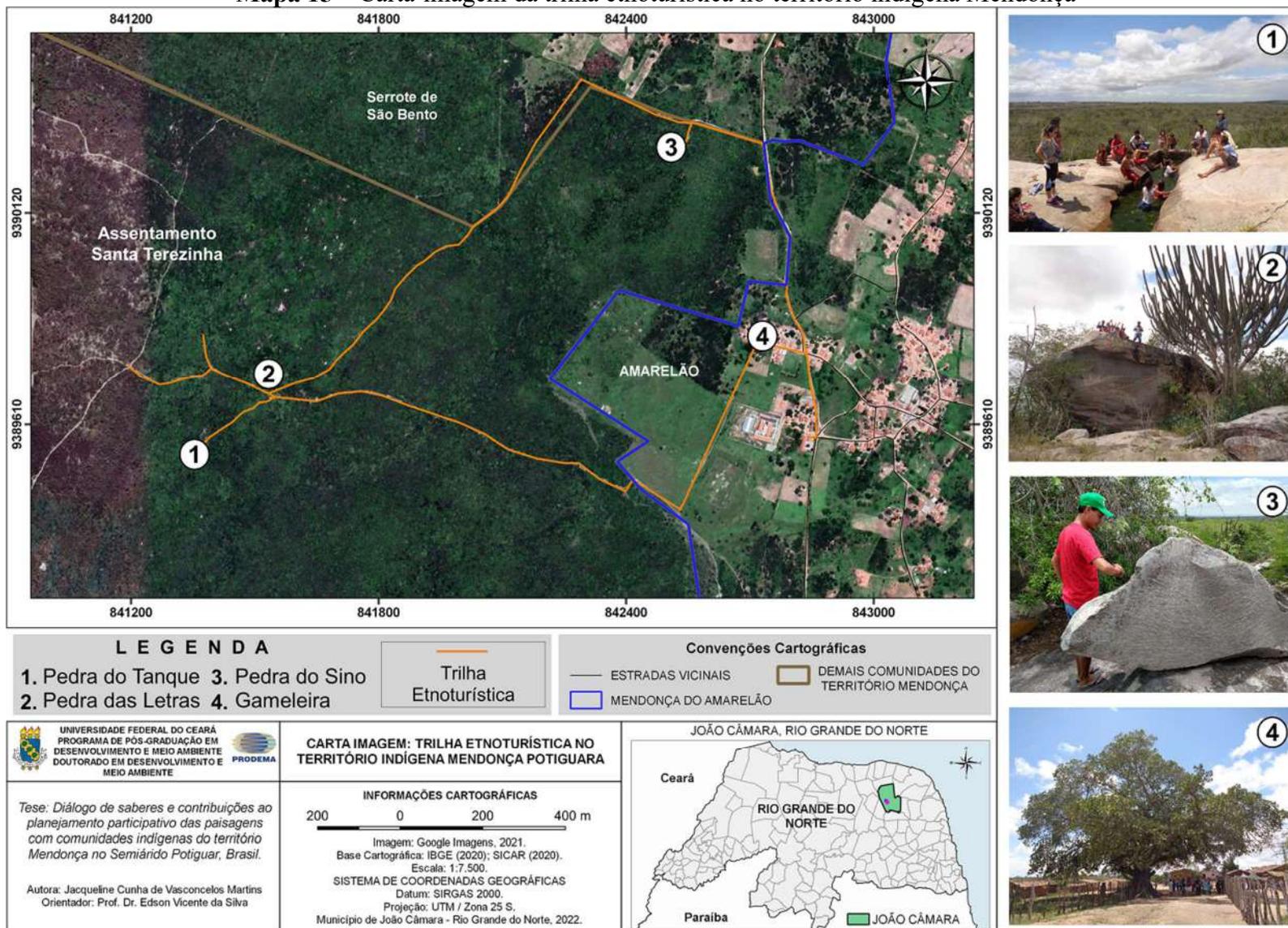
**Figura 36** – Caminhos da trilha etnoturística no território Mendonça (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2016, 2019).

<sup>45</sup> Carta imagem é a “imagem referenciada a partir de pontos identificáveis e com coordenadas conhecidas, superposta por reticulado da projeção, podendo conter simbologia e toponímia” (IBGE, 1999, p. 27).

**Mapa 15 – Carta-imagem da trilha etnoturística no território indígena Mendonça**



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo

Em estudo sobre as potencialidades etnoturísticas em duas comunidades do Rio Grande do Norte, Martins et al. (2021) também destacam os pontos de memória como atrativos naturais e socioculturais preservados no Amarelão.

Uma relevante potencialidade histórico-cultural não abordada nas oficinas participativas (realizadas até fev/2020, antes do início da pandemia de Covid-19 em mar/2020), mas de extrema importância local é o Museu da Cultura Mendonça (FIGURA 37). Inaugurado no final de setembro de 2021, com o objetivo de “preservar, pesquisar, documentar, socializar a memória das comunidades indígenas do território Mendonça” (MICS,2021), o museu será parte do roteiro turístico da comunidade, juntamente aos pontos de memória.

**Figura 37** – Museu da Cultura Mendonça  
Comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Souza (2021).

O museu foi pensado inicialmente como projeto da ACA, conforme esclarece MICS (2021): “antes, a gente pensava num museu na associação, depois o município acatou a ideia e criou o museu representando todas as comunidades do território Mendonça”. Ainda está na fase de estruturação do acervo: “foi inaugurado, mas ainda não está funcionando aberto ao público.

Ainda está na parte de montar mobília, o acervo. O acervo tá sendo doações da comunidade (...) de memórias da comunidade”.

Foi aproveitado o local desativado da escola municipal de ensino fundamental, transferida para a estrutura da nova escola. Para a gestão do museu a prefeitura nomeou um indígena graduado em História e ex-diretor da escola. Segundo o mesmo, a proposta do museu é de “um espaço de divulgação, de preservação, de revitalização, de fortalecimento da cultura Mendonça” (SOUZA, 2021). Ele aponta algumas especificidades do museu:

A imagem, por si só, já representa uma grande parte da cultura do povo Mendonça. Representa a castanha, as casas, as pessoas, o estilo de vida, um dos pontos de memória que é a gameleira, (...) os locais onde extraem as sementes para o seu artesanato.

Nos desenhos da parede do museu a gente já vai encontrar: a tanajura, que é um dos alimentos típicos que ocorre uma vez ao ano e que é uma festa entre os Mendonça (...); os reservatórios de água comuns na comunidade; um casal torrando castanha junto com seu filho (...). No museu, antes de entrar, você já tem essa carga de informações sobre a cultura dos Mendonças, do grupo familiar Mendonça.

Souza (2021) fala criticamente sobre os museus convencionais e reforça o argumento sobre a proposta do Museu da Cultura Mendonça:

Esse não vai ser um museu convencional. (...) A gente precisa iniciar ou fortalecer a política de descolonização do museu. Um museu, ele é pensado mais a cara dos europeus, a cara do homem branco. E esquece que o museu deve contar a história de algo, ou a história de um lugar, ou a história de um povo. E esse museu, ele vai contar a história de um lugar, de um território e de um povo.

A ferrovia desativada também é considerada um dos pontos de memória do povo Mendonça por vários motivos. Antigamente esse era o único acesso que tinham até a sede do município de Baixa Verde, atualmente a cidade de João Câmara, considerada a capital da região do mato grande. As famílias Mendonça saíam das comunidades para o município a pé toda semana para fazerem as compras ou buscarem um carro para socorrer um membro do grupo que estava doente, ou uma mulher grávida, cujo parto não poderia ser realizado pelas parteiras da comunidade (MARTINS et al, 2021, GUERRA, 2007).

Os trilhos da linha desativada, que é o marco divisor das comunidades indígenas Amarelão e Assentamento Santa Terezinha, podem ser verificados entre as comunidades e na área urbana de João Câmara (FIGURA 38).

**Figura 38** – Trechos da linha férrea desativada: na divisa das comunidades Mendonça do Amarelão e Assentamento Santa Terezinha e na zona urbana de João Câmara-RN



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019, 2020).

Na perspectiva histórico cultural, um local antigo importante na comunidade é uma casa de taipa localizada próxima à gameleira (ponto de memória), construída há mais de 70 anos e ainda habitada (SILVA, 2017). Martins et al. (2020) também destacam estes aspectos naturais e culturais de seus antepassados preservados, evidenciando a relação de identidade e pertencimento com o lugar (FIGURA 39).

**Figura 39** – Casa de taipa antiga preservada na comunidade indígena Mendonça do Amarelão



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2021)

Outra importante potencialidade da comunidade Amarelão e do território Mendonça, na percepção local, é a Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do

Nascimento, de ensinos fundamental e médio. Inaugurada em 2019, é resultado das reivindicações de lideranças da comunidade iniciadas desde 2005 e da parceria entre o governo do Estado e o Banco Mundial, foi construída com orçamento de R\$ 4.746.448,05 (FIGURA 40).

O projeto original da escola, elaborado pela Irmã Terezinha Galles, juntamente às professoras MICS e FBN, ambas do Amarelão (MARTINS et al., 2021), foi entregue na Secretaria de Educação do Estado do RN desde 2005 e somente em 2012, com o objetivo principal de atender demandas pendentes das secretarias de estado, o projeto foi enviado ao Banco Mundial, juntamente à solicitação de empréstimo. Como o banco exigiu um Relatório sobre os Povos Indígenas do Estado e quais ações seriam atendidas para essas populações, o governo do Estado procurou os indígenas para construírem o relatório. Desse modo, o projeto Governo Cidadão, anteriormente conhecido como RN Sustentável, foi aprovado incluindo a escola como uma das ações a serem realizadas em comunidades indígenas. Em 2014, já no primeiro semestre, foi feita a documentação do terreno para a construção da escola e a elaboração do projeto conforme exigências do Banco do Mundial pela empresa que ganhou a licitação pública, iniciando a construção em março de 2018 (TMCS, 2019).

**Figura 40** – Construção da escola indígena na comunidade Mendonça do Amarelão



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2018).

A escola “é a concretização da conquista de uma luta que vem desde o ano de 2005, luta da comunidade” (MICS, 2019). A escola atende a todas as comunidades do território indígena Mendonça localizadas no município de João Câmara: Amarelão, Serrote de São bento,

Açucena, Assentamento Santa Terezinha e Assentamento Marajó. Quanto à estrutura, JCTS (2019) reforça: “é a melhor escola de João Câmara em estrutura física. Só perde pro IFRN (...). Então, essa escola traz muito projeto pra comunidade”. Realmente, chama a atenção a estrutura da escola (FIGURA 41), também localizada no setor associação.

**Figura 41** – Vista aérea da Escola Estadual Indígena Professor Francisco Silva do Nascimento e do setor Associação. Comunidade Mendonça do Amarelão, João Câmara-RN



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

A escola tende a 240 estudantes do Amarelão e de outras comunidades do território Mendonça e tem professores da própria comunidade lecionando. Antes da escola, os estudantes se deslocavam para a sede do município, sendo 93 no horário vespertino e 26 no horário noturno (ACA, 2018).

No levantamento da ACA (2018), foi verificado que "as meninas param de estudar mais cedo" (ACA, 2018). Assim, a escola é percebida como uma grande oportunidade ou força interna, especialmente para quem estava sem estudar. Por meio da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos – EJA muitos jovens e adultos tiveram a possibilidade de retomar seus estudos pelo fato de não mais precisarem se deslocar para a sede de João Câmara.

Com a escola na própria comunidade surgiram ainda outras oportunidades por via dos cursos ofertados como teatro, karatê, *jiu jitsu* pelas parcerias com a Prefeitura e a Companhia de Teatro de Ceará Mirim e, via FUNGER, o curso Mulheres mil.

MICS (2021) esclarece:

O programa mulheres mil, é um programa ofertado no município de João Câmara pelo IFRN em parceria com a comunidade. Em 2019 foi feito um cadastro, teve um edital, as mulheres se inscreveram pra participar e começava no ano letivo de 2020, aí veio a pandemia. O curso ia ser ofertado dentro da escola da comunidade. O IFRN disponibilizaria os professores e as mulheres participariam na própria escola, não tendo que se deslocar pra sede do município. Só que aí veio a pandemia, não deu pra iniciar presencialmente (...). Foi ofertado virtualmente. As mulheres que tinham acesso à internet conseguiram fazer.

Outro aspecto extremamente positivo em relação à “escola nova”, como é frequentemente chamada, é por ter professores da própria comunidade, o que fortalece a relação, estreita os laços e facilita a comunicação entre a escola e as famílias dos estudantes. A narrativa de TMCS (2019) esclarece como essa relação já foi difícil:

Estudei aqui quando os professores eram de fora. Se começasse a chover no começo de maio e só parasse de chover em junho, os professores só vinham quando parasse de chover, porque diziam que o carro não passava na lama. Professor chegava na escola entrava de sete horas, de onze horas saía, entrava no carro e ia embora. Se um menino passasse quinze dias sem ir pra escola porque tava doente, o professor não sabia, porque não conhecia, não sabia quem era os pais. Não sabia de nada da comunidade. Hoje tem professores da comunidade. Quando um menino se acidenta, o professor vai na casa do pai, quando o menino briga o professor vai na casa do pai avisar. Sabe de quem é filho, sabe como é o comportamento, encontra os pais em todo canto. Então, tem esse potencial da maioria dos professores serem da comunidade.

Na Figura 42 observa-se em parte do teto da escola a usina de produção de energia solar.

**Figura 42** – Usina solar da escola Indígena na comunidade Mendonça do Amarelão



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2019).

No entanto, a escola é vista também como uma ameaça externa. Foi citada como limitação uma situação específica em função do rápido desgaste de alguns materiais considerados de baixa qualidade, por exemplo, os trincos das portas que têm deteriorado rapidamente. Esse fato tem repercutido negativamente para o público externo como “depredação” da escola, gerando distorções e reforçando situações de preconceito com pessoas da família extensa Mendonça do Amarelão. Certamente o aspecto da qualidade dos materiais está condicionado à limitação imposta pela legislação brasileira sobre licitações públicas. MICS (2019) esclarece:

As pessoas saem propagando que a escola tá deprecada, deteriorada. Mas por quê? A empresa colocou material de péssima qualidade, em relação a trincos, interruptores e portas. Se a porta bate com o vento, desmonta toda. Por exemplo, na sala que só eu que abro o trinco e o interruptor, tá normal, mas em salas que têm trinta e oito alunos acendendo lâmpada e fechando porta a toda hora, os trincos já desencaixaram, eles não quebraram. Tem uma caixa de trinco lá com tudo desmontado, por causa da qualidade.

Todavia, MICS (2019) complementa com outro aspecto positivo: “uma escola desse tamanho não tem uma pichação externa, não tem uma pichação no muro dentro”. Ao reforçar que a escola é uma potencialidade local, acrescenta:

240 estudantes que iam pra João Câmara, não vão mais. Tem pais dizendo que vão levar os filhos de volta pra João Câmara, mas a maioria disse que vai ficar na

comunidade. As crianças saíam de seis da manhã e voltavam de meio dia. Tinham os que iam à tarde e chegavam a noite. E hoje, esses duzentos e quarenta estudam aqui (MICS, 2019).

Ainda sobre o aspecto educacional, é a comunidade rural do município com maior número de pessoas com nível superior e várias outras cursando faculdade, inclusive uma mestranda. Informação reforçada nas oficinas:

Não sei se vocês sabem, mas o Amarelão é a comunidade que mais tem pessoas formadas, dentre todas as comunidades da zona rural de João Câmara. Então, pegando todo território indígena Mendonça a gente tem um monte de gente aí formada em pedagogia e a gente já tem pessoas se formando em áreas específicas [como] História, Geografia, Física, Energias Renováveis. Um monte de curso de áreas específicas. [Tem] especialistas e mestrando (TMCS, 2019).

Além do Amarelão, também tem mestrando no Assentamento Santa Terezinha. Martins et al. (2021) ressaltam ainda como aspecto positivo o fato de que grande parte dos indígenas com formação acadêmica moram e atuam na própria comunidade. Informação confirmada nas oficinas participativas.

Contudo, os desafios de acesso às universidades pelos indígenas são muitos. Oliveira et al. (2020), em leitura crítica sobre as políticas indigenistas, especificamente sobre a questão educacional apontam por um lado os fatores positivos das políticas afirmativas implementadas por governos anteriores ao atual no Brasil, por outro evidenciam lacunas em relação à permanência dos universitários indígenas.

Entre outros aspectos enfatizam que é um espaço duplamente violento, pois além das dificuldades de adaptação ao contexto universitário, os estudantes indígenas se deparam com um ambiente de construção do saber que “não considera o conhecimento indígena enquanto válido e, ao mesmo tempo, que impõe ‘um único’ conhecimento como verdadeiro, o do não indígena” (OLIVEIRA et al., 2020, p.581).

As políticas afirmativas e de interiorização do ensino superior, a proximidade das comunidades em relação à Natal-RN e a existência do núcleo universitário da UERN e do campus do IFRN na sede de João Câmara, são fatores que favorecem a formação de pessoas do território Mendonça. Apesar disso, nem todos podem priorizar seus estudos em detrimento do trabalho e outras limitações impostas pela própria estrutura social.

Um aspecto essencial na convivência com o semiárido é a democratização do acesso à água. Embora a comunidade do Amarelão não tenha poço, foi verificado que a maioria das casas dispõe de cisterna para captação da água da chuva. Nesse sentido, foi esclarecido:

Quase todo mundo daqui tem cisterna, né?! Enquanto o PT [Partido dos Trabalhadores] tava no governo [federal], todo mundo que fazia uma casa, ganhava cisterna. Hoje, as casas que não têm cisterna é depois que Dilma [presidenta] saiu, aí nunca mais apareceu uma cisterna no Amarelão (...) Mas, antes de chegar as cisterna, antes de o vir Exército aqui, as pessoas se escapavam [sobreviviam] era com água de cacimba, com água de açude (TMCS, 2019).

As exceções são em relação às casas construídas após a vigência dos Programas 1 Milhão de Cisternas – P1MC, criado pela ONG Articulação do Semiárido – ASA (2021), posteriormente incorporado como política pública, e do Programa Água para Todos com recursos do Governo Federal (FIGURA 43).

**Figura 43** – Cisternas na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2018).

Mesmo com essas ações de convivência com a seca, o acesso à água potável é considerado um dos principais problemas. Especialmente por não ter água encanada, afeta o cotidiano das famílias:

o Exército vir deixar água, botar na cisterna pra dividir com uma ruma de gente [várias pessoas] não tira o trabalho, não tira o cansaço de você ou se levantar de madrugada pra ir pegar água numa cisterna ou quando terminar de quebrar a castanha ainda ter que ir buscar água. Aqui a gente tem casos de idosos, de pessoas com deficiência, com um monte de criança, que quando termina a tarefa do dia tem que passar num açude, numa cisterna pra pegar um balde d'água quando voltar. Não ter água encanada é uma das fraquezas da comunidade (TMCS, 2019).

MICS (2019) sintetiza: “armazenar água da chuva, é uma oportunidade em relação as cisternas. A ameaça é que a questão da água é moeda de troca por voto. Todo ano prometem resolver isso”. Os presentes na oficina reforçaram a afirmação da liderança sobre as limitações de acesso à água, que gera dependência política, conforme foi afirmado:

Isso nunca foi potencializado pelo pessoal dos governos municipais, vereadores, prefeito, governador, porque se tem as cacimbas é porque tem lençol freático. Se um Mendonça, na época da seca, se juntava ‘não sei quantos’ [muitos] homens e cavavam uma cacimba pra tirar água pra beber, é porque se vier uma máquina do Estado e cavar, faz um poço. Então, eles não fazem é porque tem o interesse de todo ano eleitoral chegam aqui pedindo voto, trocando por uma ‘pipa d’água’<sup>46</sup>, trocando por *voto* e manter a gente dependente” (TMCS, 2019).

Foi acrescentado: “uma coisa que não é da comunidade [do Amarelão], mas a gente defende. O poço do Serrote [de São Bento], porque quando a gente não tem água se abastece também do poço do Serrote, que é a comunidade indígena vizinha e a bomba do poço só vive [sempre] quebrada” (TMCS, 2019).

A dificuldade de acesso e a quantidade de água disponível afeta tanto as atividades cotidianas, como a produção agrícola familiar e a dessedentação animal. Sobre a origem da água para produção agropecuária, 125 pessoas utilizam água de cisterna (64,45%), 64 usam água de poço/cacimbão (33%); 12 utilizam água da chuva (6,2%). Uma minoria citou água de açude e carro-pipa. Todavia, 11,5% afirmaram comprar a água usada no plantio e criação de animais, além disso, 23 cisternas são cadastradas no Exército/Defesa Civil (totalizando 82,7%). Contudo, ainda existe a necessidade de abastecimento estimado em 60 carros-pipa por mês. Assim, foi colocado como demanda, a construção de 42 cisternas de placa, do modelo P1MC e 17 do tipo do P1+2 (ACA, 2018).

Quanto ao saneamento, 59 residências (23,1%) dispõem de banheiro com fossa (ACA, 2018). Este aspecto sinalizado na fala será retomada na etapa de proposição de cenários conforme as necessidades e anseios locais, pois é uma demanda para políticas públicas.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de João Câmara (PMJC, 2017) apresenta um diagnóstico socioeconômico, cultural, ambiental e dos aspectos sociais e demográficos. Na sequência, o documento expõe um compilado de todas as legislações municipais que têm relação com a política de saneamento e de gestão dos resíduos sólidos.

Segundo consta no documento, as comunidades rurais do município, incluindo as indígenas do território Mendonça, não possuem abastecimento público de água e tratamento de esgoto. No documento citado consta que o abastecimento nessas comunidades é por meio de

---

<sup>46</sup> Carro-pipa é um veículo (caminhão ou um carro de menor porte) com um grande reservatório de água, utilizado para transporte de uma fonte hídrica até o local de uso, muito comum no semiárido brasileiro. A princípio como política pública paliativa nos períodos de seca ou em casos mais severos em situações de calamidade pública. Porém, frequentemente é utilizado como prática clientelista dominada por determinados políticos que fornecem água em troca de votos, mas também pelo setor privado que impõe um preço a água que nem todos podem pagar, além da não garantia da qualidade. A dependência de abastecimento com carro-pipa nas regiões de frequente escassez hídrica provoca a estagnação de políticas de convivência com o semiárido que deveriam possibilitar a autonomia da população do campo (SOUZA e SILVA, 2021).

carro-pipa, poço tubular, açudes e cisternas. Porém, as informações qualitativas apresentadas no plano sobre a água, não dizem respeito a essas comunidades, mas são análises feitas nos poços da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, que atendem prioritariamente a zona urbana e as comunidades rurais: Morada Nova, Assunção, Brejinho I, II, III e o Assentamento Santa Luzia. O próprio documento menciona deficiência no abastecimento referente à baixa pressão na rede (PMJC, 2017).

Torres-Slimming et al. (2019) estudaram o ODS-6 que trata da má qualidade da água, saneamento inadequado e higiene inadequada, especificamente em relação aos impactos negativos à saúde dos indígenas *Shawi* na Amazônia peruana. Na Região, existe água em abundância, no entanto, os desafios se referem à qualidade da água, uma vez que não existe saneamento básico nem instalações para lavagem das mãos e não dispõem de sabão. A inexistência de instalações sanitárias favorece a contaminação do rio, fato que se repete em várias outras comunidades indígenas da Amazônia.

Francisco (2015, p.27), chama a atenção para o problema da qualidade da água disponível aos menos favorecidos, que retira muitas vidas diariamente. Assim, reforça que “o acesso à água potável e saneamento é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos”. Além disso, doenças como diarreia e cólera, estão diretamente relacionadas com serviços de higiene e reservas de água inadequadas.

Sobre questões relacionadas à saúde, foi destacado o Posto de Saúde da Família - PSF (FIGURA 44) com atendimento de médico e dentista, enfermeira, acompanhamento pré-natal e vacinas, que funciona de segunda a sexta. Ao mesmo tempo, o posto é visto com um problema de origem externa, pois faltam especialidades médicas e, por isso, a saúde preventiva é percebida como insuficiente; também porque o atendimento é somente até as 13h.

Apesar das dificuldades que acontecem as vezes, no Amarelão tem um posto de saúde que funciona de segunda a sexta. Então, a pessoa sente uma dor, mesmo que enfrente fila, mesmo que não pegue ficha pra hoje e volte amanhã, pra pegar pra amanhã, tem um posto de saúde. Em outras comunidades aí que vai um médico de quinze em quinze dias, tanto faz se você adoecer hoje e o médico tiver vindo ontem, você vai ter que esperar quinze dias pra passar no médico de novo (TMCS, 2019).

**Figura 44** – Posto de Saúde da Família – PSF da Comunidade Mendonça do Amarelão



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2018).

A situação do acesso aos serviços públicos de saúde é percebida também como uma fragilidade local. A comunidade não é assistida pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, embora tenha sido atendida no período de 2015 a 2018 pela equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI.

Nesse sentido, JCTS (2021), que presidiu o conselho local de saúde indígena do Rio Grande do Norte, esclarece: “não temos DSEI para atender à população indígena do Rio Grande do Norte. Hoje a gente não é atendido pela SESAI”.

Eu trabalhei um período na SESAI, trabalhei de 2015 a 2017 como motorista da equipe. Fui presidente do Conselho local de saúde indígena do Rio Grande do Norte, onde eu representava toda população indígena do Estado nesse conselho, junto as discussões do CONDISI, o Conselho Distrital de Saúde Indígena Potiguara, que era da Paraíba. Então, existem os conselhos locais em cada aldeia. Aqui no Rio Grande do Norte se fez um conselho local para todo Estado, mas nos outros Estados, por exemplo na Paraíba mesmo, cada aldeia tem um conselho local. (...) Existe o conselho distrital, é aquele que vai levar as demandas daquele DSEI para discutir com os outros 33 DSEIs. Existem 34 conselheiros distritais de saúde indígena. A gente do conselho local leva essas discussões, discute com o conselheiro distrital e esse distrital levava pra discutir na SESAI, nas reuniões do CONDISI.

Ele fala sobre o breve período de assistência pelo do DSEI potiguara da Paraíba, a apenas seis<sup>47</sup> comunidades do Estado: Caboclos do Assu na zona rural de Assu-RN, Serrote de São Bento e Amarelão em João Câmara-RN, Tapará em Macaíba-RN, Catu em Canguaretama e Sagi em Baía Formosa-RN.

A gente teve esse atendimento reivindicado através de documentos feitos pela FUNAI (...) lá nos anos 2014 (...) um ofício resposta do coordenador da SESAI (...) disse que em janeiro de 2015 se tinha uma equipe multidisciplinar de saúde indígena, atendendo à população indígena do Rio Grande do Norte.

As comunidades foram visitadas pelo DSEI Potiguara da Paraíba. Esse DSEI que ficaria mais próximo do Rio Grande do Norte iria dar esse suporte para o atendimento. E esse começou falho, porque nós temos hoje comunidades indígenas na divisa com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, que é Sagi-Trabanda, temos os Tapuias Paiacus de Apodi, que fica já próximo da divisa com o Ceará. Olhe a questão de quilometragem pra uma equipe tá atendendo todas essas comunidades durante a semana, que não dava pra atender.

Nessa época [2015], a equipe começou a atender Caboclos do Assu, Serrote de São Bento, Amarelão, Tapará, Catu e Sagi. Apenas essas seis comunidades eram atendidas pela SESAI (JCTS, 2021).

Acerca da irregularidade no atendimento, esclarece:

Não era um atendimento de forma regular. Como eu falei, uma equipe composta no início, médico, assistente social (...). Tinha a enfermeira, dentista e seu auxiliar. Tinha dois carros para transportar esses profissionais de saúde.

Na segunda-feira a gente saía de Natal para o Sagi. Na terça-feira ia pra Canguaretama, Catu. Na quarta-feira uma vinha para o Amarelão. Na quinta-feira ia para Tapará. Na sexta-feira ficava em Tapará de novo, porque a equipe (...) estava instalada em Natal. Elas eram de fora, da Paraíba, de Recife (...). Apenas um período o médico foi de Natal [RN].

Na outra semana: na segunda-feira Sagi, terça-feira Catu, quarta-feira Serrote, porque na quarta passada foi Amarelão, quinta-feira Caboclos do Assu. Como a viagem era longa, começava o atendimento às vezes depois de meio dia [12h]. Na sexta-feira atendia mais meio dia e voltada, porque a viagem era longa.

Então, não tinha esse atendimento como era pra ter no Rio Grande do Norte. Assim era o ano todo. Quando um carro quebrava, ia um médico, aí a equipe se dividia, não ia todo mundo, porque só tinha um carro, aí não podia transportar todo mundo (JCTS, 2021).

Sobre as dificuldades de logística enfrentadas pela equipe do DSEI, acrescenta como as condições do trânsito interferia no tempo de atendimento nas comunidades; além da limitação de apenas um carro para atender às seis comunidades. A situação era agravada quando o carro quebrava e ficava em manutenção. Essas dificuldades são ilustradas na situação específica do Amarelão:

Pra você ver, a primeira observação que eu coloco, é uma comunidade do tamanho do Amarelão, com 340 famílias, tendo um atendimento que se chegava aqui por volta de

---

<sup>47</sup> Dado o dinamismo do movimento já esclarecido, eram as comunidades atendidas pela CTL-FUNAI local, nesse estágio.

9 e meia [9:30h] 10 horas, começaria o atendimento por volta de 10 e meia, às vezes 11 horas, às vezes mais cedo um pouco, 9h, dependendo do trânsito. E parava-se pra almoçar de umas 12 horas. Voltava de uma meia, duas horas, duas e meia, três horas, no máximo três e meia [15:30h], voltava pra Natal. Não tinha esse atendimento como era pra ser. (...) Aqui no Amarelão tava uma quarta sim outra não. (...) não quando o carro quebrava. Tá entendendo? Então, era desse jeito.

Desse modo, a distância e o deslocamento interferiam diretamente no atendimento, visto que as comunidades mais próximas de Natal eram atendidas com mais regularidade que as mais distantes da capital potiguar.

A gente batia na tecla, falava com o coordenador do DSEI, cheguei a falar com o secretário da SESAI (...). A equipe atendeu até 2018. O atendimento começou de uma forma que não tava atendendo mais quase nada. As três comunidades que eram mais beneficiadas era Tapará, que tinha atendimento às vezes duas vezes na semana, Sagi e Catu, toda segunda-feira. Ou seja, quatro segunda-feira do mês tava lá, quando não tinha problema no carro, quatro terça-feira tava lá a equipe no Catu (JCTS, 2021).

A percepção crítica sobre o uso de recursos públicos, avaliada na relação custo-benefício, fez com que decidissem suspender o serviço:

Após consenso de todos os caciques de todas as comunidades terem esse mesmo entendimento, que tava tendo um gasto de dinheiro público e não tava tendo aquele atendimento (...). Eu, como presidente do conselho local do Rio Grande do Norte, fiz um documento pedindo o cancelamento desse atendimento nas comunidades indígenas do Rio Grande do Norte (JCTS, 2021).

Todavia, acreditavam que a situação com a SESAI seria resolvida com brevidade, mas [o atual governo federal] “assumiu [em 2018], foi trocado os coordenadores. E eu, nas minhas idas a Brasília, já tinha sentado com o secretário da SESAI na época (...) e já tava quase resolvido (...) da SESAI voltar a atender os povos indígenas no Rio Grande do Norte, mas ele foi exonerado”.

Atualmente, o PSF do Amarelão tem atendimento diário, apesar do horário limitado, enquanto em outras comunidades o atendimento é quinzenal.

Gomide et al. (2015) realizaram pesquisa com a comunidade ribeirinha sul-amazônica no baixo rio Madeira, com o objetivo de compreender os processos de transmissão da informação e auxiliar as estratégias de atenção básica à saúde. Os aspectos negativos percebidos nessa comunidade são a passividade quanto à imposição de modelos externos, impactando na pouca autonomia, na baixa resiliência e também na dependência em relação à liderança. No entanto, a associação de moradores foi apontada como um aspecto positivo,

devido à capacidade de centralidade, intermediação e proximidade da liderança comunitária. Também a abertura a contatos externos é vista como uma das oportunidades locais.

No aspecto ambiental, foram citados e mapeados dois pontos conhecidos localmente como “lixões”. Estes espaços utilizados para disposição inadequada de resíduos por alguns moradores, potencializam a propagação de insetos e doenças. O problema local é percebido como: “falta de educação e consciência ambiental de alguns, por exemplo lixo jogado ao relento” (MICS, 2019).

Em relação à destinação dos resíduos sólidos, a ACA (2018) verificou que a maioria queima seus resíduos, totalizando 190 pessoas (74%); outros destinam para a coleta pública da prefeitura (46,7%); “jogam ao relento” (7,8%); ou enterram (0,4%), representando apenas uma pessoa.

Quanto à coleta dos resíduos domiciliares, as comunidades dispõem de serviço semanal, que tem como unidade de processamento e destinação final o lixão de João Câmara. Conforme consta no plano de saneamento, não existe tratamento de resíduos sólidos na cidade, nem mesmo drenagem, tratamento e recirculação de chorume (PMJC, 2017). No documento explica os procedimentos adotados no que denomina “lixão”. Inclusive cita a presença de catadores no local:

A operação é realizada pela Prefeitura, sendo o recobrimento dos resíduos realizado eventualmente. Existe cercamento na área. Foi declarada a existência de animais no lixão, bem como a queima de resíduos sólidos. Não existe impermeabilização da base de solo, sobre a qual são depositados os resíduos sólidos. Existem catadores atuando no lixão. Esses não fazem uso de EPIs. Também existem catadores dispersos atuando. O lixão recebe misturado ao resíduo doméstico e da construção civil, resíduos perigosos (derivados de petróleo, embalagens de produtos químicos) e resíduos de fossas, capazes de causar risco à saúde pública, bem como riscos ao meio ambiente, se não forem gerenciados de maneira adequada (PMJC, 2017, p. 152).

No que se refere à drenagem das águas pluviais, igualmente não existe, agravando a situação da dispersão do chorume, certamente com danos ambientais significativos.

No Plano de saneamento (PMJC, 2017) se faz menção ao Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado do Rio Grande do Norte, que prevê o consórcio entre os seguintes municípios para a construção de um aterro sanitário: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Galinhos, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

Esse agrupamento deverá ser dotado de unidade adequada para a disposição final de resíduos sólidos (aterro sanitário), estação de transferência ou transbordo (estrutura criada para receber a contribuição de resíduos da coleta de vários municípios e viabilizar o transporte de uma maior quantidade de resíduos ao aterro sanitário), veículos operacionais e transporte de grandes volumes de resíduos sólidos. Além dessas estruturas estão previstas outras, como centrais de triagem de materiais recicláveis, central de armazenamento e comercialização, centrais locais (PMJC, 2017, p. 155).

Porém, o alto custo da instalação do aterro sanitário dentro dos padrões técnicos necessários e a não priorização de políticas públicas ambientais, fazem com que o tratamento dos resíduos sólidos ainda não ocorra adequadamente nas áreas urbanas e mais ainda nas áreas rurais, a exemplo da situação de João Câmara-rn.

No aspecto de acesso à terra, a falta de demarcação de seu território foi destacada no diagnóstico participativo como maior problema de origem externa que independe da comunidade, interferindo diretamente na sustentabilidade etnocultural e econômica local. É uma percepção unânime entre os participantes, conforme foi dito: “[com] nosso território demarcado, nós teríamos mais possibilidades de produzir a nossa subsistência” (JCTS, 2019). Problema semelhante é apontado como principal ameaça externa em diagnóstico rural participativo realizado por Filgueira (2019) na comunidade indígena Eleotérios do Catu em Canguaretama-RN.

Atualmente, em vez de priorizar a política de demarcação de TIs prevista constitucionalmente, o atual governo federal tem sistematicamente certificado empreendimentos privados em TIs ainda não homologadas, em especial após a publicação da Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que estabelece: “não cabe à FUNAI produzir documentos que restrinjam a posse de imóveis privados em face de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas ou constituição de reservas indígenas” (FUNAI, 2020b, p.01). A norma contraria o que a sociedade espera do órgão que tem como função institucional proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

Embora seja a maior potencialidade econômica local, por ser a principal fonte de geração de renda para grande parte das famílias e com impacto cultural extremamente positivo, nas limitações internas destaca-se um aspecto específico da cadeia produtiva da castanha de caju. Por não produzirem a própria castanha e terem a necessidade de adquirir fora da comunidade por atravessadores, é percebida como uma grande limitação, sendo o principal motivo a falta de terra para produzir:

A gente não produz a castanha é uma grande ameaça. E aí entra naquela questão, quase ninguém aqui tem terreno grande. São poucas pessoas que têm terreno grande

pra plantar cajueiro. A maioria, que são filhos e netos, já moram no terreno dos pais, dos avós, tem só o cantinho da casa, mal [tem] um espaço dentro do terreno pra botar um pequeno roçado de feijão. Então, essa questão de não produzir cajueiro não é só falta de interesse das pessoas, mas é principalmente essa questão do acesso à terra (JCTS, 2019).

Uma das equipes do mapeamento social colocou na legenda a seguinte observação: “foi identificado que no setor do Centro não tem terra nem para cultivar uma hortaliça”. Portanto, o pequeno tamanho dos terrenos da maioria das famílias inviabiliza a implantação de projetos produtivos e reforça a dependência externa no beneficiamento da castanha de caju.

Esta percepção confirma o que Cardoso e Guimarães (2012) também verificaram. Nos momentos de discussão dos mapeamentos participativos, a construção dos lugares e das paisagens vai adquirindo novos significados e, na escuta do outro, acontece a construção do diálogo.

Palladino e Ávila (2018), em estudo sobre diálogo de saberes e mapeamento social no território indígena de San Marcos Sierras, em Córdoba na Argentina, enfatizam acerca da pluridiversidade epistemológica e também analisam aspectos que as técnicas de geoprocessamento como o uso do GPS não conseguem mostrar. Henao et al. (2019) também afirmam que o mapeamento social é uma importante ferramenta de construção do conhecimento pelas próprias comunidades.

Na oficina para iniciar o zoneamento propositivo, sobre a existência de espaços de produção coletiva foi esclarecido que não existe lote destinado para esse fim, mas as pessoas utilizam o espaço do próprio quintal: “não tem como delimitar, pois quem produz, produz no seu quintal. Não existe lote destinado para produção coletiva” (TMCS, 2019).

No levantamento feito pela ACA (2018) foi verificado em relação à área de produção para roçado que 123 pessoas (48,2%) têm terreno próprio e 68 (23,7%) produzem em terreno de algum familiar. Todavia, 63 pessoas (24,7%) afirmaram não ter local para plantar; enquanto 3 pessoas (1,2%) utilizam o terreno de terceiros para plantar.

Quanto aos problemas externos, a ausência de assistência técnica, gerencial e de apoio à comercialização interferem negativamente nos resultados produtivos e no retorno econômico das atividades agropecuárias. Além disso, o apoio da prefeitura é limitado, em relação ao desenvolvimento rural. A esse respeito, o Plano Diretor de João Câmara – PDMJC (2006) apresenta um texto genérico sobre a questão rural, que possivelmente não abrange a complexidade deste setor, em um município cujos aspectos sociais e econômicos dependem fortemente do meio rural. Não há menção às comunidades indígenas no documento, de modo que ainda estavam incluídas genericamente como comunidades rurais.

No artigo 17 (PMJC, 2006, p.12), dispõe sobre os objetivos da política de desenvolvimento rural:

- I. fortalecimento das sedes distritais resgatando-as como núcleos urbanos de apoio rural, com as seguintes diretrizes:
  - a) incentivar a instalação de escolas, áreas verdes e de lazer, comércio e serviços de âmbito local para consolidação dos assentamentos e comunidades rurais;
  - b) promover as condições para instalação de estabelecimentos agro-industriais com o propósito de estimular o desenvolvimento rural local;
  - c) promover a melhoria do sistema viário vicinal, para facilitar a circulação de pessoas e bens;
  - d) promover a melhoria das comunicações na área rural.
- II. Fortalecimento da inter-relação das diversas comunidades rurais, com as seguintes diretrizes:
  - a) promover o zoneamento agropecuário com incentivo a práticas agrícolas e outras atividades compatíveis com o solo, clima e economia regional;
  - b) garantir adequadas condições de acessibilidade;
  - c) promover a fixação do homem do campo através de programas específicos de melhoria das condições de vida, formação profissional, educação, saúde, cultura e lazer.

Nas principais potencialidades locais foi destacado ainda que é a “comunidade mais procurada pelas instituições de educação para projetos de extensão; o Amarelão é a comunidade mais procurada pra fazer esses projetos que a professora Jacqueline tá fazendo” (JCTS, 2019). A fala reflete a percepção local positiva sobre a realização de estudos e parcerias com as instituições de ensino. E, como detalhado na metodologia, foi enfatizado sobre a frequência de visitas que fiz à comunidade para desenvolver este estudo. Foi acrescentado ainda que pesquisas como esta contam com a “participação, comprometimento e acompanhamento de membros da associação e das lideranças locais” (TMCS, 2019). De fato, as pessoas que se dispuseram gentilmente a participar das oficinas e no suporte para preparação do almoço comunitário, demonstraram generoso envolvimento nas atividades propostas, gerando um agradável e harmonioso ambiente de aprendizagens, de diálogo entre saberes.

Outro aspecto apontado como potencialidade diz respeito aos competitivos times de futebol local (FIGURA 45) e ao fato de ter jogadores da comunidade atuando em times de fora. Um participante afirmou: “aqui tem vários times e quase todo ano os Mendonça levam o campeonato regional, municipal (...). É porque eles jogam bem”.

**Figura 45** – Campo de futebol na comunidade indígena Mendonça do Amarelão



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019)

Como problema externo, foram apontadas situações de preconceito. Porém, a fala de MICS (2019) expressa a percepção local: “as pessoas falam mal do Amarelão, [que o] pessoal do Amarelão é brabo, mas a irmã Terezinha quis vir para essa comunidade”.

Ainda em relação aos problemas externos, foram também mencionados impactos socioambientais negativos referentes a dois empreendimentos privados no entorno das comunidades, os parques eólicos e uma pedreira (MAPA 16).

No caso dos parques eólicos, foram citados os desmatamentos ao redor das turbinas e prejuízos à caça: “onde desmataram pra botar eólica, sumiu pássaro, sumiu peba, sumiu tudo que era de caça – quem vive da caça foi prejudicado [várias pessoas confirmaram gesticulando com a cabeça]. E os caçadores não podem mais entrar na área, de jeito nenhum, pra caçar” (TMCS, 2019).

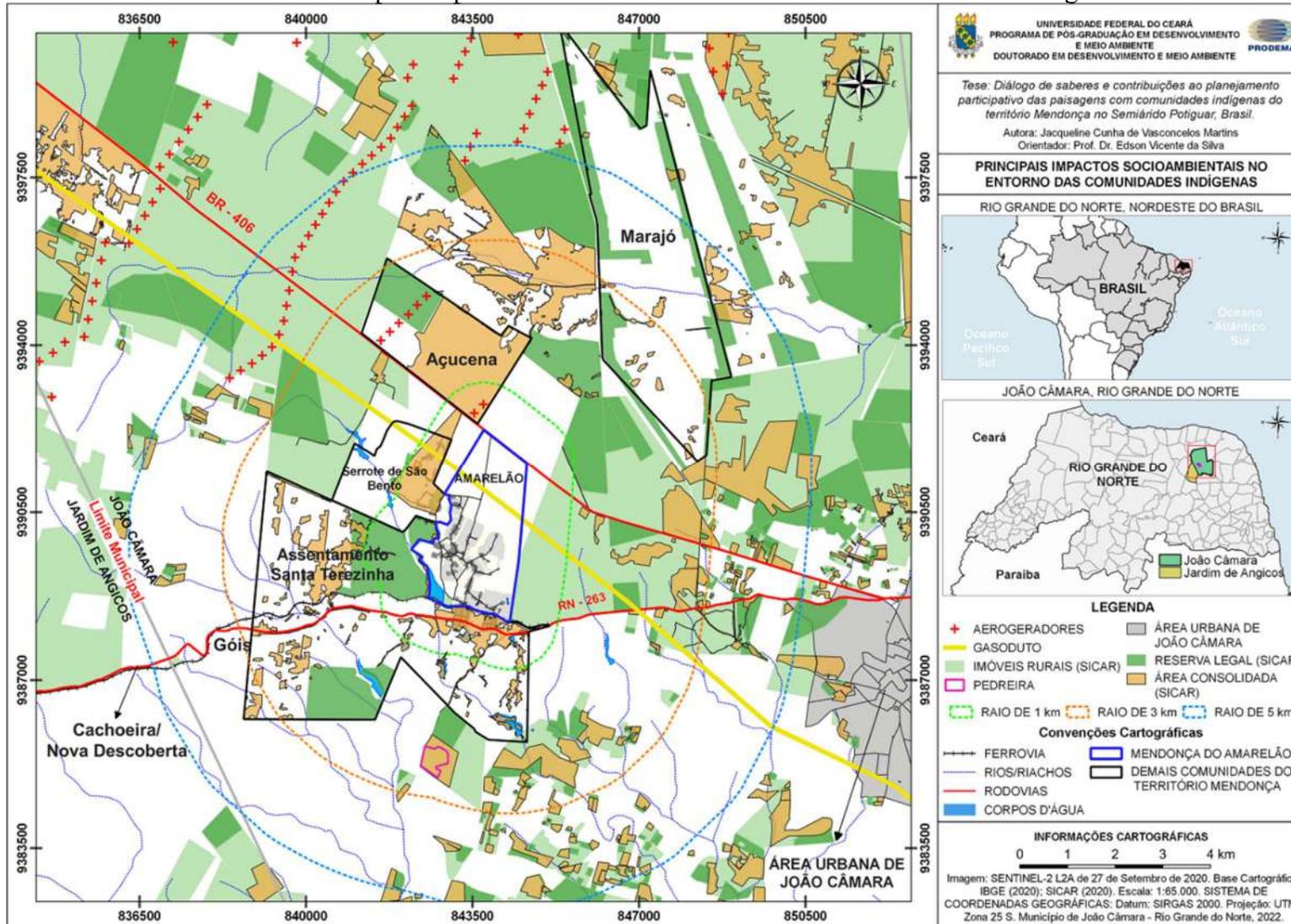
Conforme a Resolução CONAMA nº 1/1986 (CONAMA, 1986), no licenciamento de obras potencialmente impactantes, é necessário que sejam avaliados a cumulatividade e o sinergismo<sup>48</sup> destes empreendimentos, no sentido de avaliar as consequências locais e no entorno.

---

<sup>48</sup> **Sinergia:** fenômenos que ocorre quando a interação de duas causas provoca um efeito total maior do que a soma do efeito, das duas, agindo separadamente (LIMA-E-SILVA et al., 2002, p. 217).

**Cumulatividade:** impactos ambientais que resultam dos impactos sucessivos, incrementais e/ou combinados de um empreendimento ou atividade quando adicionados a outros recursos, atividades e/ou empreendimentos existentes, planejados e/ou razoavelmente antecipados, acumulando-se no tempo ou espaço (IFC, 2013, p. 27).

MAPA 16: Principais impactos socioambientais no entorno das comunidades indígenas



Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022), adaptado das informações do mapeamento participativo

Na vista aérea, verifica-se parte da escola nova, o setor gameleira e o parque eólico nas proximidades da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, às margens da BR-406, ao fundo (FIGURA 46).

**Figura 46** – Vista aérea panorâmica do setor gameleira na comunidade indígena Mendonça do Amarelão com parque eólico às margens da BR-406 (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

A perda de direito à aposentadoria na condição de agricultor, é um grande impacto social das eólicas nas comunidades, visto que perante a previdência social vários migram para a categoria de microempreendedor.

A gente sabe que por onde a eólica passou, prejudicou os agricultores. Eles se utilizaram de uma linguagem técnica, a questão da *expertise* – uma coisa é eu tá falando aqui, outra coisa é vocês sentados aí sem entender e concordando. E foi isso que a eólica fez! A eólica chegou nas comunidades, ‘é porque a gente vai trazer emprego, a gente vai trazer isso, vai trazer aquilo. E a gente vai pagar dois mil por mês pra ficar com as terras de vocês’. O povo só escutou [sobre] os dois mil [várias pessoas reforçaram a informação]. Só escutaram ‘os dois mil e os empregos’. Aí o que é que acontece? Tem um monte de agricultores que tá com quase setenta anos e não se aposenta mais nunca como agricultor. Tem uma porcentagem que foi cortada a aposentadoria, porque na hora que assinou contrato com a eólica pra receber dois mil reais por mês, ela automaticamente passou de agricultor a microempresário. Automaticamente! (TMCS, 2019).

Relataram ainda sobre a propagação de Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs e até mesmo situações de gravidez não planejadas entre os trabalhadores sazonais das

eólicas e jovens das comunidades rurais nas imediações do Amarelão, gerando os “filhos da eólica”.

E sem contar a questão da violência sexual, da exploração sexual que foi, né? O povo tem até um dizer ‘os filhos da eólica’. Tem um monte de mãe aí. Graças a Deus no Amarelão não aconteceu, mas nas comunidades mais próximas [das torres eólicas] tem um monte de juvenzinha com filhos de caras da eólica (TMCS, 2019).

O problema social permanece nessas situações das mães solteiras, frequentemente muito jovens, sem maturidade psicológica e estrutura familiar, que foram abandonadas com seus filhos, uma vez que após as instalações dos parques eólicos os pais das crianças foram embora.

O outro empreendimento privado impactante no entorno da comunidade é uma pedreira. As atividades causam rachaduras em algumas casas, sendo mais evidente na área do Assentamento Santa Terezinha, por ser a comunidade mais próxima. Também seus veículos que transitam em alta velocidade nas comunidades, potencializam riscos de acidentes aos moradores locais.

A alta velocidade que aquelas caçambas [da pedreira] passam. As implosões da pedreira rachando as casas, principalmente do assentamento [Santa Terezinha], mas aqui no Amarelão também. A gente vê tremer aqui, quando eles implodem, treme! E, na verdade, eles não são numa área nossa, mas são numa área do Assentamento e prejudicam a gente também, né? (TMCS, 2019).

Com relação ao meio ambiente na comunidade, tem esse impacto da pedreira. Ela explode lá as bombas pra quebrar as pedras a qualquer momento, não é avisado na comunidade. Então, caçadores que estão passando por ali, pode até se machucar, porque aquelas pedras voam longe. Acho muito errado não avisar na comunidade. Porque quem vai caçar naquelas matas são indígenas das comunidades. Ali não tem hora pra eles estourarem aquela dinamite (JCTS, 2021).

Em crítica ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, foram citadas outras dificuldades enfrentadas para adquirir a aposentadoria e o salário maternidade.

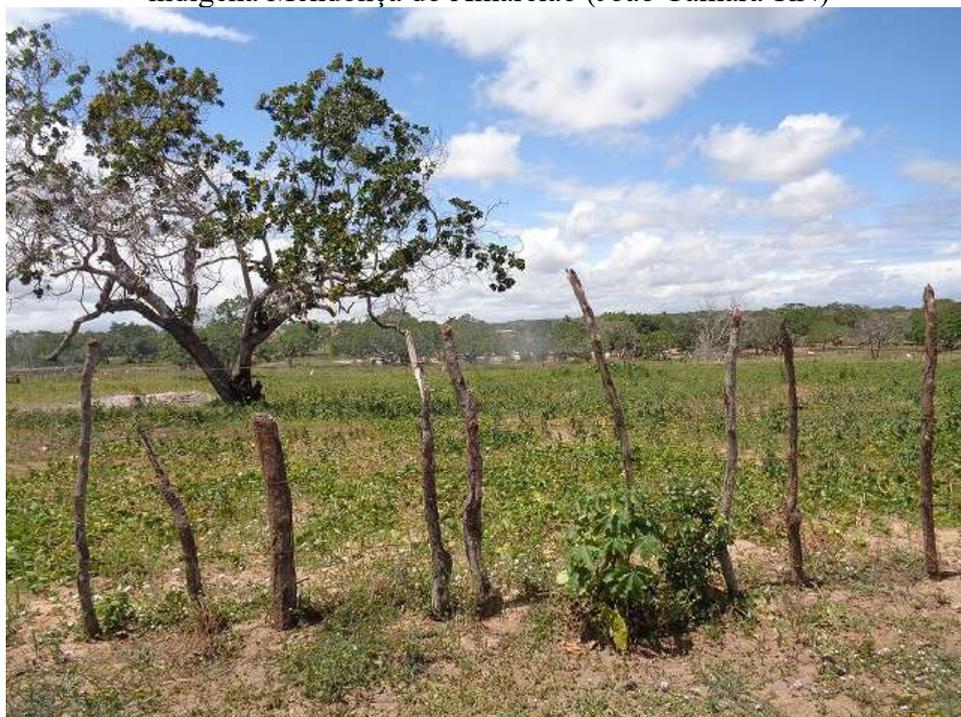
O povo tá enfrentando uma dificuldade muito grande pra se aposentar agora. Antes, a pessoa dava entrada na aposentadoria, com quinze dias tava se aposentando. Hoje, tá demorando um ano. O INSS tá negando por qualquer coisa, tudo é motivo pra negar uma aposentadoria! Então, antes, quando um indígena dava entrada numa aposentadoria, a gente já sabia que era aprovada, nem se preocupava, era só esperar o dia de pagamento. Hoje a gente não sabe! Deu entrada em aposentadoria e salário maternidade, aí o cara do INSS vai e coloca [mais] uma exigência [cada vez que a pessoa vai] (TMCS, 2019).

Para exemplificar as dificuldades com o INSS, foi relatada uma situação específica:

[alguém que] já foi chamado duas vezes no INSS (...). Quando chegou lá a pessoa da FUNAI questionou porque um indígena tava sendo chamado, que não era pra chamar, era pra comunicar à FUNAI, porque a FUNAI é quem dá entrada nos processos (...). Aí o servidor [do INSS] olhou pra pessoa da FUNAI e disse assim, ‘não é comigo’ (...), dando a entender que não ia resolver nada (TMCS, 2019).

Um problema interno citado com impactos socioambientais é em relação à geração de fumaça pelas unidades familiares de beneficiamento de castanha (FIGURA 47).

**Figura 47** – Fumaça da queima da castanha na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



Também foi mencionado sobre os animais de médio e grande porte que ficam soltos (FIGURA 48) em parte do dia, ocasionando alguns acidentes. Foi esclarecido que “os criadores têm terreno, mas criam solto. Já causaram vários acidentes”, como no caso de um dos participantes da oficina de diagnóstico, que “já bateu num cavalo e tantos outros aqui que já sofreram acidente” (TMCS, 2019).

**Figura 48** – Animais soltos nas vias públicas da comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

Ainda sobre os problemas internos, as estradas e vias internas são apontadas como “ruins” e “péssimas”, embora tenha sido relatado que periodicamente a prefeitura melhora as estradas: “vem fazer uma gambiarra [improvisado], mas nunca ajeitaram que preste[...]. Teve inverno aqui que carro não entrava [...]. O povo vinha com a feira na cabeça. Quando chegava aqui a caminhonete atolava e não passava mais” (TMCS, 2019). O registro fotográfico das vias internas (FIGURA 49) foi realizado no período chuvoso (mar/2019).

**Figura 49** – Vias públicas internas em período chuvoso na comunidade indígena Mendonça do Amarelão (João Câmara-RN)



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2019).

Os momentos das oficinas possibilitaram também a reflexão em relação à qualidade dos serviços públicos. Sobre a iluminação pública, falaram que tem manutenção precária nos setores residenciais, embora reconheçam que há casos isolados de alguns moradores que quebram as lâmpadas.

Sobre a segurança pública, destacaram a inexistência de posto policial e que as rondas não são frequentes, nem são feitas em todos os setores, refletindo diretamente na segurança local. Inclusive teve relatos de vários assaltos ocorridos:

Agora o Amarelão tá mais tranquilo, mas teve um ano que teve vários assaltos a Mendonça. Vários! Num desses assaltos, os assaltantes ficaram ali na entrada do Amarelão, tudo mato de um lado e outro. O Mendonça que passava, eles paravam, anunciavam o assalto e botavam pra dentro do mato. Um dos assaltados (...) disse que tirou o celular enquanto o cara [o assaltante] olhou de lado e jogou o celular dentro do mato, aí o cara disse, ‘o que você jogou aí?’ Aí ele [o assaltado] disse, ‘não joguei

nada, não'. Ai ele disse [o assaltante], 'se eu achar alguma coisa, dou um tiro na sua cabeça'. Ele [o assaltado] disse que pensou: 'me ajuda meu Padim Ciço, tomara que ele não ache nada meu Padim Ciço'. O cara [o assaltante] procurou, procurou e não achou [o celular] (TMCS, 2019).

As questões diagnosticadas contribuem para a reflexão e conhecimento do lugar, também trazem à tona aspectos de certo modo similares, vivenciados por diferentes comunidades indígenas na atualidade (FILGUEIRA, 2019; MARDAN et al., 2019; FALCÃO, 2015).

Costa (2019) também estudou os fatores que dificultam a gestão participativa nas áreas de sobreposição na Paraíba, envolvendo as TIs Potiguara e Potiguara Montemor, uma Área de Proteção Ambiental – APA – e uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE. O autor verificou que a correlação de forças políticas e econômicas interfere de forma significativa na gestão participativa dos indígenas potiguara na referida área de sobreposição e também concluiu pela necessidade de demarcação das terras indígenas.

Diante das experiências descritas, o diagnóstico participativo tem demonstrado ser um procedimento metodológico eficiente como subsídio essencial na construção do plano de ações em comunidades e se configura em instrumento de empoderamento. No caso do Amarelão foi verificado que a sustentabilidade econômica local passa pela demarcação da terra, acesso à água e apoio à infraestrutura produtiva e gerencial.

#### **5.4.3 Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS**

Os Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade – IQS foram elaborados com base nos dados do diagnóstico e mapeamento participativos, complementados com informações das entrevistas. Os critérios para a obtenção das variáveis qualitativas e para a formulação dos escores foram adaptados das metodologias de Martins (2005) e INEP (BRASIL, 2017), respectivamente.

Os IQS enfatizam a realidade da comunidade indígena Mendonça do Amarelão, da qual migraram parte das famílias para as demais comunidades do território Mendonça e por sua infraestrutura ser parcialmente compartilhada com as comunidades, a exemplo da escola e do posto de saúde.

Assim, foram avaliados indicadores nas temáticas: educação, saúde, trabalho e renda, acesso à terra, infraestrutura comunitária, organização sociopolítica e qualidade ambiental. Em confluência com os 17 ODS da ONU (2015), também estão relacionados ao que

prevê o RN Sustentável (GOVERNO DO ESTADO DO RN, 2013), quando enfatiza as questões educacionais, de saúde pública, de gênero e geração, fundiárias, de etnodesenvolvimento e direitos previdenciários.

O Indicador Educação – IE (QUADRO 16) compreende o capital humano que atua na educação local, na infraestrutura e nos aspectos pedagógicos disponíveis para a creche e para os ensinos fundamental, médio e EJA, além de requisitos qualitativos sobre disponibilidade de transporte público escolar. É o indicador que possui média mais elevada de escores obtidos e, portanto, apresenta maior contribuição para a sustentabilidade local. Por meio do poder público, a comunidade dispõe da educação infantil, fundamental, ensino médio e EJA. Especificamente em relação ao ODS-4 (ONU, 2015), a comunidade apresenta um avanço significativo, fruto da luta das lideranças locais

**Quadro 16 – Indicador Educação – IE: critérios e escores para formação dos IQS**

Nº	ITEM	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Creche</b>					
a	Estrutura				■	
b	Horários de funcionamento				■	
c	Crianças/comunidades atendidas					■
d	Professoras da comunidade					■
<b>2</b>	<b>Ensino Fundamental</b>					
a	Estrutura da escola				■	
b	Horários de funcionamento				■	
c	Quantidade de crianças atendidas					■
d	Merenda escolar					■
e	Professores/as da comunidade					■
f	Projeto Pedagógico Indígena (bilíngue, valorização da cultura local etc.)				■	
<b>3</b>	<b>Ensino Médio</b>					
a	Estrutura da escola				■	
b	Merenda escolar					■
c	Estudantes atendidos (quantidade/comunidades)				■	
d	Professores/as da comunidade					■
e	Projeto Pedagógico Indígena				■	
f	Horários de funcionamento				■	
<b>4</b>	<b>Educação de Jovens e Adultos – EJA</b>					
a	Quantidade de pessoas atendidas			■		
b	Professores/as da comunidade					■
c	Material didático		■			
<b>5</b>	<b>Transporte público escolar</b>					
a	Regularidade			■		
b	Qualidade do transporte			■		
c	Público atendido (turnos e quantidade de alunos)				■	
<b>RESULTADO</b>		4,1				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Costa, Silva e Costa (2021) apresentam um estudo sobre os desafios da educação escolar indígena no Rio Grande do Norte e dão destaque à experiência da comunidade

Eleotérios do Catu com a Escola João Lino da Silva. Embora seja reconhecida como um instrumento de afirmação cultural por ter um conteúdo curricular diferenciado, não pode perder de vista o contexto atual do ensino tradicional, apesar do seu padrão colonizador. Assim, os autores concluem pela importância da luta para construir um espaço de reciprocidade entre as mais variadas culturas indígenas e não indígenas, respeitando a diversidade cultural nacional.

Para o Indicador Saúde (QUADRO 17) são considerados aspectos sobre democratização do acesso aos recursos hídricos, saneamento ambiental e destinação dos resíduos sólidos. Especificamente quanto ao atendimento de saúde, são avaliados itens qualitativos da Unidade de Saúde da Família – USF, incluindo as especialidades médicas disponíveis. Neste indicador, verifica-se deficiência ou ausência em oito dos 17 itens, com destaque negativo para disponibilidade hídrica e saneamento ambiental.

**Quadro 17 – Indicador Saúde – IS: critérios e escores para formação dos IQS**

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Unidade de Saúde da Família – USF</b>					
a	Estrutura			3		
b	Horário de atendimento			3		
c	Atendimento odontológico			3		
d	Acompanhamento de agente de saúde				4	
e	Acompanhamento pré-natal			3		
f	Especialidades médicas (pediatria, psiquiatria, psicologia, ginecologia)		2			
g	Atendimento via DSEI (Distrito Sanitário Esp. Indígena)	1				
<b>2</b>	<b>Água e Tecnologias Sociais Hídricas – TSHs</b>					
a	Acesso à água potável		2			
b	Residências com água encanada	1				
c	Cisternas			3		
d	Poços para abastecimento doméstico e dessalinizadores		2			
e	Açudes			3		
<b>3</b>	<b>Saneamento Ambiental</b>					
a	Esgotamento sanitário (residências com banheiro/fossa)		2			
b	Resíduos sólidos (coleta pública)			3		
e	Coleta seletiva	1				
c	Reuso de água		2			
d	Controle de vetores de endemias			3		
<b>RESULTADO</b>		<b>2,4</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Machado, Maciel e Thiollent (2021), em uma pesquisa-ação sobre saneamento em comunidades rurais e tradicionais, junto à Comunidade Caiçara da Praia do Sono e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba no Rio de Janeiro, destacaram que o saneamento deve abarcar os conhecimentos tradicionais para manejo das águas a partir de uma ecologia de saberes efetiva. O cuidar da natureza, na perspectiva dos autores é uma ação de promoção da saúde, diretamente ligada à qualidade da água e saneamento. Além disso, a

equidade em relação à democratização do acesso à água e saneamento estão entre os maiores objetivos de ação apontados pela ONU (2015) para reduzir desigualdades e garantir qualidade de vida.

No Indicador Trabalho e Renda – ITR (Quadro 18), foram priorizadas as principais atividades econômicas desenvolvidas, com destaque àquela que é responsável pela maior contribuição em termos de renda, o beneficiamento artesanal e a comercialização da castanha de caju. Também abrange a atividade etnoturística, agropecuária e outras formas de renda não agrícolas. Durante as oficinas ficaram bem evidentes as potencialidades relacionadas a estes itens apresentados. Porém, a média de 2,4 evidencia as limitações que devem ser priorizadas pelas políticas públicas e pelo planejamento estratégico endógeno para o desenvolvimento comunitário.

Embora a atividade de beneficiamento e comercialização da castanha seja a principal atividade econômica no Amarelão, possui fragilidades, principalmente sobre ter origem externa e a dependência financeira de atravessadores. A comunidade domina a técnica de beneficiamento da castanha, porém esbarra na baixa lucratividade, visto que as fases finais da cadeia produtiva (distribuição e comercialização), que são as etapas de menor risco e maior retorno financeiro são controladas por pessoas e empresas exógenas à comunidade.

Oliveira (2021), em sua dissertação de mestrado fez um levantamento qualitativo da participação indígena na cadeia produtiva da castanha de caju no Amarelão. A autora reforça as limitações impostas pela não existência de plantios e, portanto, a necessidade de buscar as amêndoas fora da comunidade e a presença de intermediários na comercialização, fazendo com que o lucro da atividade fique com terceiros.

Por sua vez, Silva et al. (2016) destacam a importância do fortalecimento das cadeias produtivas para a sociobiodiversidade, como aspecto essencial para a sustentabilidade local. Impactam positivamente no desenvolvimento econômico do país, refletindo na conservação ambiental e na inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais.

Limitações relacionadas à apropriação da cadeia produtiva é uma constância em trabalhos realizados em comunidades tradicionais. Mardan et al. (2019), por exemplo, verificaram entre produtores de arroz em Ponorogo, na Indonésia, que a produção de arroz requer o domínio de aspectos estratégicos para melhorar o gerenciamento das terras agrícolas.

**Quadro 18 – Indicador Trabalho e Renda – ITR: critérios e escores para formação dos IQS**

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Beneficiamento e comercialização da castanha</b>					
a	Retorno financeiro da atividade			3		
b	Organização da comunidade para a comercialização		2			
c	Infraestrutura para beneficiamento		2			
d	Produção local de castanha	1				
e	Produção de subprodutos (rapadura, cocada, bolos etc.)			3		
f	Rotulagem dos produtos (marca, certificação etc.)	1				
g	Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs		2			
<b>2</b>	<b>Atividade Etnoturística</b>					
a	Existência de receptivo de turistas			3		
b	Capacitação de guias turísticos			3		
c	Infraestrutura para recebimento de turistas			3		
d	Eventos que evidenciam a atividade etnoturística			3		
e	Trilha turística: placas, acessibilidade, pontos de apoio		2			
f	Comercialização de artesanato indígena			3		
g	Divulgação etnoturística e eventos (via redes sociais etc.)		2			
<b>3</b>	<b>Atividades agrícolas e pecuária</b>					
a	Agricultura (feijão, milho, mandioca etc.)		2			
b	Rebanho de grande porte (bovinos)		2			
c	Rebanho de médio porte (caprino, ovino, suínos)		2			
d	Produção de galinhas e ovos		2			
f	Existência de quintais produtivos				4	
g	Crédito agrícola e pecuário		2			
h	Assistência técnica e gerencial		2			
<b>4</b>	<b>Trabalho e renda não agrícola</b>					
a	Atividades não agrícolas desenvolvidas pelas famílias			3		
b	Programas governamentais de distribuição de renda		2			
c	Venda de mão de obra para fora da comunidade			3		
d	Aposentadorias e pensões			3		
<b>RESULTADO</b>		<b>2,4</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

No que se refere às ações de assistência técnica e gerencial para as atividades agrícolas, pecuárias, entre outras, foi citada a atuação limitada do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RN<sup>49</sup>, à emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, vinculado ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES; e à entrega anual de sementes de milho, feijão e sorgo pelo governo do Estado.

O que a EMATER faz por a gente aqui é basicamente emitir a DAP (...). Porque a gente precisa da DAP para dar ao pessoal das comunidades Mendonça. Eles fazem muito aquele financiamento do Banco do Nordeste e Credi Amigo, alguma coisa desse tipo e precisa da declaração (...). É basicamente isso que eu vejo sendo feito pela EMATER, aqui nas comunidades. Não vejo uma outra ação de assistência rural e técnica, de vir dar uma assistência, mas também a gente basicamente não tem como plantar, só planta no inverno. Uma outra ação é a entrega de sementes, milho, feijão,

<sup>49</sup> O instituto mantém a antiga sigla de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

sorgo, que todo ano o Governo do Estado através da EMATER faz essa entrega (JCTS, 2021).

Sobre os programas governamentais de transferência de renda que a comunidade tem acesso, além do Programa Auxílio Brasil, já mencionado nos dados do censo comunitário (ACA, 2018), existem outros benefícios mencionados:

Alguns alunos que conseguem receber aquela bolsa permanência de novecentos reais. Tem também (...) os BPCs [Benefício de Prestação Continuada<sup>50</sup>], tem Bolsa Família [Auxílio Brasil].

Acessamos quatro remessas de cestas básicas durante o ano, pelo departamento de etnodesenvolvimento da FUNAI. Essa cesta básica é repassada pra nosso povo porque não conseguiram demarcar nossas terras ainda. Então, é uma forma de amenizar o sofrimento desse povo que não tem terra pra plantar, pra construir sua própria subsistência. Mas as cestas não chegam no período regular do ano. Ninguém sabe ao certo qual o mês que recebe. Todo ano tem que correr atrás, junto com a FUNAI, pra receber essa remessa.

Também recebemos a semente pela Emater, governo do Estado, pra plantar. Um mínimo de pessoas, não chega a dez, que recebe também “garantia Safra”. É basicamente isso (JCTS, 2021).

Quanto à importância das aposentadorias e pensões, a defasagem dos valores recebidos e as despesas com medicamentos têm impactado na renda das famílias:

A gente tem muitos aposentados na comunidade, mas alguns aposentados que ainda conseguem trabalhar, conseguem assar uma castanha, eles vão pras barracas assar castanha. A gente sabe que o salário hoje não dá pra viver. Alguns sobrevivem daquele salário, agora não vive, né? Tá com uma inflação muito grande que o salário não quase nada, hoje. Na maioria das vezes os aposentados gastam mais da metade dos seus salários com medicamentos. Também é uma outra política de saúde, de prevenção, também é negada ao povo brasileiro (JCTS, 2021).

No Quadro 19 constam os itens relacionados ao Indicador Acesso à Terra – IAT, onde se avalia o acesso à terra, notadamente à maior demanda da comunidade, que é a demarcação da TI, além de outros itens, como o tamanho médio dos lotes e disponibilidade hídrica para produção agropecuária.

Em todas as etapas deste trabalho já foram explicitadas as diversas bandeiras de luta dos povos originários do Estado, sendo a condição primordial a luta pela terra, isto é, a demarcação de todas as Terras Indígenas do Rio Grande do Norte (*AVÁ ARANDÚ*, 2017). Nesse sentido, atualmente é o que mais impacta negativamente a sustentabilidade no indicador, visto que não existem terras demarcadas no Estado.

---

<sup>50</sup> Programa BPC na Escola tem como principal objetivo garantir o acesso e permanência no sistema educacional de crianças e adolescentes de até 18 anos com deficiência (UNICEF, 2017).

Em sua dissertação de mestrado, Moura (2019) aponta em relação aos tapuias da Lagoa do Tapará-RN, os elementos de resistência, etnicidade e luta pelos direitos indígenas, incluindo a demarcação de território. Na perspectiva essencialmente antropológica a autora reflete sobre a (re)construção sociopolítica e a ressignificação dos valores da cultura local, como o caminho da luta pelos direitos indígenas. Uma análise similar pode ser feita em relação aos Mendonça do Amarelão.

**Quadro 19** – Indicador Acesso à Terra – IAT: critérios e escores para formação dos IQS

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Acesso à terra</b>					
a	Terra demarcada					
b	Famílias vivendo em terreno próprio					
c	Tamanho médio dos lotes de terra					
d	Água para produção agrícola e pecuária					
<b>RESULTADO</b>		<b>1,7</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Os critérios e escores para o Indicador Infraestrutura Comunitária -IIC (Quadro 20) abrangem itens que avaliam a mobilidade, a segurança pública e os serviços comunitários. A comunidade não é devidamente assistida pelo poder público em relação a estes aspectos. O único item considerado bom, na verdade é fruto da ação do próprio movimento indígena, que é a estrutura da associação comunitária. Mobilidade e segurança pública, que são direitos essenciais, são negligenciados.

As limitações de infraestrutura ocorrem em todo o território do Mato Grande. A negligência do poder público nesse indicador vai além do Amarelão e requer mobilização social para fortalecer as relações entre Estado-sociedade civil (CARDOSO et al., 2014).

**Quadro 20** – Indicador Infraestrutura Comunitária – IIC: critérios e escores para formação dos IQS

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Mobilidade</b>					
a	Qualidade das vias principais de acesso					
b	Qualidade das vias secundárias de acesso					
c	Transporte público					
<b>2</b>	<b>Segurança pública</b>					
a	Posto policial					
b	Ronda policial					
<b>3</b>	<b>Serviços comunitários</b>					
a	Lazer comunitário (quadra, campo de futebol, espaço para festas)					
b	Coleta pública de resíduos domiciliares					
c	Estrutura da associação comunitária					
<b>RESULTADO</b>		<b>2,4</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Para a construção do Indicador Organização Sociopolítica – IOSP (QUADRO 21) são considerados itens que avaliam o estágio de organização coletiva, a representatividade tanto no movimento indígena, quanto nas instâncias políticas. Outro item se refere às relações institucionais com órgãos públicos, com ênfase à FUNAI e também com ONGs.

A organização sociopolítica do movimento indígena no Amarelão e suas lideranças indígenas se destacam em âmbito local, estadual e nacional. Reflexo disso é a média de 3,7 obtida neste indicador, que apresenta como único item crítico a não representatividade na câmara municipal. A fala da liderança demonstra uma compreensão política que vai além de buscar apoio dos vereadores ou ações assistencialistas, mas de participar diretamente do processo eleitoral.

Não ter representante da comunidade na Câmara. Foi uma colocação também do grupo [grupo de discussão na oficina de diagnóstico]. A gente agora tem que ter um representante! Eu não voto – pode ser Mendonça dez vezes, de pé rachado, ter nascido na beira do açude – eu não voto, se vier com conversa, ‘olhe, se eu ganhar pra vereador eu lhe dou um emprego, dou emprego à sua tia’, eu já não voto (TMCS, 2019).

Muito importante ressaltar o papel das mulheres indígenas na comunidade. Com marcante presença, “ocupam cargos de liderança na Associação Comunitária, reivindicam os seus direitos diante do Estado nacional, atuam nas salas de aula da escola do Amarelão, produzem o artesanato e estão dentro das universidades, por exemplo” (SANTOS e COSTA, 2021).

**Quadro 21** – Indicador Organização Sociopolítica – IOSP: critérios e escores para formação dos IQS

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Associação comunitária e organização de coletivos</b>					
a	Participação dos associados na organização coletiva				4	
b	Nível de organização coletiva (mulheres indígenas)				4	
c	Nível de organização coletiva (juventude)				4	
<b>2</b>	<b>Representatividade indígena</b>					
a	Conselhos públicos municipais, estaduais etc.				4	
b	Câmara municipal	1				
c	Movimento indígena estadual					5
d	Movimento indígena nacional				4	
<b>2</b>	<b>Apoio institucional</b>					
a	FUNAI			3		
b	ONGs				4	
c	Outros órgãos públicos (IESSs, IFs etc.)				4	
<b>RESULTADO</b>		<b>3,7</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

O Indicador de Qualidade Ambiental – IQA, apresentado no Quadro 22, apresenta itens que se relacionam ao nível da realização de práticas conservacionistas, aos impactos socioambientais negativos e questões específicas do entorno da comunidade, quanto aos impactos das atividades de exploração de calcário na pedreira e no parque de energia eólica.

Este indicador também apresenta uma média com nível crítico, visto que as práticas ambientalistas ainda não se configuram em regra na comunidade. Quanto à produção agrícola, está mais presente nas áreas de assentamento que compõem o território, visto que os assentados possuem lote próprio para esse fim, já no Amarelão é bastante reduzida, e quando ocorre é para subsistência (AVÁ ARANDÚ, 2017). As práticas conservacionistas relacionadas à agricultura ocorrem timidamente, pois frequentemente não são prioritárias na composição da renda das famílias. Logo, como aponta Leff (2012), o conhecimento tradicional por um lado é ruptura, mas não é *tabula rasa* em relação às demais formas de conhecimento. A compreensão do conhecimento tradicional “não decapita” o conhecimento científico e portanto, a racionalidade ambiental requer a compreensão dos diversos saberes em busca da sustentabilidade.

**Quadro 22** – Indicador Qualidade Ambiental – IQA: critérios e escores para formação dos IQS

Nº	ITENS	1	2	3	4	5
<b>1</b>	<b>Práticas conservacionistas</b>					
a	Rotação de culturas, consórcio, adubação orgânica (esterco) etc.					
b	Utilização de compostagem					
<b>2</b>	<b>Impactos negativos</b>					
a	Uso de agrotóxicos na produção agrícola					
b	Uso de queimadas					
c	Utilização de lenha como fonte de energia ou comercialização					
<b>3</b>	<b>Entorno</b>					
a	Eólicas					
b	Pedreira					
<b>RESULTADO</b>		<b>2,4</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

Diante dos indicadores apresentados, o IQS médio alcançado foi de 2,7. Na metodologia proposta indica uma condição insuficiente, ou seja, não atende às demandas locais quanto à sustentabilidade.

Contudo, apenas as dimensões educação e organização sociopolítica apresentaram médias acima de 3,0, enquanto as outras cinco dimensões estão abaixo do suficiente, portanto em nível crítico. O acesso à terra é a dimensão com menor média. Nesse sentido, é justificado que a organização sociopolítica, aspecto de média mais elevada, tem como bandeira mais importante exatamente a luta pela terra, aspecto confirmado neste estudo.

No mesmo entendimento de Martins (2005), foi verificado que estas dimensões são importantes como parâmetro de avaliação dos diversos itens, todavia não fornecem elementos quanto à garantia ou não de sustentabilidade. Assim, as variáveis acesso à terra, saúde, trabalho e renda, infraestrutura comunitária e qualidade ambiental, todas com média igual ou inferior a 2,4, necessitam ser priorizadas como condição para a sustentabilidade. Portanto, limitar a leitura ao resultado médio do IQS (QUADRO 23) é delicado, visto que implica necessariamente na valorização multidimensional das variáveis econômica, social e ambiental. Boff (2012) reforça a ideia da inclusão das diversas dimensões da sustentabilidade e que levem em conta as mais diversas culturas dos povos que habitam a casa comum.

Do ponto de vista do planejamento estratégico, é necessário priorizar ações relativas aos pontos elencados como insatisfatórios (1 e 2), monitorar aqueles indicados como satisfatórios (3) e garantir a manutenção dos itens considerados bom (4) ou ótimo (5), indicando as responsabilidades internas, o papel das parcerias, os recursos financeiros, humanos e naturais e a distribuição das ações em curto, médio e longo prazo. O planejamento estratégico deve ser intrínseco e realizado de forma democrática, pelos coletivos sociais da comunidade.

**Quadro 23 – Formação dos Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade**

IQS						
Nº	INDICADORES: SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS	1	2	3	4	5
1	EDUCAÇÃO	4,1				
2	SAÚDE	2,4				
3	TRABALHO E RENDA	2,4				
4	ACESSO À TERRA	1,7				
5	INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA	2,4				
6	ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA	3,7				
7	QUALIDADE AMBIENTAL	2,4				
<b>RESULTADO</b>		<b>2,7</b>				

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

As dimensões de sustentabilidade destacadas nesse levantamento confluem para os ODS da ONU (ONU, 2015), mas é necessário avançar, visto que a previsão para “resolver” as arestas que impedem o desenvolvimento sustentável até 2030 é, no mínimo, pouco realista ou desconsidera a complexidade apontada por Morin (2003) que propõe a religação dos diversos saberes como concepções sobre o conhecimento, para além da “orgulhosa cultura ocidental”.

Em relação às pessoas, os ODS propõem acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões e garantir que em um ambiente saudável todos os humanos possam realizar seu potencial em dignidade e igualdade. Sobre o planeta Terra, visam proteger da degradação, principalmente por meio do consumo, produção e gestão sustentáveis dos recursos

naturais, além de adotar medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, para que o planeta consiga dar suporte às necessidades das gerações atuais e futuras.

Tem por metas assegurar vida próspera e plena realização pessoal e que o progresso econômico, social e tecnológico devem acontecer em harmonia com a natureza. Considera ainda fundamental promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, pois não pode haver paz sem Desenvolvimento Sustentável, nem o oposto. No aspecto das parcerias, devem ser baseadas na solidariedade global entre países e pessoas, voltadas especialmente às necessidades dos mais pobres e vulneráveis, incluindo os indígenas (ONU, 2015).

Contudo, o protagonismo indígena no contexto dos ODS, parece ter ficado em segundo plano, inclusive no processo de construção dos referidos objetivos. A Agenda 2030 parte de uma lógica onde os pobres e excluídos devem ser meros receptores de benefícios e direitos. Na verdade, estes foram usurpados ao longo dos séculos por modelos de desenvolvimento predatórios da natureza, baseados no crescimento econômico e no poder político de algumas nações mais avançadas econômica e tecnologicamente. É como se essas nações tivessem que “permitir” a redução das desigualdades e a proteção ao ambiente, desde que não seja necessário reduzir as margens de lucros dos bancos e das empresas privadas. É uma visão de gestão socioambiental hegemônica que tem ligação com a colonialidade do saber.

As mudanças tecnológicas propostas nos ODS não levam em conta as necessárias alterações significativas no atual modelo de consumo dos países desenvolvidos, uma vez que não conseguirão resolver os conflitos sociais, como o combate à fome e o respeito às populações tradicionais. Há um conflito óbvio, sobretudo com o aumento das crises socioambientais, as mudanças climáticas, a crise hídrica, o aumento da miséria, o aumento das doenças ambientais e a própria pandemia do Covid-19.

Assim, perspectivas contra-hegemônicas têm surgido e a crítica à colonialidade do saber precisa sair da margem e ocupar o foco do debate socioambiental e econômico, por meio da justiça socioambiental e de outras possibilidades que surgem como alternativas aos modelos constituídos como a educação ambiental crítica, a ecologia dos pobres e o ecossocialismo (REIS; TIMÓTEO e WALTER, 2020).

Nessa mesma direção Kain (2018) e Hidalgo-Capitán et al. (2019) fazem críticas diretas aos 17 ODS da Agenda 2030 (ONU 2015) quando trazem em contraposição a percepção não colonialista dos Objetivos do Bem Viver, que dão voz aos indígenas, não como aqueles que precisam de ajuda, mas como populações que podem contribuir com seus conhecimentos na

busca pelo desenvolvimento sustentável. Para os autores, é preciso priorizar o cuidado com os *habitats* humanos e as questões ambientais em igual plano de importância, na perspectiva do bem viver, dando lugar ao debate econômico sobre a soberania alimentar e a eliminação da miséria.

## **6.5 Projeção de cenários: possibilidades ao planejamento e gestão das paisagens**

As proposições aqui apresentadas refletem as percepções do coletivo nas oficinas participativas de diagnóstico e mapeamento participativos, reforçadas nas entrevistas remotas com lideranças, nas conversas informais com pessoas da comunidade e em diálogo com a literatura. Inicialmente foi planejada, à luz da metodologia da geocologia das paisagens, a elaboração de mapas temáticos propositivos com o zoneamento socioambiental, visando ao uso sustentável do território e da biodiversidade (RODRIGUEZ e SILVA, 2016). O zoneamento objetiva a organização (BRASIL, 1981), dando suporte ao ZEE (BRASIL, 2002) que, por sua vez, considera as limitações e fragilidades dos ecossistemas.

Nas possibilidades, são apontadas: as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; as áreas de manejo e conservação com os recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência; as áreas de recuperação como as desmatadas; as zonas de endemismo, isto é, áreas de proteção integral da fauna e flora; a área primitiva com alto grau de preservação; Unidades de Conservação – UC e Áreas de Preservação Permanente – APP. Também podem ser definidas as áreas para produção e criação, de coleta e caça; as áreas original e reivindicada, além das áreas de uso público. Nas diretrizes para o PGTA devem ser apontadas as demandas locais e especificadas as ações e possíveis parcerias institucionais público-privadas, para dar continuidade ao processo de planejamento das paisagens (RODRIGUEZ e SILVA, 2016; BRASIL, 2012b; FUNAI, 2019).

A literatura também indica a área de retomada/resgate. Porém, além de ser uma informação sigilosa que a comunidade em estudo não quer expor, é complexo descrever as áreas de reivindicação e de retomada, uma vez que no entorno da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e das demais comunidades que compõem o território Mendonça têm propriedades privadas e áreas que já foram objeto de conflito de reforma agrária, se configurando em áreas de sobreposição.

Como estratégia alternativa à continuidade das oficinas de zoneamento propositivo, conforme esclarecimentos feitos na metodologia, foram consideradas as informações,

demandas e sugestões apontadas nas oficinas sociais, que contemplam aspectos naturais, socioculturais, econômicos e políticos. Assim, partindo das percepções e usos locais das paisagens socioambientais e culturais e com base no que a comunidade almeja, as proposições apontam na perspectiva de políticas públicas sustentáveis para o uso racional da sociobiodiversidade e poderão ser consideradas pela comunidade na gestão participativa.

Neste sentido, foi elaborada a carta-imagem da trilha etnoturística com ênfase às paisagens socioculturais com os pontos de memória. Também nos mapas sociais foi apontado o terreno da prefeitura, próximo à ACA, para a construção de equipamentos sociais como o posto policial e a praça com academia para a terceira idade e brinquedos infantis. Além da caracterização da estrutura paisagística com a elaboração dos mapas de recursos hídricos, de uso e ocupação do solo, entre outros.

As diretrizes e metas para a sustentabilidade local se configuram em um instrumento de caráter dinâmico. Para a área reivindicada ou após a TI demarcada, preferencialmente, além das possibilidades já citadas podem ainda constar no planejamento das paisagens: o mapa de zoneamento socioambiental funcional com os cenários recomendados para um horizonte de dez anos, por exemplo; o mapa cultural com as festividades locais, feira agroecológica etc.; o calendário anual com as atividades produtivas; práticas agrícolas etc. Já nas ações concretas, têm destaque a definição dos cenários alternativos com as possíveis soluções e ações prioritárias das políticas setoriais; bem como a divisão de tarefas e responsabilidades; as parcerias possíveis; e ações de educação ambiental, a exemplo do reflorestamento de espécies nativas e plantio de frutíferas no perímetro da área de retomada.

A concretização das ações previstas no planejamento requer um conjunto de parcerias que já existem, mas podem ser mais efetivas na busca pela sustentabilidade local. No Quadro 24 consta o cenário atual e possibilidades de parcerias com diversos órgãos e entidades públicas e do terceiro setor. A lista das instituições elencadas tem por base as informações levantadas nas oficinas e entrevistas. Essa estratégia foi importante para confirmar as intervenções institucionais na comunidade e as potenciais parcerias.

É necessário ter cuidado para que as relações institucionais, em especial com o poder público, não sejam de forma passiva. Parafraseando Krenak (2015, p. 13), quando compara os governantes brasileiros aos síndicos, ao afirmar que "o Brasil é o condomínio desses caras. (...) que mais você quer aqui, meu filho? Ah, agora troca o elevador". O "síndico", no caso o governante, faz cortes e emendas seguindo acordos pessoais e não necessariamente para cumprir os papéis institucionais. Desse modo, os movimentos e comunidades indígenas lutam

na cobrança do papel institucional e não esperam passivamente pelo dia que vai chegar um "sindicato" mais generoso.

**Quadro 24 – Parcerias atuais e possibilidades futuras**

<b>Instituições</b>	<b>Parcerias anteriores/atuais</b>	<b>Projeções de parcerias</b>
FUNAI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tem a CTL em Natal desde 2011, porém funciona de forma precária</li> <li>- Antes do atual governo, a relação era considerada muito boa, mas está paralisada em suas ações.</li> <li>- O aumento da burocracia e a atual política governamental inviabilizaram o apoio na luta pela demarcação de terras e demais prioridades dos povos indígenas.</li> <li>- Houve distribuição de quatro remessas de cestas básicas no período da pandemia de Covid-19;</li> </ul>	<p>A FUNAI deve cumprir sua função, conforme prerrogativa da Lei nº 5.371/1967 (BRASIL, 1967), de promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- estudos de identificação dos grupos étnicos;</li> <li>- assegurar a delimitação, demarcação e regularização das terras indígenas; além de monitorar para evitar conflitos e fiscalizar.</li> </ul>
Governo do Estado do RN	<p>Governo anterior:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- apoio da Fundação José Augusto para a festa da castanha</li> <li>- transporte para eventos do movimento indígena;</li> </ul> <p>Governo atual:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- reconhece a comunidade como indígena, mas não tem ações concretas de apoio.</li> </ul>	<p>Executar os compromissos públicos, previstos no Plano de Governo do Estado do RN (PARTIDO DO TRABALHADORES, 2018), para além dos apoios pontuais e assistencialistas. O plano não menciona as comunidades indígenas rurais diretamente, mas coloca propostas para os indígenas em seis momentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- política de permanência estudantil universitária;</li> <li>- capacitação dos servidores públicos na temática indígena;</li> <li>- desenvolvimento urbano e habitação indígena;</li> <li>- combate ao racismo e discriminação;</li> <li>- garantia do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas;</li> <li>- apoio na formação para o mercado de trabalho.</li> </ul>
CEPIN-RN	<p>Instituída pelo Decreto 27.320/2017, com a presença das entidades e lideranças das comunidades indígenas. Porém, não está em funcionamento efetivo.</p>	<p>É necessário o pleno funcionamento desta comissão para que não seja apenas mais uma burocracia legal, fazendo valer os objetivos previstos de construir, de forma democrática e participativa o PEP/Indígenas, que direcionará o Governo do Estado nas políticas de promoção de direitos fundamentais a essa população.</p>
EMATER-RN	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Distribuição de sementes de milho, feijão, sorgo;</li> <li>- Emissão da DAP, burocracia necessária para financiamento no Banco do Nordeste.</li> </ul>	<p>Cumprir sua missão de prestar assistência técnica e gerencial pública, permanente e de qualidade com prioridade à agricultura familiar, para promover o desenvolvimento rural sustentável.</p>
Prefeitura Municipal de João Câmara	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Reconhece a autoafirmação indígena” de três comunidade do território Mendonça</li> <li>- Apoio pontual com transporte para eventos do movimento indígena;</li> <li>- Participação indígena no NUCA</li> <li>- Relações com as secretarias de educação e de saúde.</li> </ul>	<p>Atualizar o plano diretor do município, incluindo ações concretas para a população indígena nas temáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- educação;</li> <li>- saúde;</li> <li>- segurança pública;</li> <li>- geração de renda;</li> <li>- planejamento ambiental.</li> </ul>
SENAR	<p>Realização de capacitações</p>	<p>Formalizar parceria para novas capacitações tanto em relação à agroindústria familiar, como nos aspectos de gestão e comercialização.</p>

### Continuação – Quadro 24

Instituições	Parcerias anteriores/atuais	Projeções de parcerias
AACC	ONG que executou programas de convivência com o semiárido no Amarelão, especialmente o P1MC.	- Retomar a parceria para ampliação dos programas de convivência com a seca - Buscar apoios para ações de assistência técnica, gerencial, ambiental e de comercialização de produtos, além do apoio à organização das mulheres e jovens.
TECHNE	Cooperativa de serviço que apoia a comunidade e também realizou ações de convivência com a seca como o P1+2, que construiu cisternas calçadão para captação de água da chuva para fins de produção agrícola.	- Retomar a parceria para ampliação dos programas de convivência com a seca - Buscar apoios para ações de assistência técnica, gerencial, ambiental e de comercialização de produtos, além do apoio à organização das mulheres e jovens.
SAR	Apoio em algumas formações, inclusive para a orquestra e distribuição de cestas básicas durante a pandemia.	Ampliar a parceria, com ênfase à juventude local, na capacitação em diversas áreas de acordo com as demandas locais.
SOS Terra	ONG ambientalista que atuou na divulgação de campanhas durante a pandemia e arrecadou recursos para a doação de cestas básicas, inclusive no exterior.	- Ampliar a parceria e buscar apoios, com ênfase à temática ambiental, além das campanhas assistenciais.
APIB e APOINME	Organização da luta indígena em diversas frentes, de forma permanente.	Fortalecer o movimento e as mobilizações, incluindo a formação de novas lideranças indígenas.
UFRN, IFRN, UFRSA e demais instituições de ensino	As parcerias pontuais se dão por meio de professores que priorizam a questão indígena e não diretamente com as IESs, embora os projetos de pesquisa e extensão sejam formalizados.	- Incluir a temática indígena na política pedagógica de forma transversal e sistêmica no ensino, pesquisa e extensão. - As ações das IESs serão mais eficazes se realizadas de forma conjunta e sinérgica, sem sobreposição de projetos junto às comunidades.

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

No Quadro 25, estão elencadas diretrizes propostas para as temáticas demarcação da terra indígena e preservação ambiental, no qual estão indicados os desdobramentos e as instituições que poderão ser provocadas à participarem da implementação das ações.

A demarcação das terras é o principal objetivo do movimento indígena e é um passo fundamental para a efetivação dos demais direitos e conquistas sociais, econômicas e ambientais. O significado dessa luta remete à garantia à vida dos povos indígenas, para além do resgate dos seus territórios:

A relevância da demarcação de terras aqui, não só aqui, mas pra toda população indígena, não é nem um ressarcimento do Estado não, é a garantia da reprodução cultural e social dos povos indígenas. A demarcação de terras ela é a garantia da vida. Ela é a garantia das novas gerações terem acesso aos territórios indígenas, de terem acesso à educação de forma diferenciada e específica. É terem acesso à saúde, não só a saúde convencional, mas a continuidade do uso da medicina tradicional e às práticas culturais. Sem a demarcação de terras não tem como assegurar a reprodução social da população indígena do país, com todos os povos indígenas do Brasil, não só do território Mendonça (TMCS, 2021)

O próprio movimento indígena se configura como um processo de reterritorialização (SANTOS, 2001) e de territorialidade específica na construção política da identidade coletiva (ALMEIDA, 2008).

**Quadro 25** – Proposições sobre os aspectos de sustentabilidade ambiental e territorial

Diretriz	Como?	Quem?
Demarcação da TI	Apresentar subsídios para a continuidade do processo de demarcação do território Mendonça. A demarcação é condição fundamental para a sustentabilidade socioambiental, cultural, econômica, territorial e política.	FLM, ACA e demais associações locais, movimento indígena potiguar, FUNAI e poder público.
	Reforçar a articulação/pressão política em âmbito local, estadual e nacional pela continuidade do processo de demarcação do território indígena Mendonça.	FLM, ACA e demais associações locais, movimento indígena potiguar, FUNAI, poder público.
	Intensificar a luta dos movimentos indígenas em âmbito local, estadual e nacional, fortalecendo as organizações indígenas e estrategicamente participando dos atos políticos, congressos e seminários em prol da causa indígena e de outros movimentos sociais parceiros, como o MST e o ATL.	FLM, ACA e demais associações comunitárias que integram o movimento indígena potiguar.
Conservação ambiental	Realizar capacitações contínuas e ações de educação ambiental formal e informal sobre os impactos socioambientais e aspectos legais do processo de beneficiamento da castanha: biomassa utilizada na queima, emissão de fumaça, uso de EPIs etc.	ACA, Escola E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento, SENAR, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA.
	Associar o etnoturismo com suas pinturas rupestres à conservação ambiental do bioma caatinga e dos reservatórios naturais hídricos.	ACA, Escola E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento, SENAR, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA.
	Enfatizar no projeto pedagógico a transversalidade da educação ambiental em todos os níveis de ensino.	Escola E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento
	- Realizar capacitações para a gestão de resíduos sólidos: política dos 3Rs; compostagem. - Eliminar a prática da queima de resíduos; - Buscar financiamento para instalação de fossas ecológicas.	ACA, Poder público, ONGs, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA.

Fonte: Jacqueline C.V. Martins (2022).

No fluxograma elaborado (FIGURA 50), consta a proposição da cadeia produtiva da castanha, incluindo a estruturação com as etapas de produção, processamento, armazenamento, embalagem, rotulagem e comercialização, sem a presença de intermediários, ampliando de forma significativa a participação das famílias nos lucros.

**Figura 50** – Fluxograma propositivo da cadeia produtiva da castanha de caju na comunidade indígena Mendonça do Amarelão



**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022).

Contudo, para a sua concretização requer pelo menos duas ações significativas do poder público e uma ação da comunidade. Primeiramente, a demarcação do território Mendonça, para que as comunidades possam ter terras disponíveis para a produção local de castanha de caju, eliminando ou reduzindo de forma significativa a necessidade de obtenção das amêndoas externamente e o papel do atravessador.

Porém, a demarcação por si só ainda será insuficiente para a sustentabilidade da atividade, pois requer do poder público ainda o apoio na estruturação do processo produtivo, por meio de ações como financiamentos para a implantação de pomares de cajueiro anão precoce, perfuração de poços de água, assessoria técnica e gerencial para o manejo, além da melhoria das condições de armazenamento e processamento da produção.

As comunidades, por sua vez, devem criar condições para a gestão das atividades produtivas por meio de suas organizações internas. Dentre as possibilidades, o cooperativismo é uma referência. Nesse sentido, Nunes et al. (2018), em estudo sobre a cadeia produtiva da castanha de caju na Serra do Mel-RN e demais municípios da microrregião de Mossoró-RN, apontam como alternativa o cooperativismo como forma de organização da produção e do trabalho, para ter acesso aos mercados institucionalizados como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos Compra Direta – PAA.

Quando o modelo de gestão é mais estruturado por meio de cooperativa de produção, aumentam exponencialmente as possibilidades de diversificação e melhoria do processo agroindustrial familiar, por exemplo com certificações e selos de qualidade ambiental. Também amplia o alcance aos mercados de outros estados e até do exterior de forma direta, sem intermediários. Tudo isso requer tempo e investimento, mas é necessário pensar na perspectiva da sustentabilidade da atividade.

A proposta atende aos anseios dos coletivos da ACA. Contudo, o percurso até chegar nesse estágio organizacional é longo e requer parcerias consistentes, visto que a dependência dos atravessadores é uma barreira a ser transposta com a efetiva participação do poder público e com organizações que atuam no campo e compreendem a realidade local. Em seu depoimento, o produtor JCTS (2021) esclarece:

Ainda não temos projeto pra rotulagem, pra certificação (...). Um projeto como esse seria mais pra uma cooperativa (...). Não tem um pensamento de colocar selo, de ter uma certificação (...) Na verdade, a gente trabalha mais com o beneficiamento (...). Cada um faz o seu beneficiamento. Cada atravessador tem suas famílias [que] faz o beneficiamento daquela quantidade de castanha (...). Tem o atravessador externo que traz a castanha até o atravessador interno, que é o atravessador indígena que passa pras famílias pra beneficiarem. Essas famílias são na maioria familiares seus também (...). O atravessador indígena pega a castanha [beneficiada] e já entrega a castanha ao atravessador [externo] que traz pra ele ou já tem um mercado. Já tem uma pessoa que pega aquela quantidade e aquela pessoa sim, que vai exportar para outros Estados brasileiros e até para outros países (...). E aí aquela castanha vai pra fora. Lá fora, ela recebe uma ‘certificação’. Com certeza não leva nem o nome do território Mendonça. Se fosse a cooperativa, com certeza já tinha pensado num projeto como esse. Eu negócio com castanha e fiz uma *logozinha* [logomarca] ‘Castanha Mendonça’ e colava aquela *logo* com número de telefone. Um negócio bem simples pra quem comprar, através daquela *logo* expandir bem. Foi no início da pandemia que eu comecei a vender pra fora e consegui expandir através de um pequeno rótulo na embalagem e fui passando pros amigos. Eu consegui bem expandir minhas vendas. Agora [depois da pandemia] deu uma parada.

O formato previsto no fluxograma pode proporcionar acréscimo de renda por meio do pseudofruto, isto é, do próprio caju com suas extraordinárias propriedades nutricionais e grande variedade de subprodutos, como doce, polpa, rapadura, vinho<sup>51</sup>; além de outros derivados como a cajuína e a “carne” de caju, etc. Assim, a castanha como carro chefe e a diversificação à base do caju apresentam significativos potenciais de comercialização, sobretudo com o *marketing* da origem indígena na agricultura de base familiar, além de possibilitar a ampliação da geração de trabalho e renda para mulheres e jovens.

Na mesma linha propositiva, foram sistematizadas diretrizes, ações e entidades envolvidas para a temática gestão e sustentabilidade socioeconômica.

A diversificação das fontes de renda é um importante parâmetro de sustentabilidade, mas dada a informalidade e sazonalidade é difícil ser mensurada adequadamente. Nesse sentido, no depoimento sobre a economia interna das comunidades,

---

<sup>51</sup> O vinho de caju – “*cauim*” –, termo original do tupi, é uma bebida que remonta aos hábitos indígenas do Nordeste brasileiro, anteriores à colonização (CASCUDO, 1967). Assim, apresenta importante possibilidade de resgate cultural, para além de agregação à renda.

JCTS (2021) se refere às atividades não agrícolas e ao uso de quintais produtivos como complementos de renda.

Tem muito mercado dentro da comunidade, tem aquelas mulheres que vendem perfumes, roupas, cosméticos. Tem também pessoas que fazem o caco da castanha e vendem, pessoas que fazem carroças.

(...) São pessoas com habilidade na marcenaria que fazem carroças pra burro, pra cavalo, pra boi, carroças pra carro puxar. Fazem também aquelas estacas de cimento, pré-moldado, aquelas pias. Como a gente não tem um mercado, fazem por encomenda.

(...) Como eu também sou artesão, faço mais por encomenda. Tivemos também esse impacto na parte de artesão [com a pandemia]. A gente tinha feiras, participava de feiras, recebia as turmas de visitantes no nosso etnoturismo e conseguia negociar, vender o nosso artesanato. E hoje, eu faço cocar apenas por encomenda, faço uma lança. Basicamente parou essas vendas.

É bastante comum também na comunidade, em tempos de chuva, em tempos de inverno, a pessoa passar vendendo uma fruta, uma acerola, um umbu, (...) uma seriguela.

(...) Se a gente tivesse a política de um saneamento, de uma água pra consumo humano de qualidade e em quantidade, que a gente tivesse uma água pra fazer pequenos quintais produtivos com uma hortaliça, uma frutífera que não precisa de muita água para cultivá-la.

A respeito do etnoturismo, a comunidade já tem realizado esforços no sentido de melhorar a profissionalização da atividade. Para tanto, o caminho escolhido foi envolver a juventude para atuar no receptivo dos grupos de visitantes. O desenvolvimento da atividade é um desafio, visto que a microregião do Mato Grande está próxima da rota do turismo mais divulgada no Estado que inclui o litoral de Natal e cidades vizinhas como Touros.

Contudo, a consolidação do etnoturismo passa pela divulgação e capacitação para que as receitas geradas realmente fiquem na comunidade, de modo que seja diferente do que foi registrado por exemplo, na comunidade indígena em Baía Formosa-RN. Pereira (2015), em sua dissertação de mestrado, verificou no caso de Sagi que a participação das pessoas nas atividades turísticas é passiva e basicamente ocorre no suporte aos proprietários de pousadas e bares, na realização de serviços gerais e de trabalhos sazonais como garçons e garçonetes.

Há também situações isoladas de pessoas que criaram alternativas de renda. Por exemplo, o caso de seis mulheres que construíram barracas de varas de mangue e cobertura de palha à margem do rio para comercializarem seus produtos. Em Sagi tem também uma trilha ecológica, mas Pereira (2015) explica que nem mesmo essa atividade é organizada de forma coletiva. Os turistas e bugreiros que não são da comunidade param em um determinado bar de propriedade de um senhor que organiza a trilha na mata e um passeio ecológico de canoa pelo manguezal. É esta pessoa da comunidade que efetivamente tem lucrado com o turismo.

Para evitar este modelo insustentável e assegurar o empoderamento da atividade no Amarelão, TMCS (2021) explica o caminho definido pelo coletivo, via capacitação de jovens:

A gente retomou agora a formação [da juventude] e nessa formação os guias estão passando por algumas oficinas da comunidade, sobre oralidade, como receber as pessoas, os pontos principais, a história da comunidade, a história do território.

(...) E tem também uma parte que a gente quer levar eles pra outros pontos turísticos do Estado [RN], pra eles verem que o turismo não é só esse que a gente faz na comunidade. Pra eles terem contato com outros tipos de turismo. Antes da pandemia a gente levou eles no Castelo de Zé dos Montes [em Sítio Novo-RN].

Pra isso, a gente tem uma parceria da prefeitura [de João Câmara], que dá o ônibus. E quinze dias atrás [primeira semana de out/2021], foi quando a gente retomou a formação na comunidade. A gente levou eles lá na aldeia Sagi-Trabanda pra fazer a trilha lá.

(...) O objetivo do projeto é a gente começar a divulgar a trilha, agora em grupos menores. Receber grupos menores, que a gente recebia grupos de cem, cento e cinquenta pessoas, setenta, oitenta. Agora vai ser um número menor por causa da situação de pandemia.

E já tem um *folder* com os preços de tudo, de almoço, de lanche, da castanha. O valor do guia, o valor do palestrante, porque não é uma pessoa só. Geralmente, é uma pessoa pra receber aqui na sede da associação, outra pra levar pra trilha. E a gente tá trabalhando agora no *folder*.

E também tem uma lista de coisas que tem que providenciar, por exemplo, a gente tá tentando articular alguns parceiros com as camisetas com a logo da associação da comunidade. Aquelas camisetas de manga comprida [com filtro solar], um chapeuzinho também com protetor e eles decidiram [adquirir] um microfone [para usar durante o percurso da trilha].

A gente vai usar as redes sociais. A nossa associação [ACA] tem um *site*, tem um *blog* e tem uma página no *instagram* (...). A divulgação vai começar a partir das redes sociais da associação e divulgando com os amigos.

A meta específica para dobrar a renda dos produtores familiares, entre as estratégias previstas no ODS-2 (ONU, 2015), além do investimento em tecnologias para aumento da produtividade agrícola, considera as rendas não agrícolas como fundamentais para o seu alcance. Martins et al. (2021, p. 17) corroboram com esta meta ao destacarem a relevância das tecnologias de produção e geração de renda voltadas para comunidades indígenas, quando afirmam: “é particularmente importante nas regiões com escassez de água como o semiárido brasileiro, com efeito direto na capacidade de produção agrícola e pecuária que implica na necessidade de buscar outras fontes de renda”.

No Quadro 26, estão sintetizadas as propostas para a geração de renda, notadamente para as atividades da castanha e do etnoturismo, prioridades econômicas verificadas nas oficinas, além de propostas para os aspectos territoriais e políticos.

**Quadro 26 – Proposições sobre os aspectos de sustentabilidade socioeconômica**

<b>Diretriz</b>	<b>Como?</b>	<b>Quem?</b>
Geração de renda	Otimizar as etapas da cadeia produtiva do beneficiamento da castanha de caju e seus derivados, desde a obtenção da matéria-prima até a comercialização, sem interferência de intermediários.	ACA, EMATER, SEBRAE, SENAR, ONGs, incubadoras de negócios, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA.
	Ampliar o etnoturismo local por meio de: - divulgação com prioridade às redes sociais e sites especializados - capacitação de guias e na produção da culinária indígena - capacitação para a gestão financeira da atividade.	ACA, lideranças, jovens e mulheres da comunidade, FUNAI, SEBRAE, SENAR, incubadoras de negócios, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA.
	Aprimorar a infraestrutura para recepção de visitantes/turistas nos eventos como a festa da castanha, com ênfase à trilha etnoturística como acessibilidade, ponto de apoio, placas informativas e indicativas.	ACA, lideranças e jovens da comunidade, incubadoras de negócios.
	Fortalecer os quintais produtivos: criação de aves de postura/carne, hortas, frutíferas e processados (polpas, doces, geleias, rapaduras etc).	ACA, lideranças, jovens e mulheres da comunidade, EMATER, SENAR, incubadoras de negócios.
	Planejar e implementar uma cooperativa de beneficiamento e comercialização da castanha e seus derivados.	ACA, FUNAI, EMATER, SENAR, ONGs, UFRN, IFRN, UERN e UFERSA
Aspectos territoriais e políticos	Fortalecer a luta pela demarcação da TI, pois a posse da terra é uma condição essencial para a sustentabilidade sociambiental, cultural e econômica.	FLM, ACA e demais associações locais, movimento indígena potiguar, FUNAI e poder público.
	Fortalecer a luta nacional pela continuidade das ações da FUNAI, no que se refere às demarcações, apoio ao etnodesenvolvimento, à assistência médico-sanitária e à educação diferenciada.	FLM, ACA e demais associações, movimento indígena potiguar, FUNAI, poder público.
	- Fortalecer as organizações políticas indígenas como as associações e coletivos de mulheres e de jovens. Para isso, requer a melhoria de infraestrutura física e de comunicação. - Garantir a representatividade nos órgãos do poder público local e estadual, além da participação nos fóruns do movimento indígena a nível local, regional e nacional.	FLM, ACA e demais associações do território Mendoça e do movimento indígena potiguar.

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022).

No quadro 27, constam propostas para o debate coletivo, referentes à melhoria dos equipamentos sociais e de infraestrutura comunitária nas áreas de educação, saúde, lazer, segurança e acesso à comunidade. As tecnologias de convivência com o semiárido são prioritárias, notadamente no aspecto hídrico, visto que não tem como pensar em sustentabilidade com as famílias dependendo de carro-pipa para as necessidades básicas.

(...) A gente precisa de um projeto de saneamento, um projeto de perfuração de um poço com uma vazão que possa atender a comunidade e que seja feito um reservatório superior de tantos mil litros e que sejam instaladas redes de encanação de água para cada casa. Se isso é muito caro, que a gente coloque apenas um ponto de rede para cada setor, que a gente coloque um chafariz, uma caixa d'água em cada setor, uma cisterna, que a água chegue naquela cisterna e o setor vá buscar, mas que tenha água em abundância (JCTS, 2021).

O líder indígena JCTS (2021) vai além da questão da água para o consumo humano, ao citar o exemplo do assentamento Marajó, que faz parte do território Mendonça. A comunidade dispõe de melhor infraestrutura, porque teve acesso às linhas de crédito diferenciadas que os projetos de assentamentos receberam em governos anteriores. A água é importante para o abastecimento humano com consequente impacto positivo na saúde, mas também para a geração de renda: “no [assentamento] Marajó, o pessoal tem uma pequena irrigação de um poço. Eles plantam batata durante a seca, porque eles têm um poço pra irrigação. Se nós tivéssemos água em abundância, água para cultivar essas culturas, com certeza a gente plantava o ano todo”.

**Quadro 27 – Proposições sobre os equipamentos sociais e infraestrutura comunitária**

<b>Diretriz</b>	<b>Como?</b>	<b>Quem?</b>
Aspectos sociais e de infraestrutura comunitária	- Fortalecer o projeto pedagógico com ênfase às temáticas: cultura indígena e ensino da língua originária em todos os níveis de ensino - Melhorar a manutenção da infraestrutura da escola e creche	Escola E. Indígena Prof. Francisco Silva do Nascimento, secretarias de educação do Estado do RN e de João Câmara
	Ampliar as especialidades médicas e o horário de atendimento do PSF, com ênfase à saúde preventiva.	ACA, demais associações locais, secretarias de saúde do Estado e do Município
	Fortalecer a luta pela ampliação do uso de tecnologias sociais de convivência com o semiárido: cisternas, perfuração de poços, açudes, dessalinizadores, manejo agroflorestal etc.	FLM, ACA, ONGs, EMATER e Poder público.
	Reivindicar a construção/revitalização dos espaços e equipamentos públicos de lazer como praça, campo de futebol, pátio, academia para terceira idade e brinquedos para as crianças.	ACA, demais associações locais e prefeitura de João Câmara.
	Reivindicar: - melhoria da estrada principal de acesso e vias internas; - Posto policial local e ronda permanente; - limpeza semanal das vias públicas das comunidades; - transporte público de qualidade com rotas regulares	ACA, demais associações locais e prefeitura de João Câmara.

**Fonte:** Jacqueline C.V. Martins (2022).

Na perspectiva de que estas proposições poderão direcionar ações que visam contribuir com o planejamento participativo das paisagens, é importante não perder de vista que os objetivos das comunidades indígenas ultrapassam o viés desenvolvimentista.

“As lutas dos povos indígenas não se limitam a reivindicar seus próprios direitos, também consistem em propor um novo modelo de sociedade em que se questione o paradigma do desenvolvimento e se planejem outras alternativas, como é o caso do bem viver” (KAIN, 2018, p. 38). O atual estágio da luta pelo reconhecimento e direito de acesso às terras antes ocupadas por seus ancestrais, não visa um fim em si, mas um meio para chegar ao estágio em que os indígenas e não indígenas possam conviver de maneira respeitosa e sem miséria.

## 7 CONCLUSÕES

Este estudo enfatiza o diálogo entre saberes científicos e locais na perspectiva de contribuir para a sustentabilidade e fortalecimento territorial e cultural de comunidades indígenas, bem como subsidiar políticas públicas. Guiados pelo viés interdisciplinar das ciências ambientais e com base na metodologia de planejamento participativo das paisagens os resultados verificados refletem as percepções locais e conduzem às conclusões a seguir apresentadas.

A investigação realizada de maneira participativa com pessoas autoidentificadas indígenas da etnia potiguara no território Mendonça, bem como as referências em artigos, teses e dissertações, além da forte presença do movimento indígena no Estado, asseguram a inequívoca presença desses povos desde período muito anterior à invasão europeia até os dias atuais.

O dinâmico movimento de luta dos povos indígenas do Rio Grande do Norte tem sido fortalecido desde 2005 com a gradativa e crescente participação das comunidades autoidentificadas. Os grupos familiares estão presentes em vários municípios potiguares, predominantemente na zona rural, mas também no litoral e em áreas urbanas. Todavia, nem todas as pessoas das comunidades se reconhecem como indígenas.

Dentre as principais bandeiras de luta do movimento indígena no Estado, quanto aos direitos previstos na legislação nacional e em convenções internacionais, tem destaque a reivindicação pela demarcação das suas terras, o acesso à saúde e à educação específica e diferenciada. Todavia, mesmo diante das provas arqueológicas, históricas e antropológicas entre outros estudos, seguem sem TI demarcada, refletindo diretamente na sustentabilidade social, econômica, ambiental e territorial.

A legislação brasileira prevê a autoafirmação étnica e o direito dos povos originários de serem resguardados pelo Estado, inclusive no que se refere ao direito de organização social, preservação dos costumes, línguas, crenças e tradições e, conseqüentemente, o direito à demarcação das terras que tradicionalmente ocupam. O Estado brasileiro deve proteger, fiscalizar e fazer respeitar todos os seus bens tangíveis e intangíveis, além de garantir a segurança e posse de seus territórios.

Um aspecto verificado diz respeito aos dados censitários oficiais que subestimam o quantitativo populacional indígena, impactando no direcionamento e acesso às políticas públicas. No Rio Grande do Norte, tais dados públicos oficiais são incompatíveis com as

informações do próprio movimento indígena no Estado. Além disso, há disparidade entre formalidade e efetivação das políticas existentes.

Convém reforçar que João Câmara, até então, é o único município potiguar que reconhece, desde 2015 em Lei Orgânica, a “autoidentificação das comunidades de Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha, como comunidades indígenas”.

O povo Mendonça é o maior agrupamento familiar indígena do Estado. Conforme levantamento nas oficinas de mapeamento e dados constantes nesta pesquisa, a área estimada das comunidades soma 5.069,96 ha. Isto é, também é o maior território indígena, atualmente composto por seis comunidades na zona rural, sendo cinco no município de João Câmara-RN, Amarelão, Serrote de São Bento, Assentamento Santa Terezinha, Açucena e Assentamento Marajó e a comunidade Cachoeira/Nova Descoberta, localizada na fronteira com o município de Jardim de Angicos-RN. Conforme a tradição oral, a família extensa Mendonça ocupa a região há mais de três séculos, mas foi perdendo o direito sobre suas terras, sobretudo pelas disputas com os produtores de algodão, cana-de-açúcar e agave. Parte dessas áreas foi retomada na década de 1990 em luta conjunta com o MST, por via da desapropriação e criação do assentamento Santa Terezinha. O assentamento Marajó, passou a integrar o movimento posteriormente.

O aprofundamento do conhecimento sobre as paisagens locais e seus usos por meio das oficinas participativas de diagnóstico e mapeamento social, favorecem ao maior fortalecimento territorial e cultural. Desse modo, foram elaborados subsídios ao planejamento das paisagens, com ênfase à realidade e demandas da comunidade Mendonça do Amarelão. A própria construção coletiva dos mapas se configura em instrumento de empoderamento e maior autonomia.

Os mapas gerados são os documentos cartográficos mais detalhados sobre as comunidades indígenas do território Mendonça até o momento. São documentos que servirão de base para as etapas que se seguem na luta pela demarcação de suas terras e as comunidades se sentem representadas por seus conteúdos por terem participado da construção coletiva, conforme percepção expressa por liderança, aqui reforçada: “a gente vai andar debaixo do braço pra todas as reuniões que a gente for, mostrando aqui o mapeamento do nosso território” (TMCS, 2021)

Os mapas sociais, elaborados nas oficinas com base na toponímia local, apresentam detalhamento inédito que não consta na cartografia oficial sobre a área que compõe o Amarelão e as comunidades do seu entorno. Conforme a metodologia adotada foram elaborados: a) o

mapa social diagnóstico com os aspectos comunitários, culturais e de infraestrutura da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno, no qual constam os setores residenciais, equipamentos sociais e de infraestrutura e os pontos de memória – locais de grande relevância etnocultural e histórica, associados diretamente à trajetória da família extensa Mendonça; b) o mapa social diagnóstico com a infraestrutura hídrica e fundiária da comunidade indígena Mendonça do Amarelão e entorno, no qual estão identificados os açudes, cacimbas e barragens, as estradas principais de acesso, as vias internas e alguns roçados e terrenos privados; c) a carta-imagem da trilha etnoturística com os pontos de memória social que se configuram em paisagens naturais e socioculturais preservadas, a exemplo das pinturas rupestres constantes na "pedra das letras", a gameleira centenária, além da pedra do sino e a pedra do tanque.

Também foram elaborados mapas temáticos das paisagens naturais para uma melhor caracterização da comunidade e entorno, conforme previstos nas etapas da metodologia: a) mapa de geologia; b) mapa de relevo; c) mapa de solos; d) mapa de hidrografia; e) mapa de vegetação; f) mapa de altitude; e g) mapa de uso e ocupação dos solos.

No mapeamento temático da estrutura paisagística foi verificado que existem quatro unidades geológicas, destacando-se o arenito açu com características de relevo com alta susceptibilidade à erosão. Os solos, neossolos quartzarênicos – areias quartzosas e argissolos – podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico, geralmente são rasos e de baixa aptidão agrícola para culturas anuais. Do ponto de vista ambiental, culturas perenes como cajueiro podem ser recomendadas, mas requerem uma análise técnica específica dada a grande amplitude do território e das características físico-químicas, de profundidade de solo, relevo e acesso hídrico principalmente. Todavia, o potencial técnico para esta possibilidade existe e deve ser alvo de pesquisas futuras e ações de políticas públicas.

É importante destacar que o mapa de hidrografia elaborado com base na toponímia local é especialmente inédito, visto que os nomes dos corpos hídricos não constam na cartografia oficial. Neste estão mapeados todos os corpos hídricos do entorno das comunidades Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha. A área pesquisada está inserida na sub-bacia do rio Ceará-Mirim e sub-bacia Maxaranguape. A maioria das residências (64,3%) do Amarelão dispõe de cisternas de placas para armazenamento de água potável das chuvas para os longos períodos de estiagem. As cisternas obtidas com o auxílio de programas sociais de convivência com a seca não são suficientes para atender às demandas locais, principalmente nos períodos de secas prolongadas. Portanto, priorizar soluções tecnológicas de convivência com a seca é uma condição fundamental para a sustentabilidade local.

O bioma local é de caatinga dos tipos hipoxerófila e hiperxerófila. No fracionamento dos padrões de vegetação identificados mediante o mapeamento social, verifica-se o espectro de classes desde solo exposto até arbórea aberta e não há predominância de vegetação fechada, mas destaca-se caatinga subarbórea com espaços abertos e vegetação arbustiva. As espécies vegetais típicas são aquelas nativas do bioma local. Há também uma diversidade faunística com pequenos mamíferos, aves, répteis e anfíbios, em sua maioria igualmente típicos da caatinga. Inclusive, a caça é uma atividade cultural que persiste.

Em relação ao uso e ocupação do solo, é possível identificar áreas de solo exposto, vegetação de caatinga, áreas agricultáveis, núcleos residenciais e os açudes já mencionados. O plantio ocorre necessariamente na modalidade de sequeiro, isto é, na dependência das chuvas e para fins de subsistência, principalmente as culturas de milho, feijão, mandioca e frutíferas.

A criação animal mais comum é de galinhas em quintais, mas há registro em menor proporção de bovinos e não ruminantes como suínos, cabras e ovelhas. Contudo, a maioria das pessoas produz em pequenos espaços no entorno da própria residência, fato que somado à limitação hídrica impede os moradores de viverem exclusivamente da agricultura ou pecuária. Projetos agrícolas podem ser pensados, porém apresentam limitação em termos de disponibilidade de terras, fertilidade e profundidade dos solos e escassez de água. Pensar o desenvolvimento local requer o incremento de atividades produtivas não agrícolas existentes como o próprio etnoturismo, isto é, atividades que não dependem diretamente de terra e água. Esta percepção técnica corresponde ao que foi apresentado nas oficinas e entrevistas com os representantes das comunidades, haja vista que em áreas rurais a leitura exógena de desenvolvimento quase sempre remete à agropecuária.

Foram elaborados ainda os seguintes mapas: a) mapa de localização dos povos indígenas por município no Estado do Rio Grande do Norte; b) mapa de localização da comunidade indígena Mendonça do Amarelão; c) mapa de localização das comunidades indígenas do território Mendonça; d) mapa de migrações indígenas da família extensa Mendonça do Amarelão; e, e) mapa dos principais impactos socioambientais no entorno das comunidades indígenas, com ênfase aos dois empreendimentos privados apontados nas oficinas participativas, os parques eólicos e a pedreira.

No semáforo socioambiental e cultural, elaborado com base no diagnóstico participativo e nas legendas do mapeamento social, foram sistematizadas as percepções locais sobre aspectos considerados problemáticos, potenciais ou limitantes ao desenvolvimento local.

A seguir síntese das percepções sobre as principais potencialidades. A atuação da Associação Comunitária do Amarelão e suas conquistas, com a ajuda de parcerias com a FUNAI, ONGs e Instituições Públicas de Ensino, entre outras. A forte atuação das lideranças locais e o envolvimento no movimento indígena local, regional e nacional. A Escola indígena João Lino da Silva, com sua estrutura e oportunidades de estudo e capacitação. O trabalho com a castanha, principal atividade produtiva e de geração de renda.

Também foram destacadas como potencialidade algumas importantes referências culturais: a) a trilha etnoturística – a carta imagem elaborada com base nas informações das oficinas poderá ser uma importante referência na divulgação desta atividade; b) a anual festa da castanha; c) o regate do Toré; d) o ensino da língua Tupi, originária dos antepassados. Além destas potencialidades, a criação do Museu da Cultura Indígena, posterior à realização das oficinas, é outro marco importante na preservação da identidade e cultura local e mais um espaço a ser explorado positivamente na perspectiva etnoturística.

Na percepção local, foram mencionados como problemas mais graves aspectos relacionados ao acesso à terra e à água. A dificuldade de acesso à terra reflete em outros problemas de ordem socioambiental, econômica, cultural e política, impactando diretamente na sustentabilidade local, como acontece em muitas comunidades indígenas. O acesso à água com qualidade e em quantidade suficiente para as atividades humanas e produtivas, como a agricultura e a criação de animais, gera insegurança hídrica e se configura no fator ambiental limitante mais grave, pois causa dependência e gera distorções a exemplo do uso como “moeda de troca por voto”.

No aspecto da sustentabilidade econômica, a agroindústria familiar de beneficiamento artesanal da castanha de caju é a principal fonte de renda local há décadas e certamente continuará por tempo indeterminado. A comunidade do Amarelão é a maior beneficiadora na região do Mato Grande. Contudo, a dependência de atravessadores externos e a inexpressiva quantidade de pomares de cajueiro são limitantes à sustentabilidade da atividade da castanha. É necessário eliminar os intermediários desse processo, aumentar a autonomia de produção e de comercialização, bem como promover a diversificação dos produtos.

A diversificação de geração de renda tem sido buscada principalmente recorrendo ao etnoturismo, atividade positiva em vários sentidos e que traz benefícios em especial para a preservação dos aspectos naturais, etnoculturais e históricos. É uma possibilidade também de geração de renda para as famílias e inclusão da juventude no trabalho como guia e importante forma de divulgação local para o público externo, pois reforça a presença indígena no Estado

do Rio Grande do Norte e fortalece a luta por seus direitos, sensibilizando pessoas que podem divulgar e se tornarem aliadas da causa indígena.

Os Indicadores Qualitativos de Sustentabilidade estão sistematizados por meio de uma escala de 1 a 5 para as dimensões educação, saúde, trabalho e renda, acesso à terra, infraestrutura comunitária, organização sociopolítica e qualidade ambiental.

A maior ênfase positiva é o indicador educação, em função dos aspectos da infraestrutura disponível e dos projetos pedagógicos que contemplam o ensino bilíngue, com o resgate da língua tupi e valorização da cultura local. Outro indicador positivo é a organização sociopolítica, devido às ações coletivas promovidas pela Associação Comunitária do Amarelão e representatividade das lideranças das comunidades em diversos espaços políticos locais, regionais e nacionais e também as parcerias com a FUNAI, com ONGs e órgãos públicos.

Contudo, todos os demais indicadores, saúde, trabalho e renda, infraestrutura comunitária, qualidade ambiental e, principalmente, acesso à terra, apresentam níveis críticos quanto à sustentabilidade local. Desse modo, com base no IQS alcançado de 2,7, é fundamental priorizar as demandas internas por meio do movimento social indígena nas instâncias governamentais e a efetiva atuação do poder público com políticas específicas e diferenciadas para essas populações.

A etapa de Projeção de cenários, também prevista na metodologia, se configura em instrumento de empoderamento popular para a gestão e manejo do território e estão apresentadas conforme as percepções e demandas locais e poderão subsidiar políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade local.

Assim, foram apontadas algumas possibilidades ao zoneamento socioambiental na perspectiva do uso sustentável do território e da biodiversidade, considerando as limitações e fragilidades dos ecossistemas, como as ZEIS, APP e UC; as parcerias institucionais; o fortalecimento do etnoturismo; a apropriação das etapas da cadeia produtiva da castanha e diversificação da geração de renda, sendo o cooperativismo uma possibilidade a ser avaliada pelo coletivo; e a melhoria da infraestrutura comunitária como acesso à água e saneamento.

As proposições e diretrizes técnicas em relação aos aspectos territoriais e ambientais estão fortemente ligadas ao papel das instituições mencionadas, mas principalmente requerem ação do poder público pela efetivação das políticas públicas específicas e diferenciadas, que priorizem as demandas do movimento indígena. Nesse sentido, as parcerias com o poder público e com outras instituições e movimentos sociais são fundamentais para o alcance das proposições. É necessário cobrar da FUNAI e dos governos estadual e municipal

que cumpram seus deveres institucionais tanto em relação à demarcação de terras, quanto aos serviços e infraestrutura de qualidade nas áreas da saúde, educação, segurança, assistência social e demais deveres do poder público. Reivindicar, é o que se apresenta para o momento como ação fundamental.

A parceria com ONGs sempre foi muito positiva, um exemplo importante nas comunidades do território Mendonça são as TSHs intermediadas por entidades como a Techne e a AACC. Porém, o atual contexto político nacional também tem afetado o trabalho dessas instituições, que passam dificuldades de apoio financeiro para ações mais efetivas e duradouras. Por outro lado, os movimentos sociais têm seu papel destacado em situações de crise. Por essa razão, as lideranças do território Mendonça compreendem como essencial fortalecer e participar ativamente, em especial do movimento social indígena e das mobilizações em âmbito local, estadual, regional e nacional.

Sobre as parcerias com instituições públicas de ensino como universidades e o instituto federal, na percepção local, a interação se dá especificamente com alguns professores e estudantes que compreendem e apoiam a causa indígena. Alguns docentes têm desenvolvido projetos de ensino, pesquisa e extensão importantes para a construção de um olhar mais sensível e crítico em relação ao papel social da academia junto a essas comunidades.

Na percepção local, a invisibilidade indígena persiste diante dos gestores de instituições públicas de ensino, isto é, o diálogo não existe em nível institucional e menos ainda com os órgãos que fomentam as pesquisas e ações de extensão. O papel da universidade frente aos povos indígenas precisa compor o planejamento institucional, fazer parte efetiva dos projetos pedagógicos e de forma transversal, para além da adesão às políticas afirmativas como as cotas de acesso ao ensino superior. Ainda há um longo caminho a percorrer nesse sentido.

Artigos, teses e dissertações também têm sido desenvolvidos. Porém, comumente são projetos e ações isoladas que de um modo geral não “conversam” entre si. Além disso, com frequência apresentam o conhecimento dos pesquisadores em detrimento do conhecimento tradicional indígena. Certamente haverá um efeito sinérgico muito mais eficaz se as IESs fizerem ações interdisciplinares, multi-institucionais, sistêmicas e de forma permanente tendo sempre como premissa a valorização do conhecimento local. Também será mais significativo se os problemas de pesquisa a serem estudados partirem das demandas reais das comunidades, bem como os pesquisadores retornarem com os seus resultados, deixando de concreto o conhecimento e até possíveis tecnologias geradas, por exemplo, os mapas construídos nesta

pesquisa. Outra questão importante é em relação à devolutiva para o coletivo que representa as comunidades, isto é, a socialização e disponibilização dos resultados das pesquisas.

A luta indígena, aqui representada pelo protagonismo do povo Mendonça de etnia potiguara, por reconhecimento étnico, direitos à terra e demais direitos às políticas públicas específicas e diferenciadas, sobretudo a busca pela sustentabilidade e pelo bem viver, pode ser comparada à metáfora da caminhada rumo ao horizonte, quanto mais aparentemente se aproxima, mais se percebe que é preciso seguir, sempre na esperança da chegada.

A sistematização do estudo nesta tese, os artigos publicados com recortes teóricos e dados da investigação, além dos próprios mapas temáticos elaborados com ênfase à realidade da comunidade Mendonça do Amarelão, estarão disponíveis ao usufruto das comunidades que compõem o território indígena Mendonça. São instrumentos importantes para dar mais visibilidade e que poderão ser utilizados como embasamento científico para o enfrentamento na legitimação e demarcação das terras reivindicadas, a exemplo do RCID/FUNAI. Além disso, trazem informações que poderão subsidiar políticas públicas sustentáveis.

Desde a elaboração do projeto desta pesquisa, a escrita prima pelo diálogo de saberes e, por coerência, apresenta não somente o olhar de quem pesquisa, visto que frequentemente os padrões convencionais da escrita científica se contrapõem ao diálogo não hierárquico entre os vários saberes – conflito presente em toda a construção textual, uma vez que a tese de doutorado é avaliada nos critérios da academia.

Convém a metacrítica sobre o modo de fazer pesquisa e quanto à própria linguagem aqui adotada. A sugestão é no sentido de ampliar a liberdade criativa sem perder de vista o rigor científico, tornando os textos acadêmicos acessíveis à leitura e compreensão pelos próprios atores sociais que subsidiaram sua construção, para além da academia.

A pesquisa, embora tenha começo, meio e fim, ao mesmo tempo é sempre provisória. Minayo (2016, p.26) afirma que “o ciclo da pesquisa não se fecha”, uma vez que no processo de produção do conhecimento surgem novas indagações. Neste caso, o necessário redimensionamento em função dos impactos da pandemia de Covid-19 condicionou alterações nas etapas da metodologia e, conseqüentemente, nos resultados alcançados e suas conclusões. Assim, acerca das temáticas abordadas é possível ampliar os horizontes com olhares de variadas áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO AMARELÃO - ACA. Amarelão em Foco, 2019. Disponível em <http://amarelaoemfoco.blogspot.com/>. Acesso em 10 nov. 2019.
- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO AMARELÃO - ACA. **Censo populacional**. João Câmara-RN, 2018. (Impresso).
- ACSELRAD, H. (org.) **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n.1. Disponível: [http://www.ettern.ippur.ufrj.br/central\\_download.php?hash=467ab838abf48499b7dbb9f41fa3268c&id=8](http://www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=467ab838abf48499b7dbb9f41fa3268c&id=8). Acesso em 23 jun. 2018.
- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. **Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano**. In: ACSERARD, H. (Org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro-RJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2521441>. Acesso em 12 mai. 2020.
- ALMEIDA, A.C. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. **Interações (Campo Grande)** [online], 2018, v.19, n.3, p.611-626. Disponível em <https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/?lang=pt>. Acesso em 15 abr. 2021. <https://doi.org/10.20435/inter.v19i3.1721>
- ALMEIDA, A.C. O empoderamento de lideranças indígenas Kaingang no sul do Brasil. **Interações (Campo Grande)** [online]. 2015, vol.16, n.2, p.407-419. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122015000200407&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000200407&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/1518-70122015215>
- ALMEIDA, A.W.B. **Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência de fronteiras**. In: ALMEIDA, A.W.B e FARIAS JÚNIOR, E.A (org.) **Nova Cartografia Social da Amazônia: Povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ALMEIDA, A.W.B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus-AM: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALVES, A.G.C.; ALBUQUERQUE, U.P. **Exocirzando termos em Etnobiologia e etnoecologia**. In: ALVES, A.G.C.; LUCENA, R.F.P.; ALBUQUERQUE, U.P. (Orgs). **Atualidades em Etnobiologia e etnoecologia 2**. Recife-PE: NUPEEA, 2005.
- AMARAL, C.A. **Correlação entre contexto morfoestrutural e sismicidade nas regiões de João Câmara e São Rafael (RN)**. Natal-RN: UFRN, 2000 (Dissertação de Mestrado em Geodinâmica). Disponível em [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18814/1/CristianoAA\\_%20DISERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18814/1/CristianoAA_%20DISERT.pdf). Acesso em 23 jun. 2021.
- AMORIM, R.F.; SILVA, D.G. **A paisagem na escala do lugar**. In: AMADOR, M.B.M; BENINI, S.M. (Orgs.) **A complexidade do lugar e do não lugar numa abordagem geográfica-ambiental**. Tupã: ANAP, 2016. Disponível em <https://docplayer.com.br/84018653-0-maria-betania-moreira-amador-e-sandra-medina-benini-orgs.html>. Acesso em 20 fev. 2020.
- ANGELIM, L.A. de A.; NESI, J.R.; TORRES, H.H.F.; MEDEIROS, V.C.; SANTOS, C.A.; VEIGA JUNIOR, J.P.; MENDES, V.A. **Geologia e recursos minerais do Estado do Rio Grande do Norte: Escala 1:500.000**. Recife-PE: CPRM, 2007. Disponível em

[http://dspace.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/10234/Geologia\\_Rio\\_grande\\_norte.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://dspace.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/10234/Geologia_Rio_grande_norte.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 23 jun. 2021.

ANTIPOV, A.N. (Edición y compilación). **Landscape Planning**. Tools and experience in implementation. Bonn. Irkutsk: Russian Academy of Science and Federal Agency for Nature Conservation, 2006. Disponível em [http://www.irigs.irk.ru/docs/Indscpln/Landscapeplannig\\_Irkutsk\\_2006.pdf](http://www.irigs.irk.ru/docs/Indscpln/Landscapeplannig_Irkutsk_2006.pdf). Acesso em 20 jun. 2019.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Nota Técnica da APIB sobre o PL 490** (2021) Disponível em <https://apiboficial.org/2021/06/28/nota-tecnica-da-apib-sobre-o-pl-490/> Acesso em 01 jul. 2021.

APIRN – Articulação dos Povos Indígenas do RN. **Movimento indígena do RN**. Natal-RN, 2019. Facebook: APIRN Disponível em: <https://www.facebook.com/600624453461263/posts/943060709217634/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

APIRN – Articulação dos Povos Indígenas do RN. **APIRN**. Disponível em <https://benfeitoria.com/indigenam?lang=en>. Acesso em 21 fev. 2021.

APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Merais e Espírito Santo. Disponível em <https://www.apoinme.org/>. Acesso em 21 fev. 2021.

ARAÚJO, F.E.; ANJOS, R.S.; ROCHA-FILHO, G.B. Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 35, n. 2, p. 128-140, 2017 Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/download/31673/pdf/0>. Acesso em 20 fev. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i2.31673>

ARDELEAN, C.F., BECERRA-VALDIVIA, L., PEDERSEN, M.W. Evidence of human occupation in Mexico around the Last Glacial Maximum. **Nature**, 584, 2020. Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2509-0#citeas>. Acesso em 01 jul. 2021. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2509-0>

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro. **PIMC**. Recife-PE: ASA BRASIL, 2021. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em 23 jun. 2021.

**AVÁ ARANDÚ - saberes indígenas: nossas raízes e histórias**, Natal-RN: Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Canguaretama/RN, 2017.

BAGNOLI, E. O Lajedo de Soledade, Apodi (RN): um exemplo de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994. Disponível em <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/477/525>. Acesso em 01 jul. 2021.

BARABAS, A.M. La territorialidad indígena en el México contemporáneo. **Revista de Antropología Chilena**. Chungara. v. 46, n. 3, 2014. p. 437-452. Disponível em [http://www.chungara.cl/Vols/2014/46-3/07-A.\\_Barabas\\_46\(3\)\\_2014.pdf](http://www.chungara.cl/Vols/2014/46-3/07-A._Barabas_46(3)_2014.pdf). Acesso em 26 ago. 2019.

BARTOLOMÉ, M.A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana** v. 12, n. 1, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/?lang=pt>. Acesso em 14 jul. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. Porto Alegre-RS: **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722> . Acesso 26 mai. 2020.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. Curitiba, **RAEGA**. 2004, n.08, p. 141-152. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/3389/2718>. Acesso em 26 ago. 2020.

BEZERRA, N.X. A festa da batata no Catu dos Eleotérios do RN: celebração da colheita e da identidade indígena. **Arquivos Brasileiros de Alimentação**. v.2, n. 1, p. 86-93, 2017. Disponível: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/ABA/article/download/1208/pdf>. Acesso em 16 jun. 2021.

BOCCARA, G. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, Débats, 2005. Disponível em <http://journals.openedition.org/nuevomundo/426>. Acesso em 14 Jul. 2021. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.426>

BOFF, L. **Entrevista com Leonardo Boff para o documentário "Eu Maior"**. Youtube, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/eumaior1>. Acesso em 24 jun. 2021.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BRAGA, Renato. **Plantas do Nordeste especialmente do Ceará**. 3.ed. Mossoró-RN: ESAM/Coleção Mossoroense, 1976.

BRANCO, L.C.G. **Ser índio na praia: emergência étnica e territorialidade**. (Monografia UFRN). 2012. 73p. Disponível: [https://www.academia.edu/10716157/Ser\\_indio\\_na\\_praia](https://www.academia.edu/10716157/Ser_indio_na_praia). Acesso em 25 ago. 2020.

BRANCO, P.M. **Os solos**. Brasília-DF. CPRM, 2014b. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/CPRM-Divulga/Os-Solos-2620.html>. Acesso em 23 jun. 2021.  
BRANCO, S.M. **Ecossistêmica**. 3.ed. São Paulo-SP: Blucher, 2014a

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988a. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional - Câmara dos deputados. **Deputados constituintes**. Brasília-DF: Congresso Nacional, 1988b. Disponível em [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/parlamentaresconstituintes/deputados-constituintes). Acesso em 15 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967**. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências, 1967. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5371.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5371.htm). Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.088**, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm#art5](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm#art5). Acesso em 09 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, 2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) . Acesso em 03 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.775 de 08 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. 1996, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm). Acesso em 29 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.** Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. 2012b. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm). Acesso em 20 mai. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Acervo Fundiário Brasileiro.** Brasília-DF: INCRA. 2020a. Disponível em <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 6001 de 19 de dezembro de 1973.** Estatuto do Índio. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm). Acesso em 01 mai. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Serviço Florestal Brasileiro:** Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). Brasília-DF: MA, 2020b. Disponível em <http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>. Acesso em 10 fev. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Secretaria da Identidade e da Diversidade. **Plano Setorial para as Culturas Indígenas.** 2012a. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784157745plano\\_setorial\\_culturas\\_indigenas1.pdf/fd61f6a9-46ac-4378-8e9f-9b3e8321e2d2](http://www.cultura.gov.br/documents/10901/1131439/1398784157745plano_setorial_culturas_indigenas1.pdf/fd61f6a9-46ac-4378-8e9f-9b3e8321e2d2). Acesso em 17 mai. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância:** Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2017. Disponível em [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em 20 Jul. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID-19 no Brasil.** Disponível em [https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em 01. jan 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Relatório de avaliação da execução de programas de governo nº 60:** fiscalização e demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato. Brasília-DF: CGU, 2016. Disponível em <https://auditoria.cgu.gov.br/download/8840.pdf>. Acesso em 10 fev. 2020.

BURD, R. Proposta de estudo da história indígena analisando a trajetória de uma liderança: o caso de Sepé Tiaraju. **Mneme - Revista de Humanidades: Dossiê Histórias Indígenas.** Caicó-RN: v. 15, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/7847/5818/>. Acesso em 22 jul. 2021.

CALEFFI, P. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal,** 2015. Disponível: <http://www.redalyc.org/html/162/16200702/>. Acesso: 15 jul.2019.

CAMINHA, Pero Vaz. **A carta de Pero Vaz de Caminha.** 01 de maio de 1500. Versão digital Belém-PA. Universidade da Amazônia. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em 01 jul. 2021.

CAMPOS, M.D. Por que SULEar? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. **Revista Interdisciplinar SULEar.** Ano 2, n. 2(Edição Especial Dossiê SULEar) Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4140>, Acesso em 13 mai. 2020.

CAMPOS T. M. Entrevista concedida a SANTOS, R. S. Os índios no RN no tempo presente. **Revista de Humanidades: dossiê histórias indígenas**. v.15, n.35, p.166-190, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/8088>. Acesso em 13 mai. 2020.

CAPRA, F. **Falando a linguagem da natureza: princípios da sustentabilidade**. In: STONE, M. K.; BARLOW, Z. (orgs.) *Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. Tradução de Carmen Fischer. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 46-57.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2001.

CARDOSO, B.L.D.; SOUZA, W.J.; PAIVA, J.A.; MORNO, D.C.; CUNHA, S.R. Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. v. 13, n. 1, p. 39-55. Jan-Abr/2014. Disponível em <http://periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1592/753> Acesso em 09 out. 2020.

CARDOSO, H.S. **A escola que os índios querem: experiência escolar indígena potiguara no catu dos eleotérios em canguaretama/RN (2009-2018)**. Natal-RN: UFRN, 2018. (Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória UFRJ/UFRN)). Disponível em [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572645/2/A\\_ESCOLA\\_QUE\\_OS\\_NDIOS\\_QUEREM\\_2.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/572645/2/A_ESCOLA_QUE_OS_NDIOS_QUEREM_2.pdf). Acesso em 20 mai. 2020.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília-DF: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas. Disponível em [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento\\_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Etnomapeamento_Potiguara/LivroPotiguara-baixa.pdf). Acesso em 01 Jun. 2020.

CARVALHO, F.P.; MARQUES, J.; FIALHO, V. Nova cartografia social do Nordeste: Tapuias e Tairariús da Lagoa de Tapará-RN: origens, cultura e ambiente, n. 1 (Jun. 2021), Cruz das Almas-BA: EDUFRB, 2021. Disponível em <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/>. Acesso em 13 set. 2021.

CASCUDO, L.C. Cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa. In: CASCUDO, L.C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1967. p. 84-176. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/370/1/323%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em 02 Dez. 2021.

CASCUDO, L.C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos avançados: Dossiê Sustentabilidade**, n. 26 v.74, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/9ZYvvpnFbwZWtCyjzhd55nS/?lang=pt>. Acesso em 20 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100004>

CAVIGNAC, J.A. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva: O caso do Rio Grande do Norte. In: CARVALHO, M.R.; REESINK, E.; CAVIGNAC, J. (orgs.) **Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades**. Natal-RN: EDUFRN, 2011.

CAVINAC, J.A.; ALVEAL, C. (Coords). **Guia cultural indígena: Rio Grande do Norte**. Natal-RN: IFRN, 2020. Disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/arquivos/guia-cultural-indigena-do-rio-grande-do-norte>. Acesso em 17 jun. 2021.

CHAVARRO, D.; VÉLEZ, M.I.; TOVAR, G.; MONTENEGRO, I.; HERNÁNDEZ, A.; OLAYA, A. Los Objetivos de Desarrollo Sostenible en Colombia y el aporte de la ciencia, la tecnología y la

innovación. 2017. Bogotá: Colciencias – Unidad de Diseño y Evaluación de Políticas. Disponível [https://minciencias.gov.co/sites/default/files/ctei\\_y\\_ods\\_-\\_documento\\_de\\_trabajo.pdf](https://minciencias.gov.co/sites/default/files/ctei_y_ods_-_documento_de_trabajo.pdf). Acesso em 26 jul. 2020.

CHAVES, I.B.; LOPES, V.L. FFOLLIOTT, P.F.; PAES-SILVA, A.P. Uma classificação morfo-estrutural para descrição e avaliação da biomassa da vegetação da caatinga. **Caatinga**. Mossoró-RN: v.21, n.2, 2008. Disponível em <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/caatinga/article/view/750/367>. Acesso em 24 jun. 2021.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **Reivindicada desde 2005, Funai começa trabalho de demarcação no RN**. 2011. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=5662>. Acesso em 01 abr. 2020.

CLIMATE DATE. **Clima João Câmara**. 2019. Disponível em <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-grande-do-norte/joao-camara-42647/> Acesso em 03 abr. 2020.

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 1 DE 23/01/1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília-DF, 1986. Disponível em <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=95508>. Acesso em 03 abr. 2020.

CORDEIRO, E. **Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas**. Brasília: Inst. Rio Branco/ Fund. Alexandre Gusmão/ CEE, 1999. Disponível em [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc\\_pdf/698/1/politica\\_indigenista\\_brasileira\\_e\\_promocao\\_internacional\\_dos\\_direitos\\_das\\_populacoes\\_indigenas](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/698/1/politica_indigenista_brasileira_e_promocao_internacional_dos_direitos_das_populacoes_indigenas) Acesso em 20 fev. 2021.

CORNELL, S. Processes of Native Nationhood: The Indigenous Politics of Self-Government. **The International Indigenous Policy Journal**. v. 6, n. 4. 2015. Disponível em <http://ir.lib.uwo.ca/iipj/vol6/iss4/4>. Acesso em 20 fev. 2021. DOI: 10.18584/iipj.2015.6.4.4

COSTA, G.L.P; SILVA, J.A. da; COSTA, A.M.M. Coisa de índio: Educação Escolar Indígena no Catu dos Eleotérios-RN. **Mosaico**, v. 12, n. 18, 2020. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7643102>. Acesso em em 25 nov. 2021.

COSTA, I. M. **A gestão participativa em áreas sobrepostas de Unidade de Conservação e Terra Indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba**. João Pessoa-PB: UFPB/PRODEMA. 2019 (Tese de Doutorado). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16517>. Acesso em 25 mai. 2020.

COSTA, M. **Live Abril Indígena** (Youtube). Entrevista cedida à Fernanda Moura. disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pT6kmxSkhn8>, 20 abr. de 2020. acesso em 13 Set. 2020.

COSTA, N.O.; GORAYEBE, A.; SILVA, E.V.; SANTOS, J.O.; MEIRELES, A.J.A. **Cartografia Social: Instrumento de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha da Prainha do Canto Verde, Beberibe-Ceará**. **Revista Equador**. (UFPI), Vol. 5, Nº 4 (Edição Especial 03) 2016. Disponível em <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/5217/3052>. Acesso em 20 fev. 2020.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Diagnóstico do município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte: Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. (Org.) MASCARENHAS, J.C., BELTRÃO, B.A., SOUZA JUNIOR, L.C, PIRES, S.T.M., ROCHA, D.E.G.A.; CARVALHO, V.G.D. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em [http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17007/1/rel\\_joao\\_camara.pdf](http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/17007/1/rel_joao_camara.pdf). Acesso em 15 mar. 2020.

D.E.G.A.; CARVALHO, V.G.D. **Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Norte**. Brasília-DF: CPRM, 2006. Disponível em [http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia\\_basica/cartografia\\_regional/mapa\\_rio\\_grande\\_norte.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/cartografia_regional/mapa_rio_grande_norte.pdf). Acesso em 24 jun. 2021.

D.E.G.A.; CARVALHO, V.G.D. **SIAGAS Web: Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - Bacias Hidrográficas**. Brasília-DF: CPRM, 2021. Disponível em [http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/visualizar\\_mapa.php](http://siagasweb.cprm.gov.br/layout/visualizar_mapa.php). Acesso em 24 jun. 2021.

CUNHA, M. C. Contra a tese do marco temporal, pela justiça. In: CUNHA, M.C; BARBOSA, S. (Orgs.) **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo-SP: Editora UNESP, 2018.

DIAS, G. F. **Dinâmicas e instrumentação para a Educação Ambiental**. São Paulo-SP: Gaia, 2010.

DIEDRICH, M. H.; MACHADO, N. T. G. Toponímia: cultura e patrimônio do Rio Grande do Sul. Presidente Prudente-SP: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 42, v. 1, p. 98-117, jan-jun, 2020. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6915/5478>. Acesso em 04 jun. 2020.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Levantamento Exploratório-Reconhecimento de Solos do Estado do Rio Grande do Norte**. Recife-PE: Embrapa Solos, 1971. Disponível em <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/330796/5/Boltec21.pdf>. Acesso em 24 jun. 2021.

FALCÃO, R. D. **Estudo sobre a comunidade Ticuna Bom Caminho e sua relação com o Arumã através do uso de ferramentas participativas**. Manaus-AM: INPA, 2015. (Dissertação de Mestrado). <https://btd.inpa.gov.br/handle/tede/2482>. Acesso em 01 jun. 2020.

FERREIRA, F.R.F. Sagi Trabanda. In: BEZERRA, N.X. (Org.) **Artesanato Potiguara: Catu dos Eleutérios e Sagi Trabanda**. Natal-RN: IFRN, 2017. Disponível em <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1516/Artesanato%20Potiguara.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 mai. 2020.

FILGUEIRA, P. V. S. **Diagnóstico rural participativo e plano de ações sustentáveis: o caso da Comunidade Indígena Catu**. Natal-RN: IFRN (TCC /Mestrado Profissional em Ciências Ambientais). 2019. Disponível em <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1690>. Acesso em 01 jun. 2020.

FIGUEROA, A.L.G. Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé. **Ciências Humanas**. [online]. 2016, vol.11, n.1 p.55-85. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222016000100055&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222016000100055&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 06 mar. 2021.

FINKLER, R.; PEDROSO, R.M.; STEIN, R.T.; LAZZARINI, P.R.C. **Ciências do solo e fertilidade**. Porto Alegre-RS: SAGAH, 2018.

FRANCISCO, P.R.M.; CHAVES, I.B.; CHAVES, L.H.G; LIMA, E.R.V.; SILVA, B.B. Análise espectral e avaliação de índices de vegetação para o mapeamento da caatinga. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Pombal-PB: Editora Verde, v.10, n. 3, 2015. Disponível em <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/3046/3132>. Acesso em 23 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.18378/rvads.v10i3.3046>

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum**. Vaticano-Roma: Tipografia Vaticana, 24 de maio de 2015. Disponível em [http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si\\_po.pdf](http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf). Acesso em 06 ago. 2020.

FRANCO, C.A.O. **Direitos indígenas e mobilização: um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guayana e Venezuela**. Brasília: Universidade de Brasília - UnB. 2012. Tese de Doutorado

Interinstitucional UnB/FLACSO/UFRR. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11229>. Acesso em 19 fev. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 16 ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, L.; MORIN, E; NICOLESCU, B. **Carta da Transdisciplinaridade**. In: NICOLESCU, B. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

FREITAS, M. **Relatos sobre o massacre de 70 índios na serra de Portalegre-RN: argumentação em discursos de liderança indígena e alunos do ensino fundamental**. Dissertação do Mestrado Profissional em Letras – UERN. Pau dos Ferros-RN: UERN, 2018. Disponível em [http://www.uern.br/controlde/paginas/defendidasem2018/arquivos/4593maria\\_ma%C2%B4nica\\_de\\_freitas\\_dissertaa%C2%A7a%C2%A3o\\_em\\_pdf.pdf](http://www.uern.br/controlde/paginas/defendidasem2018/arquivos/4593maria_ma%C2%B4nica_de_freitas_dissertaa%C2%A7a%C2%A3o_em_pdf.pdf). Acesso em 01 jun. 2020.

FREYRE, G. **Nordeste**. 7 ed. rev. São Paulo-SP: Global, 2004.

FRIGOTTO, G., A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**, v.10, n.01, p. 41-62, 2008. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso: 20 jul. 2021.

FROTA, L.F.R. **Comunidade indígena potiguará "Mendonça" do Amarelão (João Câmara, Rio Grande do Norte): importância da caça em seu cotidiano alimentar**. Fortaleza-CE: UFC, 2018 (TCC de Graduação em Gastronomia). Disponível em [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34833/3/2018\\_tcc\\_lfrfrota.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34833/3/2018_tcc_lfrfrota.pdf). Acesso em 26 jun. 2021.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Demarcação de Terras Indígenas**. Brasília-DF: Funai, 2021. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/todosdtp/154-demarcacao-de-terras-indigenas>. [s.d.] Acesso em 02 mai. 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Estatuto dos povos indígenas** [proposta]. 2009. Disponível: [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio\\_CNPI/Estatuto\\_Povos\\_Indigenas-Proposta\\_CNPI-2009.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Estatuto_Povos_Indigenas-Proposta_CNPI-2009.pdf). Acesso em 18 fev. 2021.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Índios no Brasil: Quem são?**. Brasília-DF: Funai, 2012. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em 02 mai. 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Instrumentos**. 2012. Disponível em <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/instrumentos/>. Acesso em 02 mai. 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras indígenas**. 2019. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 14. abr 2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020** Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados. 2020b. Disponível em [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/instrucao\\_normativa\\_09.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/instrucao_normativa_09.pdf). Acesso em 11 abr. 2021.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Notícias: Construção do Plano Estadual de Políticas para os Indígenas é iniciada no Rio Grande do Norte**, Brasília-DF: FUNAI, 2017. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2017/construcao-do-plano-estadual-de-politicas-para-os-indigenas-e-iniciada-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em 15 set.2020.

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Notícias:** I Encontro de Jovens Indígenas do Rio Grande do Norte. Brasília-DF: Funai, 2012. Disponível em <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2012/i-encontro-de-jovens-indigenas-do-rio-grande-do-norte>. Acesso em 02 mai. 2020.

GALDINO, L. K. A.; LANDIM NETO, F. O.; SILVA, E. V.; GORAYEB, A. Territorialidade e meio ambiente da Terra Indígena Pitaguary, Ceará-Brasil: reflexões acerca das possibilidades do mapeamento participativo na Aldeia de Monguba. Boa Vista-RR: **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. Disponível em <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3822/2044>. Acesso em 24 mai. 2020.

GALDINO, L.K.A. **Sociedade, política, cultura e meio ambiente:** subsídios ao planejamento socioambiental à comunidade indígena Boca da Mata, na terra indígena São Marcos - Roraima. 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24478>. Acesso em 10 fev. 2020.

GIANSANTI, R. **O desafio do Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo-SP: atual, 1998

GIANNOTTI, V. **Muralhas da linguagem.** Rio de Janeiro-RJ: Mauad, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** Ed. 7. São Paulo-SP: Atlas, 2008.

GOMES, M. P. **O caminho brasileiro para a cidadania indígena.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo-SP: Contexto, 2018

GOMIDE, M.; SCHÜTZ, G. E.; CARVALHO, M. A. R.; CÂMARA, V. M. Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Matriz FOFA) de uma Comunidade Ribeirinha Sul-Amazônica na perspectiva da Análise de Redes Sociais: aportes para a Atenção Básica à Saúde. **Cadernos saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 222-230, set/2015. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-462X2015000300222&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2015000300222&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 mai. 2020.

GOOGLE EARTH. **Mapas.** 2019. Disponível em <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em 05 fev. 2019.

GORAYEBE, A; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. **Princípios básicos de cartografia e construção de mapas sociais:** metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. In: GORAYEB, A.; MEIRELES, A.J.A.; SILVA, E.V. da. (Org.) Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica Editora, p. 09-24, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 27.320, de 19 de setembro de 2017.** Institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do Rio Grande do Norte (CEPIN/RN), Natal: Diário Oficial do Estado do RN. Disponível em <http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/>. Acesso em 10 jan. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte:** RN Sustentável. Natal: SEPLAN-RN, 2013. Disponível em <http://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=documentos>. Acesso em 05 jan. 2021.

GRUPIONI, L.D.B. **Elaborações indígenas do direito de consulta no Brasil.** In: Ricardo e Ricardo. Povos indígenas no Brasil: 2011-2016, São Paulo: Instituto Socioambiental. 2017 (p.83-85.).

GRÜNEWALD, R.A. **Toré e jurema**: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 60, n. 4, 2008. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000967252008000400018&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252008000400018&lng=en&nrm=iso). Acesso em 14 Jul. 2021.

GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelão**: os caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Recife/PE: UFPE, 2007 (Dissertação de Mestrado). Disponível: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/btd/JussaraGAG.pdf> Acesso em 16 out. 2020.

GUERRA, J. G. A. **Mendonça do Amarelão**: origem, migrações, aspectos de sua cultura e identidade étnica. João Pessoa-PB: Ideia, 2017.

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo-SP: Companhia das Letras / FAPESP, 1992. Disponível em [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap37-52/p37-52\\_Guidon\\_As\\_ocupacoes\\_pre-historicas\\_do\\_Brasil.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hist%3Ap37-52/p37-52_Guidon_As_ocupacoes_pre-historicas_do_Brasil.pdf). Acesso em 01 jul. 2021.

GUIMARÃES, D.T. **Dicionário Técnico Jurídico**. 17. ed. [atualização: MOREIRA FILHO, G.]. São Paulo-SP: Rodela, 2014

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3.ed. São Paulo-SP: Contexto, 2015.

HENAO, G. T. A.; MARTÍNEZ, J. F. E.; TREJOS, E. Z.; SILVA, W. R. da. Cartografias sociales entre técnicas de geoprocementamiento y prácticas etnográficas: reflexiones desde la experiencia cartográfica em la Comunidad Indígena Costa Rica, Colombia. **Vivência - Revista de Antropologia**, v. 1, n. 52, 31 de maio de 2019. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/13903>. Acesso em 01 jun. 2020.

HEINER, M.; HINCHLEYB, D.; FITZSIMONSB, J.; WEISENBERGERD, F.; BERGMANNE, W.; MCMAHONEY, T.; MILGINE, J.; NARDEAE, L.; OAKLEAFA, J.; PARRIMANE, D.; POELINAE, A.; WATSONE, H.; WATSONE, K.; KIESECKER, J. Moving from reactive to proactive development planning to conserve Indigenous community and biodiversity values. **Environmental Impact Assessment Review**. Amsterdam, 2019. n. 74, p. 1-13. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S019592551830115X>. Acesso em 26 mai. 2021.

HOFRICHESTER, M. **Análise SWOT**. São Paulo-SP: Editora Simplíssimo, 2017.

HIDALGO-CAPITÁN, A.L.; GARCÍA-ÁLVAREZ, S.; CUBILLO-GUEVARA, A.P.; MEDINA-CARRANCO, N. Los Objetivos del Buen Vivir Una propuesta alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenible. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo**. v. 8, n. 1, 2019. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6933773>. Acesso em 02 ago. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE CIDADES**: João Câmara. Brasília-DF: 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/joao-camara/panorama>. Acesso em 01 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Trabalho elaborado em comemoração ao Dia do Índio. Brasília-DF: 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf). Acesso em 01 jun. 2020.

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte 2018**. Natal: IDEMA, 2018. Disponível em <http://www.idema.rn.gov.br/conteudo.asp?tran=item&targ=1357&act=null&page=0&parm=null&lbl=socioecon%3%b4micos> Acesso em 17 mai. 2020.

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. **Perfil de seu município:** João Câmara. Natal-RN: IDEMA, 2008. Disponível em <http://adcon.rn.gov.br/acervo/idema/doc/doc00000000015002.pdf>. Acesso em 26 jun. 2021.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION - IFC. **Good Practice Handbook: Cumulative Impact Assessment and Management: Guidance for the Private Sector in Emerging Markets.** Washington DC, 2013. Disponível em [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics\\_ext\\_content/ifc\\_external\\_corporate\\_site/sustainability-at-ifc/publications/publications\\_handbook\\_cumulative\\_impactassessment](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/publications/publications_handbook_cumulative_impactassessment). Acesso em 26 jun. 2021.

JANUÁRIO, E. **Terremoto em João Câmara/RN – 1986.** Youtube, 16 mar. 2011. Disponível em: <https://youtu.be/n9rvkVSG3Is>. Acesso em 24 jun. 2021.

KAIN, M.C. Objetivos de Desarrollo Sostenible y pueblos Indígenas: la interculturalidad como requisito de paz y desarrollo. **Los derechos de los pueblos indígenas.** Madrid: Governo de España/Ministério de Cultura e Desporto. n. 131, 2018. Disponível em [http://revistatiempodepaz.org/revista-131/#dfliip-df\\_262/32/](http://revistatiempodepaz.org/revista-131/#dfliip-df_262/32/). Acesso em 02 ago. 2020.

KRENAK, A. Discurso de Ailton Krenak, em 4/09/1987, na Assembleia Constituinte, Brasília, Brasil. **Revista Gis**, São Paulo, v. 4, n.1, p. 421-422, Out. 2019. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/162846/157198>. Acesso em 10 out. 2021.

KRENAK, A. Paisagens, territórios e pressão colonial. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre-RS, v. 9, n. 3, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/download/61133/36218>. Acesso em 01 jul. 2021.

LEAL-LANDEROS, J.; RODRIGUEZ-VALDIVIA, A. Cartografía social de Chapiquiña: reivindicando los derechos territoriales indígenas en los Altos de Arica, Chile. **Íconos**, Quito, n. 61, p. 91-114, ago. 2018. Disponível em [http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1390-12492018000200091&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-12492018000200091&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 01 jun. 2020. <https://doi.org/10.17141/iconos.61.2018.3384>

LEFF, E. **As aventuras da epistemologia ambiental:** da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR, A. (Org). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis.** Tradução: LEITE, S.C. São Paulo-SP: Cortez, 2010.

LEFF, E. Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia "otro" programa de sociología ambiental. **Revista Mexicana de Sociología.** Ciudad de México, v. 73, n. 1, p. 5-46, 2011. Disponível em [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-25032011000100001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032011000100001&lng=es&nrm=iso). Acesso em 15 set. 2020.

LENTON, D. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. **Anuário Antropológico.** n. 1, 2010. Disponível em <https://journals.openedition.org/aa/781>. Acesso em 21 fev. 2021. <https://doi.org/10.4000/aa.781>

LIMA-E-SILVA, P.P.; GUERRA, A.J.T.; MOUSINHO, P.; BUENO, C.; ALMEIDA, F.G.; MALHEIROS, T.; SOUZA JÚNIOR, A.B. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais.** 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Thex editora, 2002.

LOBATO, E.; SOUSA, D.M.G. **Areia Quartzosa / Neossolo Quartzarênico.** Brasília-DF: EMBRAPA Cerrado. 2007a. Disponível em

[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01\\_2\\_10112005101955.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_2_10112005101955.html). Acesso em 23 jun. 2021.

LOBATO, E.; SOUSA, D.M.G. **Pdzólicos / Argissolos**. Brasília-DF: EMBRAPA Cerrado. 2007b. Disponível em [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/agencia16/ag01/arvore/ag01\\_97\\_10112005101957.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/agencia16/ag01/arvore/ag01_97_10112005101957.html). Acesso em 23 jun. 2021.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental: repensando espaço da cidadania**. São Paulo-SP: Cortez, 2002.

LUCIANO, G.S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília-DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio\\_brasileiro.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf). Acesso em 01 jul. 2021.

MACEDO, H. A. M. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal-RN: EDUFERN, 2011.

MACHADO, G.C.X.M.P.; MACIEL, T.M.F.B.; THIOLENT, M. Uma abordagem integral para Saneamento Ecológico em Comunidades Tradicionais e Rurais. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2021, v. 26, n. 4. pp. 1333-1344. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/p3ZLpYFjDfft5qD8ywxBxDS/?lang=pt>. Acesso em 25 nov. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.08242019>.

MAIA, G. **Os Monxorós ou Mossorós: Nossos primeiros habitantes**. 2019. Mossoró-RN: Canal na História. Disponível em <https://youtu.be/rMRz1TDWRY>. Acesso em 12 jul. 2021.

MARDAN, A.; DAROINI, A.; TALHAH, A. Empowerment of Farmer Group Based On Rice Farming In Ponorogo District Empowerment is an effort to meet the needs of individuals, groups and the wider community so that they have the ability to make choices and control their environment in order to fulfill. **Agricultural Science**, v. 2, n. 2, p. 90-100, 2019. Disponível em <http://agriscience.scientific-work.org/index.php/agriscience/article/view/22>. Acesso em 01 jun. 2020.

MARÍN, O.A.H.; LEAL, A.C.; FERNANDES, E.; FERREIRA, J.C.; TROLEIS, A.L.; FERREIRA, S.M. Panorama da gestão dos recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Formação** (edição especial), n.23, v. 1, 2016. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/3577>. Acesso em 24 jun. 2021. <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i23.3577>

MARTIN, G.; MEDEIROS, E. A Furna do Messias. Um sítio com pinturas rupestres na área arqueológica do Seridó, no Rio Grande do Norte. Recife-PE: **Clio Arqueológica**. n. 23, v. 2, 2008. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/download/246739/35695>. Acesso em 11 jul. 2021.

MARTINS, J. C. de V.; SILVA, T. M. C. da; OLIVEIRA, A. M. de, SILVA, E. V. da; OLIVEIRA, I. P. R. A. de. Potencialidades turísticas e aspectos socioambientais em duas comunidades autoidentificadas indígenas no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)**, n. 13, v.1. fev-abr 2020. Disponível em <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9364>. Acesso em 01 jun. 2020.

MARTINS, J.C.V.; OLIVEIRA, A.M.; SILVA, E.V.; SILVA, T.M.C.; OLIVEIRA, I.P.R.A.. **Etnoturismo potiguar: possibilidade sustentável de geração de renda em comunidades indígenas**. In: OLIVEIRA, A.M. de; SILVA, L.R. da; FALCÃO, M.L. **Sociedade e cultura no Rio Grande do Norte: diálogos interdisciplinares**. Mossoró-RN: EDUFERSA, 2021.

- MARTINS, J.C.V. **Reflexos socioambientais e econômicos da produção familiar em assentamentos rurais do município de Apodi-RN: o caso dos produtores de mel.** Mossoró-RN: Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA-UERN, 2005.
- MASCARELLO, M.A.; SANTOS, C.F.; BARBOSA, A.L.O. Mapas...Por quê? Por quem? Para quem? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais.** v.7, n. 1, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/235124/29760>. Acesso em 11 out. 2020.
- MASOLO, D. A. **Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez, 2010.
- MEIRELES, A.J.A. **Unidades de paisagem na Terra indígena Tremembé de São José e Buriti, Município de Itapipoca-CE.** In: SILVA, E.V.; MEIRELES, A.J.A.; GORAYEB, A. (org.) *Educação ambiental e indígena: caminhos da extensão universitária na gestão de comunidades tradicionais.* Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- MEDEIROS, M.F.T.; ALBUQUERQUE, U.P. (Orgs.) **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia.** Recife: NUPEEA, 2012, 80p.
- MENDONÇA, D.; SILVA, T.M.C. **Potiguara Mendonça.** Natal-RN: UFRN, 2020. Disponível em [https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/\\_doc/MENDONCA%20-%20Tayse%20e%20Diocl%C3%A9cio.pdf](https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/MENDONCA%20-%20Tayse%20e%20Diocl%C3%A9cio.pdf). Acesso em 12 fev. 2021.
- MILLER JUNIOR, G.T. **Ciência ambiental.** 11.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- MILLER JUNIOR, G.T.; SPOOLMAN, S.E. **Ecologia e sustentabilidade.** 6.ed. Trad. ARAÚJO, M.S.; LAPOLA, D.; SOUSA, E.P.M. São Paulo-SP: Cengage learning, 2013.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 29.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2016.
- MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer Técnico nº 450/2017-SEAP.** Trata da demarcação de Terras Indígenas – atualização e conferência da listagem geral de terras indígenas. Disponível em [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/grupos-de-trabalho-1/demarcacao/legislacao/pareceres/parecer-seap-450-2017-pgr-00169903\\_2017.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/grupos-de-trabalho-1/demarcacao/legislacao/pareceres/parecer-seap-450-2017-pgr-00169903_2017.pdf). Acesso: 23 jul. 2020.
- MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Sobre a demarcação de terras indígenas no território brasileiro e a capacidade civil dos indígenas.** Curitiba-PR: MPF, 2013. Disponível em <http://direito.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=255>. Disponível em 01 fev. 2021.
- MIRANDA, L.C. **Estratégias de planejamento ambiental na Ilha do Príncipe: subsídios para gestão local integrada.** Tese de Tese de Doutorado em Geografia. Fortaleza-CE: UFC, 2016. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21450>. Acesso em 13 jun. 2020.
- MONTEIRO, D.M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte.** 4.ed. Natal-RN: Flor de Sal, 2015.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 8. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2003.
- MOURA, A.D.M. **"Aqui tem sangue e suor de índio": resistência, etnicidade e luta política dos tapuias da Lagoa do Tapará - RN.** Natal-RN, 2019. (Dissertação de Mestrado em Antropologia

Social). Disponível em [https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/\\_doc/sanque\\_suor\\_allyne\\_dayse.pdf](https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/_doc/sanque_suor_allyne_dayse.pdf). Acesso em 14 jul. 2021.

MOURA, A.D.M.; BOAVENTURA, L.C.L.; NEVES, R.C.M. Povos indígenas no Rio Grande do Norte, direitos e ações em tempos de covid-19. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 119 - 145, mai./ago. 2021. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/117951/64230>. Acesso em 20 nov. 2021.

MULLER, S.; HEMMING, S.; RIGNEY, D. Indigenous sovereignties: relational ontologies and environmental management. **Geographica Research**. v. 57, n. 4, 2019. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1745-5871.12362>. Acesso em 20 fev. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1111/1745-5871.12362>

MUÑOZ, M.G. **Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária**. In: LEFF, Enrique. (Coord.) / Tradução WOLFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo-SP: Cortez, 2003.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. KHOURY, Y.A. São Paulo - SP: Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**. v. 10, 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 04 abr. 2020.

NUNES, E.M.; FRANÇA, A.R.M.; SILVA, M.R.F.; SÁ, V.C.; GURGEL, I.A. Arranjos produtivos em dinâmicas de Desenvolvimento Regional: a cadeia da cajucultura no Território Açú-Mossoró (RN). **Redes**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, 187-209, maio-agosto, 2018. Disponível em <https://www.redalyc.org/jatsRepo/5520/552059721011/552059721011.pdf>. Acesso em 01 dez. 2021. 10.17058/redes.v23i2.11660.

OIT – Organização Internacional do Trabalho, Escritório do Brasil. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília, 2011. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf). Acesso em 29 mai. 2020.

OLIVEIRA, I.P.R.A. **Levantamento preliminar das comunidades que se autorreconhecem indígenas no Rio Grande do Norte**. Mossoró-RN: Ufersa, 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo). Disponível em <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/4287>. Acesso em 15 set. 2021.

OLIVEIRA, J. N. V. “ser índio” e “ser caboclo” potiguar: história indígena e o processo identitário nas comunidades dos caboclos do Assú. **Revista de Humanidades**, v.15, n.35, p.191-197, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7819>. Acesso em 14 mai. 2020.

OLIVEIRA, J.N.V.; VIEIRA, J.G. Identidade indígena, memória e territorialização: a construção do “ser índio” na comunidade dos Caboclos de Açú/RN. In: **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil**. 2012. Teresina-PI: UFPI. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/>. Acesso: 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, J. P. Fighting for lands and reframing the culture. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 15, n. 2, e152400, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/vb/v15n2/1809-4341-vb-15-02-e152400.pdf>. Acesso em 21 fev. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412018v15n2a400>.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro-RJ: Contra capa, 2016, 384p.

OLIVEIRA, K. **Diga ao povo que avance!** Movimento indígena no Nordeste. Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, L.R.; OLIVEIRA, A.C.A.; FOLHES, R.T.; PINTO, R.T. Políticas indigenistas, desenvolvimento e territorialidades indígenas no Brasil atual. **Revista de Políticas Públicas**. UFMA, v. 24, p. 577-597, 2020. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15164/8039>. Acesso em 04 out 2021.

OLIVEIRA, R.F.S. **A participação indígena na cadeia produtiva da castanha de caju: o caso do grupo familiar Mendonça Potiguara do Rio Grande do Norte/Brasil**. Universidade do Porto: Porto-Portugal. 2021, 84p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136109/2/495361.pdf>. Acesso em 25 nov. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Año Internacional de La Sanidad Vegetal, 2020: proteger las plantas, proteger la vida**. Disponível em <http://www.fao.org/plant-health-2020/home/es/> acesso em 24 jul. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os direitos dos povos indígenas**. 2007. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Povos-Ind%C3%ADgenas/declaracao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas.html>. Acesso em 29 mai. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 18. mai 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York, NY: PNUD, 2019. Disponível em [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf). Acesso em 06 ago. 2020.

PALLADINO, L.; ÁVILA, C. A. Experiencias y diálogos en el mapeo colectivo de territorios comechingones en San Marcos Sierras y alrededores. Córdoba-Argentina: Universidad Nacional de Córdoba. **Revista de Extensión Universitaria**. 2018. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/89381>. Acesso em 01 Jun. 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo do Estado do Rio Grande do Norte - Mandato 2019/2022**. Natal-RN: Coligação PT- Pcdob-PHS, 2018. Disponível em [http://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Rio\\_Grande\\_do\\_Norte\\_Fatima.pdf](http://estaticog1.globo.com/2018/11/promessas/Rio_Grande_do_Norte_Fatima.pdf). Acesso em 20 out. 2021.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A.C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação**. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/16054/13504>. Acesso em 28 ago. 2020.

PEREIRA, M. G. N. **Potiguaras de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico**. Natal/RN: UFRN, 2015 (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20325>. Acesso em 07 mai. 2020.

PFALTZGRAFF, Pedro Augusto dos Santos. **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Norte**. Organização Pedro Augusto dos Santos Pfaltzgraff; Fernanda Soares de Miranda Torres. Recife-PE: CPRM, 2010. Disponível em [http://dspace.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/10234/Geologia\\_Rio\\_grande\\_norte.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://dspace.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/10234/Geologia_Rio_grande_norte.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 22 jun. 2021.

PHILIPPI JUNIOR, A.; FERNANDES, V.; SAMPAIO, C.A.C.; SOBRAL, M.C. **Interdisciplinaridade nas ciências ambientais no Brasil**. In: SILVA, S.D.; SAYAGO, D.; TONI, F.

CAMPOS, F.I. (orgs.) *Ensaio em Ciência Ambientais: crises, riscos e racionalidades*. Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2016.

PORPINO, K.O.; SANTOS JÚNIOR, V.; SANTOS, M.F.C.F. Lajedo de Soledade, Apodi, RN: ocorrência peculiar de megafauna fóssil quaternária no Nordeste do Brasil. In: Winge, Manfredo. **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. 2. ed. Brasília-DF: CPRM, 2009. v. 2. Disponível em [http://sigep.cprm.gov.br/SIGEP\\_Vol\\_II\\_bx\\_resol.pdf](http://sigep.cprm.gov.br/SIGEP_Vol_II_bx_resol.pdf). Acesso em 01 jul. 2021.

PORTAL G1. **Após recomendação do MPF, Natal inicia vacinação de indígenas contra a Covid-19**. Disponível em <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/03/04/apos-recomendacao-do-mpf-natal-inicia-vacinacao-de-indigenas-contra-a-covid-19.ghtml> publicado em 04 de março de 2021. Acesso em 27 fev. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C.V. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 11.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

POSEY, D. A. **Consequências ecológicas da presença do índio Kayapó na Amazônia: recursos antropológicos e direitos de recursos tradicionais**. In: Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. CAVALCANTI, Clóvis (org). 4.ed. São Paulo: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. (p.177-194)

POSEY, D.A.; FRECHIONE, J.; EDDINS, J.; SILVA, L.F.; MYERS, D.; CASE, D.; MACBEATH, P. Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development. **Human Organization**, v.43, n. 2, p. 95-107, 1984. Disponível: [https://www.academia.edu/13703139/Ethnoecology\\_as\\_Applied\\_Anthropology\\_in\\_Amazonian\\_Development](https://www.academia.edu/13703139/Ethnoecology_as_Applied_Anthropology_in_Amazonian_Development) Acesso em 28 jul. 2021.

PRADO, H.M.; MURRIETA, R.S.S. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. **Ambiente e sociedade** [online]. 2015, vol.18, n.4, p.139-160. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n4/1809-4422-asoc-18-04-00139.pdf>. Acesso em 30 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA. **Lei nº 241/2006**. Institui o Plano Diretor do Município de João Câmara / RN. João Câmara-RN: Gabinete da prefeitura. 2006, disponível em [http://camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/LEI%20241%20DE%202006\\_1.doc](http://camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/LEI%20241%20DE%202006_1.doc). Acesso em 15 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA. **Lei Orgânica do Município – LOM**. João Câmara-RN: PMJC, Promulgada em 21 de setembro de 2015. Disponível em [https://www.camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/Lei%20Organica%20Municipal%20\(Revisada\).pdf](https://www.camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/Lei%20Organica%20Municipal%20(Revisada).pdf). Acesso em 15 Jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA. **Plano Municipal de Saneamento Básico: Diagnóstico Preliminar Técnico Participativo**. João Câmara-RN: PMJC, Promulgada em 21 de setembro de 2017. Disponível em [https://www.camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/Diagnostico%20JC\\_verso%20para%20publica\\_12.pdf](https://www.camaramunicipaljc.com.br/painel/upload/legis/Diagnostico%20JC_verso%20para%20publica_12.pdf). Acesso em 15 Jul. 2021.

QGIS – Quantum Geographic Information System. **Open Source Geospatial Foundation Project (OSGeo)**. Versão 3.8. 2019. Disponível em [http://qgis.org/pt\\_BR/site/](http://qgis.org/pt_BR/site/). Acesso em 10 mai. 2019.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo-SP: Cortez, p.84-130, 2010.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo-SP: Brasiliense, 2001.

REIS, N.B.L.; TIMÓTEO, G.; WALTER, T. Colonialidade e gestão ambiental: racismo ambiental institucionalizado e seus impactos sobre a pesca artesanal. In: XII CONFLICT - V CONPG 2020, 2020, Campos dos Goytacazes. **Anais eletrônicos...** Campinas: Galoá, 2020. Disponível em <https://proceedings.science/conflict-conpg-2020/papers/colonialidade-e-gestao-ambiental--racismo-ambiental-institucionalizado-e-seus-impactos-sobre-a-pesca-artesanal>. Acesso em 21 dez. 2021.

RESENDE, A. C. Z. **O debate na organização das nações unidas sobre a noção de "povos indígenas" e o direito à autodeterminação.** In: SILVEIRA, V.O.; DIAS, J.A.; LOPES, A.M.D. *Direito Internacional dos Direitos Humanos I*. p. 156-184. 2014. Disponível em <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=195>. Acesso em 29 mai. 2020.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 7.ed. [1.ed. 1968] São Paulo: Global, 2017.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo-SP: Atlas, 2014.  
RIOS, C.; SANTOS JUNIOR, V. Hipóteses sobre um conjunto de grafismos rupestres no Rio Grande do Norte, Brasil. **Clio Arqueológica**. n. 01, v. 29, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/download/246609/35607>. Acesso em 11 jul. 2021.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. A classificação das paisagens a partir de uma visão geossistêmica. **Mercator. Revista de Geografia da UFC.** Ano 1, n. 1, 2002. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/download/198/164>. Acesso em 03 mai 2020.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. **Planejamento e Gestão Ambiental: subsídios da Geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica.** 2.ed. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2016.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. A.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 4.ed. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2013.

SACHS, I. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos avançados.** São Paulo, v. 26, n.74, p. 5-20, 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 nov.2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100002>

SACHS, J., SCHMIDT-TRAUB, G., KROLL, C., LAFORTUNE, G., FULLER, G., WOELM, F. **The Sustainable Development Goals and COVID-19: Sustainable Development Report 2020.** Cambridge: Cambridge University Press. 2020. Disponível em [https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020\\_sustainable\\_development\\_report.pdf](https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2020/2020_sustainable_development_report.pdf) acesso em 25 jul. 2020.

SANCHEZ, G.; HOLLIDAY, V.T.; GAINES, E.P.; ARROYO-CABRALES, J.; MARTÍNEZ-TAGÜEÑA, N.; KOWLER, A.; LANGE, T. HODGINS, G.W.; MENTZER, S.M.; SANCHEZ-MORALES, I. Human (Clovis) – gomphothere (Cuvieronius sp.) association ~13,390 calibrated yBP in Sonora, Mexico. **PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America.** USA 111, 10972–10977, 2014. Disponível em <https://www.pnas.org/content/111/30/10972.short>. Acesso em 01 jul. 2021. DOI: 10.1073/pnas.1404546111.

SANCHEZ, M.; MIRANA, P.; DUIVENVOORDEN, J. Plantas, suelos y paisajes: ordenamientos de la naturaleza por los indígenas Miraña de la Amazonía colombiana. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 37, n. 4, p. 567-582, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S004459672007000400012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S004459672007000400012&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 26 ago. 2020.

SANTOS, B. S. A territorialização/desterritorialização da exclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória. In: **Seminário “Estudos territoriais de desigualdades sociais”**. São Paulo-SP: PUC/SP, 2001. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Boaventura.pdf> Acesso em 04. jun 2020.

SANTOS, B. S. **Na oficina do sociólogo artesão**. São Paulo-SP: Cortez, 2018.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In:

SANTOS, B.S.; MENESES, M.P (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 12.ed. Rio de Janeiro. Record, 2008.

SANTOS, S.L.B; COSTA, G.L.P. A mulher indígena como símbolo de resistência no Rio Grande do Norte: gênero e trabalho na comunidade Mendonça do Amarelão. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1. n.1, jan-jul de 2021, p. 80-95. Disponível em <http://portal.uern.br/wp-content/uploads/2021/08/Resc-v1n1.pdf>. Acesso em 01 set. 2021.

SANTOS, T.C.; MAIA, L.J.O. Povos indígenas em espaços de atuação política, educação e direitos diferenciados: uma entrevista com o cacique Luiz Katu. **Revista Espacialidades [online]**. 2020.1, v. 16, n. 1. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/20009>. Acesso em 14 abr. 2021. <https://doi.org/10.21680/1984-817X.2020v16n01ID20009>.

SEABRA, G. **Pesquisa Científica**: o método em questão. 2. ed. João Pessoa-PB: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Como elaborar um plano de negócios**. Brasília/DF: SEBRAE Belo Horizonte, 2017. Disponível em [http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO\\_baixa.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/COMO%20ELABORAR%20UM%20PLANO_baixa.pdf). Acesso em 13 mai. 2020.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Desenvolvimento Econômico Territorial Mato Grande**. Natal/RN: SEBRAE Natal, 2015. Disponível em <http://bis.sebrae.com.br/bis/download.zhtml?t=D&uid=a917adfba56ec92346178c4664e358ab>. Acesso em 09 out. 2020.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre o estatuto dos povos indígenas [em tramitação]**. Brasília-DF: Senado Federal. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=570307&ts=1624912293944&disposit ion=inline>. Acesso em 02 mai. 2020.

SILVA, C. M. M. **Em busca da realidade: a experiência da etnicidade dos Eleotérios, Catu-RN**. Natal/RN: UFRN, 2007 (Dissertação de Mestrado). Disponível em [http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/banco-de-monografias-sobre-a-diversidade/em-busca-da-realidade201d-a-experiencia-da-etnicidade-dos-eleoterios-catu-rn-1/at\\_download/file](http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/observatorio-da-diversidade/banco-de-monografias-sobre-a-diversidade/em-busca-da-realidade201d-a-experiencia-da-etnicidade-dos-eleoterios-catu-rn-1/at_download/file). Acesso em 13 mai. 2020.

SILVA, M.E.C; LOPES, J.B.; BARROS, R.F.M.; ALENCAR, N..L.; MENDES, L.M.S. A etnoconservação no contexto da agrobiodiversidade: diálogos entre os saberes científicos e locais em tempos de crise ambiental. **Espacios**. v. 37, n. 37, 2016. Disponível em <http://www.revistaespacios.com/a16v37n37/16373703.html>. Acesso em 30 jul. 2020.

SILVA, M. I. C. **Entrevista concedida a MARTINS, J. C. V**. João Câmara-RN, 02 out. 2017.

SILVA, P.P.L.; GUERRA, A.J.T.; MOUSINHO, P.; BUENO, C.; ALMEIDA, F.G.; MALHEIROS, T.; SOUZA JÚNIOR, A.B. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2.ed. Rio de Janeiro-RJ: Thex, 2002.

SOARES, A.C.E.C.; CIDADE, C.A.S.; CARDOSO, V.C. **Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia**. Goiânia-GO: UFG, 2020. Disponível em <https://gtmaescientistasematernidadesplurais.historia.ufg.br/p/36500-nossas-publicacoes#>. Acesso em 20 dez. 2020.

SOUTO-MARCHAND, A.S. de; GALVÃO, E.; FERNANDES, M. (Orgs.). **Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade**. Porto Alegre-RS: Editora Fi, Volume 1, 2020. Disponível em <https://www.editorafi.org/015cientistas>. Acesso em 22 jul. 2021. DOI: 10.22350/9786559170159

SOUZA, F.I. **Plantas adaptadas ao semiárido brasileiro**: Murici. Trabalho transversal do curso de Agroecologia – EAD-Pronatec, EAJ/UFRN. João Câmara, 2014.

SOUZA, G.C.; BASSI, J.B. e KUBO, R.R. **Etnoecologia**: dimensões teórica e aplicada. In: SOUZA, G.C. (org.) Transformações no espaço rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloads/Serie/derad025.pdf#page=25>. Acesso em 29 jul. 2020.

SOUSA, J.A.; SILVA, D.R. NOVOS PARADIGMAS, VELHAS PRÁTICAS: o carro-pipa no limiar do combate e da convivência com o semiárido. **Revista Rural & Urbano**. Recife, v. 06, n. 02, p. 59-78, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/251197>. Acesso em 20 dez. 2021.

SOUSA, J.P. **Patrimônio cultural imaterial indígena**: Os Tapuia Paiacu do município de Apodi/RN. Mossoró: UFERSA, 2019. Monografia de Graduação em Licenciatura do Campo. Disponível em [https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5717/1/JoelmaPS\\_MONO.pdf](https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/5717/1/JoelmaPS_MONO.pdf). Acesso em 26 jul. 2021.

SOUZA, R. **Live Abril Indígena** (Youtube). Entrevista cedida à Davyveson Pereira. João Câmara: IFRN, 19 abr 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3sXYIKLz4L0>. Acesso em 07 out. 2021.

STALLAERT, C. Boruca behind the Mask. Empoderamiento, etnodesarrollo y etnorresistencia en una comunidad indígena costarricense. **Journal of Iberian and Latin American Research**. Volume 22, 2016. Disponível em <http://journal-dl.com/item/591088603fbb6e137440a82f>. Acesso em 05 mai. 2021.

SUERTEGARAY, D.M.A. Debate contemporâneo: geografias ou geografia? Fragmentação ou totalização? **GEOgraphia**, Niterói, v.19, n.40, mai/ago, 2017. Disponível em <http://periodicos.uff.br/geographia/index>. Acesso em 26 ago. 2020.

TARGINO, M.A. **Análise estrutural e estado de conservação em um remanescente de Caatinga no Rio Grande do Norte, Brasil**. Natal-RN: UFRN, 2014. (Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas). Disponível em [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31390/1/Analiseestrutural\\_estado\\_Targino\\_2014.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31390/1/Analiseestrutural_estado_Targino_2014.pdf). Acesso em 27 jun. 2021.

TAUNAY, A.E. **A guerra dos Bárbaros**. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense (versão digital), 1935. Disponível em <https://colecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/06/A-Guerra-dos-B%C3%A1rbaros.pdf>. Acesso em 11 jul. 2021.

TORQUATO, A. **História do Município de João Câmara**. João Câmara: Prefeitura Municipal de João Câmara. Disponível em <https://joaocamara.rn.gov.br/noticia.php?noticia=9>. Acesso em 09 out. 2020.

TRINDADE, M.R. de O. **Uso e disponibilidade da vegetação em comunidades rurais no Rio Grande do Norte e Paraíba, Brasil**. Natal-RN: UFRN, 2013 (Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas). Disponível em [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13104/1/UsoDisponibilidadeVegetacao\\_Trindade\\_2013.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13104/1/UsoDisponibilidadeVegetacao_Trindade_2013.pdf). Acesso em 26 jun. 2021.

TROLEIS, A.L. **Estudos do Semiárido**. 2.ed. Natal-RN: EDUFRN, 2011. Disponível em [http://bibliotecadigital.sedis.ufrn.br/pdf/geografia/Est\\_Sem\\_Livro\\_WEB.pdf](http://bibliotecadigital.sedis.ufrn.br/pdf/geografia/Est_Sem_Livro_WEB.pdf). Acesso em 25 jun. 2021.

UFRN – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Povos indígenas do RN**. Natal-RN: Departamento de Antropologia/CCHLA/UFRN. 2021. Disponível em <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/index.html>. Acesso em 20 fev. 2021.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Indicadores de impacto social: João Câmara/RN**. 2017. Disponível em [https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/indicadores/2017-2020/dadosfinais\\_RN\\_JoaoCamara.pdf](https://www.selounicef.org.br/sites/default/files/indicadores/2017-2020/dadosfinais_RN_JoaoCamara.pdf). Acesso em 10 nov. 2021.

VICENTE, L.E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem sistêmica e geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.28, n.3, p. 323-344, set/dez 2003. Disponível: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/index>. Acesso: em 30 abr. 2021.

VIEIRA, J. G.; KÓOS, C. **Invisibilidade, resistência e reconhecimento**. In: RICARDO B.; RICARDO F. Povos Indígenas do Brasil 2011/2016. São Paulo-SP: Instituto Socioambiental, p. 519-522, 2017.

VIEIRA, J.G. Entrevista concedida a COSTA, A.M.M. e SANTOS, S.C.M. **Revista Inter-legere**. n.10, p.6-19, 2012. Disponível: [http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/10/pdf/10db\\_01.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/10/pdf/10db_01.pdf). Acesso em 15 out. 2020.

VIEIRA, J.G. **Live Povos Indígenas do RN: reconhecimento, identidade e mobilização política** (Youtube). disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nHAY3pstDis&t=372s>, 25 fev. 2021. acesso em 13. nov. 2021.

VITAL, H. **Geologia e recursos minerais da folha Jandaíra SB.24-X-D-III: estado do Rio Grande do Norte**. In: Vital, H.; TABOSA, W.F.; SOUZA, Z.S.; FARIAS, P.R.C.; LIMA, Z.M.C.; ARAUJO, P.C.; CORDOBA, V.C.; SOUSA, D.C. Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte (Orgs.) Recife-PE: CPRM, 2013. Disponível em <https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/16773>. Acesso em 22 jun. 2021.

ZAGO, E.F. A política indigenista da nova Constituição boliviana. **Meridiano 47**. n. 106, mai. 2009. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3653>. Acesso em 21 fev. 2021.

ZARONI, M.J.; SANTOS H.G. dos. **Vertissolos**. Brasília-DF: EMBRAPA Cerrado. 2013. [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos\\_tropicais/arvore/CONTAG01\\_18\\_2212200611543.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_18_2212200611543.html). Acesso em 23 jun. 2021.

## APÊNDICE A – MODELO DE TCLE (DADOS PESSOAIS OCULTADOS)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. Você deve participar por livre e espontânea vontade.

**Identificação da pesquisa:** você está sendo convidado por Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins como participante da pesquisa intitulada "DIÁLOGO DE SABERES E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DAS PAISAGENS EM COMUNIDADE AUTOIDENTIFICADA INDÍGENA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR, BRASIL".

**Objetivos:** contribuir com o planejamento integrado participativo das paisagens para o fortalecimento territorial e cultural da comunidade Amarelão autoidentificada indígena, em João Câmara-RN, através do diálogo entre saberes científicos e locais; conhecer as percepções e os usos das paisagens através do diagnóstico e mapeamento participativos; e, propor coletivamente possíveis cenários e diretrizes de gestão participativa das paisagens.

**Justificativa:** a pesquisa participativa com base nas percepções locais é de grande relevância e se configura em instrumento de empoderamento e fortalecimento territorial na perspectiva de políticas públicas sustentáveis que poderão, por sua vez, subsidiar a defesa pela demarcação das terras.

**Procedimentos:** realização de oficinas de diagnóstico participativo, mapeamento social, zoneamento propositivo e entrevistas, para detectar as principais influências internas e externas e destacar os principais problemas, limitações e potencialidades, visando à sustentabilidade socioambiental e cultural local; caminhadas guiadas por agente local para registro fotográfico e marcação de pontos importantes para a comunidade.

**Benefícios:** a publicação da tese de doutorado e de artigos científicos com os resultados da pesquisa e os mapas que serão construídos e disponibilizados para usufruto da comunidade, são importantes para dar mais visibilidade, fortalecer a cultural local e subsidiar políticas públicas sustentáveis. As informações e dados da pesquisa poderão ainda ser utilizados como embasamento científico para o enfrentamento na legitimação e demarcação das terras reivindicadas.

**Riscos:** por ser uma pesquisa participativa, é possível não haver consenso na construção dos mapas temáticos; um dos usos dos resultados esperados nesta pesquisa é que possa se tornar subsídio na luta pelo reconhecimento das terras indígenas, com fins de demarcação de território, mas não há garantia de que isso seja efetivado devido a diversas influências políticas externas.

**Compromisso da pesquisadora:** enquanto pesquisadora terei o papel tão somente de facilitadora e sistematizadora dos resultados, que serão utilizados somente para esta pesquisa.

#### **Informações adicionais:**

As pessoas participarão de forma voluntária, não acarretando em pagamento para participar da pesquisa. Destaco ainda, que a qualquer momento o(a) participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu

consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garanto que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação pessoal, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Endereço da responsável pela pesquisa:

**Nome:** JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS  
**Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
**Endereço:** Av. da Universidade, 2853 - Benfica, Fortaleza - CE, CEP 60020-181  
**Telefones para contato:** [REDACTED]

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPEQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).  
O CEP/UFC/PROPEQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado [REDACTED], [REDACTED] anos, CPF nº [REDACTED] declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante desta pesquisa.

Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

João Câmara-RN, 15/10/2021.

Nome do participante da pesquisa: [REDACTED]

Data: 15 de outubro de 2021.

Assinatura: [REDACTED]

Nome da pesquisadora: Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins

Data: 15 de outubro de 2021.

[REDACTED]  
Assinatura

## APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

### ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As questões estão direcionadas ao Amarelão, mas na medida do possível as respostas podem ser ampliadas ao território Mendonça. Neste caso, favor especificar.

Informações complementares aos dados das oficinas para a elaboração dos **indicadores de sustentabilidade**.

#### **Educação e Cultura**

- a) Comente sobre a criação do Museu (nome, data de criação, objetivos, acervo etc.)
- b) Fale sobre a educação infantil (creche): estrutura e horários de funcionamento; quantidade de crianças atendidas e de professoras da comunidade e externos; se supre a demanda local; atende a quais comunidades etc.)
- c) Fale sobre os ensinos fundamental e médio (estrutura disponível e horários de funcionamento; quantidade de estudantes atendidos e de professores da comunidade e externos; se dispõe de merenda escolar; se supre a demanda local; atende a quais comunidades etc.
- d) Fale sobre a EJA. Além das indagações anteriores (no item c), fale sobre o perfil dos estudantes e sobre os materiais didáticos disponibilizados; se tem alunos acima de 60 anos, quantos etc.
- e) Esclareça sobre as ações que contemplam o ensino bilíngue e a valorização da cultura local, previstos no Projeto Pedagógico (nos vários níveis de ensino).
- f) Fale sobre o transporte público escolar: disponibilidade; regularidade; público atendido; qualidade do transporte, se é considerado adequado e o que pode melhorar.
- g) Fale sobre o curso “Mulheres mil” e outras capacitações relevantes na comunidade (público e parcerias).
- h) Destaque outros aspectos relevantes sobre educação e cultura no Amarelão e no território Mendonça (principais demandas, proposições de melhoria, acesso a políticas públicas etc.).

#### **Trabalho e renda**

- a) Sobre o beneficiamento e comercialização da castanha, existe projeto para rotulagem dos produtos, criação de marca, certificação etc.?

- b) Quantas famílias ao todo e quantas mulheres desenvolvem o trabalho com a castanha no Amarelão?
- c) Quais outras comunidades do território Mendonça também trabalham com a castanha?
- d) Fale sobre ações de assistência técnica e gerencial da EMATER, caso exista, no desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias etc.
- e) Fale sobre as principais atividades de trabalho e renda não agrícola desenvolvidas na comunidade e fora dela por pessoas da comunidade.
- f) Comente sobre os programas governamentais de distribuição de renda que a comunidade tem acesso.
- g) Fale sobre a importância das aposentadorias e pensões na renda das famílias (se tem contribuição significativa etc.).
- h) Fale sobre a atividade etnoturística: quantas pessoas envolvidas e o que pode ser feito para o fortalecimento (incluindo infraestrutura para receber visitantes, formas de divulgação, geração de renda etc. Fique à vontade para destacar o que considera importante.
- i) Comente sobre os principais impactos da pandemia do Covid-19 especificamente na atividade da castanha e as alternativas adotadas.
- j) Destaque outros aspectos relevantes sobre trabalho e renda (principais demandas, proposições de melhoria, acesso a políticas públicas etc.)

### **Qualidade ambiental**

- a) Fale sobre as práticas conservacionistas desenvolvidas na agricultura (adubação orgânica/esterco, rotação de cultura, consórcio, compostagem etc.).
- b) Quais as fontes de energia utilizadas no processamento da castanha e o que é feito com os resíduos?
- c) Além da pedreira e da eólica (citados nas oficinas) comente sobre os principais impactos socioambientais de empreendimentos privados no entorno na comunidade Amarelão/território Mendonça
- d) Fale sobre os projetos de educação ambiental (ações/parceiros) desenvolvidos e em desenvolvimento.
- e) Destaque outros aspectos relevantes (positivos e/ou negativos) sobre a questão ambiental na comunidade Amarelão e no território Mendonça (principais demandas, proposições de melhoria, acesso a políticas públicas etc.)

Em relação à organização sócio-política, fale sobre:

- a) a frequência de participação dos sócios nas atividades regulares da associação comunitária;
- b) a organização coletiva das mulheres e juventude;
- c) a representatividade indígena local (cargos e ações desempenhadas) em organizações indígenas e órgãos públicos (APOINME, conselhos estadual e municipal etc.);
- d) o Fórum de Lideranças Mendonça – FLM (principais atuações, conquistas e demandas);
- e) as principais parcerias (ações, conquistas) institucionais, públicas e privadas (ONGs, Prefeitura, Gov. do Estado, Universidades, Institutos etc.);
- f) a atuação da FUNAI junto às comunidades indígenas do RN e no território Mendonça (desde quando; formas de representação; junto a quais instituições/órgãos etc.);
- g) a representação da comunidade/território Mendonça nas mobilizações políticas contra a tese do marco temporal (PL 490)

Destaque aspectos que considera relevantes sobre o acesso à terra e o processo de demarcação na comunidade Amarelão e no território Mendonça.

Fale sobre questões importantes de infraestrutura comunitária/equipamentos sociais: transporte público, segurança (na oficina foi citada sobre ronda e necessidade de posto policial), lazer etc. (principais demandas, proposições de melhoria, acesso a políticas públicas etc.)

\*Qual símbolo melhor representa a comunidade Amarelão (e o território Mendonça)?

## APÊNDICE C – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CTL NATAL (OUT/2018)



**UFERSA**  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS – CCSAH  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH

Ofício Circular s/n

De: Professora Ma. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins

Para: Coordenação Técnica Local (Natal-RN) da FUNAI

Assunto: Convite para reunião na Comunidade Amarelão (João Câmara-RN), dia 27.10.2018

Mossoró-RN, 17 de outubro de 2018.

Meus cordiais cumprimentos!

Car@s, mui respeitosamente solicito a representação deste importante órgão indigenista em reunião na Associação Comunitária do Amarelão na Comunidade indígena Mendonça do Amarelão em João Câmara-RN.

Na ocasião, um ponto de pauta será a apresentação de projeto de pesquisa interdisciplinar participante na área de Planejamento e Gestão Socioambiental, sob minha coordenação, vinculado ao curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA da Universidade Federal do Ceará-UFC. A referida exposição está marcada para 10h e estimada em cerca de 30 minutos.

Vale salientar que o referido curso de Doutorado é desenvolvido em Rede composta por sete universidades públicas:

UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFS - Universidade Federal de Sergipe  
UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz-BA

Antecipadamente agradeço atenção e aguardo confirmação.

Seguem meus contatos: (84) [REDACTED] - [REDACTED]@ufersa.edu.br

*Ma. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins*  
UFERSA-DCH - Matrícula Slape nº [REDACTED]

Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA  
Endereço: Avenida. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva - Mossoró-RN | CEP: 59.625-900  
Telefone/fax: (84)3317-8224 – E-mail: [ufersa@ufersa.edu.br](mailto:ufersa@ufersa.edu.br) - Home: <http://www.ufersa.edu.br/>

## APÊNDICE D – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CR II (ABR/2020)

OFÍCIO s/n

De: Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins.

Para: Sr. [REDACTED] Coordenador Regional da FUNAI Nordeste II

Fortaleza-CE, 09 de abril de 2020.

Caro coordenador,

Sou professora efetiva (Siape [REDACTED] da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA-Mossoró-RN) e curso o Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA – em rede com UFRN, UFPI, UFPB, UFPE, UFS, UESC) no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (PRODEMA-UFC), sob orientação do prof. Dr. Edson Vicente da Silva (UFC).

Venho, por meio deste ofício, solicitar parecer sobre a área de estudo para a pesquisa científica intitulada “Diálogo de saberes e planejamento participativo das paisagens em comunidade autoidentificada indígena no semiárido Potiguar, Brasil”, que tem por objetivo principal contribuir com o planejamento integrado participativo das paisagens para o fortalecimento territorial e cultural da Comunidade Amarelão autoidentificada indígena, em João Câmara-RN, através do diálogo entre saberes científicos e locais.

A metodologia inclui as etapas de análise da estrutura paisagística das unidades naturais e diagnóstico participativo integrado para conhecer as percepções e usos das paisagens, além da projeção participativa das paisagens na qual se planeja coletivamente cenários e diretrizes de gestão socioambiental e cultural, ou seja, o uso e a ocupação racional e sustentável do território e da biodiversidade, na perspectiva de políticas públicas sustentáveis. As ferramentas de pesquisa incluem oficinas de mapeamento social participativo e de zoneamento funcional propositivo, das quais serão gerados: base cartográfica das paisagens naturais e socioculturais, cartas-imagem do território com suas potencialidades e limitações, além de mapas temáticos conforme demandas locais. Vale salientar que as “fases do planejamento participativo das paisagens” adaptadas da metodologia proposta por Rodríguez e Silva (2016) confluem com as etapas e objetivos previstos na PNGATI (BRASIL, 2012) e nos instrumentos de gestão ambiental e territorial da FUNAI (BRASIL, 2019).

Enfatizo que temos desenvolvido projetos de pesquisa e ações de extensão em parceria com outros pesquisadores e a comunidade, através da Associação Comunitária do Amarelão – ACA e lideranças locais.

Destaco ainda que a ACA emitiu carta de anuência (anexa) para a realização da pesquisa de doutorado. Todavia, de acordo com os trâmites burocráticos do Comitê de Ética-UFC, quando se trata de pesquisa em Terra Indígena – TI é necessário que a FUNAI autorize.

Diante destes fatos e, considerando o direito à autodeclaração indígena (conforme ONU, 2007; OIT, 2011; IBGE, 2010; BRASIL, 2012) exercido pela comunidade rural Amarelão, venho solicitar parecer esclarecendo a situação relativa ao processo de demarcação desta área (BRASIL, 1996) e, se for o caso, a autorização para a realização da pesquisa de doutorado<sup>1</sup>.

Com votos de estima e consideração, antecipadamente agradeço a gentil colaboração e aguardo retorno.



Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins.  
(Siape )

---

<sup>1</sup> REFERÊNCIAS:

- BRASIL, 1996. Decreto 1.775/1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm)>.
- BRASIL, 2012. Decreto 7.747/2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. 2012. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)>
- BRASIL, 2010. FUNAI. PNGATI-Instrumentos. <<http://cogamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/instrumentos/>>.
- RODRIGUEZ, J.M.M.; SILVA, E.V. Planejamento e Gestão Ambiental: subsídios da Geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica. 2.ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016.
- ONU, 2007. Declaração sobre os direitos dos povos indígenas. 2007. <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Povos-Ind%C3%AADgenas/declaracao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas.html>>
- OIT, 2011. OIT – Escritório do Brasil. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília, 2011. Disponível:<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf)>
- IBGE, 2010. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. <[http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf)>.

**APÊNDICE E – OFÍCIO ENVIADO À FUNAI - CTL NATAL (MAI/2021) E  
RESPOSTA POR E-MAIL**

OFÍCIO s/n.

Mossoró-RN, 13 de maio de 2021.

Ao Senhor

  
Chefe  
Coordenação Técnica Local – CTL Natal/CR-NE-II da FUNAI  
Rua Marise Bastier, 16 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59075-070

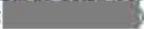
**Assunto: Entrevista com finalidade acadêmica sobre a questão indígena no Estado do Rio Grande do Norte.**

Senhor chefe,

Gentilmente, venho solicitar entrevista com representante da FUNAI/CTL-Natal acerca de informações deste órgão sobre a questão indígena no Estado do Rio Grande do Norte. Enfatizo que tem por finalidade subsidiar pesquisa acadêmica.

Diante do cenário de pandemia do Coronavírus - Covid-19, proponho a realização da entrevista via plataforma digital, a exemplo do *Google Meet* ou outra forma proposta pelo representante da FUNAI/CTL-Natal.

Nesses termos, aguardo autorização/confirmação e sugestão de data/horário. Antecipadamente agradeço.

  
**Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins.**  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
da Universidade Federal do Ceará (PRODEMA-UFC)  
(CPF: )

31/12/2021 10:32

E-mail de UFERSA - Ofício\_Entrevista



jacquelinevasconcelos jacquelinevasconcelos [REDACTED]@ufersa.edu.br>

---

## Ofício\_Entrevista

Coordenação Técnico Local - CTL Natal <ctl.natal@funai.gov.br>

14 de maio de 2021 14:50

Para: jacquelinevasconcelos jacquelinevasconcelos [REDACTED]@ufersa.edu.br>

Prezada Jaqueline, boa tarde!

Acuso o recebimento de seu ofício e informo que o mesmo foi tramitado à Coordenação Regional Nordeste II (Fortaleza/CE) para análise e adoção das providências cabíveis. Quanto obtivermos retorno, entraremos em contato com você.

Atenciosamente,

[REDACTED]

Indigenista Especializado

---

**De:** jacquelinevasconcelos jacquelinevasconcelos [REDACTED]@ufersa.edu.br]

**Enviado:** quinta-feira, 13 de maio de 2021 20:03

**Para:** Coordenação Técnico Local - CTL Natal

**Assunto:** Ofício\_Entrevista

[Texto das mensagens anteriores oculto]

## APÊNDICE F – OFÍCIO ENVIADO AO INCRA (ABR/2021)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Mossoró (RN), 01 de Abril de 2021.

Do: [REDACTED] / UFERSA  
Para: [REDACTED] - INCRA-RN, Superintendência

OFÍCIO 001/2020

Ilma Sra. Venho por meio desse informar que faço parte da equipe de pesquisadores dos projetos de pesquisa: **MAPEAMENTO SOCIAL PARTICIPATIVO EM COMUNIDADE INDÍGENA: FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**, registrado na PROPPG da UFERSA sob o código PIE20006-2018 e **PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE GESTÃO DAS PAISAGENS EM TERRITÓRIO INDÍGENA POTIGUAR: DIÁLOGO DE SABERES E ELEMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE**, registrado na PROPPG da UFERSA sob o código PIE20007-2018

Os projetos são coordenados pela professora Ma. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins (UFERSA), sob a orientação do Professor Dr. Edson Vicente da Silva (UFC)

Conforme solicitação inicialmente informal, quero registrar o nosso pedido para termos acesso aos seguintes mapas, todos em João Câmara-RN:

\*PA Santa Teresinha (SIPRA: RN0086000)\*

\*PA Maria da Paz (SIPRA: RN0250000)\*

\*PA Marajó (SIPRA: RN0022000)\*

\*PA Boa Sorte (SIPRA: RN0026000)\*

\*Divisão interna dos assentamentos, incluindo: lotes, áreas de uso comum, reserva legal, etc.

Ressalto que o objetivo do estudo tem caráter estritamente acadêmico e quanto aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará – Parecer Consubstanciado nº 4.147.790 CEP/UFC.

Para quaisquer esclarecimentos, coloco-me à disposição, cujo contato pode ser feito pelo telefone, whats app ou e-mail a seguir: (84) [REDACTED]

E-mail: [REDACTED]@ufersa.edu.br

Na expectativa de ser atendido, despeço-me com votos de estima.

[REDACTED] Assinado de forma digital  
por [REDACTED]  
[REDACTED]  
[REDACTED] Dados: 2021.04.01  
15:46:34 -03'00'

Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA  
Endereço: Avenida. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva - Mossoró-RN | CEP: 59.625-900  
Telefone/fax: (84)3317-8224 – E-mail: [ufersa@ufersa.edu.br](mailto:ufersa@ufersa.edu.br) - Home: <http://www.ufersa.edu.br/>

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA DA ACA

**Associação Comunitária Amarelão - ACA**



CNPJ: 70.164173/0001-20

### CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_, representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO AMARELÃO - ACA, CNPJ 70.164173/0001-20, localizada no endereço Amarelão, nº 8400 – Zona Rural – CEP 59550-000, João Câmara/RN, venho através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DE GESTÃO DAS PAISAGENS EM TERRITÓRIO INDÍGENA POTIGUAR: DIÁLOGO DE SABERES E ELEMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, pela doutoranda Ma. Jacqueline Cunha de Vasconcelos Martins sob a orientação do Professor Dr. Edson Vicente da Silva, vinculado à Universidade Federal do Ceará - UFC, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, a ser realizada na Comunidade Amarelão, localizada no município de João Câmara-RN.

Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a resolução 466/12 e suas complementares.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu cumprimento no resguardo da segurança e bem estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- 1) O cumprimento das determinações éticas da Resolução 466/12 CNS/MS;
- 2) A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 3) Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Comunidade Amarelão, João Câmara-RN, 30/10/2018.

\_\_\_\_\_  
(Coordenadora Administrativa da ACA)

Comunidade Amarelão, nº 8400  
João Câmara – RN  
CEP: 59550-000

Fone: (84) \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_@hotmail.com

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-UFC-PLATAFORMA BRASIL

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DIÁLOGO DE SABERES E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DAS PAISAGENS EM COMUNIDADE AUTOIDENTIFICADA INDÍGENA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR,

**Pesquisador:** JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 33041120.4.0000.5054

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.147.790

#### Apresentação do Projeto:

O projeto "DIÁLOGO DE SABERES E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DAS PAISAGENS EM COMUNIDADE AUTOIDENTIFICADA INDÍGENA NO SEMIÁRIDO POTIGUAR, BRASIL" vem exposto por um desenho de investigação junto a comunidades tradicionais que reivindicam identificação como indígena. Assim é resumida sua formulação: "As fases do planejamento das paisagens na metodologia proposta por Rodriguez e Silva (2016) e adaptadas nesta pesquisa, confluem com as etapas e objetivos previstos na PNGATI - esclarecendo Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012 - (...) "e nos instrumentos de gestão ambiental e territorial da BRASIL (2020), constará de quatro estágios de investigação, a serem realizados através de oficinas de cartografia social (ALMEIDA et al, 2013)"

#### Objetivo da Pesquisa:

Tem por objetivo primário Objetivo Primário: "Contribuir com o planejamento integrado participativo das paisagens para o fortalecimento territorial e cultural da comunidade Amarelão autoidentificada indígena, em João Câmara-RN, através do diálogo entre saberes científicos e locais."

E por Objetivo Secundário: "Caracterizar e analisar as paisagens naturais e socioculturais locais e seu entorno na perspectiva sistêmica, considerando aspectos socioambientais, geocológicos, econômicos, históricos e políticos; conhecer as percepções e os usos das paisagens através do

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.147.790

diagnóstico e mapeamento participativos, evidenciando as potencialidades e limitações socioambientais e culturais locais; e, propor coletivamente possíveis cenários e diretrizes de gestão participativa das paisagens na perspectiva de políticas públicas sustentáveis em defesa do território, com ênfase à valorização dos conhecimentos locais."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Considera-se no projeto os seguintes RISCOS: Algumas possibilidades de conflito na formulação dos mapas colaborativos, tendo em vista possíveis divergências de localização e importâncias das demarcações. Também é levantado quanto aos riscos preocupação sobre a divulgação de informações científicas sem a devida autorização. O que redobra a atenção do pesquisador.

"Já no campo dos BENEFÍCIOS, assim está manifesto no projeto: "A tese resultante deste projeto e os mapas construídos, que serão disponibilizados para usufruto da comunidade, se constituirão em ferramentas de fortalecimento cultural e territorial, se configurando em subsídios para políticas públicas. Além disso, as informações e dados resultantes da pesquisa poderão ainda ser utilizados como embasamento científico para o enfrentamento na legitimação e demarcação das terras reivindicadas."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O trabalho proposto está constituído com os devidos requisitos de envolvimento e autorização das comunidades alvo do estudo, tendo na construção metodológica as seguintes referências da geoeologia da paisagem, em sua análise sistêmica e dialética. A autora apresenta da seguinte maneira o encaminhamento, partindo da concepção sistêmica para tal abordagem: "Assim, a categoria principal de análise será a paisagem, enquanto manifestação formal do território e, de acordo com as percepções da comunidade autoidentificada indígena em estudo, serão estabelecidas relações entre as seguintes variáveis qualitativas, as paisagens naturais, as paisagens socioculturais e a noção de territorialidade, que abrange aspectos políticos e históricos". Tal perspectiva se coaduna com uma delimitação mais focada dos sujeitos interlocutores da pesquisa em 20 representantes, participando de oficinas progressivamente orientadas pelo trabalho consultivo. O que deve gerar, em cada uma das 4 etapas do estudo, produtos cartográficos interativos e colaborativos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos estão completos, adequadamente organizados e em conformidade com os requisitos indicados pelo Comitê.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000  
Bairro: Rodovalho Teófilo CEP: 60.430-275  
UF: CE Município: FORTALEZA  
Telefone: (85)3366-9344 E-mail: comepe@ufc.br

Continuação do Parecer: 4.147.790

**Recomendações:**

Nenhuma Recomendação.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Enviar o relatório final ao concluir a pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1529079.pdf	19/06/2020 20:51:30		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	008TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_TCLE.pdf	19/06/2020 20:44:35	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	007TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS.pdf	19/06/2020 20:44:24	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	002CARTA_SOLICITANDO_APRECIACAO_CEPUFC.pdf	19/06/2020 20:42:41	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS	Aceito
Orçamento	004DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf	19/06/2020 20:41:44	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	008DECLARACAO_DOS_PESQUISADORES_ENVOLVIDOS_NA_PESQUISA.pdf	19/06/2020 20:40:58	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	001AUTORIZACAO_DO_LOCAL_DE_REALIZACAO_DA_PESQUISA.pdf	19/06/2020 20:40:38	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Cronograma	003CRONOGRAMA.pdf	19/06/2020 20:40:22	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	005PROJETO_COMITE_DE_ETICA_ajuste_Cronograma.pdf	19/06/2020 20:40:08	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito
Folha de Rosto	_nova_folha_de_rosto_assinada.pdf	19/06/2020 20:38:37	JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS	Aceito

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

UF: CE

Município: FORTALEZA

CEP: 60.430-275

Telefone: (85)3366-9344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 4.147.790

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FORTALEZA, 10 de Julho de 2020

---

Assinado por:

**FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: [comepe@ufc.br](mailto:comepe@ufc.br)

Página 04 de 04

## ANEXO C – OFÍCIO ENVIADO PELO APOINME



Ofício 39/2018

Amarelão - João Câmara/RN, 13/05/2018

A:  
Ilma. Senhora  
Jaqueline Vasconcelos

Ao cumprimentá-la cordialmente, temos a satisfação de convidá-la para participar da III Assembleia de Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte – III AMIRN que ocorrerá no período de 22 e 23 de maio de 2018, no Centro do Idoso - Antônio Lopes Filho/Centro – Apodi/RN, conforme programação em anexo.

Tendo em vista a importância de vossa participação em nossa III AMIRN, aguardamos a confirmação à nossa solicitação.

Atenciosamente,

  
Coordenadora Microregional de Mulheres da APOINME no Rio Grande do Norte

Comunidade Amarelão  
João Câmara - RN  
CEP: 59550-000

Fone: (84)   
E-mail: @outolok.com  
@hotmail.com

## ANEXO D – OFÍCIO ENVIADO PELO FLM



Ofício nº 64/2021

Amarelão-João Câmara/RN, 03 de novembro de 2021

A:

Ilma. Senhora

**JACQUELINE CUNHA DE VASCONCELOS MARTINS**  
**PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO -**  
**UFERSA**

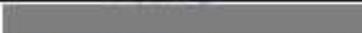
Ao cumprimentá-la cordialmente, temos a satisfação de convidá-la para participar da I Assembleia do Povo Indígena Mendonça – I APIM que ocorrerá no período de 25 e 26 de novembro de 2021, na sede da Associação Comunitária do Amarelão, comunidade indígena Amarelão – João Câmara/RN, conforme programação em anexo.

Tendo em vista a importância de vossa participação em nossa I APIM, aguardamos a confirmação à nossa solicitação.

Atenciosamente,

---

  
**Coordenador do Fórum de Lideranças Mendonça - FLM**  
Telefone: (84)  - E-mail: @gmail.com  
Endereço: Amarelão, nº 08 - Zona Rural, João Câmara/RN - CEP: 59550-000